



DIAGNÓSTICO DE ASPECTOS PRIORITÁRIOS EM POLÍTICA
DE GESTÃO AMBIENTAL URBANA
NA REDE DE MERCOCIDADES

RELATÓRIO FINAL

Executa e coordena:

Rede de Mercocidades - Secretaria Técnica Permanente

Em coordenação com:

Unidade Temática de Meio Ambiente

Financia e coordena o Projeto:

SEMA/IDRC

Responsable de Diagnóstico

A.S. Carlos Faggetti

Montevideu, Setembro de 2002

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 Fundamento da temática
- 1.2 O Marco Institucional
- 1.3 Objetivos
- 1.4 Hipóteses de trabalho
- 1.5 Método de escolha das cidades e Técnicas Usadas

2. MARCO CONCEPTUAL

- 2.1 A problemática ambiental das cidades latino-americanas
- 2.2 O município e a gestão ambiental
- 2.3 A Gestão Ambiental Urbana e o Desenvolvimento sustentável
- 2.4 A qualidade de vida
- 2.5 Modelo de cidade e meio ambiente urbano
- 2.6 O marco de ação

3. O MARCO DO MERCOSUL

- 3.1 Antecedentes e estrutura organizacional
- 3.2 Sub Grupo de Trabalho N°6 Meio ambiente (SGT 6) do Grupo Mercado Comum

4. O MARCO DAS MERCOCIDADES E A TEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE

- 4.1 Antecedentes
- 4.2 Estrutura atual da Rede de Mercocidades
- 4.3 Objetivos da Rede
- 4.4 Unidades Temáticas

5. RESUMO DA INFORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS AMBIENTAIS DAS CIDADES ESTUDADAS

- 5.1. Municipalidade de Assunção do Paraguai. República do Paraguai
- 5. 2 Cidade de Bahía Blanca. República Argentina.

- 5.3 Prefeitura de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil.
- 5.4. Municipalidade da Cidade Autônoma de Buenos Aires. República Argentina.
- 5.5 Cidade de Córdoba, Província de Córdoba, República Argentina.
- 5.6 Ilustre Municipalidade de Concepción, Oitava Região, República do Chile.
- 5.7 Prefeitura de Curitiba, Estado de Paraná, República Federativa do Brasil.
- 5.8 Prefeitura de Juiz de Fora. Minas Gerais, República Federativa do Brasil.
- 5.9 Cidade de La Plata, Província de Buenos Aires, República Argentina.
- 5.10 Cidade de Mar del Plata, Província de Buenos Aires, República Argentina
- 5.11 Cidade de Mendoza, Província de Mendoza, República Argentina.
- 5.12 Cidade de Montevideú, República Oriental do Uruguai.
- 5.13 Prefeitura de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil
- 5.14 Rio Claro. Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil.
- 5.15 Prefeitura do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil.
- 5.16 Cidade de Rosario, Província de Santa Fe, República Argentina.
- 5.17 Cidade de Salto, Departamento de Salto, República Oriental do Uruguai.
- 5.18 Prefeitura de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil.
- 5.19 Ilustre Municipalidade de Santiago de Chile, República do Chile.
- 5.20 Santo André, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil.
- 5.21 Prefeitura de Vitoria, Estado de Espírito Santo, República Federativa do Brasil.

6. DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO

- 6.1 Problemas ambientais
- 6.2 Desenvolvimento Institucional e Planejamento da Gestão Ambiental
- 6.3 Educação Ambiental
- 6.4 Monitoramento e Gestão Ambiental
- 6.5 Detritos Sólidos
- 6.6 Relacionamento entre atores públicos e privados para a gestão ambiental e a inclusão social
- 6.7 Relacionamento Internacional e Intermunicipal

7. CONCLUSOES

8. RECOMENDAÇÕES

9 BIBLIOGRAFIA E FONTES DE INFORMAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1 FUNDAMENTO DA TEMÁTICA

A cidade é um projeto econômico e social em que a qualidade de vida é quesito essencial, sendo seu principal atrativo. A cidade é uma obra pública, guiada pelos interesses gerais e construída cada dia pelos cidadãos. É o melhor espaço para satisfazer as necessidades dos homens e das mulheres que nela moram.

No entanto, a tendência atual dos países latino-americanos é não manter essa satisfação. E isso deve-se principalmente a que as mudanças nas fontes e condições de emprego geradas a partir das reformas feitas para inserir os países nos mercados globais, ultrapassaram as possibilidades de intervenção dos Estados para contrabalançar seus efeitos negativos através do investimento público, gerando-se uma crescente marginalização social de importantes setores da população. A queda nas condições de vida dos habitantes tem seu rosto visível, concreto, nas cidades e nos bairros.

O crescimento da pobreza na periferia das cidades e a ocupação de novos terrenos, com o consequente aumento das tensões e demandas de intervenção, revelam a grande dificuldade para implementar políticas eficientes no controle da degradação ambiental a nível municipal.

Porém essa dificuldade pode ativar novas iniciativas institucionais de inter-relação pública-privada, que possibilitem a abordagem a nível local dos difíceis problemas ambientais e sociais.

Para melhorar a qualidade de vida dos bairros é necessário então que a cidade mude seguindo critérios de desenvolvimento sustentável para atingir a máxima qualidade de vida dentro dos limites dos ecossistemas. As prioridades serão estabelecidas pelos cidadãos através do sistema político e da sociedade civil.

A qualidade de vida é um conceito relativo e evolutivo que deve ser definido pelos sujeitos envolvidos em cada momento em função de necessidades e oportunidades. A sociedade atual exige cada vez mais não apenas que seus direitos humanos, civis e sociais sejam garantidos, mas também a vigência de outros valores coletivos como o direito a participar no desenvolvimento da cidade e contribuir à sua sustentabilidade.

Por tanto qualidade de vida e sustentabilidade estão diretamente ligadas pelo meio ambiente urbano, que é o campo de ação de ambas através de políticas públicas e iniciativas cidadãs.

A integração entre o aspecto social, o econômico e a questão ambiental supõe dar prioridade à solução dos problemas da pobreza. A exclusão e a impossibilidade de acesso à qualidade de vida de alguns setores da sociedade é uma ameaça para a governabilidade política, o acordo social e a estabilidade econômica e ambiental.

O Programa 21, impulsado pelas Nações Unidas, não aceita a idéia de que as forças do mercado, sem diretrizes, sejam capazes de resolver os problemas ambientais, econômicos e sociais. O desenvolvimento sustentável só é possível como resultado de um planejamento explícito e isso exige um longo e participativo processo de planejamento, com objetivos quantificáveis, com ações integradas e sistemas de controle. A participação dos cidadãos, das empresas e dos agentes públicos, é essencial.

Também será essencial fazer um trabalho de sistematização das políticas, projetos e ações concretas que os atores públicos e privados desenvolvem nas cidades para a abordagem da gestão ambiental urbana.

Isso possibilitará estabelecer semelhanças e diferenças entre processos e dará fundamento à formulação de estratégias em Rede de cidades com o objetivo de maximizar a eficiência no uso dos recursos para o desenvolvimento de políticas de gestão ambiental.

1.2 O marco institucional

A Rede de Mercocidades reúne governos de cidades (Municipalidades e Prefeituras) da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, que promovem sua articulação, cooperação e solidariedade política, cultural e econômica. O objetivo da Rede é desenvolver ações e esforços para intercambiar conhecimentos e aumentar a solidariedade entre os governos locais, ultrapassando os limites comerciais dos processos integradores clássicos, e aprofundando os laços históricos e culturais.

No Encontro Internacional: “Mercosul, alternativas e desafios para as cidades” celebrado em Assunção do Paraguai em 7 de março de 1995, foi apresentado o objetivo principal da Rede: “fortalecer o papel das administrações locais como contrapartida lógica e natural do processo de integração regional, levando em conta que a maioria das decisões adotadas a nível regional têm influência marcante nas cidades”.

Entre os desafios propostos à Rede salienta-se: “renovar as bases produtivas das cidades; gerar e manter suas infra-estruturas urbanas e conservar seu patrimônio natural e cultural; garantir os níveis aceitáveis de qualidade de vida dos cidadãos; atingir a governabilidade para administrar os processos urbanos”.

Durante a reunião celebrada em Porto Alegre, de 12 a 13 de julho de 1995, os Prefeitos e representantes das cidades presentes disseram “que o processo de globalização econômica e de integração supranacional provocou um forte impacto nos nossos países, especificamente nas grandes concentrações urbanas, onde mora a maioria da população mundial”. Declararam também que “essa verdadeira revolução econômica e institucional exige um novo padrão de gestão do poder local, que soma às funções de serviços e de investimentos em infra-estrutura urbana, novas competências relacionadas com o desenvolvimento econômico, social e cultural e com a inserção das cidades no contexto regional e internacional”.

Reafirmaram a participação dos municípios “para que essa nova plataforma de desenvolvimento e integração entre as nações seja democrática e participativa, sendo a cidade o local onde os cidadãos convivem de forma direta com o poder público, e o município quem tem a maior capacidade para resolver os problemas socioeconômicos dos seus habitantes”. Por isso “só a participação integrada e integradora dos municípios pode desenvolver um intercâmbio social e cultural entre os povos, o que envolve uma integração não apenas dos mercados mas também das comunidades e isso vai introduzir uma nova qualidade na formação do MERCOSUL”.

A seguir os assuntos priorizados nessa reunião:

- ciência e tecnologia, através de articulações de experiências de inovação tecnológica;
- planejamento urbano e ambiental, através da análise das diversas iniciativas;
- gestão municipal, participação cidadã e desenvolvimento social;
- diálogo com os governos centrais para obter o reconhecimento como Rede de Mercocidades.

A vontade de acompanhar e influir nos processos de integração e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos são duas das prioridades da Rede de Mercocidades.

Em 24 de novembro de 2000 foi assinado um Memorando de Entendimento entre a Rede de Mercocidades e o Secretariado de Meio ambiente para América Latina do International Development Research Centre (SEMA/IDRC).

O SEMA foi criado em 1996 e opera desde o Escritório Regional para América Latina e o Caribe do CIID/IDRC (Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento. IDRC- Canada). Através da promoção do desenvolvimento de conhecimentos e sua difusão, e do trabalho em Redes que usam as novas tecnologias da comunicação e da informação, o SEMA colabora com governos de várias cidades na procura

de soluções práticas para os problemas e desafios mais urgentes da gestão ambiental urbana. Seu principal propósito é fortalecer a capacidade das instituições governamentais de se vincular com representantes da sociedade civil.

O Memorando assinado pela Rede de Mercocidades e SEMA procura:

- Promover em forma conjunta o desenvolvimento de conhecimentos que possibilitem uma melhora na implementação de políticas de gestão ambiental urbana nas cidades da Rede de Mercocidades.
- Articular através da Rede de Mercocidades o fluxo de informação sobre experiências e demandas de capacidades e de ajuda para a implementação de políticas de gestão ambiental urbana eficientes e socialmente responsáveis.

Este Projeto segue as diretrizes desse Memorando e é coordenado pela Secretaria Executiva, as Unidades Temáticas de Relações Internacionais e de Meio ambiente e a Secretaria Técnica Permanente da Rede de Mercocidades com o Secretariado de Manejo do Meio ambiente para América Latina e o Caribe (SEMA).

1.3 Objetivos

Sistematizar a informação institucional e de contato sobre as Secretarias de Meio ambiente das Mercocidades.

Fazer um levantamento dos Planos Estratégicos e das Agendas Ambientais das cidades da Rede e identificar os principais problemas ambientais da região e os impactos da integração regional no ambiente.

Detectar, descrever e divulgar as Boas Práticas Locais para a Gestão Ambiental Participativa nas Mercocidades.

Analisar a gestão ambiental das Mercocidades como aproximações a modelos de desenvolvimento que aperfeiçoem:

- a coordenação Intergovernamental e Intersetorial,
- a participação da sociedade civil no desenho e desenvolvimento das políticas ambientais,
- as formas de associação com o setor privado fazendo com que seja responsável na gestão ambiental e na inclusão social.

Sistematizar as ações e formas de cooperação entre Mercocidades em temas de gestão ambiental.

Propor critérios para o fortalecimento da Rede perante o Mercosul em matéria de políticas ambientais e de gestão para aumentar a densidade das cidades.

1.4 Hipóteses de trabalho

Uma cidade compacta, densa, multifuncional e diversa, faz com que sejam cumpridos os propósitos do desenvolvimento sustentável possibilitando o desenvolvimento de uma vida social mais coesa, com base econômica competitiva, com um uso eficiente dos recursos e a diminuição dos problemas ambientais.

Muitas responsabilidades são transferidas desde os governos centrais para os locais embora poucas vezes possuam os recursos técnicos e financeiros para desenvolvê-las, dificultando a gestão do desenvolvimento local.

O desenvolvimento de Secretarias de Meio ambiente e assemelhados dentro das estruturas municipais tende a se espalhar como respostas institucionais aos problemas ambientais e às demandas sociais de setores excluídos da sociedade.

A existência de espaços formais e não formais de participação da cidadania no planejamento da gestão dos recursos locais possibilitaria aumentar a eficiência no uso desses recursos e o aperfeiçoamento da gestão ambiental urbana.

Processos de integração entre cidades como os estabelecidos pela Rede de Mercocidades ainda são insuficientes para melhorar o intercâmbio de experiências relacionadas com a gestão ambiental urbana e fortalecer o protagonismo das cidades nos processos de integração entre países, como no caso do MERCOSUL.

1.5 Método de escolha das cidades e Técnicas Usadas

Devido à grande quantidade, à extensão geográfica e à diversidade dos casos a serem estudados, foi necessário escolher os mais representativos para aprofundar nesse estudo.

A pesquisa centrou-se na identificação de casos relevantes, com a ajuda de meios informáticos, colhendo a informação através de uma consulta aberta a todas as cidades da Rede de Mercocidades e a análise de documentos e dos sites Web oficiais dessas cidades.

Seguidamente escolheram-se as cidades finalmente estudadas segundo critérios de representatividade de cada país, a riqueza da informação enviada e a fornecida pela página Web correspondente.

A seguir, os casos escolhidos:

Argentina: Bahía Blanca, Buenos Aires, Córdoba, La Plata, Mar del Plata, Mendoza, Rosario.
Brasil: Belo Horizonte, Curitiba, Juiz de Fora, Porto Alegre, Rio Claro, Rio de Janeiro, São Paulo; Santo André, Vitória. Paraguai: Assunção. Uruguai: Montevideú, Salto. Chile: Concepción, Santiago.

Foi sistematizada a informação existente sobre as atividades do Sub Grupo de Trabalho 6 (SGT6) Meio ambiente do MERCOSUL, das Cimeiras e Conselhos da Rede de Mercocidades e das Unidades Temáticas de Meio ambiente e de Ciência e Tecnologia da referida Rede.

O capítulo 2 apresenta o marco conceptual sobre o papel dos municípios quanto à gestão ambiental urbana. O capítulo 4 contém os principais itens do Programa 21. Os antecedentes, objetivos e organograma de funcionamento do Mercado Comum do Sul, MERCOSUL, além das temáticas desenvolvidas no Subgrupo de Trabalho 6 Meio ambiente, figuram no capítulo 5. O capítulo 6 apresenta os antecedentes da criação da Rede de Mercocidades, sua estrutura atual e o funcionamento das Unidades Temáticas, dando ênfase à Unidade Temática de Meio ambiente. O capítulo 7 resume 21 casos de cidades estudadas durante o desenvolvimento do trabalho. No capítulo 8 há uma discussão das principais características e finalmente no capítulo 9 são estabelecidas as conclusões e recomendações.

Adjunto, o segundo documento que reúne as Fichas de Informação de cada Cidade preparadas para a elaboração deste trabalho.

2. MARCO CONCEPTUAL

2.1 A problemática ambiental das cidades latino-americanas

Elaborado com base nos Documentos: “Guia Metodológica de capacitação em Gestão Ambiental Urbana”¹ e “Documento Base da Rede 6 URB-AL “ Meio Ambiente Urbano””.²

As cidades latino-americanas no século XX crescem sem ordem e continuamente.

Com maior ou menor êxito na adoção de medidas de controle da expansão, a norma de crescimento das cidades é a espontânea irregularidade, decorrente da subdivisão de terrenos, o deslocamento do uso residencial para o comercial e o surgimento da arquitetura monumental. O sistema urbano articulado entre os poderes governamental, religioso e econômico (que deram origem a diversas tipologias urbanas) afrouxou-se devido à pressão da população e em favor do modelo econômico, desestruturando as diferenças clássicas entre as cidades e configurando hoje um cenário problemático relativamente homogêneo.

O modelo que orienta a construção das cidades é o uso a curto prazo, o crescimento material a custa da deterioração dos recursos naturais e do ambiente, a ocupação espontânea, acelerada e caótica do espaço, a ruptura com o âmbito regional, a concentração dos benefícios sociais nas elites econômicas e políticas, a cópia de padrões de consumo das metrópoles do mundo, a perda de referentes de urbanização a escala humana, o exercício de um poder, vertical e hierárquico, a exclusão e a marginalização de um importante setor da população e a segmentação social.

O atual modelo leva as cidades a catástrofes sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, em uma verdadeira crise total do desenvolvimento urbano com conseqüências nefastas para o indivíduo, a sociedade e a natureza. As cidades latino-americanas reúnem 75% da população, 33% não tem onde morar e 30% a 50% mora em áreas marginais. A distribuição desigual da riqueza gera problemas nos assentamentos humanos: a urbanização e a marginalidade.

Tudo isso fica claro ao analisar como a sociedade se relaciona com a natureza (crise ambiental), na construção da sociedade (precariedade do espaço público, fragmentação e concorrência no tecido social, exclusão e violência), na forma de assumir a produtividade (poupança de tempo, custos por unidade de produção sem avaliar a entropia causada) e na responsabilidade com as necessidades futuras (o mercado não considera as futuras gerações). Por isso, as cidades apresentam uma limitada sustentabilidade. Sua marca ecológica é de desequilíbrio, de saqueio, de destruição, de abuso e descaso.

Mas os municípios fazem esforços pensando na comunidade e para que o consumismo não arrase os sinais de identidade dos povos. Transformar esse acontecer a partir de uma nova ética e pragmática, é o desafio dos cidadãos latino-americanos. A superação envolve mudanças nas formas, nos conteúdos e nos processos da cultura e da política nos âmbitos social, econômico, tecnológico e educativo.

2.2 O município e a gestão ambiental

Arnaldo Córdoba³ diz que um município é, antes de mais nada, uma comunidade de cidadãos, a comunidade originária no sistema político, a unidade básica da organização social, política e administrativa de uma nação.

A palavra município, entendida enquanto comunidade de cidadãos, possui três dimensões: uma dimensão espacial, que abrange uma área territorial incluída dentro de limites maiores que fazem parte do território de uma nação; uma dimensão governamental, onde um governo local exerce sua autoridade, e uma dimensão social, considerada como o conjunto de atividades sociais, políticas, econômicas e culturais desenvolvidas por uma comunidade em uma área determinada. Poderíamos dizer que a prefeitura é o

governo da cidade, porém em nossos países cidade e prefeitura nem sempre concordam.

Quanto ao papel das prefeituras às vezes aparecem diferenças entre o que elas deveriam fazer e o que na prática fazem. Na realidade latino-americana, esta dualidade ganha formas mais diversas e complicadas. Mas a gestão municipal é considerada como a administração de uma série de recursos institucionais, financeiros, humanos e técnicos, destinados a fornecer aos diversos setores da população, a satisfação de suas respectivas necessidades de bens de consumo coletivo.

Quanto à questão ambiental, o grau de relacionamento dessa temática com as instituições municipais é diverso e ganha diferentes características dependendo do país ou da cidade.

Eduardo Passalacqua⁴ afirma que as competências em matéria ambiental flutuam entre a inexistência e a abrangência de quase tudo o que a natureza oferece. Isso faz com que os governos locais e centrais vejam suas atividades superpostas e concorrentes, gerando grande confusão quanto às funções de cada um. O autor admite que a prática ambiental das prefeituras enfrenta diversas dificuldades: poucos recursos (econômicos, humanos e técnicos), falta de experiências ou transferência não reflexiva de experiências de outros lugares, ausência ou mal uso de sistemas de informação, superposições de normativas ou de responsabilidades institucionais com outros órgãos estatais ou inclusive com repartições da própria prefeitura, falta de cooperação Intermunicipal, problemas de organização e poucos recursos para o controle da gestão ambiental.

Os modelos de desenvolvimento adotados pelos países latino-americanos provocaram muitos problemas que afetaram negativamente a qualidade de vida da maioria da população. A falta de uma visão integradora do espaço urbano acarretou o erro de perceber como único responsável da gestão do ambiente urbano, ao servidor -diretor das obras municipais e aos envolvidos com a área de Esgoto Ambiental que inclui geralmente, o fornecimento de água potável, coleta de lixo, etc. Um outro exemplo típico é ligar a questão ambiental com a temática das áreas verdes, praças, parques e jardins.

Com base em um estudo preparado pela CEPAL⁵ a idéia de produção da cidade levaria a ampliar o conceito de gestão urbana incorporando à tradicional palavra “administração”, a expressão “espaço mediatizador” entre de um lado, a obra produzida ou o serviço cumprido, e a instituição provedora e coordenadora, a que poderia se somar a população.

A noção de gestão tem a ver com três elementos: um referido à autonomia, isto é a um nível de decisão política e independência financeira maior, diferentemente do clássico papel controlador das mudanças físicas e dos serviços. O segundo elemento está ligado à realização de obras e ao fornecimento de serviços. A avaliação no contexto da gestão refere-se não apenas às metas atingidas mas também ao fortalecimento dos mecanismos de participação na toma de decisões, ao planejamento participativo e à coordenação como elemento central. A gestão é percebida como um processo, que vai além de seus produtos. O terceiro elemento trata da necessidade de que o governo local seja, além de eficiente, um fator dinamizador do desenvolvimento da cidade, que seja inovador no que refere à apresentação e à avaliação de projetos, seus esforços especiais de investimento, mediatização e informação.

2.3 A Gestão Ambiental Urbana e o Desenvolvimento sustentável

A exploração dos recursos naturais e a geração de detritos, conseqüências da atividade humana, estão prejudicando a natureza a ritmos superiores a sua capacidade de regeneração. Este desenvolvimento econômico não pode se manter e pode ser causa de destruição e pobreza, a médio prazo.

Diversas conferências internacionais abordaram o problema do desenvolvimento sustentável. Em 1987, o Relatório Brundtland para a Comissão Mundial para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, o definiu como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem pôr em risco a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades”. Em 1991 a União Mundial para a Conservação estabeleceu que “o desenvolvimento sustentável envolve a melhora da qualidade de vida dentro dos limites dos ecossistemas”. Em 1994 o Conselho Internacional para as Iniciativas Meio-ambientais Locais (ICLEI) argumentou que o desenvolvimento sustentável é aquele que oferece serviços ambientais, sociais e econômicos básicos a todos os integrantes da comunidade sem pôr em risco a viabilidade dos sistemas

naturais, construídos e sociais, dos que depende a oferta desses serviços”.

Por tanto, o conceito de desenvolvimento sustentável envolve um conteúdo político. Não se trata só de um assunto de tecnologia, tem a ver com as formas de vida e os conflitos de interesses no sistema econômico. O ponto de partida é aceitar que agir em favor da sustentabilidade da humanidade é agir em favor da natureza, condição inevitável dessa sustentabilidade. Os danos ambientais e o esgotamento dos recursos não podem ser concebidos como efeitos colaterais do progresso, que poderão ser compensados com investimentos posteriores.

As sociedades devem planejar sua própria gestão (seus consumos e suas relações) e não apenas na gestão da exploração dos seus recursos.

Princípios para a gestão da sustentabilidade

Para planejar objetivos e ações em favor do desenvolvimento sustentável, é necessário estabelecer alguns princípios básicos:⁶

Quando determinados limites ambientais são ultrapassados como resultado das atividades humanas, os ecossistemas sofrem danos às vezes irreversíveis. A sociedade precisa de determinados serviços ambientais como o fornecimento de recursos, a eliminação do lixo, conservação da temperatura, proteção contra radiações, entre outros. É difícil determinar os limites ambientais, a capacidade de carga da Terra e dos ecossistemas locais que abastecem à população. É por isso que em ações que supõem impacto ambiental, vem sendo proposto o Princípio de Cautela: em caso de dúvida recomenda-se evitar riscos potencialmente graves para os ecossistemas.

Os governos devem controlar os mercados e as atividades públicas e o funcionamento das cidades, harmonizando as expectativas de melhora da qualidade de vida dos habitantes sem colocar em risco o ambiente. O planejamento espacial local supõe estabelecer uma gestão da demanda, promovendo um balanço sustentável entre as demandas de serviços para satisfazer as expectativas da população local e a capacidade dos ecossistemas e do território. Para atingir esse objetivo há mais dois princípios: a eficácia ambiental e a eficácia social.

A eficácia ambiental consiste em conseguir o máximo benefício econômico por unidade de recurso usado e de resíduo produzido. A Campanha das Cidades Sustentáveis (Aalborg, 1994) apresentou alternativas para a eficácia ambiental: durabilidade dos produtos, eficácia técnica dos processos de transformação dos recursos, consumo de recursos naturais renováveis sem ultrapassar sua capacidade de regeneração, completar o ciclo dos recursos, evitar a contaminação, reutilizar, reciclar, recuperar, poupar recursos.

A eficácia social consiste em obter o maior benefício social por unidade de atividade econômica, através do uso de bens e serviços com objetivos diversos e integrados, que possa satisfazer a maior quantidade de necessidades sociais e aumentar a diversidade social e econômica. Assim, os recursos são aproveitados em um amplo leque de atividades sociais.

A distribuição equitativa de bens e serviços está ligada à sustentabilidade. Os cidadãos mais pobres sofrem mais os problemas ambientais e têm menos possibilidades de resolvê-los. A solidariedade como princípio da sustentabilidade supõe um tratamento justo para as pessoas desfavorecidas e para as futuras gerações.

Sustentabilidade local e global

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, a globalização e a mundialização da economia, as decisões sobre as principais atividades econômicas tornam-se independentes do local onde se produzem e dispensam as possibilidades e necessidades locais (recursos, empregos, tratamento do lixo).

O enorme desenvolvimento do transporte foi a chave a nível inter-regional e também das cidades. Isso possibilitou a circulação de recursos, produtos e detritos, além da força de trabalho. Os sistemas de comunicações e a tecnologia informática impulsionaram a internacionalização da gestão desses processos e a circulação do capital financeiro. Exportam-se e importam-se bens de e para todas as regiões do mundo sem levar em conta a situação social e ambiental. Assim acontece também com o uso do espaço para o lazer

e com a produção de detritos em locais cada vez mais afastados das zonas residenciais.

A sustentabilidade local não é percebida como uma necessidade, seus efeitos negativos podem ser “transferidos” para lugares afastados. Os efeitos mais próximos são a poluição do ar e da água da cidade, que geralmente não atinge as regiões nobres por elas estarem localizadas em pontos ótimos da cidade. As condições de moradia em um local geralmente são resultado da insustentabilidade em outros lugares e nos sistemas naturais planetários (atmosfera, mares, biodiversidade).

A qualidade de vida

A cidade é um projeto econômico e social em que a qualidade de vida é quesito essencial, sendo seu principal atrativo. A cidade é uma obra pública, guiada pelos interesses gerais e construída cada dia pelos cidadãos. É o melhor espaço para satisfazer as necessidades do homem. No entanto, a tendência atual é não manter essa satisfação.

Para melhorar a qualidade de vida dos bairros é necessário então que a cidade mude seguindo critérios de desenvolvimento sustentável para atingir a máxima qualidade de vida dentro dos limites dos ecossistemas. As prioridades serão estabelecidas pelos cidadãos através do sistema político e da sociedade civil.

A qualidade de vida é um conceito relativo e evolutivo que deve ser definido pelos sujeitos envolvidos em cada momento em função de necessidades e oportunidades. A sociedade atual exige cada vez mais não apenas que seus direitos humanos, civis e sociais sejam garantidos, mas também a vigência de outros valores coletivos como o direito a participar no desenvolvimento da cidade e contribuir à sua sustentabilidade.

Por tanto qualidade de vida e sustentabilidade estão diretamente ligadas pelo meio ambiente urbano, que é o campo de ação de ambas através de políticas públicas e iniciativas cidadãs.

Por conseguinte fica claro que ao falar em desenvolvimento sustentável nas cidades que são entidades sociais de grande densidade de atividades, estamos falando de diversos componentes interrelacionados:

- Sustentabilidade ambiental: que considera os limites ambientais e a busca da eficácia social, aperfeiçoando o metabolismo urbano e reduzindo o vestígio ambiental das cidades.
- Prosperidade econômica: que garante a criação de oportunidades e o acesso a elas para todos (princípios de equidade e eficácia social).
- Identidade cultural: que facilita a apropriação do espaço como local de uso e projeto coletivo respeitando as tradições culturais locais.
- Governabilidade política: que garante o exercício dos direitos cidadãos, principalmente dos direitos coletivos à qualidade de vida da cidade/bairro e ao desenvolvimento sustentável, melhorando a democracia participativa, a transparência na gestão pública e a cooperação entre agentes sociais.

As inter-relações dos componentes da sustentabilidade estão determinadas pelas relações de poder na toma de decisões, pelo modelo tecnológico e pela distribuição da riqueza e da renda. Essa relação é mediada pela forma em que se determina que, como, por quê e para quem têm lugar os processos de produção da cidade.

A integração do social, o econômico e o ambiental supõe dar prioridade à solução dos problemas da pobreza; a exclusão e a falta de acesso de setores da sociedade à qualidade de vida é uma ameaça para a governabilidade política, o acordo social e a estabilidade econômica e ambiental.

2.5 Modelo de cidade e meio ambiente urbano

O grande desafio é resolver os problemas das cidades e os que elas provocam nos ecossistemas e no sistema planetário. A cidade é causa e solução do problema, precisa-se dela para mudar a vida urbana. Continua sendo a base fundamental do desenvolvimento social e econômico.

A proximidade entre os moradores facilita a produção de bens e serviços, o desenvolvimento de atividades sociais e culturais e das capacidades pessoais. A sociedade moderna permite a transmissão de mensagens globalmente mas o relacionamento mais próximo continua sendo essencial. Uma cidade compacta, densa, multifuncional, heterogênea e diversa, faz com que sejam cumpridos os propósitos do desenvolvimento sustentável possibilitando o desenvolvimento de uma vida social mais coesa, com base econômica competitiva, com um uso eficiente dos recursos.

Uma cidade fragmentada ou de baixa densidade de relações tem maiores custos de organização para abordar as dificuldades da vida urbana, consome mais terreno, requer mais transporte e energia. É menos sustentável, embora pareça mais habitável. Não tem eficácia ambiental nem social. A cidade abandonada aos mercados imobiliários e de serviços procura melhorar a exploração dos recursos sem levar em conta os limites. Ocupa mais terreno e recursos; o que existe vira inútil e aumenta a fragmentação social.

O Programa 21, impulsionado pelas Nações Unidas, rejeita a idéia de que as forças do mercado, sem diretrizes, possam resolver os problemas ambientais, econômicos e sociais. O desenvolvimento sustentável só é possível se explicitamente planejado e isso exige um longo e participativo processo de planejamento, com objetivos quantificáveis, ações integradas e sistemas de controle. A participação, tanto dos cidadãos quanto das empresas e dos agentes públicos, entre outros, é essencial.

Temas prioritários da sustentabilidade urbana

O objetivo é melhorar a qualidade de vida e reduzir o dano ambiental exterior à cidade. O Livro Verde do Meio Ambiente Urbano (Comissão Européia, 1990) propôs reduzir a tensão de diversas atividades desenvolvidas na cidade para melhorar a qualidade de vida local.

- Reduzir as fontes de poluição do ar, da água e do solo.
- Melhorar o ambiente edilício: paisagem urbana e qualidade de prédios e suas áreas próximas.
- Aumentar os elementos naturais na cidade: plantas e vida silvestre.
- Regenerar a cidade existente e o equilíbrio dos bairros evitando: a fragmentação social, a perda da vida própria do bairro, engarrafamentos do centro e vias de trânsito, contaminação do solo, do ar e da água.

Os governos locais participam como fornecedores de serviços, criadores de infra-estruturas, reguladores e controladores dos processos de ocupação de terrenos e construção.

Suas atividades podem ser classificadas em:

- As que afetam a estrutura física da cidade: planejamento urbano, transporte, patrimônio edificado e espaços abertos.
- As que procuram reduzir os efeitos negativos de atividades urbanas: indústria, tratamento da energia, dos detritos urbanos e das águas.
- As administrativas: informação exata, comparativa e evolutiva. Promoção da iniciativa social e cooperação inter-administrativa e inter-regional.

2.6 O marco de ação

A melhora na atuação ambiental urbana tem base nos conteúdos do Programa 21 e nas recomendações das agências internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, Banco Mundial, Comissão Econômica Para América Latina, Conferência Hábitat, que concordam no tratamento prioritário dos temas a seguir:

- O empobrecimento e o enriquecimento não sustentável, manifestado em desequilíbrios no emprego, padrões de consumo insustentáveis e no informalismo.
- A desarticulação cidade - ambiente visível no uso irracional do território e dos seus recursos, na expansão das áreas urbanas, no desflorestamento, nos assentamentos em zonas de risco, no esbanjamento de recursos.
- Limitações dos governos locais. Falta de capacidade para o planejamento a longo prazo e para a gestão, discontinuidade administrativa, legislações setoriais, sistemas de controle social e de implementação de políticas públicas inadequados, superposição e falta de coordenação entre órgãos e corrupção.
- Carências em educação, participação e organização social. Falta de consciência e conhecimento dos grupos humanos sobre os efeitos do modelo de desenvolvimento sobre o meio ambiente. Falta de coordenação entre os sistemas de ciência e tecnologia e as forças produtivas. Falta de avaliação econômica e de indicadores de impacto.
- A desaparecimento do patrimônio empírico, cultural e tecnológico. Perda de conhecimentos de experiências nativas, perda de integração entre patrimônio natural e cultural.
- As formas de ocupação e uso do solo. Desequilíbrio na distribuição da população no território (congestionamento e aglomeração) carências habitacionais e de equipamentos, distribuição deficiente do espaço, assentamentos desordenados em ecossistemas frágeis, falta de harmonia, migrações de população, problemas de acesso e propriedade da terra.

Esses assuntos atravessam os conceitos de políticas em matéria de gestão urbana, planejamento, criação de instrumentos de gestão, estratégias de ação, controle, acompanhamento e avaliação dos planos, programas e projetos setoriais.

Os governos e grupos locais viraram protagonistas e dinamizadores das sociedades e criadores de instrumentos de cooperação com os agentes sociais e de busca de soluções criativas para problemas concretos do ambiente urbano, seus bairros e suas cidades.

E também tornou-se mais freqüente a criação de Redes de cidades e blocos de países na procura de melhores condições de competitividade para seus produtos e uma melhor qualidade de vida para os habitantes.

3. O MARCO DO MERCOSUL

Com o objetivo de conhecer as principais atividades desenvolvidas pelos órgãos do Mercosul em matéria de gestão ambiental, que permitam estabelecer um intercâmbio fluído de informação e experiências com a Rede de Mercocidades, este capítulo trata da origem desse organismo de integração entre países, seus objetivos e a agenda de temas ambientais desenvolvidos por seus órgãos especializados.

3.1 Antecedentes e estrutura organizacional

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, assinaram em 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul, MERCOSUL.

Os quatro Estados Partes que constituem o MERCOSUL compartilham uma série de valores que se refletem nas suas sociedades democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, além do compromisso com a consolidação da democracia, a segurança jurídica, a luta contra a pobreza e o desenvolvimento econômico e social em equidade.

Com base nessas coincidências, os sócios procuraram o aumento dos respectivos mercados nacionais através da integração, quesito fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social. O objetivo principal do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados Partes. E ela poderá ser alcançada através da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma tarifa externa comum e da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e da harmonização das legislações nas áreas que corresponderem. Tudo isso fará com que o processo de integração seja fortalecido.

A Cimeira de Presidentes de Ouro Preto, em dezembro de 1994, aprovou um Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção - o Protocolo de Ouro Preto - onde se estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL, atribuindo-lhe personalidade jurídica internacional.

A estrutura institucional do MERCOSUL terá os organismos a seguir (Veja Organograma em Anexo 1):

I. Conselho do Mercado Comum (CMC): é o órgão superior do MERCOSUL, responsável pela direção política do processo de integração e pela tomada de decisões que garantam o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e permitam atingir a constituição definitiva do mercado comum. Está integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia, ou seus equivalentes dos Estados Partes. A Presidência é exercida alternativamente pelos Estados Partes, em ordem alfabética, por um período de seis meses.

II. Grupo Mercado Comum (GMC): é o órgão executivo do MERCOSUL. Está formado por quatro titulares e quatro integrantes alternos por país, nomeados pelos respectivos Governos, entre os que deverá haver obrigatoriamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. É coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. Tem poder de iniciativa, sendo estas suas funções:

- vigiar o cumprimento do Tratado;
- implementar ações para fazer cumprir as decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas visando aplicar o Programa de Liberação Comercial, coordenar políticas

macroeconômicas e celebrar acordos com terceiros;

- estabelecer o programa de trabalho visando a constituição do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá construir os Sub Grupos de Trabalho (SGT) que sejam necessários para cumprir seus objetivos. Os primeiros Sub Grupos de Trabalho foram: SGT1: Assuntos Comerciais, SGT2: Assuntos Aduaneiros, SGT3: Normas Técnicas, SGT4: Políticas Fiscais e Monetárias, SGT5: Transporte Terrestre, SGT6: Transporte Marítimo, SGT7: Política Industrial e Tecnológica, SGT8: Política Agrícola, SGT9: Política Energética, SGT10: Coordenação de Políticas Macroeconômicas.

Em 1995 o Grupo Mercado Comum reestruturou os Sub Grupos de Trabalho⁷ estabelecendo: SGT1: Comunicações, SGT2: Mineração, SGT3: Regulamentos Técnicos, SGT4: Assuntos Financeiros, SGT5: Transporte e Infra-estrutura, SGT6: Meio ambiente, SGT7: Indústria, SGT8: Agricultura, SGT9: Energia, SGT10: Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social.

Foram criadas também as Reuniões Especializadas de Ciência e Tecnologia e de Turismo e os Grupos Ad-Hoc de Serviços, de Aspectos Institucionais, de MERCOSUL - ALADI, de MERCOSUL - OMC, do Açúcar. Também foi criado o Comitê de Cooperação Técnica do MERCOSUL.

III. Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM): é o órgão responsável de ajudar ao Grupo Mercado Comum na aplicação dos instrumentos de política comercial comum estabelecidos pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra - MERCOSUL e com terceiros países.

IV. Comissão Parlamentar Conjunta (CPC): é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do MERCOSUL e está integrada por igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes.

V. Fórum Consultivo Econômico - Social (FCES): é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e está formado por igual número de representantes de cada Estado Parte. Tem função consultiva e emite Recomendações ao Grupo Mercado Comum.

VI. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM): é o órgão de apoio operativo e responsável da prestação de serviços aos restantes órgãos do MERCOSUL. Tem sede permanente na cidade de Montevideú.

Nesse contexto, os quatro Estados Partes do MERCOSUL, junto com a Bolívia e o Chile formaram o “Mecanismo de Consulta e Acordo Político”, nele são acordadas posições comuns em temas de alcance regional que ultrapassam o estritamente econômico e comercial.

Na X Reunião do Conselho do Mercado Comum (San Luis, 25 de Junho de 1996), foi assinada a “Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL”, instrumento que traduz a vigência plena das instituições democráticas, quesito indispensável para a existência e o desenvolvimento do MERCOSUL. Isso foi reafirmado pelo “Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático” na Reunião do Conselho do Mercado Comum de julho de 1998. Lá também foi emitida a “Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como zona de Paz”; através dela os seis países afirmam que a paz constitui elemento essencial para a continuidade e o desenvolvimento do processo de integração regional. Concordaram em fortalecer os mecanismos de consulta e ajuda sobre temas de segurança e defesa, existentes entre os países.

O MERCOSUL formou-se como uma união aduaneira, provocando mudanças importantes nas economias da região.

Em primeiro lugar, gera-se um compromisso muito grande entre os países, que se reflete em uma tendência natural ao disciplinamento conjunto das políticas econômicas nacionais, assegurando comportamentos previsíveis, que não prejudiquem nenhum dos sócios.

Em segundo lugar existe uma tarifa externa comum. A necessidade de que eventuais mudanças dos níveis de proteção dos setores produtivos sejam resolvidas em conjunto, impõe um novo estilo nas políticas comerciais nacionais.

Em terceiro lugar, é possível afirmar que a nova política comercial comum visa o fortalecimento e a reafirmação dos processos de abertura e inserção nos mercados mundiais que os quatro sócios vêm desenvolvendo.

Em quarto lugar, as empresas do mundo inteiro têm hoje o MERCOSUL na sua agenda estratégica; a união aduaneira é um avanço decisivo para os agentes econômicos.

Em quinto lugar, e a partir dos quatro elementos acima referidos - maior compromisso, certeza na estrutura tarifária, relacionamento com os fluxos de comércio internacional e o avanço decisivo- é possível diminuir o risco de investimento no MERCOSUL e, por tanto, são promovidos novos investimentos de empresas regionais e estrangeiras, que tentam aproveitar as vantagens e os atrativos do mercado ampliado.

Em 2000, os Estados Partes do MERCOSUL iniciam uma nova fase no processo de integração regional chamada “RELANÇAMENTO do MERCOSUL”. Seu objetivo essencial é a consolidação da União Aduaneira, tanto a nível intracomunitário quanto no relacionamento externo. Nesse marco, os Governos dos Estados Partes reconhecem o papel central da convergência e da coordenação macroeconômica para avançar profundamente no processo de integração. Procura-se adotar políticas fiscais que garantam a solvência fiscal e de políticas monetárias que garantam a estabilidade de preços.

Na agenda do relançamento do MERCOSUL, os Estados Partes decidiram dar prioridade à análise das temáticas a seguir:

- Acesso ao mercado
- Dinamização dos trâmites na fronteira (pleno vigor do Programa de Assunção)
- Incentivos aos investimentos, à produção, à exportação, inclusive às Zonas Francas
- Admissão temporária e outros regimes especiais
- Tarifa Externa Comum
- Defesa Comercial e da Concorrência
- Resolução de controvérsias
- Incorporação da normativa MERCOSUL
- Fortalecimento institucional do MERCOSUL
- Relacionamento externo⁸

3.2 Sub Grupo de Trabalho N°6 Meio ambiente (SGT 6) do Grupo Mercado Comum

3.2.1 Antecedentes

A Reunião Especializada de Meio ambiente (REMA)

Em 1993, o Sub Grupo de Trabalho N° 7 Política Industrial e Tecnológica criou uma Comissão de Meio ambiente.⁹ Essa Comissão elaborou a Matriz Comparativa das Legislações dos países e o Projeto de Assistência Técnica para Meio ambiente, e pediu à Comissão de Cooperação Técnica a aprovação de um Projeto de Cooperação para Meio ambiente.¹⁰

Em 20 e 21 de fevereiro de 1992 foi aprovada a Declaração de Canela dos Presidentes do Cone

Sul, anterior à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento. O Grupo Mercado Comum, percebendo a necessidade de analisar as legislações sobre proteção em vigor nos Estados Partes e levando em conta que o tema estava sendo tratado por vários Sub Grupos de trabalho, emitiu a Resolução N°22/92. Cria-se nela uma Reunião Especializada de Meio ambiente (REMA) para analisar as normas em vigor e propor recomendações ao Grupo Mercado Comum sobre as ações adequadas aos objetivos de conservação ambiental, nas diferentes áreas de trabalho. A REMA começou a funcionar em 29 de novembro de 1993 e propôs que os Sub Grupos de Trabalho que abordam temáticas envolvendo o Meio ambiente, participem dela para harmonizar as tarefas e posições.

A REMA encaminhou a Recomendação N°1/94 ao Grupo Mercado Comum, que aprovou as Diretrizes Básicas de Política Ambiental.¹¹ Em síntese, elas procuram:

1. Garantir a harmonização das legislações ambientais entre os Estados Partes do Tratado de Assunção; mas isto não é adotar uma legislação única. Em caso de lacunas legislativas, promover a adoção de normas adequadas aos aspectos ambientais envolvidos, garantindo condições eqüitativas de concorrência no MERCOSUL.
2. Garantir condições eqüitativas de concorrência entre os Estados Partes para a inclusão do custo ambiental na análise de estrutura do custo total de todo processo produtivo.
3. Garantir a adoção de práticas não degradantes do meio ambiente e do manuseio sustentável dos recursos naturais renováveis.
4. Adotar a prática de licença / autorização ambiental para todas as atividades potencialmente degradantes do meio ambiente nos Estados Partes, incluindo-a na avaliação de impacto ambiental. Promover a harmonização de procedimentos legais e/ou institucionais para a licença /autorização ambiental e a realização de monitoramentos das atividades que possam gerar impactos ambientais nos ecossistemas.
5. Minimizar e/ou eliminar a descarga de poluentes a partir do desenvolvimento e de adoção de tecnologias apropriadas, e de reciclagem e o tratamento adequado dos detritos sólidos, líquidos e gasosos.
6. Garantir menor grau de deterioração ambiental nos processos produtivos dos governos de intercâmbio, visando a integração regional no âmbito do MERCOSUL.
7. Estimular a coordenação de critérios ambientais comuns para as ações prioritárias no processo de integração.
8. Promover o fortalecimento das instituições para a gestão ambientalmente sustentável através do aumento da informação essencial para a tomada de decisões, a melhor capacidade de avaliação, o aperfeiçoamento das instituições de ensino, estudo e pesquisa.
9. Garantir que as atividades relacionadas com o desenvolvimento do turismo entre os Estados Partes levem em conta os princípios e normas que garantam o equilíbrio ambiental.

3.2.2 Objetivos do Sub Grupo de Trabalho N° 6 Meio ambiente

O objetivo geral do Sub Grupo de Trabalho N° 6 Meio ambiente (SGT6), é formular e propor estratégias e diretrizes que garantam a proteção e a integridade do meio ambiente dos Estados Partes, em um contexto de livre comércio e consolidação de união aduaneira.

Ao mesmo tempo, procura-se garantir iguais condições de concorrência, tendo como ponto de partida a excelência e a eficácia e considerando as Diretrizes Básicas de Política Ambiental (veja numeral anterior).

Como objetivos específicos procura-se:

- Promover o desenvolvimento a partir das ações acordadas que garantam a integração dos Estados Partes

nas áreas de meio ambiente e relações econômico-comerciais.

- Evitar dificuldades ou novas restrições ao comércio.
- Fazer estudos e propor ações e práticas para a prevenção da contaminação e do dano ao meio ambiente e a melhoria da qualidade ambiental no território dos Estados Partes.
- Promover medidas ambientais efetivas e economicamente eficientes.

3.2.3 Órgãos responsáveis da coordenação

Argentina: Ministério de Desarrollo Social y Medio ambiente, Secretaría de Desarrollo Sustentable y Política Ambiental (SDSyPA)

San Martín 451 - 1º Piso. 1004 Buenos Aires, Argentina

Fone: (54)(11) 4348-8448, mnbv94 21º 230, Fax: (55)(61) 226.8050

Site Web: <http://www.mma.gov.br>.

Paraguai: Secretaría del Ambiente, SEAM

Madame Lynch N°3500. Assunção - Paraguai

Fone: (595)(21) 615 814, Fax: (595)(21) 615 806

Site Web: <http://www.seam.gov.py>.

Uruguai: Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio ambiente - MVOTMA

Dirección Nacional de Medio ambiente - DINAMA

Rincón 422, Piso 5. Montevideú, Uruguai

Fone: (598)(2) 917-0662 / 916-5922. Fax: (598)(2) 916-5132

3.2.4 Tarefas Prioritárias para o Sub Grupo de Trabalho N° 6

Como parte do processo no contexto da etapa de União Aduaneira - MERCOSUL, o Grupo Mercado Comum determinou, durante a primeira reunião do Sub Grupo, celebrada em Montevideú em 18 e 19 de outubro de 1995, as tarefas prioritárias¹² a seguir:

1) Restrições não tarifárias: analisar as restrições e medidas não tarifárias relacionadas com a temática ambiental para elaborar a proposta de harmonização ou supressão dessas medidas e restrições. Isso envolve tanto a compatibilização quanto a permanência de restrições e medidas não tarifárias que estejam adequadamente justificadas pela proteção do meio ambiente.

O fundamento dessa tarefa é que a consolidação da união aduaneira envolve um processo de eliminação e/ou harmonização das restrições não tarifárias. Sendo parte dessas restrições resultado de instrumentos jurídicos ambientais, é essencial conhecer essas normas e instrumentos.

2) Competitividade e meio ambiente: essa tarefa procura ajudar a estabelecer condições de adequada competitividade entre os Estados Partes em matéria ambiental e entre eles e terceiros países e/ou blocos de integração regional. Também procura-se promover estudos sobre a avaliação e inclusão do custo ambiental no custo total do processo produtivo, que possibilitem condições equitativas de proteção ambiental e competitividade.

Essa tarefa fundamenta-se na tendência mundial em matéria ambiental, e seus resultados quanto a medidas de proteção ambiental podem afetar as vantagens comparativas de alguns países, criando barreiras para o acesso a determinados mercados ou alterando sua competitividade devido ao aumento dos custos de produção. O principal impacto socioeconômico resultante do conjunto de restrições ambientais é um provável aumento dos preços relativos dos governos.

3) Normas Internacionais - ISO 14.000: A proposta é acompanhar o processo de elaboração, discussão, definição e implementação da série ISO 14.000 (de Gestão Ambiental), e analisar os impactos de sua possível aplicação como elemento diferencial de competitividade para governos originários do MERCOSUL

no mercado internacional.

O fundamento dessa tarefa é que as mudanças estruturais que estão se produzindo na economia mundial, estão gerando novas formas de controle do fluxo de bens e fatores de produção. Levando em conta que os países que terão mais problemas vão ser aqueles em fase de desenvolvimento, a coordenação entre os quatro países diante das propostas de normas apresentadas, junto ao aperfeiçoamento das suas práticas de gestão ambiental, vão facilitar a certificação das normas internacionais de seus governos e serviços, não interferindo na competitividade do MERCOSUL com terceiros países.

4) Temas setoriais: trata-se de promover a implementação das propostas ambientais apresentadas pelos sub grupos de trabalho ao fim do período de transição (exemplo: energia, indústria, agricultura, etc.).

5) Projeto de instrumento jurídico de meio ambiente no MERCOSUL: propõe a elaboração de um documento sintetizando as legislações e os temas específicos de gestão ambiental, visando otimizar os níveis de qualidade ambiental nos Estados Partes.

6) Sistema de Informação Ambiental (SIA): propõe o desenho, desenvolvimento e implementação de um verdadeiro sistema de informação ambiental, a nível das máximas instituições nacionais dos Estados Partes.

Essa tarefa fundamenta-se na evolução que teve o estudo da temática ambiental em cada um dos Estados Partes e na sua crescente influência no processo de integração. Tudo isso justifica a criação de um sistema de informação que seja útil na tomada de decisões e na geração de iniciativas de coordenação e acordo e facilite ações harmônicas ao focalizar a temática ambiental.

7) Selo Verde MERCOSUL: procura-se desenvolver um processo visando o estabelecimento de um sistema Selo Verde MERCOSUL.

Levando em conta o desenvolvimento do comércio intra MERCOSUL e MERCOSUL com terceiros países ou outros processos de integração e a crescente preferência do mercado pelos governos ambientalmente adequados, considera-se oportuno e conveniente desenvolver uma proposta que, considerando as instâncias normativas e de fiscalização - consultoria, promova a criação de um Selo Verde MERCOSUL.

O SGT N°6, na sua VI Reunião, aprovou a Recomendação N°4/97 que encaminha ao Grupo Mercado Comum, um Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre Meio ambiente.

3.2.5. Desenvolvimento das Tarefas Prioritárias através das Reuniões Ordinárias

Apresenta-se um resumo dos principais avanços conseguidos em cada uma das tarefas priorizadas. As Atas e os respectivos Anexos podem ser encontrados nos arquivos da Sede da Secretaria Administrativa do MERCOSUL em Montevideu e as Atas na página oficial do MERCOSUL: www.mercosur.gov.uy.

3.2.5.1 Restrições não tarifárias

O Grupo Mercado Comum, reunido em Buenos Aires em 5 de agosto de 1994, toma a Decisão N°3/94 que no seu Artigo 1 propõe registrar a lista de Restrições Não Tarifárias às importações e exportações constantes nos Anexos I e II respectivamente dessa Resolução, que serão eliminadas ou revisadas para sua harmonização no MERCOSUL. O processo de harmonização incluirá tanto a compatibilização geral das medidas envolvidas quanto a eventual permanência das restrições não tarifárias, de tipo não econômico, por motivos devidamente justificados, por algum ou alguns dos Estados Partes.

O Artigo 2 classifica as restrições às importações incluídas no Anexo I em harmonizáveis e elimináveis, e estabelece que o processo de harmonização e eliminação dessas medidas deverá finalizar em 31/12/94.

O Artigo 3 afirma que os Estados Partes decidirão as medidas pertinentes no marco de suas respectivas legislações visando garantir o processo de harmonização e eliminação das restrições.

O Artigo 4 estabelece que, enquanto a completa harmonização das restrições não tarifárias não seja conseguida, os Estados Partes assumem o compromisso de não aplicar no seu comércio recíproco condições mais restritivas que as que vigoram para o comércio interno e externo.

O Artigo 5 propõe que os Sub Grupos de Trabalho e a Reunião Especializada de Meio Ambiente façam a análise e elaborem uma proposta de eliminação e harmonização das restrições não tarifárias às exportações do Anexo II desta Resolução.

O Grupo Mercado Comum será responsável pelo controle do processo de eliminação e harmonização das restrições não tarifárias.

3.2.5.2 Competitividade e meio ambiente

Embora a abordagem da temática da competitividade e o meio ambiente seja permanente, é a partir da VI Reunião Ordinária do SGT N°6, celebrada em junho de 1997, que se define a coordenação com o SGT N°7 - Indústria, de uma estratégia comum, levando em conta que esse sub grupo dá prioridade a essa temática.

A Representação do Brasil anunciou na VII Reunião, que em 22 de setembro de 1997 seria celebrado um Seminário Latino-americano sobre Competitividade e Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Esse Conselho propôs criar um Centro para o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade para o MERCOSUL. O Seminário foi avaliado na seguinte Reunião como muito satisfatório, sugerindo-se dar continuidade aos seus resultados através da coletânea e síntese das conferências, salientando não apenas as concordâncias mas também as discordâncias que deverão ser resolvidas pelos Estados Partes.

A Presidência Pro Têmpore (PPT) na mesma reunião, comunicou que a Comissão de Cooperação Técnica (CCT) pediu que fossem apresentadas propostas de cooperação técnica para serem consideradas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no marco do Plano de Ação 1998-2000. Foram apresentadas as seguintes propostas, entre outras:

- 1. Desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas.** Procura-se desenhar e implementar uma rede de instituições de organização e promoção das Pequenas e Médias Empresas dentro do MERCOSUL que facilite a centralização informativa, a descentralização operativa e o intercâmbio de informações sobre atividades de pesquisa e formação de recursos humanos em matéria de Sistema de Gestão Ambiental, possibilitando a identificação de projetos que visem ao aperfeiçoamento dos próprios processos de desenvolvimento.
- 2. Desenho e implementação de uma rede de monitoramento dos recursos naturais da região e fortalecimento das redes nacionais existentes.**
- 3. Ajuda para a criação e o fortalecimento de centros de tecnologias limpas nos países do MERCOSUL.** Procura-se promover a produção mais limpa através da difusão, capacitação, desenvolvimento e aplicação de tecnologias de produção limpas que permita a prevenção e o controle da contaminação. O desenvolvimento industrial sustentável supõe reduzir a contaminação de origem industrial; com isso a qualidade do meio ambiente vai melhorar, aumentará a rentabilidade das empresas, tornando-as más competitivas. E com uma produção mais limpa, as empresas poderão evitar as restrições comerciais baseadas nas demandas dos consumidores para proteger o meio ambiente.

Durante a XI Reunião de março do 1999, Argentina informou do interesse da Agência Alemã de Cooperação Técnica - GTZ em apoiar o MERCOSUL nesses temas. Um representante dessa Agência explicou na seguinte reunião, quais as atividades e informou que em novembro estabeleceria contato com os Estados-Partes, para definir aspectos da cooperação. Foi proposta uma reunião extraordinária do SGT N°6 em Montevideu em 10 e 11 de novembro de 1999 para determinar as condições da assistência para os projetos de cooperação técnica e para ter um contato com o Comitê de Cooperação Técnica do MERCOSUL (CCT).

Em abril de 2000, na XIII Reunião, a representação da Argentina informou que recebeu uma nota da República Federal da Alemanha informando sobre o estado atual do projeto de cooperação MERCOSUL/GTZ no âmbito do Governo Alemão. Brasil informou que apresentou um projeto sobre o setor do couro, priorizado devido ao seu impacto ambiental, pelo predomínio das Pequenas e Médias Empresas e a importância da cadeia produtiva carne-couro-calçado para o bloco da Balança Comercial do MERCOSUL. O SGT Nº 7 Indústria escolheu a mesma cadeia produtiva do couro e começou a fazer um levantamento de dados nos setores envolvidos. Na mesma reunião resolveu-se apresentar novas propostas de cooperação através de PNUMA, OEA e BID, entre outros, e não limitar os projetos de cooperação à GTZ.

Em junho de 2000, na XIV Reunião do SGT Nº6, os Coordenadores Nacionais informaram sobre a reunião com dois especialistas da GTZ para avançar no Projeto e comprometeram-se a encaminhá-lo à Presidência em 20 dias, para enviá-lo em 30 dias à GTZ. A Argentina, através da Secretaria de Energia, informou sobre seu Projeto apoiado pela GTZ, em matéria de Eficiência Energética, que é um antecedente do Projeto de Cooperação GTZ/MERCOSUL.

Em setembro de 2000, na XV Reunião, Brasil informou sobre o desenvolvimento dos convênios entre o Ministério do Meio ambiente e as Federações da Indústria dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul para o desenvolvimento de experiências de treinamento em tecnologias limpas no setor do couro. O Paraguai falou de seus trabalhos com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e com a FEPAM, Agência Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul na área das tecnologias limpas na indústria do couro, e a criação de um banco de dados sobre tecnologias mais limpas, com o apoio da GTZ. A Argentina informou sobre o Segundo Seminário sobre Produção Limpa, que ocorreu em Buenos Aires, em 5 e 6 de outubro de 2000.

Em dezembro de 2000, na XVI Reunião, a Presidência informou que segundo a GTZ, o Projeto ainda estava sendo avaliado pelo Banco Alemão de Cooperação. As Delegações mostraram-se preocupadas pela excessiva demora do processo de resolução e chegaram a pensar na possibilidade de retirar a prioridade do projeto. O Brasil informou que o Ministério do Meio Ambiente implementou projetos piloto de gestão em empresas pequenas e médias, adotando práticas de gestão ambientalmente saudáveis e obtendo excelentes resultados na melhoria da competitividade

Em abril de 2001, a XVII Reunião resolveu pedir em forma urgente à Agência de Cooperação Alemã, o envio da versão definitiva do Projeto e o rascunho do Convênio entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha e o Comitê de Cooperação Técnica do MERCOSUL. As Delegações resolveram que na próxima reunião deviam participar setores privados interessados no Projeto e salientaram a importância de incorporar critérios e/ou indicadores de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Foram designados como contatos: pelo Brasil, uma integrante da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente, pelo Paraguai, uma representante do Ministério de Indústria e Comércio, e pela Argentina, a Direção Nacional de Ordenamento Ambiental da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Política Ambiental.

Na Reunião seguinte foi organizada uma nova Oficina “Competitividade e Meio ambiente”. O representante da GTZ no Paraguai apresentou o Projeto “Competitividade e Meio ambiente. Fomento da Gestão Ambiental e da Produção mais Limpa em Pequenas e Médias Empresas”. O representante do Centro Nacional de Tecnologias Limpas do Brasil apresentou o Projeto “Desenvolvimento Sustentável da Indústria do Couro”, em convênio entre o Ministério de Meio ambiente e as Federações da Indústria de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A Delegação Argentina apresentou três projetos envolvendo as Empresas Pequenas e Médias: Sistemas de Gestão Ambiental, Produção Limpa e Poupança de Energia.

Em agosto de 2001, na XIX Reunião, a Presidência Pro Têmpore deu as últimas informações sobre o Projeto de Cooperação GTZ- MERCOSUL. Foi estabelecido que o SGT6 só deve resolver quanto à concordância dos objetivos e as atividades previstas com a proposta acordada pelo Sub Grupo. Recebidas as respectivas notas de conformidade das Delegações, a PPT deve encaminhar ao CCT o Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federal da Alemanha e o MERCOSUL. No Anexo 2 figura ^[51]a última versão do projeto acordada com a missão da GTZ. Os representantes da sociedade civil do Brasil pediram que a temática não fosse reduzida a este projeto de cooperação, e que a discussão fosse ampliada a outros problemas como certificação, tecnologias limpas, Pequenas e Médias Empresas, etc.

A PPT informou na XX Reunião, que as correspondentes notas de conformidade técnica com o Projeto foram encaminhadas ao CCT pelas Delegações da Argentina e do Brasil. Diante da possibilidade de iniciar as atividades em fevereiro de 2002 expressada pelo Dr. Schreiber, representante da GTZ, as Delegações acordaram comunicar sua estratégia de trabalho à PPT. Considerou-se conveniente organizar uma Oficina no dia anterior à próxima Reunião Ordinária do Sub Grupo, para estabelecer o Plano Operativo do Projeto (ver cópia final do Projeto no Anexo 2).

3.2.5.3 Normas Internacionais - ISO 14.000 e Selo Verde MERCOSUL

A instalação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é um dos principais aspectos da política voltada aos processos de proteção de uma empresa, com o objetivo de reduzir os problemas ambientais. Apesar de menos direta do que a política orientada a governos, pode ter influência marcante no comércio internacional. Um SGA é importante para a proteção ambiental e a prevenção da contaminação na fase de produção de um governo, é um mecanismo formal e estruturado que proporciona o marco de ação necessário para atingir e manter um desempenho ambiental eficiente e efetivo. A essência das normas do SGA pode ser definida com o ciclo: “planejar-fazer-verificar-agir”.

Analogamente à certificação de um sistema de gestão da qualidade segundo ISO 9.000, as empresas certificaram seu SGA com a norma ISO 14.001 desde setembro de 1996. Essa mudança na filosofia da gestão ambiental, comum tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, cedeu espaço para que a Organização Internacional de Normalização (ISO) desenvolvesse a série de normas ISO 14.000 de Gestão Ambiental, através do seu Comitê Técnico (TC) 207 de Gestão Ambiental.

É importante salientar que tanto a Organização Mundial do Comércio através do seu Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio, quanto a Comissão Européia na sua Diretiva do Novo Enfoque de 1985 reconhecem a ISO como o organismo competente para estabelecer normas internacionais. O trabalho da ISO ganha grande importância nessa perspectiva, devido ao seu enorme potencial de influência sobre o comércio internacional e as regulamentações ambientais, tanto a nível global quanto nacional.

As normas ISO 14.000 são normas internacionais de gestão Ambiental de aceitação voluntária, que têm como propósito normalizar os SGA e as auditorias ambientais das empresas, os instrumentos para tornar eficientes esses sistemas e sua administração.

A II Reunião Ordinária do SGT6 celebrada em março de 1996 resolveu:

1. Apoiar os Grupos Nacionais que estudam a aplicação local e regional das Normas ISO 14.000 e os critérios de credenciamento de organismos de certificação e auditores ambientais.
2. Acompanhar o Comitê Setorial 16 do Comitê MERCOSUL de Normalização, para analisar o impacto das Normas ISO 14.000 e a tomada de decisões em comum.
3. Incentivar a participação dos países integrantes, nos sub Comitês ISO TC/207 com representação de empresas privadas, organismos de normalização e organismos públicos competentes.
4. Difundir a informação das normas, particularmente entre as pequenas e médias empresas.
5. Inclusão no Sistema de Informação Ambiental de um Banco de Dados, com informação sobre as tecnologias, procedimentos e métodos em desenvolvimento e experiências bem sucedidas.

Em abril de 1997, na V Reunião, o Brasil apresentou à Argentina e ao Paraguai um documento sobre a implementação da Norma ISO 14.001. Informou também sobre a reunião que ia ser celebrada em Kyoto, Japão de 18 a 25 de Abril de 1997, salientando a necessidade de ter representantes do SGT N° 6 nessa ocasião. Os Resultados da Oficina sobre Certificação Ambiental feita em 1 e 2 de abril de 1997, estão no Anexo V da Ata correspondente.

Durante a VI Reunião, celebrada em junho de 1997, o Coordenador Brasileiro apresentou um relatório sobre a reunião do TC 207 (Normas ISO 14.000), na cidade de Kyoto, Japão. Avaliou-se a

importância do processo de elaboração, discussão, definição e implementação da Série ISO 14.000 para a região, considerando os impactos de sua provável aplicação como fator de diferenciação da competitividade dos governos MERCOSUL no mercado internacional. Como resultado das discussões, evidenciou-se a inter-relação entre os temas selo verde, competitividade e meio ambiente e ISO 14.000 e a necessidade de uma abordagem conjunta. Serão estabelecidas coordenações com o SGT N°7 Indústria que aborda o tema de competitividade. A representação brasileira informou que o SGT N°9 Energia está elaborando os referentes para o planejamento de atividades que estimulem as empresas energéticas a implementar um Sistema de Gestão Ambiental no marco das normas ISO 14.000.

Na VII reunião, as delegações trocaram informações sobre a evolução e aprovação das normativas ISO 14.000 e analisaram a credibilidade dos organismos certificadores. A respeito do Selo Verde, segundo as instruções do SGT N°6 de “desenvolver um processo visando definir e formalizar um Selo Verde MERCOSUL”, procura-se conceber o processo como parte da constituição de um sistema de certificação ambiental para o MERCOSUL. Salientou-se o caráter voluntário que deverá ter o sistema. O Paraguai propôs que o SGT N° 6 respaldasse a criação de Centros Nacionais de Tecnologias Limpas como linha de ação do tema “Competitividade e Meio ambiente” e como tema de cooperação com a União Européia.

Na VIII Reunião de março de 1998, a representante do Organismo de Credenciamento da Argentina apresentou os temas a seguir: credenciamento de auditores, credenciamento de consultores, reconhecimento recíproco de organismos de credenciamento e critérios seguidos a respeito desse tema no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Também avaliou-se a importância de levar em conta os progressos logrados na Oficina sobre Selo Verde desenvolvida em Assunção do Paraguai em 1997.

Na X Reunião, de agosto de 1998, o representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) do Brasil, informou sobre o estado das negociações das normas ISO 14.000 correspondentes à 6ª Reunião Plenária do TC 207 feita em San Francisco (EUA) de 15 a 20 de junho de 1998. Salientou-se novamente a necessidade de participação dos países em desenvolvimento para apresentar suas contribuições no processo de tomada de decisões.

Em outubro de 1999, na XII Reunião, o representante do Instituto Uruguaio de Normas Técnicas do Uruguai falou sobre os avanços das normas de gestão ambiental ISO a nível mundial, salientando a convergência entre as séries 9.000 e 14.000 em matéria das auditorias.

Na XIII Reunião de abril de 2000, resolveu-se apresentar novas propostas de cooperação através de PNUMA, OEA, BID, e não limitar os projetos de cooperação à GTZ. Acordou-se identificar na próxima reunião novas linhas de ação: caso Selo Verde, ISO 14.000, etc.

Durante a XIX, de agosto de 2000, foi debatido o Protocolo de Kyoto e as Delegações reafirmaram seu compromisso com os objetivos estabelecidos no Convênio Marco de Nações Unidas sobre Mudança Climática e sua decisão de avançar na adoção dele. O tema foi discutido novamente na seguinte Reunião, onde a Delegação do Uruguai fez uma colocação sobre o avanço das negociações no Protocolo de Kyoto, enfatizando nas oportunidades que ele representa para que os países da região possam gerar projetos de mitigação e adaptação à mudança climática. A informação completa aparece no Anexo 9 a da correspondente Ata.

3.2.5.4 Temas setoriais

Agenda Ambiental Internacional

A cada Reunião Ordinária do Sub Grupo de Trabalho, as Delegações dão informação a Agenda Ambiental Internacional. Salienta-se o nível de adesão dos países do Cone Sul aos diferentes convênios ambientais internacionais e a necessidade de participar nas reuniões e acordar estratégias comuns e se informa sobre os avanços conseguidos em função dos convênios internacionais. Entre outros:

- **Cimeira de Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), celebrada no Rio de Janeiro em junho de 1992.** Dela surgiram:

- **O Programa 21**, que aborda os atuais problemas ambientais e sociais e tenta preparar o mundo para os

desafios do futuro. Representa um acordo mundial e um compromisso político ao mais alto nível sobre o desenvolvimento e a cooperação na temática do meio ambiente. Esse tema tem uma abordagem prioritária nas posteriores avaliações feitas no RIO + 5 e a próxima que será feita em Joanesburgo em setembro, chamada RIO +10.

- **Convênio sobre a Diversidade Biológica (CDB)**, que tem como objetivo a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a participação justa e equitativa nos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos. Isso será possível através de um adequado acesso aos recursos, uma transferência apropriada das tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, e um financiamento acorde (Artigo 1, Objetivos).

- **Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática** O objetivo último dessa Convenção e de todo instrumento jurídico conexo que adote a Conferência das Partes, é atingir a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera a um nível que impeça interferências antropogênicas perigosas no sistema climático. Esse nível deveria ser atingido para permitir que os ecossistemas se adaptassem naturalmente à mudança climática, para garantir a produção de alimentos e para possibilitar a continuação do desenvolvimento econômico de forma sustentável. (Artigo 2. Objetivo). Foi estabelecida como Órgão Supremo uma Conferência das Partes (COP). Durante a III Reunião foi estabelecido o Convênio Marco de Nações Unidas sobre Mudança Climática (Kyoto, 1997).

- **Convenção de Luta contra a Desertificação e a Seca** O objetivo dessa Convenção é combater a desertificação e aliviar os efeitos da seca, principalmente na África, adotando medidas eficientes em todos os níveis, apoiadas por acordos internacionais de cooperação e associação, no marco de um enfoque integrado acorde com o Programa 21 (Artigo 2, Objetivos).

- **Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (CITES)** Vigora desde 1 de julho de 1975 e tem como objetivo proibir o comércio internacional de espécies ameaçadas e regulamentar e vigiar a comercialização de outras que possam estar em risco no futuro. Esses objetivos decorrem dos princípios da obra Cuidar a Terra. Estratégia para o Futuro da Vida, editada juntamente com a UICN - União Mundial para a Natureza, o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o WWF - Fundo Mundial para a Natureza.

- **Convênio de Basiléia sobre controle dos movimentos trans-fronteiriços, dos detritos perigosos e sua eliminação (1989)** Trata da gestão ecologicamente racional dos detritos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico internacional ilícito de detritos perigosos (Capítulo 20, Agenda 21).

- **Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio(1985)** A proteção da atmosfera é uma tarefa ampla e multidimensional que envolve diversos setores da atividade econômica. Recomenda-se aos governos e outras entidades voltadas para a proteção da atmosfera.

- **Protocolo de Montreal sobre substâncias que afetam a Camada de Ozônio (1989)** Afirma que a permanência de substâncias que afetam a camada de ozônio na alta atmosfera emitidas em décadas passadas, continua provocando o enfraquecimento dessa camada na primavera do Hemisfério Sul, gerando perigo para os habitantes e ecossistemas da região.

A Informação sobre cada uma das convenções e acordos internacionais pode ser acessada em: <http://www.medioambiente.gov.ar/acuerdos/>.

Alguns temas são desenvolvidos a seguir devido à sua maior profundidade e seu potencial de interação com a Rede de Mercocidades.

Reunião dos Ministros de Meio ambiente da América Latina e o Caribe

A partir de 1982 os Ministros de Meio ambiente da América Latina e o Caribe, convocados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), reúnem-se periodicamente. A partir da IX Reunião celebrada em Havana em setembro de 1995, começa um processo de incorporação de todos os temas da Agenda Ambiental Internacional. Na X Reunião feita em Buenos Aires em novembro de 1996, constitui-se o Fórum de Ministros de Meio ambiente da América Latina e o Caribe para tomar decisões conjuntas diante dos grandes temas da agenda ambiental global e da região.

Durante a VIII Reunião do SGT 6, feita em Buenos Aires em março de 1998, divulgou-se que na XI Reunião de Ministros de Meio ambiente do mesmo mês, foram acordadas as Linhas Temáticas Prioritárias para a Região:

1. Marco institucional, políticas e instrumentos para a gestão ambiental: incluindo as temáticas de educação e formação ambiental; participação cidadã; presença da dimensão ambiental nas políticas de governo; inter-relação entre comércio e meio ambiente; mecanismos de financiamento; instrumentos econômicos e legais inovadores e intercâmbio de experiências de descentralização da gestão ambiental.
2. Gestão integral de bacias: considera a questão ambiental nas zonas litorâneas e oceanos, além da gestão integral das bacias hidrográficas.
3. Diversidade biológica e áreas protegidas: abrange o fortalecimento institucional dos serviços de parques nacionais e outras áreas protegidas da região, além do planejamento e gestão biorregional de áreas protegidas em eco regiões críticas.
4. Mudança climática e seus efeitos na região.

Junto a essas linhas temáticas, o Fórum de Ministros integra as áreas de concentração do PNUMA, definidas no XIX período de sessões do seu Conselho de fevereiro de 1999:

1. Informação, avaliação e pesquisa sobre meio ambiente: avaliações ambientais, gestão da informação ambiental, emergências ambientais, diversidade biológica e áreas protegidas, desertificação.
2. Aperfeiçoamento da coordenação entre os convênios ambientais e a elaboração de instrumentos de política: gestão ambiental, direito ambiental, políticas e acordos ambientais multilaterais, mudança climática, acompanhamento de convenções.
3. Água doce: gestão integrada de recursos hídricos em um programa de ação global.
4. Transferência de tecnologia e indústria: ozônio, educação e formação ambientais, gestão ambiental marinha e litorânea, cidadania ambiental, comércio e meio ambiente.

3.2.5.5 Emergências ambientais

Na VIII Reunião Ordinária do Sub Grupo de Trabalho N°6 Meio ambiente de março de 1998, foi proposta a inclusão do tema Emergências ambientais, considerando a extensão territorial dos Estados Partes do MERCOSUL e a possibilidade crescente da ocorrência de emergências causadas não apenas por fenômenos naturais: secas, enchentes, incêndios florestais, etc., mas também pela expansão do processo de desenvolvimento da região, que aumenta o risco de acidentes provocados por atividades humanas.

Na seguinte Reunião, a Delegação da Argentina apresentou um rascunho sob o título “Diretrizes Gerais” (Anexo VI da correspondente Ata). A Delegação do Uruguai apresentou uma proposta chamada “Projeto para emergências ambientais nos países do MERCOSUL”. Nela descreve-se o marco e o objetivo do projeto, os fundamentos de um enfoque conjunto e as fases do projeto. Também salientam-se como condições essenciais a adoção de uma atitude voltada para a prevenção e um adequado fluxo de informação que possibilite uma participação ativa do conjunto da sociedade. A Delegação do Brasil sugeriu elaborar uma proposta que, privilegiando a prevenção, não esqueça as ações de cooperação em matéria de formação, controle e alívio dos resultados das emergências ambientais. A Delegação do Paraguai deu prioridade às ações de atenuação dos impactos ambientais gerados por uma emergência ambiental.

Entre outras atividades, foi proposto:

- Fazer um levantamento da informação referida a emergências ambientais existente a nível nacional.
- Elaborar um esquema de responsabilidades e compromissos a nível nacional e internacional.
- Identificar os riscos ambientais relevantes existentes a nível de cada país e da região.

- Elaborar os critérios para categorizar e dar prioridade às Emergências Ambientais.
- Definir prioridades, mecanismos de coordenação e cooperação entre Estados- Partes.

Durante a X Reunião de agosto de 1998 os delegados do Brasil, da Argentina e do Uruguai entregaram os dados e informações acordados na última reunião e explicaram o tratamento e a forma de abordagem do tema nos respectivos países. Foram identificados os Riscos Ambientais Relevantes da região, conforme a lista a seguir:

- Sismos
- Enchentes
- Erupções vulcânicas
- Desabamentos
- Nevadas
- Secas
- Tornados e tempestades de granizo
- Incêndios florestais
- Tsunamis
- Epidemias
- Derramamentos de substâncias químicas e tóxicas (incluindo seus estados sólidos, líquidos e gasosos) e considerando os processos de produção, comercialização, transporte, armazenamento tratamento, destino final e uso
- Acidentes represas/ diques
- Acidentes nucleares
- Derrames de petróleo em águas oceânicas e continentais
- Bancos de algas
- Acidentes em atividades de mineração.

Na XI Reunião de março de 1999 o Coordenador da República do Paraguai informou que o tema foi abordado pela Sub Comissão de Acompanhamento e Controle da Área Ambiental para a região da Tríplice Fronteira entre os Ministérios do Interior, reunidos em fevereiro de 1999 em Assunção. A Comissão da Tríplice Fronteira, é um Projeto Piloto entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai que abordará os temas ambientais para cooperar entre os Estados Partes. A Argentina, o Paraguai e o Brasil entregaram Documentos sobre riscos ambientais a nível nacional e regional (Anexos X, XI e XII da Ata, respectivamente).

Na XII Reunião, de outubro de 1999, a Delegação do Uruguai propôs basear a discussão no documento apresentado pela Delegação da Argentina devido a seu caráter sintético e apresentou sua experiência de Análise dos Riscos Ambientais com a cooperação bilateral do governo do Canadá (Anexo V da correspondente Ata).

As delegações decidiram avaliar e dar prioridade aos diversos riscos em um plano comum regional no âmbito de uma Comissão Ad-Hoc. Segundo ela aprovou-se dar prioridade aos riscos da seguinte forma (não aparecem em ordem de hierarquia): enchentes, secas, incêndios florestais, derrames de substâncias perigosas, acidentes em sistemas de energia (represas, gasodutos, nuclear, térmica, etc.).

Na XIII Reunião de abril de 2000, as Delegações resolveram avançar na busca de mecanismos de

cooperação. A Delegação Argentina apresentou uma cópia do Acordo de Cooperação Argentino-Chileno sobre catástrofes como exemplo de implementação de cooperação (veja Anexo IV.a da correspondente Ata). As delegações comprometeram-se a entregar na próxima reunião uma lista dos pontos nacionais responsáveis ou competentes para atender as emergências ambientais prioritizadas, uma descrição da capacidade operacional e de resposta de cada Estado Parte, as dificuldades de tipo legal existentes que possam interferir no atendimento conjunto das emergências e a identificação dos instrumentos internacionais que regem o tema de emergências ou catástrofes ambientais, ratificados pelos Estados-Partes.

Na XIV Reunião, de junho de 2000, foram revisados os compromissos da Ata anterior. A documentação da Delegação Argentina foi considerada referente para os restantes sub grupos. Foi apresentado um projeto de Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Emergências Ambientais no MERCOSUL. A Delegação Argentina afirmou o reconhecimento dos acordos já assinados (Anexo III.b da Ata da Reunião). A Argentina apresentou o Plano Nacional de Preparação e Combate Contra a Poluição Aquática por Hidrocarbonetos e do Manejo de Fogo.

Na XV Reunião feita em setembro de 2000 as Delegações apresentaram suas opiniões sobre o Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Emergência no MERCOSUL, elaborado pela Argentina. A Delegação Brasileira explicou a necessidade de ligar jurídica e institucionalmente esse instrumento com a proposta do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre Meio ambiente, encaminhada ao Grupo Mercado Comum através da REC./SGT-6/Nº 1/99, na sua XI Reunião Ordinária. As Delegações do Paraguai e do Uruguai concordaram com o desenvolvimento dos aspectos operacionais coordenados em casos de emergências, prevendo a conveniência de iniciar discussões sobre o marco jurídico específico. A Delegação Argentina salientou a existência de dois aspectos diferentes, um relacionado com a necessidade de continuar com a abordagem das questões operacionais e outro que refere à importância de tratar o projeto quadro de Cooperação sobre Emergências Ambientais, que não depende do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre Meio ambiente. Sem consenso sobre a questão jurídica, acordou-se continuar as discussões operacionais e sistematizar as informações, segundo o Formulário “Sistematização das Informações sobre Emergências Ambientais” do Anexo 5.a da Ata. A Delegação Paraguaia apresentou o documento contendo a Lei Nº 153/93, que cria o Comitê de Emergência Nacional, Regulamento para Assistência para o Comitê de Emergência Nacional.

Na XVI Reunião de dezembro de 2000 formou-se um Grupo de Trabalho Ad-Hoc para examinar os Formulários. O grupo elaborou três documentos visando regulamentar e facilitar o intercâmbio de informações sobre acidentes e emergências ambientais. Essas propostas submetidas a consulta nos quatro países.

- a. Formato de notificação por descargas prováveis / efetivas de hidrocarbonetos, substâncias nocivas e substâncias potencialmente perigosas.
- b. Formato de notificação suplementar de acompanhamento.
- c. Formato de notificação para solicitude de requisitos.

A Delegação Argentina fez questão de que todas as delegações deviam apresentar seus formulários. A Delegação Brasileira distribuiu cópias da Lei Nº 9.966, de 28 de abril de 2000, sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição provocada pelo derrame de combustíveis e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas de jurisdição nacional, determinante para a elaboração do Plano Nacional de Contingências.

Na XVII reunião, de abril de 2001, as Delegações acordaram desenvolver as ações listadas de Emergências Ambientais escolhendo as primeiras nove como governos a ser desenvolvido de abril de 2001 até março de 2002 (Ver Pautas de Trabalho, Anexo 2.c da Ata). A Delegação do Paraguai informou sobre o sistema de notificação para casos de incidentes contaminantes usados no âmbito da Hidrovia Paraguai - Paraná. A Delegação do Brasil apresentou o Plano Nacional de Contingências e Planos Individuais de Emergências, em processo de aprovação e que definirá a nova estrutura legal-institucional para Emergências Ambientais (Anexo 6.1.c da correspondente Ata).

Finalmente, a XX Reunião, de dezembro de 2001, estabeleceu que as delegações que ainda não

tiverem apresentado seu formulário com a informação de base, o encaminhem à PPT antes de 20 de fevereiro de 2002 para consolidar um texto único que seja posteriormente publicado.

3.2.5.6 Marco Jurídico das ações de proteção do meio ambiente

Acordo Marco sobre Meio ambiente do MERCOSUL

Em junho de 2001, 13 o Conselho Mercado Comum aprovou o Acordo Quadro sobre Meio ambiente do MERCOSUL, elaborado pelo Sub Grupo de Trabalho Nº 6.14. Este Acordo tem como objetivo a proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento Sustentável, através da articulação entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, contribuindo para uma melhor qualidade do ambiente e da vida das populações.

A seguir apresenta-se um Resumo do Acordo (o texto completo está no Anexo 3 deste documento).

No Preâmbulo, os Estados Parte ressaltam a necessidade de cooperar para a proteção do meio ambiente e para a utilização sustentável dos recursos naturais com vistas a alcançar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável; manifestam estar convencidos de que a participação da sociedade civil permite lograr os objetivos anteriores; propõem cooperar entre Estados para implementar seus compromissos internacionais preconizados na Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992; observando a legislação e as políticas nacionais vigentes; consideram que as políticas comerciais e ambientais devem complementar-se para assegurar o desenvolvimento sustentável no âmbito do MERCOSUL.

O Artigo 3, que inclui os Princípios do Acordo estabelece que para lograr seu objeto os Estados Partes coordenarão políticas para:

- a) Promover a proteção do meio ambiente e o aproveitamento sustentável dos recursos, com base nos princípios de gradatividade, flexibilidade e equilíbrio.
- b) Incorporar a componente ambiental nas políticas setoriais e na tomada de decisões que se adotem no âmbito do MERCOSUL.
- c) Evitar a adoção de medidas que restrinjam ou distorçam, de maneira arbitrária ou injustificada, a livre circulação de bens e serviços no âmbito do MERCOSUL.
- d) Tratar em forma prioritária e integral as causas dos problemas ambientais.
- e) Promover a participação da sociedade civil no tratamento das questões ambientais.
- f) Fomentar a internalização dos custos ambientais através de instrumentos econômicos e regulatórios de gestão.

O Artigo 6 estabelece que os Estados Partes aprofundarão a análise dos problemas ambientais da sub-região, com a participação dos organismos nacionais competentes e das organizações da sociedade civil, devendo implementar, entre outras, as seguintes ações:

- Incrementar o intercâmbio de informação sobre leis e políticas ambientais, assim como seus aspectos sociais, culturais, econômicos e de saúde, em particular aqueles que possam afetar o comércio ou as condições de competitividade no âmbito do MERCOSUL.
- Incentivar políticas e instrumentos de gestão ambiental e harmonizar as legislações considerando as diversas realidades ambientais, sociais e econômicas dos Estados Partes
- Identificar fontes de financiamento para desenvolver as capacidades dos Estados Partes.
- Contribuir para a promoção de condições de trabalho ambientalmente saudáveis e seguras para possibilitar a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar social e a geração de emprego.

- Contribuir para que os demais foros e instâncias do MERCOSUL considerem adequada e oportunamente os aspectos ambientais pertinentes.
- Promover a adoção de processos produtivos e serviços não degradantes do meio ambiente e incentivar a pesquisa científica e o desenvolvimento de tecnologias limpas.
- Promover o uso de instrumentos econômicos de apoio à execução das políticas para a proteção do meio ambiente.
- Estimular a harmonização das diretrizes legais e institucionais para prevenir, controlar e mitigar os impactos ambientais nos Estados Partes, com especial atenção nas áreas fronteiriças.
- Prestar informações sobre desastres e emergências ambientais que possam afetar os demais Estados Partes e, quando possível, apoio técnico e operacional.
- Promover a educação ambiental formal e não formal e fomentar conhecimentos, hábitos de conduta e a integração de valores orientados ao alcance do desenvolvimento sustentável.
- Considerar os aspectos culturais nos processos de tomada de decisão em matéria ambiental
- Desenvolver acordos setoriais para a consecução do objetivo deste Acordo.

Os Estados Partes acordarão pautas de trabalho que contemplem as áreas temáticas previstas:

1. Gestão Sustentável dos recursos naturais:

fauna e flora silvestres
 áreas protegidas
 diversidade biológica
 biossegurança
 recursos hídricos
 recursos ictícolas e aquícolas
 conservação do solo

2. Qualidade de vida e planejamento ambiental

saneamento básico e água potável
 resíduos urbanos e industriais
 resíduos perigosos
 substâncias e produtos perigosos
 proteção da atmosfera/qualidade do ar
 planejamento do uso do solo
 fontes renováveis e/ou alternativas de energia

3. Instrumentos de política ambiental

legislação ambiental
 instrumentos econômicos
 educação e comunicação
 instrumentos de controle e avaliação de impacto
 contabilidade e gerenciamento ambiental
 gerenciamento ambiental de empresas
 tecnologias ambientais (pesquisa, processos e produtos)
 sistemas de informação
 emergências; avaliação de produtos e serviços ambientais

4. Atividades produtivas ambientalmente sustentáveis

ecoturismo
 agropecuária sustentável
 gestão ambiental empresarial
 manejo florestal sustentável
 pesca sustentável

O Artigo 8 estabelece que as controvérsias que surgirem entre os Estados Partes serão resolvidas pelo sistema de resolução de controvérsias vigente no MERCOSUL.

3.2.5.7 Sistema de Informação Ambiental

Durante a I Reunião Ordinária do Sub Grupo de Trabalho 6 Meio ambiente, celebrada em Montevideu em outubro de 1995, foi identificado o Sistema de Informação Ambiental do MERCOSUL (SIAM) como um tema prioritário para desenvolver coordenadamente entre os Estados Partes. Fundamentase na evolução do tratamento da temática ambiental em cada um dos Estados Partes e na crescente influência dessa temática no processo de integração. Tudo isso torna necessária a criação de um sistema de informação que seja útil na tomada de decisões e na geração de iniciativas de coordenação e consenso, para consolidar uma ação harmônica ao focalizar essa temática.

Dezembro de 1996 foi fixado como prazo para seu desenvolvimento. Isto é significativo devido a que foi só no ano 2001 que conseguiu acordar-se uma única proposta, após uma consultoria contratada pelo SGT N°6 com o apoio da OEA.

Durante a II Reunião Ordinária de maio de 1996, o representante da Argentina apresentou um rascunho de Sistema de Informação Ambiental do MERCOSUL (SIAM), (Anexo IV da Ata da referida Reunião). O representante do Brasil informou que no seu país há vários sistemas de informação operando, que vinculam com Organismos Nacionais, Estaduais e Municipais. O Representante do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA) explicou as atividades do Programa e interessou-se em apoiar esta iniciativa em coordenação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Na III Reunião Ordinária de Brasília em agosto de 1996, o Brasil apresentou o documento em que o PNUMA propõe o desenvolvimento de um “Sistema de Informação Ambiental para os Países da Bacia do Prata” (Anexo V da correspondente Ata). O Paraguai apresentou o documento “Relatório da Missão dos Técnicos do PNUMA no Paraguai”. A Argentina apresentou sua proposta “Sistema de Informação Ambiental para o MERCOSUL” (Anexo VII da Ata). Foi criado um Grupo de Trabalho Ad-Hoc para unificar as propostas para o desenvolvimento do SIAM (Anexo VIII da Ata).

Na VI Reunião de junho de 1997, a Argentina apresentou um relatório sintetizando os trabalhos do Sub Grupo e um informe com a evolução do Sistema de Informação Ambiental (SIA) na Argentina. Também acordou-se coordenar com a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do MERCOSUL (RCeT) atividades sobre o SIA e capacitação de recursos humanos. O Paraguai entregou um relatório sobre o SIA da República do Paraguai.

De 11 a 13 de agosto de 1997 teve lugar em Montevideu a Oficina do Sistema de Informação Ambiental para os países do Prata promovido pelo PNUMA. A Argentina e o Brasil propuseram que a instalação do SIA correspondesse a cada país, de acordo com as diretrizes que o Grupo Mercado Comum fornece ao MERCOSUL.

Os Coordenadores dos diversos países tiveram contato com o representante do Escritório Regional da OEA em Montevideu, que informou das características de um Projeto para a criação de um Sistema de Informação Ambiental para os países do MERCOSUL (SIAM). Decidiu-se que a Presidência Pro Têmpore encaminhasse a iniciativa ao Comitê de Cooperação Técnica, para ser apresentada na próxima reunião do Grupo Mercado Comum.

Durante a VIII Reunião de março de 1998, a Delegação Argentina propôs formar uma Comissão Quadripartita Ad-Hoc para elaborar uma síntese das iniciativas existentes (Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia e SGT N.º 6) e um cronograma realista que termine com o funcionamento do SIAM (Anexo V da Ata da Reunião).

Durante a IX Reunião Ordinária, de junho de 1998 as Delegações da Argentina e do Brasil apresentaram documentos sobre seus respectivos SIA (Anexos VIII e IX da Ata da referida Reunião). Foi proposto pedir à Comissão de Cooperação Técnica do MERCOSUL o estudo do “Projeto Sistema de Informação Ambiental para a Região do MERCOSUL”, apresentado perante o Programa de Cooperação Solidária do CIDI / OEA (Anexo XI da Ata).

Na X Reunião, de agosto de 1998, o Brasil e a Argentina informaram da disponibilidade de uma página Web nos respectivos pontos focais. Considerando a aprovação proposta para a cooperação técnica com a OEA, uma Comissão Ad-Hoc reuniu-se para formular uma estratégia operacional para implementar o Sistema.

Durante a XI Reunião, de março de 1999, informou-se da realização de duas Oficinas no Uruguai sobre SIA e do donativo de equipamentos informáticos ao Paraguai feito pela OEA. Durante a seguinte Reunião, a Comissão Ad-Hoc reuniu-se com o PNUMA e elaborou uma proposta para apoiar suas atividades de identificação de fontes de financiamento para continuar com o plano de ação.

Na XIII Reunião de abril de 2000 foram revisados os resultados das gestões em procura de apoio para a instalação do SIAM. O Brasil apresentou um Formulário “Instrutivo para avaliar capacidades institucionais para desenvolver o SIA do MERCOSUL” para diagnosticar a situação do SIAM de cada país. Foi acordado completar o instrutivo em 45 dias e encaminhá-lo à Presidência (Anexo III.a da Ata da Reunião).

Na seguinte reunião o Uruguai apresentou o apoio da Confederação de Entidades de Tecnologia da Informação do MERCOSUL (CETIM) para o SIAM (Anexo II.c da Ata).

Na XV Reunião de setembro de 2000 informou-se que o PNUMA forneceria os recursos a partir de outubro para o financiamento de uma Consultoria para o Desenvolvimento do Sistema de Informação Ambiental MERCOSUL - SIAM e para a organização de um Seminário Regional. Também informou-se que foram realizadas consultas com a Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM) para incluir a página inicial do SIAM no site da SAM.

Durante a seguinte Reunião, de dezembro de 2000, as Delegações expressaram sua preocupação por contar com os recursos financeiros para continuar as tarefas. A Argentina apresentou sua proposta de página inicial do SIAM, salientando que o desenho final será aperfeiçoado. As Delegações acordaram informar à Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM) que estão tramitando os mecanismos para disponibilizar os sites www.meioambiente-mercosul.org (em português) e www.meioambiente-mercosur.org (em espanhol, a ser implementado pela Coordenação Argentina) para o Sistema. Estabelecido o domínio www.Mercosul.org, o Sub Grupo considerará a conveniência de manter os domínios acima referidos ou acrescentar as informações do SIAM à página da Secretaria Administrativa (www.Mercosur.org/medioambiente).

Na XVII Reunião de abril de 2001 o Grupo Ad-Hoc criado para avaliar os candidatos a consultores dentro do Projeto PNUMA/ OEA, escolhe o Consultor para o Projeto e pede à PPT, a urgente contratação.

O Brasil assinalou como Ponto Focal para o SIAM, a Secretaria Executiva do Ministério de Meio ambiente, a Argentina designou a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Política Ambiental, o Paraguai escolheu a Secretaria do Ambiente e o Uruguai, o Ministério de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio ambiente.

Na XVIII Reunião de junho de 2001 o Senhor Luiz Bursztyn, consultor OEA/ PNUMA, informou sobre os diversos desenhos e sistemas usados em cada país para posteriormente elaborar uma proposta de SIAM. Entregou um Documento de Avanços, sendo decidida a organização de uma Oficina para avaliar o informe. Quanto ao domínio do SIAM, as Delegações apresentam três alternativas para serem analisadas: www.meioambiente.mercosur.org, www.mercosur.org.uy (página Web da SAM) ou acessar através dos Sistemas Nacionais (instituições).

Na XIX Reunião Ordinária de agosto de 2001 teve lugar a Oficina, organizada por OEA-PNUMA para a criação do SIAM.

A última Reunião de dezembro de 2001 aprovou o relatório do Consultor apresentado na anterior reunião (veja Anexo 2 da Ata correspondente e resumo apresentado no Anexo 4 deste documento). O Chefe do Setor Informático da SAM explicou que a partir do primeiro semestre de 2002, a repartição terá a

capacidade operativa necessária sem custos adicionais para os Estados Partes. No entanto a referida Secretaria informou que não pode fornecer suporte para o desenho e desenvolvimento inicial do sistema e suas eventuais adaptações.

3.2.5.8 Reunião Especializada de Municipalidades e Prefeituras do MERCOSUL. REMI

I Reunião

Teve lugar na cidade de Assunção, em 14 de junho de 2001 com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, Paraguai e Uruguai, que apresentaram uma síntese da situação municipal em cada país.

A Delegação Argentina salientou seu caráter constitucional e a necessidade de efetivar a autonomia municipal através das províncias, acompanhando-a com os recursos econômicos financeiros; reafirmou a importância de assumir uma maior participação institucional nos âmbitos de decisão nacionais e regionais; propôs o sistema de parceria e a cooperação como alternativa para a geração de novos instrumentos para o desenvolvimento local.

A delegação Brasileira salientou a importância da participação dos governos locais no MERCOSUL, ressaltando que, no seu país, 80% da população é urbana, e 12% mora em metrópoles de mais de um milhão de habitantes. Informou que pela Constituição Federal de 1988, as prefeituras tornaram-se entidades federais, reconhecendo constitucionalmente sua autonomia e que nos últimos 5 anos as transferências financeiras da União às prefeituras cresceram 130%. Afirmou que o MERCOSUL poderá ser revitalizado desde as cidades, através de um processo de integração que ultrapasse os aspectos comerciais e alcance uma integração dos povos.

A Delegação do Uruguai salientou a importância de construir visões comuns e opiniões compartilhadas desde o MERCOSUL, esclareceu que o Congresso Nacional de Prefeitos, constitucional desde 1998, é a instância articuladora das prefeituras no Uruguai e, devido à falta de instâncias intermédias de governo (províncias ou estados) possui uma relevante representatividade.

A Delegação do Paraguai salientou o caráter embrionário do municipalismo no seu país, visto que faz apenas 10 anos que as autoridades locais são eleitas democraticamente. Descreveu a autonomia das prefeituras no Paraguai e as limitações reais existentes do ponto de vista normativo e de competências. Finalmente fez uma síntese da evolução histórica do municipalismo Paraguaio, salientando o processo de transição e seus efeitos sobre os governos municipais e a comunidade, sob a necessidade de atingir uma maior descentralização

Os integrantes das diversas delegações nacionais acordaram manter um fluído relacionamento com a Rede Mercocidades para aproveitar os esforços por ela desenvolvidos através de suas diversas instâncias (Conselho, Unidades Temáticas, Secretaria Executiva) para a união entre as cidades do Cone Sul.

Como Plano de Trabalho para 2001, a Reunião Especializada de Municipalidades e Prefeituras do MERCOSUL recomendou ao Grupo Mercado Comum:

- Promover a participação das municipalidades nas diversas instâncias de interação com os organismos internacionais de cooperação e de financiamento.
- Elaborar um documento por parte de cada uma das coordenações nacionais sobre a situação dos regimes de autonomia municipal.
- Intercambiar experiências e informações entre cidades com características semelhantes (turísticas, de fronteira, agrícolas, portuárias, desenvolvimento de alta tecnologia, etc.) através das coordenações nacionais.
- Integrar as atividades da Rede de Mercocidades na agenda da REMI.

II Reunião

Teve lugar na cidade de Montevideú, em 26 de outubro de 2001, com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, Paraguai e Uruguai. Uma delegação do Chile participou como observadora.

Foram abordados os temas a seguir:

- 1.** Apresentação dos documentos sobre Autonomia Municipal elaborados pelas coordenações nacionais (Anexo III da correspondente Ata). Resolveu-se que fossem estudados pela Unidade Técnica de Autonomia e Gestão Local de Mercocidades, apresentando um relatório às Seções Nacionais 30 dias antes da próxima REMI.
- 2.** Participação das Prefeituras em instâncias de cooperação e financiamento dos Organismos Internacionais.
- 3.** Intercâmbio de experiências e informações entre cidades com características semelhantes, através das coordenações nacionais.
- 4.** Documentos das Seções Nacionais sobre Autonomia Municipal:
 - “Descentralização e autonomia nos Governos Departamentais do Uruguai”.
 - “Autonomia e Integração: os rumos do federalismo cooperativo no Brasil”, Documento da Prefeitura do Município de São Paulo.
 - “A Autonomia Municipal na República Argentina”.
 - “Autonomia Municipal na Institucionalidade Legal Chilena”.
 - “Argentina: Cidades com características semelhantes e/ou complementares”.
 - “A Contribuição dos Governos Municipais na construção do MERCOSUL” apresentado pela delegação do Uruguai.
- 5.** Como recomendação ao Grupo Mercado Comum que sugere ao Comitê Técnico de Cooperação

do MERCOSUL que acelere a análise do Projeto “Gestão de Resíduos Sólidos nas cidades do MERCOSUL”.

4. O MARCO DAS MERCOCIDADES E A TEMÁTICA DO MEIO AMBIENTE

4.1 Antecedentes

O Seminário “MERCOSUL, alternativas e desafios para as cidades”

No marco do Encontro Internacional “MERCOSUL, alternativas e desafios para as cidades”, feito em Assunção do Paraguai em 7 de março de 1995, prefeitos e representantes das cidades de Montevideu, Assunção, Brasília, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Santiago expressaram que “uma das formas de abertura econômica adotada pela América Latina reflete-se na integração regional de blocos de países com o objetivo duplo de aumentar o comércio e a concorrência entre eles e fortalecer posições negociadoras no mercado internacional”. E as expressões dessa integração, “já estão aparecendo em aspectos como investimento, infra-estrutura, migrações, emprego, meio ambiente e outros”.

Os participantes afirmaram que a transformação dos territórios nacionais dos quatro países em uma única região integrada, provocará mudanças no relacionamento entre as cidades e suas áreas de influência, condicionada muitas vezes por limites fronteiriços, diferenças de mercados, regulamentações e restrições na circulação de bens e agentes econômicos entre países.

Prognosticaram que no novo marco de políticas urbanas, o êxito ou fracasso das cidades vai depender da sua capacidade de adaptação às novas exigências dos mercados internacionais, à flexibilidade de suas estruturas produtivas e comerciais e à capacidade de se inserir em redes. Estabeleceram a necessidade de atrair investimentos, gerar emprego e renovar as bases produtivas de suas cidades como novas estratégias urbanas.

Analysaram que as cidades têm enfrentado limitações decorrentes dos efeitos sociais das políticas de ajuste econômico, da insuficiência dos recursos públicos, da fraca integração social urbana e da escassa cooperação entre os setores público e privado.

Afirmaram que as cidades do MERCOSUL devem dar resposta a cinco tipos de desafios:

- a renovação ou reconversão da base produtiva da cidade,
- a geração e a permanência de infra-estrutura urbana adequada,
- a garantia de níveis aceitáveis de qualidade de vida,
- a articulação de mecanismos viáveis de integração social e
- à obtenção do mínimo de governabilidade que possibilite a administração dos processos urbanos.

Levando em conta a nova trama territorial que criou o MERCOSUL, os participantes concluíram:

- exigir o direito a exercer um papel ativo e autônomo no desenho de políticas urbanas e inserir as cidades no novo marco regional;
- criar um Conselho de Cidades do MERCOSUL, chamado “Mercocidades” para coordenar esforços e recursos para o desenvolvimento urbano;
- instalar uma Unidade Técnica Coordenadora que apoie as decisões políticas do Conselho e formar um Fundo para o Desenvolvimento Urbano que coordene a cooperação internacional para fortalecer os processos urbanos das cidades do MERCOSUL;

- organizar uma Cimeira de Prefeitos de Cidades do MERCOSUL para ratificar estas propostas.

Compromisso de Porto Alegre

Na seguinte reunião celebrada em Porto Alegre, de 12 a 13 de julho de 1995, os Prefeitos e representantes das cidades presentes consideraram que o processo de globalização econômica e integração supranacional provocou um forte impacto nos nossos países, especialmente nas grandes concentrações urbanas, onde mora a maioria da população mundial.

Afirmaram que “esta verdadeira revolução econômica e institucional exige um novo padrão de gestão do poder local, que acrescenta às funções de prestação de serviços e de investimentos em infraestrutura urbana, novas competências relacionadas com o desenvolvimento econômico, social e cultural e com a inserção das cidades no contexto regional e internacional”.

Insistiram na participação dos municípios para que esta nova plataforma de desenvolvimento e integração entre as nações seja democrática e participativa, porque nas cidades é onde os cidadãos convivem com o poder público de uma forma mais próxima e direta, e são as prefeituras quem têm maior capacidade para resolver os problemas sócio- econômicos dos habitantes.

Por tanto “só a participação integrada e integradora das prefeituras pode desenvolver um intercâmbio social e cultural entre os povos, que envolve uma integração não apenas dos mercados mas também das comunidades, o que dará uma nova qualidade na formação do MERCOSUL”.

Os representantes explicaram que as cidades pretendem enfrentar juntas seus problemas e potencializar as novas oportunidades, para atingir o desenvolvimento harmônico e equilibrado entre as cidades, as províncias e as nações. Isso será possível admitindo a necessidade de uma integração entre países justa, solidária e engajada na construção de uma ordem social e econômica não excludente. Finalmente, comprometeram-se a continuar o processo de formação de uma Rede de Cidades para:

- a) intercambiar experiências políticas e administrativas para potencializar as ações da rede;
- b) constituir uma via de participação dos municípios no processo de formação do MERCOSUL, para fortalecê-lo, democratizá-lo e transformá-lo em uma efetiva integração das comunidades.

Definiram-se como prioritários os temas de:

- comércio exterior, através das experiências dos Trade Points ou semelhantes;
- ciência e tecnologia, através de articulações de experiências de inovação tecnológica;
- cultura, através de eventos ligados à história cultural de cada cidade;
- planejamento urbano e ambiental, analisando as diversas iniciativas;
- gestão municipal, participação cidadã e desenvolvimento social;
- diálogo com os governos centrais para obter o reconhecimento como Rede de Mercocidades.

Propuseram um novo encontro em Assunção em novembro de 1995 para:

- eleger uma Secretaria Executiva provisória (Porto Alegre junto com Assunção);
- eleger coordenações temáticas para formular propostas de funcionamento da Rede, continuar atividades previstas para 1996 e propor novas atividades.

Na reunião foram definidas as primeiras cidades responsáveis pelas coordenações temáticas:

1. Curitiba: Comércio Exterior.
2. Rio de Janeiro: Ciência e Tecnologia.
3. Salvador: Cultura.
4. Buenos Aires e Rosario: Planejamento Urbano e Ambiental.
5. Belo Horizonte: Gestão Municipal.
6. Montevideú: Desenvolvimento Social.

Primeira Cimeira de Cidades do MERCOSUL. Ata de Assunção

O processo fundacional da Rede de Mercocidades foi encerrado pela 1^{ra}. Cimeira de Cidades celebrada em Assunção no dia 11 de novembro de 1995, onde chefes de governos municipais e representantes afirmaram que, pelo fato de as cidades serem espaços de interação humana de crescente importância e suas organizações administrativas serem ativas entidades de participação política, não podem se manter isoladas das relações internacionais. A representação institucional municipal tem um papel essencial nos processos de integração regional, considerando que vários dos seus objetivos essenciais concordam plenamente com os do MERCOSUL. Resolveu-se institucionalizar uma entidade chamada Mercocidades que tem como principal finalidade a criação de uma rede de cidades, visando uma ativa participação no contexto do MERCOSUL e impulsionar o reconhecimento dessa participação na sua estrutura.

4.2 Estrutura atual da Rede de Mercocidades

A REDE está integrada hoje da seguinte forma:

Assembléia Geral de Sócios: formada pelos chefes de governo das cidades integrantes. É o máximo órgão de resolução. Reúne-se anualmente nas chamadas Cimeiras de Mercocidades.

Conselho de Mercocidades: composto por duas cidades de cada país do MERCOSUL e por uma cidade de cada país associado. É o órgão superior de administração de Mercocidades.

Comissão Diretiva: integrada pela cidade sede atual da Secretaria Executiva, pela anterior e pela próxima. É um organismo de apoio da Secretaria Executiva.

Secretaria Executiva: exercida durante um ano em forma alternada, por uma cidade escolhida pela Assembléia.

Unidades Técnicas ou Temáticas: integradas por um grupo de cidades com a coordenação de uma delas. Desenvolvem atividades sobre um assunto específico: autonomia e gestão municipal; ciência, tecnologia e capacitação; cooperação internacional; cultura; desenvolvimento econômico local; desenvolvimento social; sub-unidade de juventude; desenvolvimento urbano; educação; gênero e município; meio ambiente; planejamento estratégico; turismo.

Secretaria Técnica Permanente: criada na VI Cimeira de Mercocidades celebrada em Rosario em 4 e 5 de setembro de 2000. Tem sua sede em Montevideú, no Edifício MERCOSUL, sendo seu objetivo vincular a agenda de Mercocidades com a agenda do MERCOSUL, e reunir e arquivar em um espaço físico, todo o elaborado pelas Unidades Temáticas e pelas diversas instâncias da Rede.

4.3 Objetivos da Rede

1. Impulsionar o reconhecimento das cidades participantes na estrutura do MERCOSUL, visando a co-decisão nas áreas da sua competência.
2. Promover a criação de redes de cidades através de Unidades Temáticas que desenvolvam ações, projetos e programas de interesse comum, adequados ao processo de integração.
3. Estabelecer mecanismos de comunicação de informação e intercâmbio de experiências entre as cidades e facilitar o acesso dos cidadãos aos centros municipais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultural.
4. Promover convênios e serviços recíprocos entre as municipalidades para potencializar: recursos humanos, experiências de gestão e desenvolvimento urbano, serviços e infra-estrutura.

5. Fomentar a cooperação Intermunicipal em áreas como ciência e tecnologia, cultura, lazer, esporte e turismo, e impulsionar as Unidades Temáticas como âmbitos formais de coordenação de estudos, planos e estratégias em temas comuns.

6. Promover a participação da cidadania no âmbito político, econômico, social e cultural, potencializando ao governo municipal no seu papel representativo dos interesses de seus habitantes e alternativas para resolver rapidamente os problemas das cidades.

4.4 Unidades Temáticas

As Unidades Técnicas, posteriormente chamadas Temáticas, são grupos de trabalho e desenvolvimento de atividades sobre um tema específico. Estão integradas por cidades participantes da Rede das Mercocidades e são coordenadas por uma delas.

Hoje as Unidades Temáticas são: Autonomia e Gestão Municipal; Ciência, Tecnologia e Capacitação; Cooperação Internacional; Cultura; Desenvolvimento Econômico Local; Desenvolvimento Social; Sub-unidade de Juventude; Desenvolvimento Urbano; Educação; Gênero e Município; Turismo; Meio ambiente; Planejamento Estratégico.

4.4.1 Unidade Temática de Meio ambiente

Durante o Período 2001-2002, esta Unidade Temática é coordenada pela cidade de São Paulo e co-coordenada pela cidade de Buenos Aires.

Coordenação atual: São Paulo (Brasil)

Prefeita: Marta Suplicy (PT)

Diretor Relações Internacionais: Jorge Mattoso

Diretor da Secretaria Municipal de Meio ambiente: Stela Goldestein

Referente: Zulmara Salvador

Endereço: Rua do Paraíso, 397, 10º andar, CEP - 04103-000 São Paulo - Capital

Fone: (5511) 2888522 2832518

Fax: (5511) 2832578

E-mail: zulmaras@prefeitura.sp.gov.br

4.4.1.1 Antecedentes

No relatório preparado pela primeira Cidade Coordenadora, sob a responsabilidade do Ex Alcaide da cidade de Concepción, Chile,¹⁵ Sr. Ariel Ulloa Azócar, explica-se que no início do trabalho da Unidade Técnica de Meio ambiente, deu-se prioridade ao contato entre técnicos das cidades, daí surgiu a idéia de compartilhar experiências sobre gestão integrada de resíduos sólidos. Desse novo relacionamento nasceu em 1997 a Oficina de Gestão de Resíduos Sólidos, celebrada em Concepción, que teve o apoio da Cooperação Francesa, e foi elaborado um dossiê com informação comparando gestões de resíduos sólidos entre cidades francesas e da região.

Os temas principais desenvolvidos pela Oficina foram:

- Estratégia Global de gestão de resíduos sólidos: enfoque político e técnico. Cidade de Lille, França.
- Administração integrada de resíduos sólidos. Porto Alegre, Brasil.
- Meios de gestão de detritos produzidos em grandes urbes. As ações do plano TRIVAC. Bordeaux, França.
- Plano mestre de manejo de resíduos sólidos de Assunção e da área metropolitana. Assunção, Paraguai.
- Gestão de vertedouros e controle da contaminação do solo. Nantes, França.

- Experiência de mudança na gestão dos resíduos sólidos urbanos. Rosario, Argentina.
- Níveis de eficiência no aproveitamento dos detritos urbanos: aperfeiçoamento contínuo da gestão de resíduos sólidos. Paris, França.
- O “Negócio do lixo”, o produto, o cliente e o controle de qualidade em uma economia de mercado. Buenos Aires, Argentina.
- Primeiro estudo de caracterização e quantificação dos resíduos sólidos domiciliares da cidade de Montevideú. Montevideú, Uruguai.
- Os resíduos sólidos. Curitiba, Brasil.
- O lixo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.
- Fórum sobre o estado da arte, estratégias e coordenações de cooperação na gestão de resíduos sólidos.

Em 1999, cinco profissionais de municípios integrantes da Unidade Técnica estiveram na Feira Internacional Polutec, na França, fazendo um estágio de quinze dias para conhecer os sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos em diversas cidades desse país.

Coordenado por Concepción, foi editado em 1998 o primeiro e único número de um Boletim que sintetizou o trabalho da Oficina de Gestão de Resíduos Sólidos e 19 artigos de Mercocidades com experiências de gestão ambiental local. Neles aparecem orientações, os progressos e desafios em políticas de gestão e as experiências relevantes com metodologias e formas de organizar o trabalho local em meio ambiente.

Os artigos publicados são:

- Curitiba. Curitiba usa a criatividade para vencer o desafio do lixo. João Pedro de Amorim. Secretaria de Meio ambiente.
- Rio de Janeiro. Resíduos sólidos e saneamento do sistema hídrico. Maurício Lobo. Secretaria Municipal.
- Brasília. Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Antônio Ramaiana de Barros. Secretaria de Meio ambiente.
- Belo Horizonte. Princípios e metodologia de gestão ambiental. M. Rezente, M. Brito, C. Castro, J. Amorim e P. Maciel. Desenvolvimento e Meio ambiente.
- Santo André. Inovações em saneamento ambiental. João Ricardo G. Caetano. Serviço de água e esgotos.
- Salvador. Projetos de gestão em meio ambiente. Raimundo Torres. Secretaria de Planejamento, Meio ambiente e Desenvolvimento Econômico.
- São Bernardo Do Campo. Fundamentos de gestão ambiental. Sônia de Lima. Secretaria de Habitação e Meio ambiente.
- Juiz de Fora. Agenda 21, um compromisso com a qualidade de vida. T. Guerra, F. J. Gomes. Secretaria de Desenvolvimento.
- Piracicaba. Uma experiência inovadora no tratamento de resíduos sólidos domiciliares. G. Merli e P. Moretti. Serviço de água e esgotos.
- Porto Alegre. O Atlas Ambiental, conhecer para preservar. C. Langone, e R. Menegat. Secretaria de Meio ambiente.
- Rio Claro. Tratamento de resíduos sólidos. C. M. Do Santos e M. Cavalheiro. Secretaria de Desenvolvimento, Planejamento e Meio ambiente.

- Río Cuarto. Ambiente e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Alejandro Martí. Plano Estratégico da cidade.
- Córdoba. Política de gestão ambiental e tratamento de resíduos sólidos. Diana Márquez. Subsecretaria do Ambiente.
- Rosario. Cooperação Internacional e o projeto resíduos. Joaquín Blanco. Secretaria de Serviços Públicos.
- Buenos Aires. Políticas e programas de gestão. Paola Cocciaglia. Secretaria do Chefe de Governo da Cidade.
- Assunção. Gestão de resíduos sólidos da Associação Metropolitana de Municípios. C. Galarza e L. Denis. Direção de Meio ambiente.
- Fernando de la Mora. Tratamento de resíduos sólidos e comunidades saudáveis. Direção de Salubridade.
- Santiago de Chile. Gestão da qualidade do ar. N. Ahumada e P. Escobar. Gerência de Meio ambiente.
- Concepción. Programas de gestão ambiental local. L. Zúñiga, S. Valdés, V. Limardo e A. Espinoza. Secretaria de Planejamento, Meio ambiente e Coordenação.

Em 1998, com a cooperação do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento CIID/IDRC de Canadá, foi lançado o Concurso anual “Prêmio Mercocidades à Gestão Ambiental - Prêmio Cidades Solidárias”, para promover o desenvolvimento de projetos conjuntos entre municípios, universidades, empresas e comunidades locais. Com esse estímulo interessantes propostas nesta área foram conhecidas.

Em 16 de julho de 1999 reuniu-se a Comissão de Avaliação na sede da Prefeitura Municipal de Montevideú. De acordo com a avaliação que analisou as propostas apresentadas considerando sua contribuição ao conhecimento científico e ao desenvolvimento como aspecto diferencial, o prêmio foi entregue à Prefeitura de Porto Alegre, RS, Brasil, pelo projeto: “ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE”. Esse Atlas abrange as novas tecnologias de avaliação, com base no geoprocessamento, incluindo novos sistemas de informação geográfica, banco de dados e desenho, possibilitando novos cenários e se tornando um importante instrumento de integração de dados para fins de avaliação e educação ambiental. O Projeto CARTA AMBIENTAL da Municipalidade de General Pueyrredón, Mar del Plata, Argentina, recebeu uma Menção Honrosa.

O prêmio foi entregue durante a V Cimeira da Rede de Mercocidades, em setembro de 1999 na cidade de Belo Horizonte, Brasil.

Os restantes projetos apresentados foram:

- Troca de lixo por leite da Prefeitura de Juiz de Fora, Brasil.
- Microempresas de coleta e limpeza da Municipalidade de Rosario, Argentina.
- Observatório Ambiental da Municipalidade de Córdoba, Argentina.
- Proposta de sistema de esgoto para uma população de 100.000 habitantes na Prefeitura de Piracicaba, Brasil.
- Projeto Sauzal da cidade de Salto, Uruguai.
- Projeto Vivendo Melhor da Prefeitura de Belém, Brasil.

Durante a coordenação de Concepción foi proposta a implementação de um site na Web

www.mercoambiente.cl e foi desenvolvido um seminário virtual pela Internet sobre Desenvolvimento Sustentável de Cidades do MERCOSUL.

4.4.1.2 Reuniões da Unidade Temática

Concepción, Chile.

Em 21 e 22 de agosto de 2000 teve lugar a 1^{ra}. Reunião da Unidade Temática em Concepción, Chile. Durante o dia 21 ocorreu o Seminário Internacional Sobre Gestão Ambiental Local que teve seus resumos publicados em outubro de 2000.

Em 22 de agosto foi planejado o trabalho administrativo e temático da rede de Meio ambiente e decidiu-se encaminhar à Cimeira Anual da Rede, de 4 e 5 de setembro de 2000, em Rosario, as propostas a seguir:

Que a coordenação da Unidade Temática de Meio ambiente no próximo período, fosse Porto Alegre.

- Melhorar a organização, separando o trabalho em comissões e tendo uma cidade como animadora por tema. Cada comissão proporá atividades específicas, à coordenação. As comissões e integrantes têm sido estabelecidos inicialmente da seguinte forma:

- Comissão de prevenção e recuperação da qualidade dos meios aquáticos e atmosféricos e produção limpa. Cidade animadora: Montevideú. Integrantes: Cochabamba e Santo André.

- Comissão de preservação de solos e biodiversidade. Cidade animadora provisória (será buscada uma cidade brasileira com experiência neste tema): Concepción. Integrantes: Porto Alegre

- Comissão de Gestão Integrada de resíduos sólidos urbanos. Cidade animadora: Rosario. Integrantes: Río Cuarto, Mar del Plata

- Comissão de formação de quadros técnicos, educação ambiental e participação cidadã. Cidade animadora: Concepción. Integrantes: Buenos Aires, Santiago del Estero

- Comissão de planejamento estratégico, impacto ambiental e normativa. Cidade animadora: Santo André. Integrantes iniciais: Porto Alegre.

- Propor que as comissões trabalhem para preparar projetos voltados para a solução de problemas agudos comuns às cidades da rede, para que, em um desenho e execução associativo, possam ser gerenciados para obter financiamento internacional.

- Potencializar o site Web www.mercoambiente.cl, que passará a ser responsabilidade da coordenação da Unidade Temática, que estudará a possibilidade de traduzi-lo para o português. O meio oficial de comunicação será a Web, dando igual importância aos trabalhos que comuniquem êxitos quanto fracassos na gestão do meio ambiente. O site poderá ser acessado através de uma senha, solicitada à coordenação pelas cidades da Rede, instituições locais e pessoas responsáveis. As cidades publicarão no site Web, em um prazo de um mês, os trabalhos apresentados no Seminário Internacional de Gestão Ambiental Local. Finalmente haverá uma página externa, de difusão, aberta a todos os navegantes da Internet. Hoje a página não está funcionando.

- Apoiar os eventos de Porto Alegre, no período 2000/2001, sobre “Meio ambiente e Sustentabilidade Social”, “Qualidade do Ar” e “Riscos Químicos Urbanos”. No marco desses eventos terá lugar a reunião da Unidade Temática para discutir os trabalhos publicados no site e avaliar as atividades das comissões e da Unidade Temática.

- Manter e potencializar os programas de auditores ambientais em resíduos sólidos e disposição final, iniciados com o apoio da Federação Mundial de Cidades Unidas (FMCU).

- A proposta do Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), associar as cidades

da Unidade Temática de Meio ambiente, a esta organização, com o objetivo de conseguir apoio na gestão dos projetos. A Unidade Temática de Cooperação Internacional será informada para que possa avaliar esta proposta.

Mar del Plata, Argentina.

Em 15 de março de 2001 em Mar del Plata teve lugar a II Reunião da Unidade Temática de Meio ambiente, onde foi discutido o Plano de Trabalho apresentado por Porto Alegre para o período 2000 - 2001. Lá foi proposto:

- Operativizar o trabalho das cinco comissões criadas na reunião de Concepción.
- Implementar o Programa de Auditorias Ambientais em Resíduos Sólidos e Disposição Final, com o apoio da Federação Mundial de Cidades Unidas.
- Desenvolver em Porto Alegre as atividades propostas na reunião de ^[6] Concepción, coordenando com as reuniões de coordenação da Unidade Temática

Desenvolvimento, Meio ambiente e Sustentabilidade Social

Este tema fundamenta-se na idéia de que a busca exclusiva do benefício econômico, impõe à humanidade um aumento exponencial das conseqüências produto do progresso científico - tecnológico. Isto se reflete não apenas no aumento da desigualdade entre as pessoas, mas também entre países e regiões. Um projeto de desenvolvimento não será totalmente cumprido, sem levar em conta o enfoque socioambiental, incorporado pela reflexão ecológica. Esse novo padrão de desenvolvimento sustentável deve ser ambientalmente seguro e ecologicamente equilibrado para a sociedade presente e para as futuras gerações. A participação popular qualificada e a implementação do processo de educação ambiental são indispensáveis na proposição de valores que mudem os paradigmas em vigor e incorporem o enfoque socioambiental nos projetos de desenvolvimento.

Para o desenvolvimento deste tema sugere-se analisar:

- O desenvolvimento da Legislação Ambiental.
- A aplicação de Políticas de Desenvolvimento Sustentável.
- O meio ambiente como norte das políticas públicas.
- A implementação de programas de educação ambiental.
- A implementação de programas de geração de renda em comunidades carentes.
- O estudo das experiências desenvolvidas nas Mercocidades.

A qualidade do ar nas Mercocidades

Este tema fundamenta-se na idéia de que o aumento das emissões de gás nas cidades, produzido principalmente pelos veículos impulsados a derivados de petróleo e pelas indústrias, estão provocando graves danos à saúde das populações e ao meio ambiente. Para que o gestor público aplique um processo de gestão ambiental eficiente, é necessário que conheça as fontes de emissão, a qualidade do ar e sua relação com os impactos negativos sobre a saúde e o meio ambiente, os processos de controle dessas emissões e as formas de reduzi-las quando atingem a níveis nocivos.

Para o desenvolvimento deste tema sugere-se a análise:

- A qualidade dos combustíveis.

- A influência das condições atmosféricas no processo de propagação e dissipação dessas emissões.
- As técnicas de monitoramento do ambiente aéreo das cidades.
- A implementação de programas para melhorar a qualidade do ar das cidades.
- A implementação de programas de educação ambiental
- A aprovação de legislação na matéria
- Os processos de autorização, fiscalização e controle.
- O estudo das experiências desenvolvidas nas Mercocidades

Risco ambiental das atividades urbanas

O tema surge devido a que a complexidade das atividades industriais e de serviço instaladas nas cidades estão submetendo ao ambiente e seus habitantes a riscos crescentes. Esses riscos abrangem o transporte, o depósito e manejo de substâncias tóxicas e perigosas como gases e combustíveis, a deposição inadequada de resíduos e até as radiações não ionizantes como as produzidas pelas estações de rádio, base da telefonia celular. O gestor público tem que legislar sobre essas fontes de risco, estabelecer procedimentos de controle e preparar as comunidades para agir em caso de acidentes.

Sugere-se para o desenvolvimento deste tema:

- Discussão do Capítulo 19 da Agenda XXI.
- Analisar e desenvolver a legislação existente sobre o tema.
- Implementar Programas de Redução de Riscos.
- Desenvolver tarefas de capacitação das comunidades para prepará-las para eventuais acidentes.
- Avaliar os efeitos negativos desses riscos para a saúde e o ambiente.

Porto Alegre, Brasil.

De 2 a 10 de junho de 2001 teve lugar em Porto Alegre a Semana do Meio ambiente 2001, que teve como tema central a “Gestão Ambiental para a Inclusão Social, O que as cidades estão fazendo?”. Participaram as cidades de São Paulo, Buenos Aires, Montevideú, Rosario, Santa Fe, Porto Alegre, Santo André, La Pampa, Mar del Plata e representantes do Programa de Gestão Urbana para América Latina e o Caribe (PGU- ALC) e do Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais - ICLEI.

Dentro das atividades da Semana organizou-se a “Reunião do Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos da América Latina e do Caribe” criado em junho de 2000 a partir da assinatura do Protocolo de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Estabeleceu-se um Plano de Trabalho que procurava consolidar o Grupo de Trabalho através do estímulo à participação das cidades, instituições, ONGs e associações locais que abordassem o tema. E promover o intercâmbio de informação e conhecimentos existentes e o desenvolvimento de projetos integrados a partir da detecção das necessidades das próprias cidades.

No marco do mesmo Protocolo, teve lugar o “Seminário Internacional da Rede de Mercocidades” com os temas:

- Competência dos Municípios na gestão ambiental.
- Participação popular na gestão ambiental.

- Cidades para a inclusão social, o papel dos espaços públicos.
- Indicadores urbanos ambientais.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre informou que encaminhou o Projeto “Gestão de Resíduos Sólidos no MERCOSUL. Metodologias e procedimentos indicadores de gestão e de qualidade” para buscar recursos junto ao Trust Fund da França, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Federação Mundial das Cidades Unidas (FMCU) e a Rede de Mercocidades.

A FMCU e a Rede de Mercocidades através da Unidade Temática de Meio ambiente, coordenarão o Projeto. O objetivo geral do Projeto é contribuir ao aperfeiçoamento da gestão de resíduos sólidos nas principais cidades do MERCOSUL, integrantes de Mercocidades.

Espera-se fazer um Glossário com o vocabulário comum a todas as Mercocidades, produzir um documento de análise comparativa das legislações e regulamentações em vigor, desenvolver um modelo de gestão aplicado em quatro ou cinco cidades piloto, formar uma equipe técnica para o manejo dos instrumentos de gestão nessas cidades piloto, fortalecer a dinâmica da Unidade Temática e aperfeiçoar os instrumentos de validação de políticas públicas no setor de meio ambiente e saúde.

Foi assinado o Acordo de cooperação entre a Secretaria Técnica Permanente da Rede de Mercocidades e o Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (CIID/IDRC) através da Secretaria de Meio ambiente para América Latina e o Caribe (SEMA) para promover o desenvolvimento de conhecimentos que possibilitem melhorar a implementação de políticas de gestão ambiental urbana.

Finalmente, informou-se que a temática ambiental foi convidada para participar na Rede URBAL Nº6 de Meio ambiente, coordenada por Málaga, para elaborar um Projeto de Resíduos Sólidos. A cidade de Rosario servirá de contato entre as duas redes.

Valparaíso, Chile.

Em 4 de setembro de 2001 celebrou-se em Valparaíso a reunião da Unidade Temática. Nela, a coordenação mudou de Porto Alegre a São Paulo e a sub-coordenação a Buenos Aires. Gerson Almeida, representante da Prefeitura de Porto Alegre, Cidade Coordenadora, apresentou em agosto de 2001 o “Relatório da Temática Ambiental da Rede de Mercocidades” sobre as ações desenvolvidas durante o período 2000 - 2001. Levando em conta a realização da Conferência RIO+10 em 2001 em Joanesburgo, foi decidido dar prioridade ao tema para fortalecer a participação coordenada da Rede de Mercocidades nesse evento mundial.

Considerando que os temas definidos pela reunião de Concepción têm plena vigência diante dos debates da Conferência RIO+10, as discussões sobre a elaboração e implantação das Agendas 21 Locais e as propostas de Educação Ambiental, devem ser fortalecidas.

Como estratégia de aproximação das cidades da Unidade Temática propõe:

- Identificar um Banco de dados de todas as Secretarias de Meio ambiente das cidades participantes para fortalecer a comunicação através da Rede.
- Sistematizar e difundir as informações sobre experiências positivas e negativas, implementadas pelas diversas cidades. Para isso, São Paulo propõe distribuir um questionário para conhecer os processos de elaboração das Agendas 21 Locais nas cidades da Rede.

Para finalizar, o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos, propôs promover sistemas piloto em três ou quatro cidades e colher informações das cidades que tenham Planos Diretores de resíduos, drenagens e

saneamento que permitam trocar experiências, considerando os aspectos de inclusão social nos debates das políticas públicas de resíduos que incluam o tema dos coletores de lixo, a produção mais limpa e a diminuição de resíduos, reciclagem e co-responsabilização dos produtores de resíduos.

Mar del Plata, República Argentina (5 de abril de 2002), São Paulo, República Federativa do Brasil (6 de junho de 2002).

As duas últimas reuniões da Unidade Temática visaram fundamentalmente elaborar um documento das Mercocidades a ser apresentado na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, que teve lugar em Joanesburgo, África, em agosto /setembro de 2002.

A Reunião de Mar del Plata celebrou-se no marco da Reunião do Conselho de Mercocidades e a de São Paulo fez parte da programação da URBIS - Feira e Congresso Internacional de Políticas e Práticas Inovadoras de Gestão de Cidades.

A última reunião abordou essencialmente os temas da Agenda 21, Globalização e Poder Local.

A pesquisa mundial sobre Agenda 21 Local, apresentada pelo ICLEI revela que, nas 6416 respostas recebidas, vindas de 113 países, foram contabilizadas 119 Agendas 21 Locais, em 17 países. Delas, 36 pertencem ao Brasil. Na Conferência do Rio em 1992, 779 municípios comprometeram-se a desenvolver Agendas 21 Locais. Quanto ao compromisso, assumido durante a Conferência de ampliar a porcentagem de recursos destinados a tratar o desenvolvimento sustentável nos países industrializados, o panorama mundial atual é oposto.

A Declaração de São Paulo, documento elaborado a partir de uma Reunião de Grandes Cidades feita em dezembro de 2001, afirma que o processo de globalização de mercado não trouxe benefícios a todos e provocou muitos problemas ambientais, relacionados, principalmente, com o processo de expansão urbana.

Houve uma radicalização do processo de urbanização, que provocou graves problemas sociais de exclusão. As cidades são convocadas a administrar esses problemas. Os Poderes Locais não são valorizados e as verbas necessárias não são repassadas aos municípios, apesar do aumento da exigência de responsabilidades.

As cidades não têm voz no contexto das nações mundiais que desenvolvem um discurso que não dá espaço para a caracterização da responsabilidade crescente das cidades na gestão do planeta. Na reunião da ONU, só conversam os governos nacionais. Os municípios ficam restritos aos chamados major groups: Juventude, Agricultura, Empresas, Comunidades Indígenas, Trabalho, Mulher, ONGs e Autoridades Locais. Isso é um grande paradoxo.

Os participantes da reunião concordaram na necessidade de fortalecer as cidades através da articulação de informações e trabalhos de forma integrada e produtiva na promoção da sustentabilidade social, econômica e política para viabilizar eficiente e eficazmente suas Agendas 21 Locais. Reafirmou-se a necessidade de reivindicar em Joanesburgo o reconhecimento dos municípios do mundo como representação oficial dos Governos Locais

Sugere-se que:

- É preciso ter unidade, pontos em comum para defender coletivamente.
- Todos os espaços disponíveis deveriam ser ocupados através da representação de Poderes Locais. Dependendo de como as cidades trabalhem, os representantes nacionais poderão ser integrantes das Mercocidades.
- Ter estratégias comuns de participação nas diversas áreas, a partir de um documento de reconhecimento mundial.
- Elaborar uma proposta em que as cidades reivindiquem o reconhecimento oficial como representantes do Governo Local, na Cimeira Rio+10, em Joanesburgo.

Até 28 de junho poderão ser apresentadas ⁶⁴ novas contribuições para redigir o Documento Final

que será encaminhado ao novo órgão resultado da fusão de duas organizações de cidades, IULA - União Internacional de Autoridades Locais e FMCU - Federação Mundial de Cidades Unidas.

4.4.2 Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação

Esta Unidade Temática visa o intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos, tentando resolver os problemas que limitam o desenvolvimento das comunidades do MERCOSUL. Foi estabelecida pela Cimeira de Mercocidades em 1995, e está aberta para receber qualquer cidade que se interesse nos temas abordados.

A Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação é coordenada pela Cidade do Rio de Janeiro, e integrada por Buenos Aires, Córdoba, Mar del Plata, General San Martín, Río Cuarto e Rosario (Argentina); Belo Horizonte, Curitiba, Guarulhos, Juiz de Fora, Porto Alegre, Salvador, Santa Maria, São Bernardo do Campo, Santo André e Vitória (Brasil).

Uma das iniciativas de maior sucesso da Unidade e da Rede é o Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia. Devido à prioridade dada aos temas de gestão ambiental, listam-se a seguir os prêmios outorgados:

2001

- Projeto Vencedor. “Tomografia de Concreto Armado”. Buenos Aires / Universidade de Buenos Aires -
- Menção Honrosa. “Simulador de Acidentes Ambientais”. Porto Alegre / DMAE -
- “Programa Centros de Vivência Agro-ecológica”. Belo Horizonte / Secretaria Municipal de Meio ambiente.
- “A avaliação de casas de interesse social como instrumento para a transferência de conhecimento científico e tecnológico”. Menção Honrosa. Rosario / Universidade Nacional de Rosario.
- “Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Distrito Federal”. Brasília / Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
- “Pesquisa Epidemiológica e Transferência à Comunidade em Saúde Materno Infantil”. Córdoba / Fundação CLACYD -
- “Recuperação e Conservação do Ecossistema Aquático da Laguna Alalay”. Cochabamba -
- “Programa Interdisciplinar de Reciclagem do Lodo de Esgoto do Paraná”. Curitiba / Companhia de Saneamento do Paraná -
- “Modelo de Gestão Público-Privado para o Plano Mestre de Nova Centralidade Urbana”. Malvinas Argentinas / Universidade Nacional de General Sarmiento -
- “Plano Estratégico para um Modelo de Desenvolvimento Econômico e Humano Local”. Mendoza / Conselho Econômico -
- “Sistema de Coordenação Modular Racionalizado para Obras por Mutirão”. Montevidéu / Instituto de Assistência Técnica Hacer DESUR -
- “Programa de Prática Profissional em Informática”. Fortaleza / CETREDE -
- “Programa de Vigilância em Acidentes do Trabalho no Município de Piracicaba”. Piracicaba / Universidade Metodista de Piracicaba -
- “Resgate da Cidadania dos Catadores de Lixo do Aterro Sanitário de Ribeirão Preto”. Ribeirão Preto / DAERP -

- “Gestão Pública e Cadastro Técnico: a informação frente às novas competências municipais”. Rio Claro / Universidade Estadual Paulista -
- “Ciência e Educação: o desafio do presente” Rio de Janeiro / UFRJ
- “Salvador: Legislação Urbanística Interativa”. Salvador / Fundação Mário Leal Ferreira
- “Processo Sistêmico de Redução de Acidentes de Trânsito” . Santo André / Prefeitura
- “Sinalização da Sierra Chica de Zonda”. San Juan / Grupo Montaña
- “Uso do Sensoriamento Remoto no Monitoramento da Área Metropolitana de São Bernardo do Campo”. São Bernardo do Campo / Prefeitura -
- “Mapeamento das Áreas de Risco Geológico-Geotécnicos das Encostas do Município de Vitória”. Vitória / Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo

2000

- Projeto Vencedor “Sistema Curitiba de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário”. Curitiba. Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Obras, composto por Rede Coletoras de Esgotos, e Unidade de Tratamento - Fossa Séptica Coletiva.
- Menção honrosa. “Sistema Construtivo Teto-parede em Abóbada de Tijolos (SCTP)”. Desenvolvido por COPPE/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Menção Honrosa. “Veículo Híbrido Eletra”. Desenvolvido por Auto Viação ABC, este Projeto apresenta o ônibus urbano à tração elétrica com tecnologia híbrida - a Eletra. São Bernardo do Campo.
- “Caracterização Acústica de Comunidades”. Bahia Blanca. Desenvolvido pelo Grupo de Análises de Sistemas Mecânicos da Universidade Tecnológica Nacional de Bahia Blanca, o Departamento de Saneamento Ambiental da Direção de Meio Ambiente de Bahia Blanca y la Consultoria Executiva Nacional de Transporte.
- “Programa de Prevenção e Controle de Mosquitos na Cidade de Buenos Aires”. Buenos Aires. Desenvolvido por especialistas da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio ambiente do Governo da cidade de BA, a Faculdade de Ciências Exatas e Naturais e a Direção Geral de Política e Controle Ambiental da Universidade .
- “Aplicação de um Sistema de Informação Geográfica (GIS) para Administração e Análise de Redes de Serviços Elétricos” Córdoba. Desenvolvido pelo Grupo de Estudo sobre Energia da Faculdade Regional de Córdoba da Universidade Tecnológica Nacional (GESE).
- “Estimação do Produto Bruto Geográfico de General Pueyrredón”. Mar del Plata. Desenvolvido pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Nacional de Mar del Plata, pelo Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro e o Departamento de Planejamento e Desenvolvimento da Municipalidade de Mar del Plata.
- “Programa de transformação de Resíduos Orgânicos”. Montevideú. Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Montevideú - Divisão Serviços Desconcentrados.
- “Análises epidemiológicas com base em critérios moleculares de infecções produzidas por elementos patogênicos resistentes a múltiplos antibióticos”. Rosario. Desenvolvido por médicos infectologistas dos laboratórios de bacteriologia de hospitais municipais, representantes da Secretaria da Saúde Pública e pesquisadores da Faculdade de Ciências Bioquímicas e Farmacêuticas da Universidade Nacional de Rosario.
- “Correção Ambiental e Reciclagem com Carroceiros no transporte de resíduos urbanos”. Belo Horizonte. Desenvolvido por especialistas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Superintendência de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal.

- “Concepção, Desenvolvimento e Análise de um Sistema de Gerência de Segurança para Redes de Telecomunicações”. Florianópolis. Tese defendida no Curso de pós-graduação em Ciência da Computação da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).
- “Vale Verde”. Guarulhos. Desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente em parceria com a empresa privada Quintaúna, o Programa Vale Verde de coleta seletiva é desenvolvido no município de Guarulhos desde 1999.
- “Tele Escola Cidadã”. Porto Alegre. Desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre.
- “Subsistema de Transporte Coletivo de Passageiros de Média Capacidade”. São Paulo. Desenvolvido pela empresa municipal São Paulo Transporte S.A.
- “Monitoramento de Tendências de Morbidade e Mortalidade Cardiovascular em Vitória - ES - Projeto Mônica”. Vitória. Desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com o município de Vitória, a Organização Mundial da Saúde(OMS) e a Universidade de Milão.

1999

- Projeto Vencedor Curitiba. Projeto “Olho D’Água” propõe fazer a avaliação da qualidade da água feita por parâmetros de observação físico-química, permitindo a qualquer pessoa diagnosticar a situação dos rios próximos à sua comunidade.
- Menção Honrosa. Porto Alegre. “O Sistema Avançado para Estudos e Projetos Rodoviários (SAEPRO)”. É um software específico para a elaboração de projetos viários (rodovias, ruas e ferrovias), canais, barragens e obras de terraplanagem, possibilitando ao engenheiro-projetista total integração com o sistema e seu projeto. O SAEPRO foi o primeiro a compartilhar dados com o Sistema Integrado de Medições (SIM) - programa desenvolvido em parceria com o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul (DAER/RS), com o objetivo de gerenciar as medições realizadas na fiscalização de uma obra viária.
- Menção Honrosa Río Cuarto. “Utilização de sistemas de saneamento com tecnologias de baixo custo para o tratamento de esgoto a céu aberto”. Córdoba
- “Sistema de Digitalização de Imagens para o Controle de Infrações de Trânsito Veicular- Sistema MIX 341”.Bahía Blanca.
- Proposta desenvolvida pela Prodabel (Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte com o objetivo de armazenar, analisar e manipular dados geográficos, sistematização e uso das informações, o principal componente tecnológico envolvido é o sistema de informação geográfico (SIG)”. Belo Horizonte.
- Programa de investigação interdisciplinar, que tem como objetivo desenvolver tecnologias para a indústria nacional do Chile, levando a criação da Unidade de Desenvolvimento Tecnológico Concepción.
- Identificar as condicionantes para a aplicação de princípios e instrumentos (normatização) de garantia da qualidade no atendimento médico nos hospitais. Província de Córdoba.
- “Polo Tecnológico Constituintes”. General San Martín.
- Aplicação de um software produzido para constatar a localização, visualização e acesso à base cartográfica e fotográfica digitalizada de toda a cidade. Montevidéu. Desenvolvido pela Divisão de Planificação Territorial da Intendência de Montevidéu. e doutores de universidades que trabalham no Setor de Informática Geográfica da Intendência Municipal de Montevidéu.
- Banco de dados georreferenciais de acidentes de trânsito e incorporação desta ferramenta na prática diária de engenharia de tráfego. Santo André.

- Reciclagem sob um aspecto social e tecnológico, enfatizando a reciclagem do alumínio, realizando uma Campanha de Conscientização da Reciclagem do Alumínio atingindo cerca de 10 mil pessoas. São Bernardo do Campo.
- Projeto em nível gerencial para o período de rush no trânsito na grande São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Transportes e da Companhia de Engenharia de Tráfego. São Paulo.
- “Remediação do Lixão da Muribeca”. Estudo e a elaboração de um diagnóstico da contaminação ambiental provocada pelo Lixão da Muribeca feito pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana da Prefeitura da Cidade do Recife, em convênio com o Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- A aplicação do bambu para a construção ecológica de baixo custo. As pesquisas começaram a ser desenvolvidas pelo professor da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) Khosrow Ghavami, durante os últimos 20 anos. Rio de Janeiro.
- Propostas para um reordenamento e desenvolvimento da zona central do Porto. Promovida por instituições da comunidade do Porto de Mar del Plata. As ações foram parte de um programa de pesquisa, transferência e gestão, realizado pela faculdade de Arquitetura da Universidade Nacional de Mar del Plata. Mar del Plata.

- Programa de Descentralização e Modernização Municipal de Rosario. Rosario.

5. RESUMO DA INFORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS AMBIENTAIS DAS CIDADES ESTUDADAS

Para cada cidade estudada foi elaborada uma Ficha de Informação da Cidade, onde sistematiza-se a informação sobre:

- Identificação e forma de contato com a municipalidade (Endereço, telefone, e-mail e página Web;
- nome da autoridade principal e das relacionadas com a gestão ambiental da cidade, além de empresas ou institutos que desenvolvam diretamente essa tarefa;
- população e descrição da cidade através de seus indicadores principais;
- repartição responsável pelo planejamento e o meio ambiente da cidade;
- principais áreas desenvolvidas em temas de meio ambiente e inclusão social.

A seguir, a síntese da informação principal. O texto completo está contido em um documento adjunto que reúne todas as Fichas de Cidades.

5.1 MUNICIPALIDADE DE ASSUNÇÃO DO PARAGUAI, REPÚBLICA DO PARAGUAI

No caso da capital Paraguaia, a informação atualizada é muito pouca. Devido à recente posse de um novo governo comunal, a reestruturação e elaboração das novas políticas de desenvolvimento ambiental da cidade, está em andamento.

Assim, sua página Web foi cancelada provisoriamente por estar em processo de reconstrução.

No entanto, na entrevista com um dos responsáveis foram salientadas as principais prioridades da nova administração:

- resolver o problema dos resíduos sólidos;
- pavimentar e recuperar as praças centrais,
- pavimentar numerosas vias principais e desenvolver vias exclusivas para uso do transporte coletivo e táxis como forma de descongestionar o trânsito e promover o uso de transportes coletivos e a ampliação de logradouros;
- criar um Programa de desenvolvimento e defesa do Litoral de Assunção incluindo a proteção contra enchentes; reassentar e consolidar bairros localizados em regiões baixas; saneamento e proteção ambiental;

desenvolvimento urbanístico imobiliário.

5.2 CIDADE DE BAHÍA BLANCA, REPÚBLICA ARGENTINA

5.2.1 Apresentação

A cidade argentina de Bahía Blanca, com 309.218 habitantes, está localizada ao Sudoeste da Província de Buenos Aires.

A partir de uma realidade produtiva regional com base na agricultura e na pecuária, consolida-se como centro urbano fornecedor de bens e serviços da região e sede de importantes empresas agro - industriais e do setor petroquímico. A cidade vincula-se com os mercados externos fundamentalmente através do porto local. Com um calado-d'água de 45 pés de profundidade, o porto é a via natural de saída da produção de grãos, de subprodutos e oleaginosas para os mercados internacionais, e é administrado pelo Consórcio de Gestão do Porto de Bahía Blanca desde 1993.

A quantidade de pessoas que usam o transporte aéreo aumentou significativamente depois da redução das taxas de cabotagem, e o fluxo de passageiros na Rodoviária San Francisco de Asís ultrapassa hoje 1,5 milhões de pessoas.

Todos os elementos acima referidos provocam efeitos ambientais importantes.

A área central de Bahía Blanca é considerada o elemento estruturador da cidade. Nela estava localizada originalmente a Fortaleza Protetora Argentina e conjuga um amplo leque de atividades: comercial, bancária, prédios de escritórios e residenciais.

5.2.2 Problemas ambientais detectados

Quanto às condições ambientais, a arborização urbana é escassa, existindo áreas verdes apenas nas praças do centro da cidade.

A concentração de atividades e o uso exagerado do transporte particular, somado ao transporte público de passageiros fazem com que a área seja a mais afetada pela contaminação sonora. Além disso, a profusão de cartazes, a falta de manutenção do equipamento e as escassas dimensões das calçadas atentam contra a estética e o bom funcionamento deste espaço.

O litoral sofreu profundas mudanças tanto no uso quanto na estrutura funcional. Assim, as indústrias existentes junto das ampliações no Pólo Petroquímico, as atividades das estações de cereais, as novas localizações do Projeto Mega e Profertil e da Zona Franca, determinam um caráter industrial. O impulso das atividades portuárias dado pelo Consórcio de Gestão do Porto vem a somar-se a isso. A existência da área residencial de Ingeniero White, o Conjunto Recreativo Maldonado e os clubes náuticos, complicam a situação gerando incompatibilidades de usos e desajustes ambientais.

Aparecem também como componentes deste ambiente natural, um conjunto de ilhas no estuário, que pela sua potencialidade possibilitam o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer.

As áreas verdes são fatores determinantes da qualidade de vida e do conforto urbano. A cidade possui 110 praças, 23 na área central e 87 nas diversas Delegações Municipais. Esses espaços apresentam graus variáveis de consolidação, havendo uma porcentagem importante com carências em equipamentos e arborização, o que não favorece um uso adequado e a apropriação pela população.

5.2.3 Infra-estrutura de serviços

As redes abastecem completamente a área do micro e macro centro, diminuindo os serviços ao se aproximar da periferia.

- O serviço de água potável que abastece 96 % da população (INDEC, 1991).

- A empresa Azurix S.A responde pelo serviço cloacal da cidade, sendo de 70% (INDEC, 1991) a porcentagem da população servida. Em 1998 foi terminada a construção da primeira etapa da planta depuradora de líquidos cloacais, perto de Ingeniero White.

- A disponibilidade de gás natural é uma das principais vantagens comparativas da cidade. Bahía Blanca tem gasodutos pelos que circulam diariamente 44 milhões de m³ de gás natural. A porcentagem da população servida é de 85,3% (INDEC, 1993). Além disso a cidade tem uma situação favorável de acesso à energia elétrica.

5.2.4 Emprego

O desemprego virou um dos temas centrais da estrutura social de Bahía Blanca. Dentre as principais causas da queda do emprego na cidade, mencionaremos: a privatização de empresas públicas, a reconversão do setor privado, o aumento da oferta de trabalho que se incorpora ao mercado de trabalho, o ingresso de trabalhadores provenientes de países limítrofes, a saturação do trabalho autônomo e o fracasso de grande quantidade de projetos financiados com as demissões voluntárias.

O Recenseamento indicou que em outubro de 1999 o nível de desemprego foi de 14,6%, a taxa de atividade estabeleceu-se em 41,1 % e a taxa de ocupação foi de 35,1%. Segundo a categoria ocupacional, 72% da população são assalariados, 21% trabalhadores autônomos e 6% patrão ou empregador. Aproximadamente 34% dos trabalhadores tem plena ocupação, 17% sub-empregado visível e 44% sobre-empregado.

5.2.5 O Planejamento no desenvolvimento de Bahía Blanca através da sua história

Devido à localização estratégica de Bahía Blanca na região central do sudoeste da província de Buenos Aires e do sul do país, os governos municipais ao longo da história planejaram seu desenvolvimento através de diversos Planos Ordenadores, influenciados pelos modelos de planejamento das diversas épocas.

O primeiro Plano Regulador desenhado em 1909 pelo arquiteto Faure Dujarric tinha como base um modelo de cidade radial-concêntrico. A estrutura de circulação consistia em avenidas radiais e um anel de circunvalação interno e outro externo intercomunicados. Depois de 1950, os arquitetos Miguel Roca, Enrique Gebhard e Itala Villa elaboraram projetos urbanos que pretendiam reestruturar a rede ferroviária para diminuir os problemas de comunicação na cidade. Esta intervenção foi analisada em 1959 pela Missão 40 da OEA. Também o solo foi ordenado, normatizado e dividido, de acordo com os usos e normas para a subdivisão da terra e radicação de indústrias.

Em 1970, os arquitetos Eduardo Sarrailh e Odilia Suárez e o Escritório Municipal de Planejamento, elaboraram o Plano de Desenvolvimento com propostas de ordenamento para responder ao crescimento experimentado pela cidade nesse período e a necessidade de afiançar sua liderança regional.

Nessa época, a Província implementou políticas de planejamento com base na teoria dos Pólos de Desenvolvimento. Bahía Blanca fazia parte do Pólo de Crescimento Provincial N° 1 da Região Comahue constituída na época por quinze partidos¹⁶ do âmbito bahiense. Em 1972 foi aprovado o Código de Zonificação, concebido como um instrumento para racionalizar a ocupação do território e das atividades urbanas para evitar a falta de funcionalidade causada pela superposição de atividades incompatíveis.

Em 1977 foi aprovada a Lei Provincial 8912 de Uso do Solo, que obrigou a adaptar o Código de Zonificação aos novos preceitos. A lei visava o controle do crescimento urbano indiscriminado, por causa da especulação imobiliária. Regulamentou-se a obrigação de oferecer a infra-estrutura básica e ceder terras para uso comunitário, como passo prévio para a aprovação das novas subdivisões, com vistas a melhorar a

qualidade de vida nas zonas periféricas. Dentre as principais propostas do Código de Zonificação aparecem: a recuperação do sistema ferroviário, a reestruturação do tráfego interno e a localização das grandes áreas industriais: Pólo Petroquímico e Parque Industrial. Foi proposto estabelecer zonas de Urbanização Futura (U.F.) principalmente em terras estatais, como uma variável para controlar o crescimento desarticulado. Quinze anos depois da entrada em vigor deste instrumento de controle territorial, os cenários são outros e tornou-se necessária uma revisão e adaptação de seu conteúdo.

Em 1984, novamente o arquiteto Eduardo Sarrailh, com um grupo de assessores diretos e técnicos municipais, elaboraram a Reformulação do Plano de Desenvolvimento, finalizado e aprovado em 1986. O Estado Municipal ainda continuava sendo o planejador de desenvolvimento, embora fossem percebidas mudanças nas suas competências. Visando a geração de políticas consensuais de ordenamento urbano, setores técnicos diretamente relacionados com a temática urbana, foram convocados pela Prefeitura. Foi reformulada a estrutura de circulação interna e o tratamento dos espaços verdes foi concebido como um sistema integrado, resgatando a beleza paisagística do arroio Napostá.

Em 1991 o Conselho Deliberante, com o assessoramento dos Colégios técnicos acima referidos, elaborou o Código de Planejamento.

Ao analisar o estado atual da cidade adverte-se que seu crescimento não concorda com as mudanças estruturais que propunha o modelo de '86. O desenvolvimento urbano seguiu outro caminho, com efeitos marcantes provocados na estrutura urbana entre outros pelos importantes empreendimentos comerciais e industriais, implementados ultimamente. O atual avanço da urbanização gera o crescimento das cidades e a ocupação desordenada do território, esta provocada também pela especulação e as flutuações do mercado imobiliário.

As profundas mudanças ocorridas a nível global nas últimas décadas, tiveram efeito marcante na realidade local, colocando em questão as bases conceituais do planejamento. Em 1997 o Estado municipal implantou o Plano Estratégico Bahía Blanca como um novo modelo de ação e gestão capaz de ultrapassar as práticas tradicionais, a partir da busca de um desenvolvimento sustentável com base em uma metodologia participativa e através de instâncias metodológicas consecutivas e interrelacionadas: Diagnóstico, Diretrizes de Ação (Eixos Estratégicos) e Programas e Projetos.

O documento de Diretrizes Concertadas de Estratégias e Objetivos de Ação, estabeleceu as bases institucionais do desenvolvimento a ser alcançado nesse processo de interação público - privado. A mobilização coletiva da sociedade bahiense para pensar juntos o futuro desejável para a cidade, Ingeniero White, Cabildo e Gral. Cerri, plasmou-se na versão final do Documento de Formulação de Programas e Projetos Estratégicos que focaliza a racionalidade econômica junto da responsabilidade social, ambiental e da funcionalidade institucional.

5.2.6 As Políticas Municipais de Gestão Ambiental, Secretaria de Política Urbano-Ambiental

A Secretaria de Política Urbano-Ambiental abrange a Direção de Meio ambiente e a Direção de Plano Estratégico.

5.2.6.1 A Direção de Meio ambiente

Nela funciona o Departamento de Saneamento Ambiental que faz:

- O controle de tratamentos de vetores de pragas (segundo a "Portaria" 7932/94, Decreto 566/94). As denúncias são: 85 % por roedores (ratos-camundongos); 10 % por insetos (moscas- mosquitos); 5% por outros (escorpiões- barbeiros - aranhas).

- Controle de ruídos e vibrações.(Segundo a Portaria 7604/93, Decreto regulamentar 02/93). Define como ruído molesto aquele que ultrapassa 8 decibéis A (dB (A) de diferença entre o nível de ruído produzido e

o nível de ruído de fundo presente normalmente nesse local.

- Educação Ambiental: A ação educativa visa a criação de uma consciência ambiental, com base na idéia de solidariedade e respeito, para promover a mudança de atitudes e a participação. Sua atividade procura a capacitação e formação de educadores e crianças da nossa cidade e zona. Também coordena com outras instituições. É o caso dos ECOCLUBES, organizações não governamentais, que coordenam com a comunidade para melhorar a qualidade de vida da população. Trabalham em parceria com a Cooperativa Operária Limitada, com a participação de Bahía Blanca Refrescos-Coca Cola e Eco Ambiental (Organização não Governamental), dentro do programa chamado PONTOS LIMPOS.

Os “Pontos Limpos” são locais interativos de comunicação em temas ambientais, que têm como principal objetivo educar sobre a preservação do meio ambiente; agem como centros de capacitação em temas ambientais através de folhetos e palestras informativas. Recebem materiais de descarte de plásticos, vidros, alumínio, papéis e pilhas botão, para reciclá-los. Diariamente os resíduos são coletados pela empresa Bahía Engenharia Ambiental, para serem trasladados à Usina de Reciclagem de General Daniel Cerri e depois comercializados.

Trabalho com pilhas: A Prefeitura de Bahía Blanca desenvolve um programa de coleta, classificação, encapsulado e disposição final de pilhas desde outubro de 1998. Sensibilizar a população sobre a importância de separar estes resíduos dos sólidos urbanos e trabalhar ativamente nas campanhas, é tarefa das crianças e jovens integrantes dos Ecoclubes.

5.2.6.2 - Divisão de Estudos e Análises Ambientais. Laboratório de análise de efluentes

Pesquisa Efluentes Líquidos. A Portaria N° 8862/95 e a Lei N° 5965 (Resolução 287/90), junto com seus decretos regulamentares, estabelecem as condições de vazamento dos efluentes líquidos. Informa sobre a Lei 11720, de Resíduos Especiais e fiscaliza a documentação exigida pela Secretaria de Política Ambiental.

Efluentes gasosos: São feitos estudos para determinar a qualidade do ar, que permitem avaliar o impacto das diversas atividades antropogênicas (trânsito, indústrias, geração de energia elétrica, queima de resíduos, etc.). Há uma Estação Móvel de Monitoramento Contínuo de Ar para Bahía Blanca (E.M.C.A.B.B.) para monitorar: Monóxido de carbono (CO), Óxidos de nitrogênio (NOX), Bióxido de enxofre (SO₂), Material particulado < 10µm (PM-10), Compostos orgânicos voláteis (VOC), Amoníaco (NH₃), Parâmetros meteorológicos.

Resíduos Sólidos: A coleta domiciliar, o transporte de resíduos sólidos e a varrição das ruas é responsabilidade da empresa Bahía Engenharia Ambiental. No Pólo Petroquímico e nas localidades de Cerri e Cabildo o serviço é feito diretamente pela prefeitura. Desde 1992 os resíduos domiciliares são enviados ao aterro sanitário. A empresa FURFURO S.A., responde pela compactação e processamento dos resíduos.

A Prefeitura decidiu instalar uma usina de reciclagem de resíduos sólidos urbanos em General Cerri como experiência piloto, para depois ampliar o sistema a toda a cidade. Os aspectos sociais dos programas de reciclagem têm a ver com a mudança das pautas de consumo da comunidade através da tomada de consciência e a participação do cuidado do ambiente como suporte da humanidade toda e para garantir um melhor futuro. O Programa Educativo ligado a este projeto tem como base: plano de comunicação e sensibilização; visitas à Usina que possui uma sala educativa; trabalho com os agentes multiplicadores para transmitir informação à população; acompanhamento pelo pessoal da usina, para conhecer o resultado da separação em origem.

Resíduos patogênicos: Hoje os centros de saúde da cidade de Bahía Blanca contratam os serviços de duas empresas para o tratamento dos resíduos patogênicos. Foi apresentado um projeto para a formação de uma cooperativa o consórcio com o objetivo de criar uma usina de tratamento de resíduos patogênicos da região.

Resíduos industriais: A chegada de grandes empreendimentos industriais, foi a causa da apresentação do primeiro projeto de tratamento integral de resíduos industriais feito pela empresa ECOPOLO. Consiste em dois centros: um de tratamento, recuperação, reciclagem e inertização de resíduos especiais; e outro de disposição final de elementos inertizados.

Aterro Sanitário: É o método usado pela ⁵³ prefeitura para os resíduos sólidos. Nos últimos anos

houve um grande aumento da participação de particulares no Aterro Sanitário, com o objetivo de eliminar os lixões das ruas.

5.2.6.3 Controle na aplicação da Legislação ambiental

Avaliação de Impacto Ambiental: A autorização para estabelecimentos industriais na Província de Buenos Aires, foi regida pela Lei 7229 de 1966 (regulamentada em 1972). Em dezembro de 1993 foi aprovada a Lei 11459 de Radicação Industrial que estabeleceu um novo regime de autorizações e anulou a anterior legislação, regulando os novos empreendimentos e a indústria preexistente.

O aspecto mais relevante da atual legislação é a exigência de respeito às normas ambientais por parte dos estabelecimentos industriais, como requisito para obter o Certificado de Aptidão Ambiental (renovável a cada dois anos). A autorização exige uma Avaliação do Impacto Ambiental provocado ou futuro da atividade. Também determina-se o Nível de Complexidade Ambiental do Estabelecimento (N.C.A) através de uma fórmula que avalia fatores tais como: tipo de atividade, efluentes e resíduos, riscos, dimensão e localização; e - dependendo disso - estabelece a categoria da empresa: primeira, segunda e terceira, a partir do que determinar-se-á a Autoridade de Aplicação - Município (1^{ra} e 2^{da}) ou Província (3^{ra}).

O Departamento de Saneamento Ambiental, dependente da Direção de Meio ambiente responde pelo controle das categorias 1^{ra} e 2^{da}. Ele aprova, pede ampliação de informações ou recusa a avaliação de impacto ambiental apresentada. A tramitação para a instalação da indústria só pode continuar se for aprovada a avaliação.

Reclamações por causas ambientais

As reclamações ou pedidos por temas ambientais, a qualquer dia e hora, podem ser feitos através de ligação gratuita ao telefone 103, que comunicará imediatamente o problema à “Guarda Ambiental”. Os motivos atendidos são: odores, fumaça, ruídos, efluentes líquidos, etc.

Normas Municipais Referidas ao Meio ambiente: Ver Ficha de Informação da Cidade

5.3 PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

5.3.1 Apresentação

Fundada em 12 de dezembro de 1897, por exigência da Constituição do Estado para sediar o centro administrativo do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte tem hoje uma população de 2:230.000 habitantes (12,5% da população do Estado). O município de Belo Horizonte está localizado no centro-sul do Estado, localização privilegiada, possibilitando o fácil acesso ao seu território por via aérea ou terrestre. Está entre as nove cidades brasileiras classificadas com o nível de centralidade Máximo.

Belo Horizonte nasceu com vocação para os serviços e ainda hoje mantém essa característica - o setor é responsável por mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) da capital mineira. A atividade industrial, tem também grande importância na economia da cidade respondendo por cerca de 18% do PIB municipal. Em 2000, a riqueza produzida por vários setores econômicos de Belo Horizonte movimentaram no município R\$ 21.243.167.000, resultando em um PIB per capita de R\$ 9.527.

A política de desenvolvimento econômico promovida pela Prefeitura de Belo Horizonte tem como principais fundamentos o apoio às micro e pequenas empresas e o fomento a atividades de base tecnológica. Tornar-se referência no desenvolvimento tecnológico, projetar-se como pólo de turismo de eventos e negócios são os desafios de Belo Horizonte para o novo século.

Chamada nos seus primeiros anos de existência de Cidade Jardim, por causa dos espaços verdes que ornavam suas residências, edifícios públicos e avenidas, Belo Horizonte conserva ainda hoje, apesar do crescimento desordenado do início da última década, muitos parques e praças que garantem à população 32 m² de área verde por habitante, índice superior aos 12 m² recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,91 e um coeficiente de mortalidade infantil (1997) de 23,34, a capital mineira possui uma rede de centros educativos de 1.117 estabelecimentos públicos e privados que atendem 671.425 estudantes em todos os níveis do ensino. A média de anos de estudo é de 7,3.

5.3.2 Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM)

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), uma das primeiras do Brasil a ser criada, em 1983, começou a exercer suas funções de educação ambiental, fiscalização e emissão de parecer técnico para liberação de alvarás.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), e formado por quinze representantes da sociedade (entidades civis, classistas, secretarias municipais e Câmara dos Vereadores). Cabe ao COMAM formular as diretrizes da política municipal de meio ambiente, promover medidas destinadas à melhoria da qualidade de vida na cidade, além de estabelecer as normas e os padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente para o município, observando as legislações estadual e federal. O conceito de gestão ambiental e executada pela SMMA, com o papel deliberativo do COMAM, é modelo de referência nacional.

Os principais investimentos são realizados em áreas verdes, saneamento básico, coleta e reciclagem

de lixo, além de projetos e programas que atuam pela melhoria da qualidade de vida do cidadão urbano, envolvendo as áreas de habitação, transporte, bem-estar social, saúde pública, abastecimento, educação e obras públicas.

5.3.2.1 Agenda 21

A Comissão Agenda 21 da SMMA, foi criada através da Portaria 002/00, de 9 de fevereiro de 2000 é composta por representantes dos departamentos que integram a estrutura da SMMA e possui as seguintes atribuições: Divulgar a Agenda 21 e a Campanha BH-21 no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; produzir material informativo e formativo; subsidiar e apoiar o Gabinete no desenvolvimento da Campanha BH21; desenvolver no âmbito da SMMA outras atividades exigidas pelo desenvolvimento de seus trabalhos

A partir deste ano, com a instituição da Agenda 21, a Secretaria começou a orientar todos os programas na área de meio ambiente segundo os critérios da Agenda 21 Global. A Agenda 21-BH, instituída oficialmente em 2000, tem uma visão estratégica da cidade, orientando todos os programas, projetos e intervenções para consolidar a integração entre o desenvolvimento econômico e preservação ambiental, entre outros.

5.3.2.2 Educação Ambiental

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) executa ações de Educação Ambiental para crianças, jovens e adultos. São realizadas oficinas destinadas ao público em geral, aos profissionais de educação e representantes comunitários.

Atividades:

As oficinas ambientais são mini-cursos de aperfeiçoamento, oferecidos com o objetivo de formar agentes transformadores que poderão repassar para outros grupos as informações e experiências vividas. Abordam temas como: lixo, coleta seletiva, poluição ambiental, água, Serra do Curral e áreas verdes, dentre outros. Os cursos estão pautados pela Agenda 21, em seu Capítulo 36 (Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento da População).

O Intercâmbio em Educação Ambiental é um curso de aperfeiçoamento, dirigido aos profissionais de educação e representantes comunitários com parceria entre as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação e Fundação Zoobotânica, SLU, UFMG, Museu de História Natural, Rede de Intercâmbio de Tecnologia Alternativa, COPASA, dentre outras.

Programa Jovem Jardineiro visa a formação profissional em jardinagem, articulada à melhoria da qualidade de vida e à preservação do meio ambiente. O programa é voltado a adolescentes de baixa renda, na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos. O aprendizado prático-profissional é desenvolvido em praças públicas. Este Programa originou-se a partir do Projeto “Casa do Pequeno Jardineiro”, como fruto do idealismo do escritor e cartunista Ziraldo.

Centros de Vivência Agroecológica.(CEVAE) A Agenda 21 propõe o desenvolvimento sustentável através de soluções locais encontradas pela população em parceria com o Poder Público. O projeto visa promover a gestão ambiental em áreas periféricas e os princípios básicos de desenvolvimento local sustentável. É orientado a partir de dois eixos: gestão ambiental e alimentação e saúde. Começa com o diagnóstico participativo da situação ambiental do bairro. Em seguida, são iniciados os trabalhos de educação ambiental e recuperação de áreas verdes e espaços de plantio comunitário, campanhas de arborização urbana; oficinas de medicina caseira e de alternativas alimentares; reciclagem e reutilização de lixo; eliminação de focos de lixo e criação de áreas verdes.

5.3.2.3 A recuperação da Bacia da Pampulha - (PROPAM)

O Programa de Recuperação da Lagoa da Pampulha, iniciado em 1995, tem como objetivo prin-

cipal promover a restauração e a garantia da qualidade do meio ambiente na Bacia. O foco principal é a Lagoa da Pampulha que, entre outras funções, desempenha o papel de minimizar as inundações e enchentes na região. Estão sendo realizadas intervenções diretas, como dragagem das desembocaduras dos principais córregos, retirada dos aguapés e monitoramento da qualidade das águas da lagoa, visando a manutenção das condições mínimas necessárias para evitar a ocorrência de enchentes e a aceleração do processo de degradação. As obras referidas acima já foram licenciadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Em 2000, foi assinado um convênio entre os governos Federal, Estadual e os municípios de Belo Horizonte e Contagem para viabilizar repasses de recursos ao PROPAM. Nesse mesmo ano, o Consórcio da Bacia da Pampulha foi criado com a participação dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios e do Estado, empresas públicas e privadas e sociedade civil, com o objetivo de desenvolver estratégias de ações intersetoriais.

5.3.2.4 Os projetos em parceria com o Governo do Estado

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente desenvolve, em parceria com governo estadual, dois programas nestas áreas: o Programa de Saneamento das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça (PROSAM) e o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida da População de Belo Horizonte (PROMEVIDA). Este programa atua na recuperação ambiental das bacias deterioradas pela concentração de atividades urbanas e industriais. O objetivo é criar avenidas sanitárias e urbanizar os fundos de vale, isto é, canalizar os cursos d'água e implantar vias marginais de tráfego. O Programa está sendo executado pelo Estado de Minas Gerais com os municípios de Belo Horizonte e Contagem, e com financiamento do Banco Mundial.

5.3.2.5 Departamento de Controle Ambiental

Responde pelo controle e licenciamento ambiental. São fiscalizadas fontes de poluição sonora, atmosférica, do solo e da água e analisados os estudos ambientais para empreendimentos de impacto. É responsável pelos pareceres técnicos necessários para a liberação de alvarás de funcionamento de empresas. Um dos programas de maior eficiência no combate da poluição atmosférica é a Operação Oxigênio e o controle da poluição sonora, Operação Sossego. Este programa permite a realização de um trabalho educativo e com a participação da comunidade.

5.3.2.6 Lei de Crimes Ambientais

A partir da aprovação da Lei Federal Nº 9605/98, intitulada Lei de Crimes Ambientais, os órgãos ambientais e o Ministério Público passam a contar com um instrumento que lhes garantirá agilidade e eficácia na punição aos infratores do meio ambiente.

A Lei de Crimes Ambientais, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. A legislação ambiental é consolidada, e as infrações são claramente definidas. Define a responsabilidade da pessoa jurídica ou física, inclusive a responsabilidade penal. A punição é extinta com apresentação do laudo que comprove a recuperação do dano ambiental. As penas alternativas ou a multa podem ser aplicadas imediatamente. O funcionário de órgão ambiental que fizer afirmação falsa, sonegar informações ou dados em procedimentos de autorização ou licenciamento ambiental, pode pegar até três anos de cadeia.

5.3.2.7. Departamento de Parques e Jardins (DPJMA)

Belo Horizonte tem cerca de 560 mil árvores em passeios e praças que, somadas às dos Parques e Áreas Verdes, perfazem um total de mais de 2,5 milhões de árvores; possui em torno de 460 praças e 24 parques criados. A DPJMA é Responsável pela administração e manutenção dos parques, a normatização e a avaliação das podas, e a supressão de árvores em áreas privadas.

Preside a Comissão Municipal de Áreas Verdes - COMAV, formado por 9 representantes da sociedade: Polícia Florestal, Secretaria Municipal de Atividades Urbanas - SMAU, Instituto Estadual de

Florestas - IEF, ONGs ambientais, Câmara de Mercado Imobiliário - CMI, Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM, Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, Instituto Brasileiro dos Recursos do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o próprio Departamento de Parques e Jardins - DPJMA.

Sua empresa pode participar da preservação da cidade: O Programa Plantio de Cem Mil Árvores com o objetivo de incentivar as empresas a plantarem e a conservarem as árvores nas vias públicas. Em troca, podem utilizar os espaços para publicidade.

Adote o Verde, promove a adoção de áreas verdes no município. Os adotantes são empresas, pessoas físicas e instituições privadas que podem implantar ou simplesmente revitalizar áreas verdes da capital, recebendo em contrapartida permissão para explorar o espaço adotado, de acordo com normas preestabelecidas. Os locais que podem ser adotados são praças, jardins, canteiros centrais e parques da cidade são espaços públicos.

5.3.2.8 Audiências Públicas

As audiências públicas são uma marca do processo de democratização e um instrumento valioso utilizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 1993, para levar à sociedade a discussão das questões mais polêmicas e relevantes. Elas se transformaram num espaço de discussão entre o poder público, o empreendedor e a população. E mais, elas abriram espaço para a cidadania ecológica na medida em que democratizaram a informação. Ou seja, as comunidades locais passaram a ter consciência dos problemas ecológicos locais e da necessidade de participação. As audiências públicas são importante recurso para análise de impactos ambientais de empreendimentos de grande porte e potencialmente poluidores.

5.3.3 A Fundação Zoo-Botânica

A Fundação Zoo-Botânica integra a administração indireta da Prefeitura de Belo Horizonte. Foi criada em 1991, juntamente com o Jardim Botânico, e herdou uma história de mais de 30 anos, uma vez que passou a administrar também o Jardim Zoológico, existente desde 1959. Localizada na Pampulha, é a segunda maior área verde pública de BH, com quase 1,5 milhão de metros quadrados. Trabalha no sentido de despertar as pessoas para uma convivência harmônica com o meio em que vivem. Para isso, mantém projetos educativos, científicos e culturais, e contribui para a preservação da fauna e da flora, e para a formação do cidadão. Sua área de visitação constitui espaço ideal para o lazer e melhor conhecimento da natureza. A Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, FZB, recebe anualmente quase 1 milhão de pessoas. Desenvolve, como uma de suas prioridades, a Educação Ambiental para a qual dispõe de estrutura capaz de oferecer diversas atividades ao público.

5.3.4 Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU)

A Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - SMPL, desenvolveu um método para expressar em números (um índice), a complexidade de fatores que interferem na qualidade de vida nos diversos espaços de Belo Horizonte. Tal índice, denominado ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA URBANA - IQVU/BH, representa numericamente a qualidade de vida que determinada região - bairro ou conjunto de bairros - oferece aos seus moradores e de outras regiões, que ali buscam serviços.

O Índice de Qualidade de Vida Urbana - é um instrumento fundamental de monitoramento dos impactos das ações e intervenções públicas, previsto no Plano Diretor do Município, recentemente aprovado. O IQVU, busca medir a qualidade de vida do munícipe enquanto morador da cidade. Neste sentido, uma característica fundamental é o acesso à oferta de bens e serviços. Além de medir a oferta localizada, mede o quanto esta oferta é compartilhada na cidade. Desta forma, o IQVU permitirá o monitoramento e avaliação permanente do processo de expansão urbana, não só indicando a demanda específica dos serviços e identificando os resultados da ação pública, como também permitindo a avaliação e a simulação da intervenção estruturante sobre o sistema viário e de transporte coletivo.

O Índice foi construído para ser um instrumento que possibilite uma distribuição mais eficiente e justa dos recursos públicos municipais. Foi calculado para cada uma das 81 unidades espaciais de Belo Horizonte, denominadas UNIDADES DE PLANEJAMENTO - UP. Estas Unidades de Planejamento foram adotadas para os estudos básicos do Plano Diretor de BH/1995. Assim, foram definidas unidades espaciais relativamente homogêneas. Considerou-se: **1)** a oferta de serviços urbanos essenciais existentes no local; **2)** o acesso dos moradores a serviços oferecidos em locais mais ou menos distantes, utilizando-se transporte coletivo.

Com ampla participação dos órgãos e setores da PBH, foram definidas 11(onze) variáveis ou setores de serviços, a serem quantificados: abastecimento; assistência social; educação; esportes; cultura; habitação; infra-estrutura urbana; meio ambiente; saúde; serviços urbanos; segurança urbana. Em seguida, definiu-se os componentes de cada variável, ou seja, os aspectos que deveriam ser considerados para melhor avaliar cada uma. Com as informações obtidas foram produzidos 75 (setenta e cinco) indicadores que expressam numericamente a quantidade e a qualidade da oferta dos serviços pesquisados em cada UP. A lista dos componentes e indicadores de cada variável encontra-se no Quadro I (Ver Ficha de Informação de Cidade).

O cálculo do IQVU foi feito em três etapas: primeiro foram obtidos os valores da oferta local de serviços para cada variável, produzindo-se 11 índices para cada UP; estes 11 índices foram agregados num único Índice de Oferta Local por UP, de acordo com pesos que expressam a importância de cada variável. (Estes pesos foram definidos pelos técnicos envolvidos no trabalho, Secretarias Municipais e Administrações Regionais. Encontram-se no Quadro II). Finalmente, o Índice de Oferta Local teve seu valor “corrigido” pela acessibilidade, produzindo uma “nota” final, ou seja, o valor do Índice de Qualidade de Vida Urbana de cada UP (para maiores detalhes, verificar o item Metodologia e Modelo Matemático). Quanto maior o valor da nota obtida, melhor a oferta e a acessibilidade aos serviços considerados.

Resultados

Os resultados obtidos permitiram agrupar as UP em 6 classes, sendo que: o Mapa do índice de Oferta Local, mostra a classificação das UP segundo a relação entre quantidade de serviços ofertados e população residente no local; o Mapa do índice de Qualidade de Vida Urbana mostra a classificação das UP segundo os valores do IQVU de cada uma, depois de incorporar a acessibilidade.

Além de permitir a mensuração da qualidade de vida nos diferentes locais da cidade, o IQVU permite ainda a identificação dos setores que se encontram com menores índices em cada local (mais deficientes). A partir dos dados obtidos sobre a oferta de serviços referentes à cada uma das variáveis foram elaborados 11 mapas temáticos. Através deles pode-se observar que, a distribuição dos serviços na cidade, apresenta-se de forma diferenciada em cada variável.

Vínculo do Orçamento Participativo e Índice de Qualidade de Vida (IQVU)

Desde 1993, a população de Belo Horizonte, a través do Orçamento Participativo (OP) definiu onde e de que forma deviam ser aplicados parte dos recursos disponíveis para obras no seu orçamento do ano seguinte. Este processo gradativamente foi se aperfeiçoando, sendo hoje um dos mais importantes espaços de participação popular democrática do município. Cerca de 200 mil pessoas representantes de diversas instituições e comissões participaram nas atividades do OP. Das 852 metas aprovadas pelo OP desde sua criação, 604 (71%) já estão concluídas. O OP abrange hoje 25% dos investimentos da Prefeitura.

O Orçamento Participativo de Belo Horizonte é uma conquista da cidade. Em seis anos representa não só a democratização das decisões administrativas, como também a transparência e qualidade na execução das obras e empreendimentos realizados pela Prefeitura. O Orçamento Participativo, através do OP Regional e do OP Habitação, permite que os empreendimentos regionais e a política habitacional sejam decididos através de ampla consulta popular. Para aprimorar e estimular ainda mais a participação, a Prefeitura está aperfeiçoando o processo. É o OP Cidade, um programa estratégico de gestão das ações sociais e políticas que discute todo o orçamento municipal. O objetivo é ampliar o controle social sobre as políticas públicas, envolvendo toda a sociedade na discussão e avaliação permanente das políticas setoriais.

Durante o biênio 2001/2002 em vez de distribuir os recursos de acordo com o número de habitantes

das regiões, o OP começou a usar o Índice de Qualidade de Vida Urbano (IQVU) que avalia o acesso da população aos bens e serviços urbanos.

5.3.5 Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) é responsável pelas políticas municipais voltadas para criança e adolescente, para população de rua, geração de trabalho e renda, atendimento a famílias em situação de risco, atendimento à mulher e atendimento aos portadores de deficiência física.

Liberdade Assistida, é uma medida sócio-educativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, destinada a jovens de 12 a 18 anos que cometeram atos infracionais. Dentro do Programa, os adolescentes prestam contas dos seus atos, sem sair do convívio com a comunidade a que pertencem.

Terceira Idade: Programa que tem 18 projetos nas áreas lazer, cultura, geração de renda, saúde, direito e cidadania. Um dos objetivos do programa é prestar apoio e suporte às entidades que atendem os idosos.

Atendimento ao portador de deficiência física. O Programa de Apoio ao Deficiente tem como objetivo possibilitar a inclusão da pessoa deficiente na sociedade, eliminando barreiras físicas, econômicas e preconceitos.

Atendimento à população de rua O Programa de Atendimento à População de Rua oferece alternativas de moradia e geração de renda que viabilizam o processo de saída das ruas.

Inclusão Produtiva. O programa tem como objetivo a inclusão do usuário da Assistência Social no mundo do trabalho, através da formação e qualificação profissional. Existem, também, convênios com 37 ONGs, o que possibilita o acesso da população de baixa renda.

Atendimento de emergência a famílias em situações de risco: atende desempregados, biscateiros e pessoas empregadas cuja renda per capita seja 1/4 do salário mínimo. O Programa abrange em média 1500 pessoas que têm direito aos seguintes benefícios: cesta básica, passagem intermunicipal e interestadual, vale transporte, 2ª via de certidão, carteira de identidade, fotografia, auxílio a trigêmeos, carroto para mudanças, serviço funeral.

5.3.6 A Política de Internacionalização de BH

Para dialogar com o mundo é indispensável construir um repertório comum que facilite a elaboração de uma agenda de trabalho construtiva. Para construir uma agenda de cooperação internacional foi criado, em Maio de 1998, o Grupo de Internacionalização de Belo Horizonte, integrado atualmente pelas seguintes entidades da Educação, Agências de Intercâmbio, Fundações, Centros Binacionais, Órgãos Governamentais, Turismo e Serviços, Associação dos Membros do Corpo Consular no Estado de Minas Gerais, Instituições ligadas ao Comércio e à Indústria.

Acordos de Cooperação

Belo Horizonte já assinou diversos acordos bilaterais de parceria com o objetivo de construir relações duradouras funcionando no âmbito de redes de cooperação internacional.

- Com Ottawa, no Canadá: compartilhar experiências de planejamento urbano, administração pública e desenvolvimento econômico.
- Com o Cantão de Friburgo, na Suíça, e com Bolonha, na Itália, a preocupação é promover o turismo, o cooperativismo e o desenvolvimento econômico.
- Com Florença, também na Itália, buscou reforçar a cooperação econômica e cultural, ampliando as áreas de cooperação e buscando novas oportunidades.

- Com a cidade de Cottbus, na Alemanha, o objetivo é a ação comum em defesa do meio ambiente e do esporte. Com a Câmara Municipal de Lisboa visa a troca de experiências no domínio da preservação e valorização ambiental e da qualidade de vida dos habitantes.
- Com Issy-les-Moulineaux, na França: cooperação das cidades através da Rede “A Democracia na Cidade”, apoiada pela União Europeia através do Programa URB-AL.
- Com as cidades de Belém, na Palestina, e Havana, em Cuba, são consideradas Cidades Irmãs de Belo

Horizonte, graças a acordos assinados entres seus representantes.

5.4. MUNICIPALIDADE DA CIDADE AUTÔNOMA DE BUENOS AIRES, REPÚBLICA ARGENTINA

5.4.1 Apresentação

A cidade de Buenos Aires conta com 2:965.295 habitantes distribuídos em uma superfície de 200 km² e tem um papel central no território nacional por ser a sede do poder político e concentrar grande parte da população e atividades administrativas, financeiras, produtivas e de serviços.

5.4.1.1 Problemática ambiental

Os problemas ambientais têm a ver com o desajuste entre a oferta de recursos do sistema natural e social, e as necessidades humanas, gerando hoje e também no futuro, riscos para sua sustentabilidade, isto é para o bem-estar ou o desenvolvimento de suas atividades.

A falta - em décadas recentes- de respeito às leis que regem o sistema natural, especialmente pluviosidade, geomorfologia, hidrologia, etc., provocou a ocupação desordenada de terras e a mudança das pautas do escorregamento nas bacias hídricas e de diminuição da água caída, o que causou problemas de inundação que periodicamente afetam milhares de moradores dessas grandes áreas da Cidade.

A gestão ineficiente dos serviços e a falta de investimentos durante décadas, levou a limites críticos o abastecimento de água, os sistemas de esgoto pluvial e cloacal e a provisão de energia e telefonia, afetando importantes setores urbanos que qualitativamente ainda estão em fase de recuperação, a partir de um processo de privatização.

A contaminação das bacias hídricas, tanto do Rio da Prata como do Riachuelo, é um problema que as cidades recebem, sofrendo efeitos negativos no uso do litoral, mas tem sua origem em outros territórios.

A mesma importância têm os fatores de risco ambiental decorrentes de uma localização inadequada de estabelecimentos perigosos do ponto de vista ambiental, tais como os postos de gasolina, ou o transporte e destinação final de materiais e resíduos perigosos que não podem circular em território provincial e por tanto devem ficar na Cidade de Buenos Aires.

Finalmente, o processo de aumento do parque automotor, que cresceu aceleradamente durante a década atual, também produz efeitos negativos como os engarrafamentos, a contaminação sonora e do ar.

A contaminação do ar na Cidade de Buenos Aires é provocada principalmente pelos gases derivados da combustão de fontes móveis e , em menor percentagem de fontes fixas (fundamentalmente indústrias). A poluição do ar cresce por causa do aumento do parque automotor, do uso massivo do carro particular, da falta de adequada manutenção, da escassez e falta de rigor das fiscalizações técnicas, do anacronismo das normas em vigor e da carência de campanhas educativas. A atividade industrial contribui pouco aos gases de combustão, sendo mais importante a emissão de derivados dos processos de produção.

A gestão dos resíduos sólidos domiciliares, patogênicos e perigosos, é um grande problema para os habitantes da Cidade e dos partidos da Área Metropolitana. A coleta e o transporte dos resíduos sólidos, a varrição e limpeza das ruas, e outros serviços especiais, é feita na cidade desde o início de 1998, por quatro empresas privadas e o GCBA. Cada um deles responde por uma área específica. Os resíduos coletados são levados para as três usinas de transferência e depois depositados nos aterros sanitários do CEAMSE, localizados na Província de Buenos Aires.

5.4.1.2 A gestão metropolitana

A cidade de Buenos Aires faz parte de um conglomerado urbano amplo que, junto com trinta e seis Partidos da província de Buenos Aires, formam uma área metropolitana constituída pelas jurisdições atendidas pelo serviço de transporte ferroviário de passageiros. A coexistência de diversos níveis de Governo com competências sobre o território e as relativamente recentes privatizações e concessões dos serviços públicos e o transporte, tornam difícil uma gestão urbana integral.

As tentativas de criar um âmbito político e/ou jurídico com competência na gestão metropolitana foram muitas e de variado alcance. Os resultados não superaram o empecilho jurídico das competências. São exceções o CEAMSE (encarregado da destinação dos resíduos sólidos), o Mercado Central, e o Ente Coordenador do Transporte Metropolitano (ECOTAM), criado pela Lei Nacional aprovada em 15/10/98.

Muitas das temáticas urbanas exigem uma gestão obrigatória de tipo inter-jurisdicional para obter resultados eficazes: manejo de bacias hídricas, tratamento dos poluentes, redes da infra-estrutura de serviços e serviços sociais, etc. A falta de coordenação trouxe como resultados, altos custos sociais e econômicos e na qualidade de vida da população.

5.4.2 Secretaria de Meio ambiente

5.4.2.1 Objetivos:

- Formular Políticas de Meio ambiente e desenvolvimento sustentável no marco do Plano Urbano Ambiental da Cidade coordenadas com a Área Metropolitana, e com o âmbito Nacional.
- Estabelecer e aplicar as regulações e normativas necessárias em matéria ambiental.
- Coordenar com a Secretarias de Obras e Serviços Públicos e Planejamento Urbano.
- Formular as políticas referidas ao espaço público, e fiscalizar sua aplicação.
- Entender e controlar os serviços de higiene urbana no âmbito da Cidade.

5.4.2.2.Principais políticas promovidas pela Secretaria de Meio ambiente

Programa Ar Limpo da Cidade Autônoma de Buenos Aires

O objetivo do Programa de Ar Limpo da Cidade é lograr uma qualidade de ar adequada para a saúde dos cidadãos e um controle apropriado das emissões gasosas e sonoras.

- Montagem da Rede de monitoramento: A necessidade de um diagnóstico preciso da situação atmosférica da cidade fundamenta a instalação da Primeira Rede de Monitoramento Automático da Qualidade do Ar e do Nível de Ruído por convênio entre a Secretaria de Transporte da Nação e a Secretaria de Planejamento Urbano do Governo da Cidade, com financiamento do Banco Mundial. O objetivo da rede é medir os poluentes do ar, tanto gasosos quanto particulados, a intensidade do ruído, a densidade do trânsito e as condições físicas da atmosfera.

- Estabelecimento e atualização de normas de qualidade de ar: Estabelece os patamares, níveis máximos de emissão de poluentes perigosos provenientes de fontes fixas e móveis e sua metodologia de medição. Uma Comissão Técnico-Assessora-Interdisciplinar analisa os dados colhidos e assessora à Autoridade quanto ao desenho de normas de qualidade de ar. Está prevista a participação cidadã na definição e atualização dos referidos valores. Está prevista também a atualização desses valores a cada dois anos, podendo a Autoridade incluir ou eliminar novos valores quando achar conveniente, ou estabelecer valores mais estritos. Será necessária a troca de informações entre os centros de saúde da Cidade de Buenos Aires e a Autoridade de Aplicação da lei, para considerar as doenças cuja causa provável seja a contaminação do ar.

- Harmonização inter-jurisdicional: Diante da falta de coordenação entre as autoridades nacionais, locais e

da província de Buenos Aires, as políticas propostas abrangem:

1. Coordenação das políticas de trânsito, conforme à Lei Nacional de Trânsito N° 24.599.
2. Um sistema de Fiscalização Técnica Obrigatória de veículos conforme à referida lei e de Revisão Rápida Aleatória (RRA) de veículos que circulam pela Cidade, com base na normativa nacional e na internacional (valores do Grupo Mercado Comum do Mercosul).

- Políticas relativas ao controle de emissões provenientes de fontes fixas: Sistema de autorizações. Isso supõe um sistema de dupla avaliação dos limites de emissões provenientes das fontes fixas de emissão: Uma listagem com os limites de emissão geral de poluentes a serem respeitados. Uma autorização, relativa ao máximo valor de emissão de poluentes que deverá ser estabelecido conforme à norma de qualidade de ar e não poderá ser ultrapassado. O sistema de autorizações está ligado ao procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental, antecedente dos projetos.

- Políticas de incentivos: Serão definidas políticas de trânsito que visem a evitar o aumento do número de veículos particulares circulando na cidade. Foram estabelecidos os incentivos a seguir: Incentivo ao sistema de transporte coletivo, principalmente ao metrô; ao combustível conforme sua ação poluidora; aos veículos menos poluidores e combustíveis alternativos no âmbito local; à eficiência energética e à substituição de fontes de gases de efeito estufa; à inovação tecnológica e/ou reconversão industrial, principalmente em empresas pequenas e médias.

- Política de elaboração interdisciplinar de normativa: A Subsecretaria de Meio ambiente da Cidade convocou um grupo de especialistas ad honorem, para a elaboração de um anteprojeto de Lei de Ar para a Cidade.

- Política de incorporação de princípios da normativa internacional: Está prevista a harmonização internacional da normativa local, especialmente a referida a: Substâncias que consomem a camada de ozônio; Gases de efeito estufa; Aquisição de bens pelo Estado.

- Elaboração de um mapa acústico da Cidade de Buenos Aires: Foram identificadas as áreas críticas e as avenidas e ruas com maiores níveis de ruído, trabalho feito com a participação de estagiários da Universidade de Buenos Aires. Os procedimentos de Avaliação Ambiental dão especial ênfase à temática do ruído.

- Acesso à Informação Ambiental: Foi aprovada a Lei 303 de Informação Ambiental, elaborada a partir de dados fornecidos pelos órgãos do Poder Executivo local e empresas de serviços públicos.

5.4.2.3 Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)

Aplica-se a Lei 123 com seu Decreto 1252/99 e a Resolução da Autoridade de Aplicação de AIA N° 1/99. Procura-se aperfeiçoá-las através de um Decreto regulamentar elaborado pelo Conselho Assessor Permanente criado pela Lei 123 como instrumento de gestão e participação cidadã, acompanhando o trabalho da Secretaria. Desse Conselho surgiram recomendações técnicas, depois encaminhadas ao Chefe de Governo: tema solventes clorados; tema antenas de telefonia celular que produzem radiações não ionizantes.

5.4.2.4 Resíduos

Reciclagem: Apesar de não ser de competência direta do governo local, a reciclagem de resíduos sólidos urbanos foi encarada por causa de seus efeitos ambientais, elaborando-se um documento publicado em 1999 que faz parte do material do Plano Urbano Ambiental.

Programa Piloto para Reciclagem de Pilhas e Baterias: Envolve os fornecedores de serviços e produtos e o pessoal capacitado tecnicamente para manejar os resíduos que resultam das pilhas esgotadas. Estabeleceram-se parcerias com empresas para desenvolver a total reciclagem das baterias dos celulares: com a Unifón, a Telefónica, a Nokia e a IDM. Foi montado o Programa Piloto de Gestão de Pilhas, através

do Compromisso assinado entre a Fundação Vida Silvestre e a Telefónica de Argentina.

Gestão dos resíduos perigosos: foi criado um Regime Regulador de Resíduos Infecciosos pela Subsecretaria e encaminhado à legislatura prévia consulta com os envolvidos. O projeto foi aprovado em fevereiro de 1999 e publicado em maio sob a Lei Nº 154. Igual tratamento será feito com os chamados Resíduos Especiais.

5.4.2.5 Água

Em matéria de água e saneamento a competência do governo local está limitada porque o serviço é prestado por uma empresa concessionária do Estado (Águas Argentinas) com um marco regulatório de Ente tripartito onde a Cidade é uma das partes. O Governo da Cidade controla os vazamentos a coletores e cursos e/ou corpos d'água: Portaria 39.025.

Foi assinado um Convênio entre a Câmara do Setor Industrial, o Governo da Cidade e a União Industrial que permitirá que as indústrias consigam créditos acessíveis e sejam equipadas com tecnologia adequada. Coordena-se com a Direção Geral de Qualidade e Controle Ambiental a realização de fiscalizações permanentes dos estabelecimento industriais da Cidade.

5.4.2.6 Programas executados nos Espaços Verdes

Foram criadas áreas verdes cobrindo 150 hectares e foram mantidas e conservadas 618 áreas verdes ocupando uma superfície de 1.397,06 hectares. Foi atualizado o cadastro de áreas verdes e foram instalados sistemas de irrigação. Recuperação em forma semestral de 272 pátios com jogos infantis e preservação de 2.169 Monumentos e Obras de Arte. Plantação de 150.000 árvores na Cidade desde 1998, estando previsto incorporar de 50.000 exemplares mais.

5.4.2.7 Programa Patrocínio

Por Portaria Nº 43.794, o Programa “Convênios de Colaboração” prevê o aporte de bens e serviços em forma gratuita, através de patrocinadores, empresas, associações ou pessoas físicas que possam encarregar-se da manutenção de diversos espaços públicos: Praças e Parques, Fontes, Refeitórios escolares, Salas de Plantão de hospitais, Sistemas de diagnósticos (tomógrafos, ressonância magnética, etc.), Sistemas de Internet em escolas públicas, Bibliotecas, Áreas com brinquedos e/ou espaços de integração para crianças portadoras de deficiência. Oferece a oportunidade para que a atividade privada co-participe na recuperação do espaço urbano, o que provocará mudanças nos hábitos dos habitantes, sinais de comportamentos sociais de respeito e solidariedade com a tarefa empreendida.

5.4.2.8 Legislação Ambiental

- Lei 154. Rege a geração, manuseio, transporte e destinação final dos Resíduos Patogênicos.
- Lei 303. Lei de Informação Ambiental.
- Portaria 45587. Sobre geração, manuseio, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos infecciosos.
- Lei 123/.99: Determina o procedimento técnico de Impacto Ambiental (EIA).
- Decreto 1252.99: EIA para empreendimentos públicos e privados com efeito ambiental.
- Resolução Nº 293- Sobre Bifenilos policlorados (PCB'S) e trifenilos policlorados (PCT'S).

- Resíduos Perigosos: Toda pessoa física ou jurídica que possua bifenilos policlorados (PCBs) e trifenilos policlorados (PCTs) deverá informar à Secretaria de Meio ambiente e Desenvolvimento Regional. Buenos Aires, 20 de outubro de 2000.

5.4.2.9 Lei N° 71 - Plano Urbano Ambiental

Cria o Conselho do Plano Urbano Ambiental transdisciplinar para elaborar o Plano Urbano Ambiental e analisar os efeitos urbanos e ambientais das ações do Plano; coordenar as instâncias de consulta e participação com a população, o Governo Nacional, os governos provinciais e municipais; fazer avaliações periódicas; propor critérios para elaborar os Códigos de Planejamento Urbano, Ambiental e de Edificação.

O Plano tem base no conceito de desenvolvimento sustentável, que envolve: transformação urbanística, crescimento econômico, equidade social, preservação da diversidade cultural e uso racional dos recursos ambientais, para melhorar as condições de vida da população e minimizar a degradação ou destruição de sua própria base ecológica de produção e habitabilidade, sem colocar em risco a satisfação das necessidades das futuras gerações.

O objetivo central do Plano será servir de instrumento técnico-político de governo para a identificação e implementação das estratégias de ordenamento e melhoria territorial e ambiental de Buenos Aires para: melhorar a qualidade de vida da população; promover um desenvolvimento equilibrado e equitativo da cidade; gerar oportunidades de acordo e compromisso institucionalizado em políticas urbanas; promover os investimentos estatais e do setor privado; coordenar as áreas governamentais da cidade e da região metropolitana; que os habitantes tenham acesso ao ar, à água e alimentos seguros; circular e morar em áreas livres de resíduos, de contaminação visual, sonora e ambientalmente sadia, e ao uso das áreas verdes; preservar o patrimônio cultural, arquitetônico e ambiental.

O Plano Urbano Ambiental será regido pelos seguintes princípios orientadores:

- Transformação da estrutura urbana centralizada em uma policêntrica, de acordo com o processo de descentralização em comunas e a afirmação das identidades locais.
- Reconversão do relacionamento entre a cidade e o seu litoral, reafirmando o vínculo da cidade com o rio, potencializando sua acessibilidade e privilegiando seu uso público recreativo.
- Reestruturação, densificação e renovação urbana da Área Sul, para equilibrar a excessiva ocupação da Área Norte.
- Promoção de uma estratégia de melhoria de Espaços Públicos, áreas verdes, vias públicas e das áreas de qualidade ambiental patrimonial.
- Estabelecimento de um sistema inter-modal mais eficiente e seguro do transporte de cargas e do transporte de passageiros para diminuir a participação do carro particular.
- Criação de condições urbano-ambientais para a modernização e diversificação do tecido econômico local existente e a geração de novas atividades
- Melhoria das condições do hábitat dos setores de baixa renda.
- Melhoria da qualidade ambiental através da progressiva correção das atividades poluidoras e conscientização pública baseada no conceito de sustentabilidade global.
- Criação de novos instrumentos de gestão Urbano-Ambiental.
- Desenvolvimento de uma infra-estrutura de serviços adequada ao desenvolvimento da cidade.
- Eliminar as fraturas da cidade, suprimindo as barreiras físicas e culturais.

5.5 CIDADE DE CÓRDOBA, PROVÍNCIA DE CÓRDOBA, REPÚBLICA ARGENTINA

A cidade de Córdoba possui uma população de 1.233.886 pessoas e as políticas ambientais são implementadas pela Subsecretaria do Ambiente e Higiene Urbana pertencente ao governo municipal, que desenvolve as ações para a defesa e a melhoria do ambiente. O conceito ambiental está presente nos planos e nas ações municipais a todo nível como resposta às exigências da comunidade e da realidade.

Seus objetivos básicos são a coordenação das ações ambientais, o controle das fontes de contaminação, a formação e desenvolvimento dos programas de gestão ambiental a nível urbano e a extensão ambiental. Promove uma interação harmoniosa e eficiente cidade-ambiente, para garantir uma melhor qualidade de vida às gerações atuais e futuras.

5.5.1 Descentralização

O funcionamento de Centros de Participação Comunal (C.P.C.), veio a plasmar uma marcante política de descentralização. Suas funções são semelhantes às de pequenas prefeituras e podem organizar atividades culturais, recreativas, administrativas e de serviços. Neles os vizinhos podem fazer tramitações relacionadas com as diversas áreas da Municipalidade: áreas verdes, obras viárias, redes sanitárias e gás, iluminação pública, obras privadas e uso do solo, prestação e fiscalização de serviços de transporte público e trânsito, serviços de limpeza, abastecimento, tributação, cadastro, medicina preventiva, registro civil, centro cultural, assuntos locais, esporte e lazer, etc.

5.5.2 Conselho Municipal de Meio Ambiente

Criado por Portaria em 1992, e o âmbito de discussão de tipo consultivo ad honorem do Poder Executivo Municipal. Debate os problemas ambientais urbanos:

- estabelecimento de limites de emissão de poluentes dos diversos tipos de veículos.
- otimização dos dados e serviços das Fiscalizações Técnicas Veiculares.
- análise e elaboração de programas de educação ambiental não formal para a comunidade.
- projeção da Universidade Livre do Ambiente para a formação ambiental urbana.
- Proposta de programas alternativos de controle da poluição ambiental.
- Estudo de legislação comparada.
- Análise legal - ambiental do Projeto de Ordenação do Código de Edificação Urbana.

5.5.3 Oficina Ambiental “Córdoba, nossa casa”

A prefeitura convocou organizações ambientais não governamentais e organizações intermédias como Associações de Moradores, Escolas Municipais para trabalhar em ações concretas de proteção do Meio Ambiente urbano. Os eixos do seu trabalho são: o lixo, o reflorestamento de zonas degradadas. Em Setembro trabalhou na Campanha Internacional “Limpemos o Mundo”, sendo reconhecida como Comitê Local Organizador.

5.5.4 Observatório Ambiental

Lançou um programa de monitoramento dos recursos ar, solo e água para melhorar o meio ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos. Consta de dois Laboratórios: o Sistema de Monitoramento do Ar (Si.M.A) e o Laboratório Químico Ambiental que fazem o diagnóstico e prognóstico do estado dos recursos. Com essa informação, as autoridades elaboram normas para aliviar situações de alta contaminação e conservar os recursos. Seu e-mail é obsambi@nt.com.ar.

5.5.5 Universidade Livre do Ambiente

É um organismo municipal centralizador das atividades de extensão, sensibilização educativa, capacitação e difusão dos aspectos ambientais urbanos. Procura a conscientização e promove a participação dos moradores. Oferece uma educação não formal através de cursos, oficinas, seminários e cursos de pós-graduação. Funciona num prédio de grande interesse urbanístico localizado na “Quebrada del Infiernillo”, área urbana de importante valor ambiental.

5.5.6 Comitê de Emergência Municipal

Planeja, organiza, dirige e controla a Defesa Civil na Cidade. Com ajuda do Sistema de Informação Geo-referenciada, são desenhados mapas de Risco da Cidade onde se colocam clínicas, hospitais, albergues, escolas, salas de espetáculos, postos de gasolina, usinas de combustíveis, indústrias de máximo risco e zonas alagáveis ou críticas. O sistema vincula a zona em emergência com o centro de saúde ou de abrigo mais próximo, conformando o corredor sanitário. Possui manuais com recomendações a serem seguidas para mitigar um desastre.

Sistema de Emergência Ambiental: Dispõe de um telefone de ligação gratuita com atendimento permanente, para receber denúncias de crimes ambientais. Possui um laboratório móvel para a intervenção imediata de técnicos e fiscais municipais. O sistema foi informatizado para contar com dados precisos e manter um arquivo de denúncias classificado por tipo, área da cidade e impacto social.

5.5.7 Estudos de impacto ambiental

A autogestão da Prefeitura na Avaliação de Impacto Ambiental é um instrumento institucional básico para um desenvolvimento urbano ambientalmente adequado. A Carta Orgânica Municipal, normativa marco de funcionamento institucional do Governo Municipal, incorpora os Estudos de Impacto Ambiental em obras e ações relevantes.

5.5.8 Áreas Verdes e Parques Urbanos

A relação área verde/habitante e a distribuição espacial da população no tecido urbano são fatores de qualidade de vida urbana. Por isso a cidade lançou uma política de recuperação e criação de áreas verdes urbanas. A cidade tem 825 praças, 6 grandes parques, 1 reserva natural e 60 Km. de ciclovias com florestamento lateral; ao todo uma superfície verde de 6.475.000 m². Foram plantadas mais de 120.000 árvores com a ajuda de organizações comunitárias, estabelecimentos de ensino e vizinhos. A proporção área verde/habitante cresceu 60%, passando de 5m² para 8 m² por habitante.

5.5.9 Sistemas de Transporte

O sistema de transporte urbano tornou-se mais flexível, oferecendo maiores opções aos usuários e possibilitando uma maior concorrência. Um novo marco jurídico - administrativo incentiva o capital privado de risco para serviços diferenciais de ônibus e taxis. O objetivo é oferecer qualidade, promovendo o uso do sistema de transporte público a través do: aumento da frota, diminuição da antiguidade e melhoria na qualidade das unidades; implantação de ônibus e taxis diferenciais, incorporação de taxis comuns (aumento de 10%); criação da Oficina de Atendimento ao Vizinho e de uma linha telefônica para receber reclamações.

- A Fiscalização Técnica Veicular, permitirá ter um parque automotor em boas condições, diminuir o risco de acidentes e a contaminação do ar. A iniciativa da Municipalidade plasmou-se em Concorrência Pública Nacional e Internacional de estabelecimentos de fiscalização técnica. São conferidos entre 60 e 100 elementos, num programa de 11 itens.

- Ciclovias: Uma rede de 60 Km. permite uma circulação segura e em vias exclusivas que facilitam as conexões entre bairros. Foi favorecida a qualidade ambiental dos roteiros, e aumentou a aceitação do local como opção de lazer e via segura para chegar ao emprego. Foram recuperados e arborizados os corredores laterais, tornando-se novos espaços verdes na cidade.

5.5.10 Coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos

O serviço de coleta e varrição atende a cidade inteira, abrangendo 860.000 e 200.000 quadras mensais respectivamente.

Seleção de materiais recicláveis: em 1992 começa a recuperação de materiais através da seleção em origem. Os materiais resultam de melhor qualidade ao não serem misturados com o outro tipo de lixo e ao serem evitadas as perdas causadas pela umidade, por exemplo no caso do papel. Os materiais são levados a uma “Usina de Seleção de Materiais”, localizada no local de tratamento dos resíduos sólidos urbanos para sua posterior comercialização.

Tratamento de resíduos sólidos urbanos: os resíduos coletados pelos serviços de coleta, varrição e limpeza de ruas, limpeza de baldios, eliminação de lixões clandestinos e resíduos de terceiros, são levados a um local distante 18 Km. do centro da cidade. A destinação final é o aterro sanitário, usando uma combinação do método de trincheira profunda e do método de áreas. A quantidade de resíduos tratados é de entre 1000 e 1300 toneladas/ dia.

5.5.11 Rede cloacal

A prefeitura construiu obras cloacais equivalentes a 50% das que foram feitas desde 1927. Hoje 42% da população possui esse serviço.

5.5.12 Controle de atividades poluentes

Atividades industriais e de serviço

A Cidade de Córdoba é um dos pólos industriais mais importantes do país, sediando 2357 estabelecimentos e cerca de 50.000 operários (metal-mecânica e alimentação). Embora estejam radicadas na cidade, a maioria das indústrias estão localizadas à beira do rio Suquia.

Através de um convênio assinado entre a Municipalidade de Córdoba e a CEPAL/NAÇÕES UNIDAS, é lançado em 1993 o projeto de Gestão de Resíduos Industriais na cidade. Foi feito um levantamento do parque industrial: localização, tipo, quantidade e tratamento dos resíduos industriais, em parceria com associações industriais de Córdoba e Indústrias através de uma Declaração de Empresas registrada em base de dados. Ao mesmo tempo são feitos controles integrais nas indústrias de mais complexidade.

Controle de ruído

Usando tecnologia adequada são avaliados os entornos das fábricas, as oficinas metalúrgicas, as academias, os aparelhos de ar condicionado e os locais de bailes. Também são feitos os controles nas unidades de transporte de passageiros e carga, carros particulares e motocicletas.

Corpo de Guarda Ambientes Honorário

A Prefeitura formou esse Corpo com cidadãos preocupados pela problemática ambiental que queriam ajudar na proteção e controle do ambiente urbano. Eles fazem Cursos para se preparar e cumprem uma avaliação final que os faculta para controlar os Crimes Ambientais dentro do município: emissão de fumaça pelo transporte público, florestamento nos bairros, campanhas de separação de resíduos e coleta de micropilhas, etc. Também foi criado um corpo de Guarda Ambientes Juvenis.

5.5.13 Legislação ambiental

Coordena-se com todos os atores relacionados com cada normativa específica. Trabalhou-se sobre: normas de emissão de poluentes; manejo adequado de resíduos (domiciliares, industriais e perigosos); incentivos econômicos à proteção ambiental; mecanismos de controle ambiental; controle do uso do solo urbano incorporando a variável ambiental; aspectos físico - funcionais das atividades industriais, comerciais e de serviços; mecanismos de participação da cidadania.

Legislação: Ver Ficha de Informação da cidade.

5.5.14 A Agência Córdoba Ambiente, Sociedade do Estado

A Agência Córdoba Ambiente, Sociedade do Estado funciona a nível da Província de Córdoba e foi criada pela Lei 8.779 de 15 de Julho de 1999.

Objetivos da AGÊNCIA CÓRDOBA AMBIENTE:

- Colaborar na elaboração, acompanhamento e adequação da política ambiental provincial.
- Operar mecanismos institucionais de participação de setores públicos ou privados nas questões relacionadas com a política e gestão ambiental.
- Promover a conservação e proteção do ambiente. Analisar a evolução dos recursos naturais, estabelecendo seus limites de aproveitamento.
- Colaborar na recuperação e conservação da diversidade biológica e na evolução dos recursos naturais (solo, água, flora e fauna).
- Colaborar na recuperação e prevenção da qualidade ambiental.
- Desenvolver um Sistema Provincial de Áreas Protegidas, para conservar amostras representativas dos ecossistemas e principais núcleos populacionais de flora e fauna, do território provincial no contexto do ordenamento do território.
- Trabalhar na geração e aplicação dos instrumentos de gestão ambiental.
- Promover a educação ambiental, articulando com as autoridades correspondentes.
- Administrar e difundir informação em matéria ambiental, coordenando com a Administração Pública provincial, municipal e comunal, organismos nacionais e internacionais e ONGs.
- Coordenar e controlar as atividades do Corpo Honorário de Defensores do Ambiente.
- Coordenar as atividades de prevenção e mitigação de emergências ambientais.
- Exercer o poder de polícia ambiental em todo o território da Província de Córdoba.
- Participar e promover o desenvolvimento da normativa provincial sobre ambiente.

Diretoria: Reúne-se semanalmente com participação de seus integrantes, os Assessores, os Síndicos e o Gerente de Administração e tem como função estabelecer a política ambiental e orientar as atividades da Agência. Aprova o atuado pela Comissão Técnica Interdisciplinar para a Avaliação do Impacto Ambiental e o Plano Anual de Atividades da Agência, elabora o Orçamento correspondente. Pode convocar o Conselho Provincial do Ambiente de acordo com a Lei N° 7343. Representa a Província no Conselho Federal de

Meio Ambiente e em reuniões, simpósios, oficinas, perante Universidades, organismos científico - tecnológicos nacionais. Coordena atividades com outros organismos provinciais em temas ambientais.

5.6 ILUSTRE MUNICIPALIDADE DE CONCEPCIÓN, OITAVA REGIÃO, REPÚBLICA DO CHILE

5.6.1 Apresentação

Concepción foi fundada em 5 de outubro de 1550 pelo conquistador espanhol Pedro de Valdivia. Dois anos mais tarde o imperador Carlos V deu-lhe o título de cidade. Sua segunda fundação foi resultado do maremoto de 1751. Na ocasião Concepción foi trasladada à área chamada La Mocha, nas margens do rio Biobío, a uns 15 km de distância da anterior localização.

Hoje é a capital da Região do Biobío e sede do seu governo, da governação provincial e um centro de serviços financeiro, comercial e universitário com seis centros de ensino superior. Tudo isso faz com que Concepción seja a segunda cidade do Chile, depois da capital, Santiago. A nova comuna de Concepción possui 240.000 habitantes, sendo a maioria da população eminentemente urbana (aproximadamente 98%).

As atividades econômicas da comuna estão ligadas principalmente aos serviços e ao comércio, por ser capital regional e provincial e sede de ambos governos. Existe uma importante área industrial manufatureira, o que explica a marcante tendência ao crescimento evidenciada em algumas zonas geográficas da comuna, especialmente planejadas.

O atrativo da sua área comercial, financeira e de serviços, provocou, no entanto, uma grande concentração de pessoas e veículos numa região relativamente pequena. Esta realidade, somada ao fato de a cidade ter experimentado um grande crescimento da população, veio a gerar uma crescente demanda por todo tipo de serviços, por uma maior infra-estrutura urbanística e por soluções habitacionais. A cidade possui 206 hectares de áreas verdes distribuídos em: Parques Urbanos: 164,0 hás, Praças: 7,0 hás, Pracinhas: 7,0 hás, Outros: 28,0 hás.

97,05 % dos habitantes têm serviço de eletricidade; 83,80 % de esgoto; 98,48 % de água potável; 3,3 hab./linha telefônica, Nº de telefones: 66.500.

Possui uma População Economicamente Ativa de 72.959 habitantes. Por setor de ocupação: Serviços: 26.433 trabalhadores; Comércio: 15.582 trabalhadores; Indústria: 13.613 trabalhadores; Construção: 6.311 trabalhadores

A população alfabetizada representa 96,66 % do total.

5.6.2 Áreas de Trabalho da Municipalidade

- **Programas sociais:** Aperfeiçoamento da infra-estrutura e serviços em populações; Assistência a setores de pobreza extrema, Subvenção a organizações sociais; Programas Focalizados (portadores de deficiência, infância, jovens, mulheres, adulto maior, etc.).

- **Plano de desenvolvimento educacional:** Jornada estendida; Melhoria da qualidade educacional.

- **Plano de desenvolvimento da saúde:** Melhoria de infra-estruturas; Programa de escola e comunidade saudável.

- **Desenvolvimento urbano:** Melhoria das carências de urbanização; Pavimentação participativa; Passarelas para pedestres.

- **Cultura e meio ambiente:** Recuperação de lagoas; Estudos sobre contaminação das águas, ruídos; Revisão de Estudos de Impacto Ambiental; Melhoria da cultura ambiental da população.

5.6.2.1 Planejamento

A cidade desejada (Visão): Concepción, centro de serviços, de expressões culturais, moderna, que fundamenta seu desenvolvimento social e econômico na sua importância histórica e nos princípios de solidariedade, participação e sustentabilidade. Procura se tornar a cidade mais importante do sul do Chile, caracterizada pela modernidade, a autodeterminação, a qualidade de vida e a igualdade de oportunidades de seus habitantes

5.6.2.2 Diretrizes estratégicas

- Concepción, Cidade líder

Objetivo 1: Assumir a liderança da região metropolitana de Concepción em matéria de desenvolvimento urbano, social e econômico:

Programas: Construindo nosso país; O setor privado e a cidade;

Objetivo 2: Fortalecer o papel dos serviços comunais:

Programas: Trânsito e transporte; Concepción Cidade Educadora; Concepción e seus serviços.

Objetivo 4: Gerar condições para contribuir ao desenvolvimento da atividade econômica e produtiva da cidade.

Projetos: Implementar a Secretaria de Planejamento Comunal; Articular iniciativas de agentes econômicos; Programas de capacitação para o emprego para grupos mais vulneráveis.

- Concepción, Cidade governante

Objetivo geral: Desenvolver um governo comunal efetivo, com atribuições e recursos suficientes.

Programas: Aumentar a participação na associatividade municipal e nas correntes regionalistas; Desenvolver programas de capacitação para serviços comunais de excelência. Aperfeiçoar a tecnologia e os melhorar as condições de trabalho. Estabelecer programas de comunicação internos e externos adequados. Fomentar a participação da cidadania no desenvolvimento do governo comunal.

- Concepción, Cidade Solidária

Objetivo Geral: Contribuir à melhoria da situação de pobreza e exclusão social que afetam a uma parte da população da comuna.

Programas: Melhoria das condições de habitabilidade; Concepción promove a equidade; Melhorar a gestão para contribuir à superação da exclusão social; Concepción, cidade cultural; Melhorar o acesso à saúde pública.

- Concepción, Cidade Sustentável

Objetivo 1: Aproveitar as condições ambientais da Cidade.

Programas: Ares e pressão sonora de qualidade; Águas naturais aptas para usos alternativos; Manejo integrado de resíduos sólidos e manejo de vetores de risco sanitário; Fomento dos espaços públicos naturais, áreas verdes e biodiversidade; Fortalecimento do sistema municipal de gestão ambiental; Educação e participação da cidadania para a co-responsabilidade ambiental.

Objetivo 2: Ordenamento e caracterização territorial, que valorize o patrimônio urbano e paisagístico de Concepción, para fazer dela uma cidade moderna, atrativa e hospitaleira.

Programas: Conformando bairro; Concepción define-se pela sua paisagem; Concepción respeita o passado; Vamos redescobrir o centro; Enfeitando a cidade; Produtividade do solo cêntrico; Concepción cresce.

Objetivo geral 3: Recuperar e melhorar o hábitat atual das pessoas seguindo um plano de desenvolvimento

rural.

Programa 1: Desenvolvimento rural em ação.

5.7 PREFEITURA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

5.7.1 Apresentação

Curitiba, a capital do Estado do Paraná tem 308 anos e está localizada no Sul do Brasil. A maior parte de sua população de 1,6 milhão de habitantes descende de imigrantes italianos, poloneses, alemães, ucranianos, japoneses, sírios e libaneses.

Com um PIB de US\$ 12,1 bilhões/ano, tem renda per capita de aproximadamente US\$ 8 mil/ano, contra uma média nacional de US\$ 5 mil/ano. Em março de 2001, uma pesquisa patrocinada pela ONU aponta Curitiba como a melhor capital do Brasil pelo Índice de Condições de Vida (ICV).

Reconhecida nacional e internacionalmente por suas soluções urbanas inovadoras, tem 432,17 km² e o mais eficiente sistema de transporte coletivo. Ostenta o índice de 55 metros quadrados de área verde por habitante, o que a faz ser considerada a Capital Ecológica do Brasil.

A atual administração, é sustentada por três diretrizes básicas: geração de empregos, gestão compartilhada e integração metropolitana levando as experiências de sucesso comprovado em Curitiba para os 25 municípios que compõem a Região Metropolitana da cidade.

5.7.2 Capital Ecológica

Na década de 80, o desafio da cidade foi tornar mais acessíveis os serviços básicos. Foi criada a Rede Integrada de Transporte - que possibilita o deslocamento para qualquer ponto da cidade com uma só tarifa; foram ampliados os equipamentos sociais (creches e postos de saúde), e implementada uma política habitacional sustentada em pequenos conjuntos residenciais.

Curitiba completou 300 anos (em 1993) retomando a vanguarda do planejamento urbano. É o tempo da parceria para complementar serviços no ensino, na saúde, no lazer; de reciclar a relação do homem com o meio ambiente.

Além de centro administrativo e financeiro do Paraná, Curitiba se consolida como um dos maiores pólos de negócios do Mercosul. A grande revolução começou há 29 anos, em 1973, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), região que hoje concentra importantes indústrias brasileiras e que gera mais de 25% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Industrial do Estado. A CIC é responsável pela maior parte dos empregos em Curitiba: são 50 mil diretos e 200 mil indiretos. Em poucos anos, Curitiba já é o terceiro pólo exportador de software do país.

Para a geração de emprego e renda, a Prefeitura de Curitiba criou o Linhão do Emprego. São 34 km de uma grande avenida passando por vários bairros e promovendo a melhoria imediata da qualidade de vida de 400 mil curitibanos. Lá funcionam os liceus de ofícios que capacitam a mão-de-obra e barracões empresariais para o aproveitamento dos que têm vocação empreendedora. O segredo de Curitiba, é o de trabalhar sempre em equipe e guiar-se por um pensamento muito antigo, dos filósofos gregos: “O homem é a medida de todas as coisas”. Planejamento e humanismo, estes são os segredos do sucesso de Curitiba.

5.7.3 Os números explicam a Capital Social (Segundo IBGE - Recenseamento 2000)

99,7% dos domicílios com sanitário; 99,5% são atendidos pela coleta regular de lixo; 98,6% têm abastecimento de água; 92,9% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto.

99% das gestantes de Curitiba fazem o pré-natal na rede municipal de saúde, com direito aos exames necessários, inclusive HIV através do programa Mãe Curitibana. Na primeira consulta a gestante fica sabendo onde terá seu filho e poderá conhecer a equipe.

96,9% é o índice de alfabetização entre pessoas de 10 anos. A média brasileira é de 87,2% . Uma rede de 30 Liceus de Ofícios garante capacitação a 25 mil pessoas por ano. Curitiba tem uma rede municipal de ensino com 155 escolas e 115 mil alunos.

Primeira cidade do país a oferecer Internet pública gratuita em 26 pontos da cidade, nos Faróis do Saber (bibliotecas de bairro) e nas oito Ruas da Cidadania através do programa Digitando o Futuro. Ruas da Cidadania são espaços onde o cidadão conta com atendimento público: cursos diversos, atividades esportivas e lazer e ações que envolvem a comunidade dos bairros.

Armazéns da Família, Sacolões e Mercado Popular garante a 50 mil famílias o fornecimento de alimentos e produtos de higiene e limpeza a preços 30% mais baixos.

Menor índice brasileiro de vítimas fatais no trânsito: 1,6 morte para cada 10 mil veículos. A política que une fiscalização intensiva, orientação e educação para o trânsito, reduziu em 17% o número de acidentes registrados na cidade nos últimos cinco anos.

5.7.4. Secretaria Municipal de Meio Ambiente

5.7.4.1 Lixo

Campanha LIXO QUE NÃO É LIXO: Preocupada com a escassez dos recursos naturais renováveis e não renováveis, com a não degradação de áreas e com a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, CURITIBA, implantou a coleta seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos. Sua principal característica é a separação do lixo doméstico. O processo é muito simples: consiste na separação prévia do material orgânico do inorgânico. Uma vez separados, o munícipe apresenta os resíduos nos dias e horários pré-determinados para a coleta. Todo resíduo reciclável coletado é pesado e enviado à Unidade de Valorização de Rejeitos (Usina de Reciclagem) ou para depósitos de reciclagem. Funcionários treinados fazem a separação, pesagem, enfardamento e a estocagem dos materiais, para serem vendidos como insumo para as indústrias de transformação.

Programa COMPRA DO LIXO: A Prefeitura, implantou o Programa “Compra do Lixo”, em áreas onde havia seríssimos problemas ambientais devido à falta de coleta de lixo e constituiu-se numa forma alternativa de Coleta Domiciliar, destinada a atender às camadas menos favorecidas da população. A equipe de Educação Ambiental da Prefeitura contata a comunidade, com o objetivo de organizá-la. Criada a Associação de Moradores, ela se torna responsável pela distribuição dos sacos plásticos. Por cada saco de lixo (8 a 10 Kg) de resíduos, o participante recebia um vale-transporte. A Associação de Moradores, pelo trabalho de parceria com a Prefeitura, recebe 10% do valor pago por cada saco de lixo depositado em conta corrente bancária em nome da Associação, que utiliza em obras ou serviços definidos pela própria comunidade.

Programa CÂMBIO VERDE: Nasceu de uma derivação dos Programas anteriores e consiste na troca de material reciclável por produtos hortigranjeiros. O poder público assinou um convênio com a FEPAR - Federação Paranaense das Associações dos Produtores Rurais, e passou a adquirir o excedente da produção e repassar estes produtos às famílias com renda entre 0 a 3,5 salários mínimos. O Câmbio Verde Especial é realizado nas escolas públicas municipais com o objetivo de consolidar nas crianças o espírito de separar o lixo, e conscientizá-las na importância da reciclagem para o bem estar social de todos, pois o meio ambiente a todos pertence. No Câmbio Verde Especial troca-se Lixo que não é Lixo por: cadernos, brinquedos, chocolates, ingressos para shows, etc.

5.7.4.2 Fórum de Curitiba termina com elaboração de Carta para a RIO+10

O Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável para América Latina e Caribe terminou em abril de 2002 com a elaboração de uma carta de recomendações para a Conferência Mundial de Meio Ambiente RIO+10, (setembro, Joanesburgo, África do Sul). Os participantes discutiram três grandes temas: transporte público, gerenciamento do lixo e Agenda 21.

Sobre o transporte público, a maior recomendação foi adotar uma visão de longo prazo no planejamento e execução de projetos. O transporte é um fator importante de sustentabilidade das cidades, deve ser constantemente aperfeiçoado, com a introdução de novas tecnologias, visando principalmente a redução nos níveis de emissão de carbono.

No tema “Agenda 21”, ressaltou-se a necessidade de fortalecer as democracias locais e promover ações concretas que envolvam poder público, empresas e o terceiro setor. Respeitar a identidade cultural das cidades. Aprofundamento do diálogo das autoridades locais com a ONU e com os organismos de cooperação internacional.

No Gerenciamento do lixo procura-se, determinar claramente as políticas e responsabilidades dos níveis locais, estaduais ou provinciais, federais e internacional com os meios apropriados para a execução delas. Criar um mecanismo permanente de troca de informação através de meio eletrônicos. Desenvolver uma rede de centros municipais de treinamento para o planejamento e o gestão do desenvolvimento sustentável, para troca de experiência e assistência mútua.

5.7.5 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC

O IPPUC, que havia participado da concepção e desenvolvimento do Plano Preliminar, passou a detalhar e acompanhar a evolução e implantação do Plano Diretor de Urbanismo. Os desafios têm sido transformar planos-papel em planos-implantação; transmutar idéias em obras, estudos em diretrizes, projetos em soluções. Foi criado como uma Autarquia Municipal. Era composto por um Conselho Deliberativo e uma Diretoria Executiva. As atribuições foram ampliadas em 1991, através da Lei 7671, que tratava da Reforma Administrativa. O IPPUC passa a elaborar os orçamentos Plurianual e Anual de Investimentos da Prefeitura, bem como a acompanhar as metas físico-financeiras dos programas e projetos, articulando e consolidando tais programas, projetos e planos, dentre as várias unidades administrativas do município.

Seus Objetivos estratégicos são: Ordenar o crescimento da Cidade com a distribuição adequada das atividades urbanas; Criar soluções integradas, visando a melhores condições sociais e econômicas da população; Captar recursos para viabilizar planos, projetos e obras do Município.

Projetos

Transformação física: O IPPUC elegeu três instrumentos para consolidar o processo de transformação física: o transporte coletivo, o uso do solo e o sistema viário. O desenvolvimento linear, previsto no Plano Diretor, deveria ocorrer em eixos estruturais que cortariam a cidade de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Um Sistema Trinário foi a solução. Composto por uma via exclusiva destinada ao transporte coletivo, duas vias de tráfego lento, que permitem o acesso ao comércio e às residências, e duas vias externas, em sentido contrário - centro-bairro, bairro-centro -, chamadas de vias de tráfego rápido, que permitem o tráfego de passagem.

Transporte: Foi um dos instrumentos usados para garantir a implantação do processo de desenvolvimento linear da cidade. A Rede de Transportes, incorporou os ônibus expressos, “ligeirinhos”, os bi-articulados, as linhas inter hospitais, a linha turismo, os terminais de transbordos alimentadores, os interbairros, as estações tubo, tornando-se hoje uma Rede Integrada de Transporte da cidade atingindo também a Região Metropolitana de Curitiba.

Ruas da Cidadania: Localizadas junto aos Terminais de ônibus, são sedes das administrações regionais, secretarias municipais, postos de atendimento de serviços públicos, lojas comerciais e espaços para artes, esportes e encontro da comunidade.

Parques lineares: Cortada por mais de mil rios, riachos, córregos - nascedouro do Rio Iguaçu - a Cidade enfrentava problemas de alagamentos, de ocupação desordenada de mananciais e de falta de equipamentos lazer. Justificada como obra de saneamento, nasceram os parques lineares. Hoje são 26 parques e bosques, que somados às praças, jardins, jardinetes, constituem aproximadamente 15% da cobertura vegetal nativa.

Pequenos núcleos habitacionais: O crescimento acelerado da cidade, exigiu soluções também para a moradia. Ao invés dos grandes conjuntos habitacionais implantados em locais distantes da estrutura formal das cidades, disseminados em todo o país, o IPPUC optou pela construção de unidades diferenciadas e inseridas na paisagem da cidade.

Transformação econômica

A necessidade de um suporte econômico para a cidade que crescia, provocou a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). O IPPUC optou por criar uma “cidade” industrial com infra-estrutura adequada, moradia, equipamentos sociais, transporte e integrada a cidade formal através de eixos conectores. Os pequenos serviços e o resgate de antigas profissões foram as Vilas de Ofício. O treinamento e profissionalização e jovens e adultos acontece nas Linhas e nos Liceus de Ofícios. A resposta ao crescimento no número de desempregados foi o Linhão do emprego, o Empório Metropolitano, Barracão do linhão do emprego.

Transformação cultural

Um cuidado especial foi tomado pelo IPPUC ao propor as revoluções do sistema viário, de uso do solo, do transporte coletivo: a preservação da identidade e da história da Cidade.

O primeiro Plano de Revitalização do Setor Histórico.

5.7.6 Fundação de Ação Social (FAS)

Para estabelecer e ampliar a ponte sociedade-poder público, a FAS adota três linhas básicas de atuação: atendimento emergencial, desenvolvimento social e programas profissionalizantes.

5.7.6.1 Programas de atendimento emergencial

São ações desenvolvidas para reintegrar à sociedade, de maneira digna, os excluídos, pobres e carentes, idosos, pessoas em situação de rua, mulheres sob ameaça de violência. Os Programas são: FAS-SOS, Resgate Social; SOS Idoso; SOS Mulher, SOS Criança. Casa da Acolhida e do Regresso; Programa de Acompanhamento Familiar e Centro de Orientação Social; Assessoria em Emergências.

É um equipamento voltado ao atendimento das pessoas que vivem ou estão nas ruas, e está localizado na área central da cidade. Uma equipe volante de assistentes sociais percorre a cidade diariamente fazendo a abordagem desta população. Na sede estão concentrados os serviços de triagem, atendimento médico ambulatorio e albergue. A FAS tem como política encaminhar as pessoas para o retorno familiar. Conta com a parceria de 5 secretarias municipais (Saúde, Criança, Esporte e Lazer, Urbanismo, Obras Públicas), das secretarias estaduais da Segurança Pública e da Criança e Assuntos da Família, Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba e Centro de Ação Voluntária. O programa oferece apoio de estagiários e voluntários que trabalham em operações para proteger os cidadãos e buscar a reintegração do cidadão carente.

5.7.6.2 Programas de desenvolvimento social

Casa Mais Viver: Centro de Acolhimento e Atendimento Integral constitui-se num espaço alternativo de abrigo e/ou moradia provisória para a população crônica de rua.

Pousada de Maria: Oferece um endereço seguro para as mulheres vítimas ou ameaçadas de violência e seus filhos. Elas permanecem na Pousada por até três meses, enquanto recomeçam a vida. O atendimento inclui orientação jurídica e treinamento profissionalizante.

Fazenda Solidariedade: Oferece aos homens dependentes de álcool ou drogas a oportunidade de recuperação e reintegração social e profissional. O tratamento é desenvolvido nos 42 alqueires da Fazenda, localizada no município de Campo Magro, e dura em média nove meses.

O Centro de Referência de Atenção e Promoção ao Idoso (CRAPI): Reúne profissionais de toda Prefeitura Municipal de Curitiba na discussão e articulação de políticas de atendimento a idosos, visando estimular as relações sociais do idoso e sua auto-suficiência.

Unidade de Saúde Ouvidor Pardinho: Por meio de parcerias entre as Secretarias Municipal de Saúde, Fundação de Ação Social e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, atende a população a partir de 50 anos, busca trabalhar com os usuários numa perspectiva de atuação integral com atendimento médico-odontológico, atividades terapêuticas, lúdicas, físicas, com atividades de cunho preventivo, educativo, informativo, utilizando-se de palestras, e atividades terapêuticas.

Direito da Família: Quem precisa ir à Justiça para resolver problemas de direito de família pode contar com a FAS. Os advogados encaminham as ações solicitadas por pessoas com renda familiar de até três salários mínimos. O atendimento é feito nos Núcleos da FAS das Administrações Regionais. Algumas punições por infrações leves podem ser cumpridas com a realização de trabalhos comunitários. Em parceria com o Juizado Especial Cível e Criminal, o Ministério Público e secretarias a FAS cadastra e encaminha as pessoas para os trabalhos.

5.7.6.3 Programas profissionalizantes

Geração de Emprego e Renda: A FAS promove a qualificação profissional de trabalhadores visando a sua inserção no mercado de trabalho. Para o desenvolvimento gerencial de empreendedores e pequenas empresas e alunos das Escolas interessados em iniciar seu próprio negócio desenvolve o Programa de Apoio ao Empreendedor. Através do incentivo a criação de Associações, Cooperativas e Oficinas de Trabalho busca apoiar várias categorias profissionais.

Liceus de Ofícios: Prepara os trabalhadores, a partir de 16 anos, para o mercado de trabalho, com cursos de qualificação profissional nas áreas de administração, informática, indústria, corte e costura, higiene e beleza, artesanato, culinária industrial, serviços, turismo e construção civil.

Programa de Apoio ao Empreendedor: Proporciona treinamento com vistas à criação ou melhorias de empreendimentos, através da auto-análise de fortalezas, fraquezas e potencialidades empresariais e do estudo de viabilidade de seu próprio negócio.

Vilas de Ofícios: São sobrados geminados que reúnem moradia e trabalho no mesmo local construídas e financiadas pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT). A moradia ocupa o piso superior e o térreo é destinado ao ateliê ou oficina. A FAS seleciona os moradores e oferece cursos de capacitação profissional e gerencial.

5.7.7 Plano de Governo 2001 -2007

Busca promover a urbanização e a regularização fundiária de ocupações irregulares - selecionadas por critérios sociais, físico-territoriais e jurídicos - e a melhoria socioeconômica das famílias beneficiárias. Vai permitir maior desenvolvimento das condições socioeconômicas das populações das áreas priorizadas, a qualidade urbana e ambiental dessas áreas e a integração das áreas ao seu entorno e à cidade legal.

MEU Ambiente

Busca promover a melhoria das condições ambientais da cidade, com gestão de resíduos sólidos e à proteção dos recursos hídricos, tendo como base as bacias hidrográficas, para estimular o comprometimento da sociedade na construção e na conservação de um ambiente equilibrado:

- Proteção dos recursos naturais. Nível de qualidade ambiental. Áreas de proteção e lazer.
- Ampliação do Programa de Educação Ambiental. Projeto Verde Cidade para a PMC. Consciência da população, sensível, participante na racionalização da geração de resíduos.

- Ampliar as áreas de proteção ambiental, com a implantação de cinco novos parques.
- Incentivar a redução da geração dos resíduos. Programa Menos é Mais (reciclagem de materiais). Centro de Referência de Tecnologias de Reciclagem de Materiais.
- Desenvolver e implantar um sistema integrado de gestão de recursos hídricos. Lei Municipal de Recursos Hídricos. Regulamentação do anel sanitário ambiental. Uso de incentivos à proteção aos rios. Ampliação dos programas Olho d'Água. Despoluição Hídrica e fiscalização.

- Recuperação das margens dos rios promovendo a revegetação e contenção de erosão.

5.8 PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. MINAS GERAIS, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Juiz de Fora localizada ao sudeste do Estado de Minas Gerais, conta com uma população de 456.000 habitantes (32. habitantes/km²).

5.8.1 Indicadores (Ver Ficha de Informação da Cidade)

5.8.2 Plano Estratégico Juiz de Fora de Desenvolvimento Urbano.

Em março de 97, Juiz de Fora deu o primeiro passo para desenvolvimento urbano, preparando-se para a elaboração do seu Plano Estratégico de Desenvolvimento. O Plano JF, um modelo de planejamento participativo para conciliar crescimento populacional e qualidade de vida. A Prefeitura realizou o seminário “A cidade como sujeito do desenvolvimento: a necessidade de uma visão de longo prazo”, iniciando um movimento, que envolveu todos os setores da sociedade na busca do modelo ideal de cidade para se viver. Em janeiro de 2000, entregou à cidade a versão final do Plano JF, um documento incluindo 93 projetos prioritários em diversas áreas, sendo que 30% deles entraram em execução antes mesmo da aprovação do documento. Tão logo o relatório final foi aprovado, iniciou-se a formação dos Grupos de Impulsão.

O critério técnico e participação popular são as principais características do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora, sancionado pelo Prefeito em julho de 99. A nova versão implanta em Juiz de Fora a teoria da “simbiose”, segundo a qual cada área urbana deve oferecer a todos condições de moradia, trabalho, lazer, educação e outras atividades. O processo de elaboração contou com sugestões de diversas entidades da sociedade organizada. As propostas foram discutidas em reuniões realizadas em todas regiões da cidade.

Para se atingir o modelo de cidade possível e ideal, os 93 projetos propostos no Plano JF foram agrupados em três estratégias de ação: Juiz de Fora, Cidade de Oportunidades; Juiz de Fora, Cidade Pólo da Zona da Mata; Juiz de Fora, Cidade de Qualidade.

Orçamento Participativo: A sociedade participa diretamente da elaboração do orçamento municipal com a metodologia do Planejamento Socializado Ascendente. Todos opinaram democraticamente sobre a melhor forma de aplicar os recursos públicos. Milhares de pessoas tomam parte das assembleias, apontando os investimentos prioritários para a cidade.

5.8.3 Companhia de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente (Cesama)

Planeja e executa os sistemas de água e esgoto de Juiz de Fora e é responsável pela execução do Plano Diretor de Tratamento de Esgotos para a despoluição do rio Paraibuna.

Seu objetivo é garantir a saúde e a melhor qualidade de vida dos habitantes de Juiz de Fora; desenvolver ações que contribuam para a preservação do meio ambiente, em especial dos recursos hídricos disponíveis no município e trabalhar para a despoluição do rio Paraibuna.

Controle de Qualidade da Água: A CESAMA possui cinco Estações de Tratamento de Água. Além do tratamento convencional, que segue os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde, a água fornecida à população de Juiz de Fora é fluoretada. Antes de ser distribuída, a água passa por análises físico-química e bacteriológica, realizadas no Laboratório da CESAMA. Na Estação de Tratamento de Água do Distrito Industrial tem o sistema automatizado de dosagem de

produtos químicos e análise da água.

A Prefeitura realizou investimentos pesados para garantir e ampliar o fornecimento de água tratada para acompanhar o crescimento da cidade. A administração ampliou a capacidade da Estação de Tratamento de Água do Distrito Industrial, em Benfica, que passou de 300 para 500 litros por segundo.

Novo Reservatório: Para reforçar o abastecimento de água na Cidade Alta, a Cesama construiu, no Campus da UFJF, um novo reservatório com capacidade para 5 milhões de litros.

Principais Campanhas Institucionais:

Preservação do Meio Ambiente: Embora a Cesama dê prioridade ao abastecimento de água e a coleta de esgoto, a proteção do meio ambiente, em especial dos recursos hídricos existentes no município também tem importância. Desde 97 é desenvolvida a campanha “Rio Paraibuna, te quero vivo”. O objetivo é mobilizar e conscientizar a população sobre a importância de se preservar o rio Paraibuna, bem como todos os cursos d’água. A campanha desenvolveu uma série de ações para a completa despoluição do rio que corta a cidade: dragagem do trecho urbano e recomposição da vegetação das margens; campanhas educativas junto aos estudantes da rede pública e particular e a prática de esportes nas margens, nos 12 quilômetros de passeios que foram totalmente reformados.

Preservação da Saúde: É missão da Cesama ainda zelar pela saúde da população, oferecendo água de qualidade. A orientação à população é feita através de campanhas permanentes: contra o consumo de água de fontes alternativas; limpeza regular das caixas d’água para evitar a contaminação; divulgação de como é feito o tratamento da água.

Código Ambiental: Juiz de Fora foi uma das primeiras cidades brasileiras a possuir um Código Ambiental (novembro de 2000), como resposta inovadora aos desafios de compatibilizar crescimento econômico e preservação ambiental. A cidade tem sido pioneira ao iniciar o processo de municipalização da gestão do meio ambiente: criação do Sistema Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SISMAD), e reestruturação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) deliberativo é apto a licenciar e fiscalizar.

ICMS Ecológico: Desde 1998, Juiz de Fora recebe recursos provenientes do ICMS Ecológico, um incentivo do Estado de Minas Gerais para os municípios que priorizam ações de preservação ambiental. Poço D’Anta foi a primeira reserva a garantir o incentivo.

Pioneirismo no Tratamento de Esgoto: Juiz de Fora foi a primeira cidade do seu porte em Minas a construir uma Estação de Tratamento de Esgoto.

Centro de Educação Ambiental: O Parque da Lajinha, uma das mais importantes áreas verdes de Juiz de Fora, vai ganhar um Centro de Educação Ambiental, com orquidário e Mini-Zoológico. A proposta da Prefeitura, definida em convênio assinado pelo Prefeito Tarcísio Delgado e a Mercedes Benz, valoriza o potencial turístico do Parque.

Arborização: Em parceria com a comunidade, a Prefeitura plantou milhares de árvores de diversas espécies nas ruas do centro e dos bairros, sem nenhuma despesa para o município.

5.8.4 Departamento Municipal de Limpeza Urbana (Demlurb)

Demlurb, como autarquia com autonomia técnica e financeira, é responsável pela execução da política de limpeza urbana de Juiz de Fora, levando em consideração a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade da vida urbana.

Objetivos: Promover a coleta, transporte e depósito de lixo; tratar e transformar o lixo, providenciando a venda dos produtos decorrentes do mesmo; varrer, limpar e conservar os logradouros públicos; exercer a fiscalização de posturas referentes à limpeza pública; desenvolver certames e campanhas sanitárias voltadas à educação, com vistas à política ambiental e a poluição; e apreensão de animais em

vias públicas.

Serviços

- **Coleta de lixo:** O serviço é organizado em 52 rotas de coleta, sendo que 44 coletam lixo exclusivamente domiciliar, duas coletam lixo domiciliar juntamente com comercial, 6 coletam lixo especial (industrial e comercial) e 2 coletam lixo hospitalar. Alguns bairros já recebem também a Coleta Automatizada.

Existem 3 veículos dedicados exclusivamente à coleta seletiva. Atende 43% da população com a coleta de porta em porta e conta também com trinta Postos de Entrega Voluntária (PEV), espalhados em pontos estratégicos da cidade. O lixo seco é transportado para Usina de Reciclagem, aonde é separado pelos funcionários do Demlurb enfardado e comercializado.

- **Aterro Sanitário:** Um convênio entre a Prefeitura, o Governo do Estado e a Copasa, assinado em 1999, garantiu os recursos necessários para a obra. O Aterro Sanitário vai resolver de forma definitiva o problema da destinação final do lixo.

- **Lixo por saúde:** O Programa Lixo por Leite, trocando 10 kg de lixo por um litro de leite, a Prefeitura motiva os moradores a limparem suas residências, melhorando a qualidade de vida.

- **Fiscalização das margens do rio Paraibuna:** É o serviço é feito por dois barcos e quatro servidores do Demlurb. O objetivo é inibir a população dançar resíduos sólidos no rio, pois os servidores durante a fiscalização fazem a limpeza das margens do rio, recolhendo materiais que flutuam na superfície.

5.8.5 Plano Municipal de Assistência Social. Programas - Ação Social e Cidadania

Essencial no processo de descentralização da Política de Assistência Social, o Plano Municipal de Assistência Social foi elaborado em 1998. O município passou a contar com um instrumento único para orientar as ações previstas pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

“**De Olho no Futuro**”: Com este projeto a Prefeitura garantiu recursos para sustentar a política de assistência à criança e ao adolescente. A verba assegurou a realização de obras importantes: Banco de Leite Humano; abertura de creches cooperativas, novos Curumins e a manutenção da rede de abrigos.

Programa de Creches: O programa de creches da Prefeitura é modelo para o País. A administração ampliou as vagas para as crianças de 0 a 6 anos e assegurou a tranquilidade das mães trabalhadoras. Aumentou para 4.110 a capacidade de atendimento. Doze das 19 creches foram ampliadas e reformadas e outras 6 novas unidades foram construídas. Tornou-se parceira em 5 creches cooperativas, através do repasse de gêneros alimentícios e orientação técnica.

Casa do Aconchego: Foi uma iniciativa pioneira no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, maus tratos e abandono. Atendeu crianças na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos com acompanhamento sócio-psico-pedagógico.

Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente: Sempre de portas abertas para meninos e meninas de rua, oferece escolinha de futebol, oficina de arte e atividades de lazer para crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Juizado e Comissariado. Fornece, ainda, alimentação e atendimentos médico, social, psicológico e pedagógico.

Política de Abrigo: Entidades como Educandário Carlos Chagas, Lar de Maria, CEPROM e Lar Joana de Angelis são beneficiados com uma verba de R\$ 27,00 por criança atendida. O Projeto inclui, ainda, uma Comissão formada por profissionais e entidades de promoção da criança e do adolescente, para supervisionar e avaliar os trabalhos.

Banco de Leite: Ganhou instalações mais adequadas e passou a atuar em parceria com a Secretaria de Saúde. Criação do Disque Amamentação, para tirar dúvidas sobre o aleitamento materno. Em 2000, o Prefeito sancionou a lei instituindo 4 de setembro como o Dia Municipal do Aleitamento Materno. A descentralização com a criação do primeiro posto avançado de coleta, em Benfica. Projetos pioneiros, como o Banco de Leite Vai à Escola, que ensina às crianças a importância do aleitamento materno.

Casa do Pequeno Jardineiro: Idealizada pelo cartunista Ziraldo e inaugurada pela Prefeitura em novembro de 1997. Conquistou o selo de qualidade da Unicef e é referência para vários municípios brasileiros, como projeto alternativo de atendimento e profissionalização de adolescentes de baixa renda. Os alunos são profissionalizados na área de meio ambiente e têm direito a carteira assinada, meio salário mínimo, alimentação, transporte e assistência médica e odontológica.

Casa da Menina Artesã: As adolescentes de baixa renda também recebem atendimento diferenciado por parte da Prefeitura. Adolescentes de 12 a 17 anos recebem aulas práticas e teóricas em diversas técnicas de artesanato, além de estágios supervisionados com bolsa aprendizado de R\$ 75,50. Também já entrou em funcionamento a primeira loja de revenda dos artesanatos produzidos pelas jovens.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI: Em junho de 2000, a Prefeitura e o Governo do Estado implantaram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, destinado às famílias com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos submetidos a trabalhos insalubres, degradantes, perigosos e de exploração infantil. Um dos instrumentos do PETI é a Bolsa Criança Cidadã, concedida mensalmente às famílias que se comprometem a retirar crianças e adolescentes do trabalho e mantê-las no ensino regular e na jornada ampliada.

Programa de Atendimento ao Adolescente, PROMAD: O jovem de baixa renda tem encaminhamento ao mercado de trabalho garantido com o Programa de Atendimento ao Adolescente, PROMAD. Reconhecido pela total consonância com as leis que regulamentam o trabalho do adolescente, o programa ampliou o número de cursos profissionalizantes oferecidos.

Bom de Bola, Bom de Escola: Despertar o interesse pela escola, através do estímulo à prática esportiva. Este é o objetivo do projeto para crianças e adolescentes de baixa renda, com idades entre 5 e 15 anos.

Núcleos e Curumins: A Prefeitura abriu mais vagas no Programa de Núcleos e Curumins, um passo decisivo para afastar crianças entre 7 e 12 anos de situações de risco pessoal e social, com atividades de esporte, lazer, arte e cultura. Algumas unidades passaram a oferecer cursos às famílias, para estreitar os laços com o Programa e as crianças atendidas.

Núcleo do Cidadão de Rua: O Núcleo do Cidadão de Rua Herbert de Souza, inaugurado em 98, funciona 24 horas por dia para oferecer abrigo e alternativas de profissionalização para a população de rua em vários cursos e treinamentos.

Associação dos Catadores de Papel: A Prefeitura inaugurou, em junho de 2000, a Associação de Catadores de Papel e Resíduos Sólidos, APARES, que significou um enorme salto de qualidade no trabalho de quem recolhe papel nas ruas. A iniciativa é fruto de uma parceria com empresas privadas e órgãos do poder público. Cria condições para organizar o trabalho, promovendo a valorização e o reconhecimento pessoal do catador como cidadão trabalhador, gerando ganhos econômicos, sociais e ambientais.

Núcleo de Educação para o Trabalho, NET: A Prefeitura consolidou a proposta de investir na formação e na qualificação profissional para ampliar as possibilidades de inserção do cidadão no mercado de trabalho. Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da Fundação de Desenvolvimento Regional (FUNDER), o NET realiza cursos, incluindo jovens em situação de risco e em busca do 1º emprego, mulheres chefes de família e idosos.

Participação e Cidadania nos Mutirões: Entre 1997 e 2000, a Prefeitura realizou, em parceria com a comunidade, 181 obras através de mutirões e frentes de trabalho. Com a participação popular, foi possível realizar obras importantes para melhorar a vida dos moradores de diversos bairros, como construção de muros e passarelas, escadas, passeios entre outras.

Defesa do Consumidor: O Procon de Juiz de Fora foi o primeiro órgão de defesa do consumidor instalado em Minas Gerais. Na administração 97/2000, foi totalmente reestruturado e assumiu funções de fiscalização. Também recebeu um sistema informatizado que permite o controle de quase 100% dos atendimentos. Em 99, o órgão foi integrado ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor e passou a ser modelo para o País. Dentro do programa Casa do Cidadão.

Apoio a Portadores de Deficiência: Desde 99, o Departamento de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência (DEPD), vinculado à Secretaria de Governo, tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida

das pessoas. Desenvolve cursos de qualificação profissional e inserir portadores de deficiência no mercado de trabalho. Em 2000, o DEPD passou a coordenar o grupo de impulsão do Plano Estratégico “Acessibilidade, Direito de Todos”, com objetivo de implantar uma política de acessibilidade ao meio físico para pessoas com necessidades especiais. Implantação do Transporte Coletivo Adaptado.

5.8.6 Instituto de Pesquisa e Planejamento (Ipplan)

O Ipplan presta apoio técnico e assessoramento à Prefeitura de Juiz de Fora nas áreas da pesquisa, política urbana e planejamento.

Seu Objetivo e desenvolver pesquisas socioeconômicas e físico-territoriais, criando e atualizando o banco de dados do município; desenvolver, elaborar e supervisionar ações, planos, programas e projetos

da Administração; preparar, executar e fiscalizar políticas de proteção e preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental.

5.9 CIDADE DE LA PLATA, PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES, REPÚBLICA ARGENTINA

5.9.1 Breve descrição da Cidade

A cidade de La Plata é a Capital da Província de Buenos Aires, principal estado argentino. Está localizada na região da pampa úmida, a 56 quilômetros ao sudeste da cidade de Buenos Aires. Ocupa uma superfície aproximada de 940,38 Km² e possui cerca de 600.000 habitantes, resultando uma densidade de população de 585,2 habitantes por km².

La Plata é um paradigma do planejamento urbanístico de avançada do século XIX e é exemplo do “higienismo” (hoje ambientalismo) que começava a ganhar importância na época. Por ser uma cidade projetada antes da sua construção, com base no pensamento racionalista vencedor da Revolução Francesa, foi a primeira cidade construída seguindo as idéias republicanas, no marco do fortalecimento da revolução industrial, a consagração da ciência positivista e o nascimento da utopia de uma vida socialmente e ecologicamente mais harmônica.

5.9.2 Plano Ambiental

O Instituto de Meio Ambiente (IMA) responde pelo desenho do Plano Ambiental da cidade de La Plata, inserido dentro do Plano Estratégico da Área de Planejamento. O Plano aborda:

- Fortalecimento da localização estratégica regional do município como promotor de políticas ambientais.
- Fortalecimento da integração em redes cidadãs: convênios de integração e cooperação recíproca
- Desenvolvimento de Gestão Local Integrada em matéria ambiental para a interação e integração dos diversos atores locais envolvidos.
- Criação do Observatório de Gestão Local Integrada Ambiental (OLGIA) em coordenação com a Universidade Nacional de La Plata, para observar o estado de situação e a evolução da qualidade de vida de uma região, no território, bairros e localidades, a partir de 6 unidades temáticas de trabalho: segurança, educação, saúde, terra e habitação, serviços de infra-estrutura e trabalho e produção, coordenadas por uma unidade meio-ambiental.
- Estudos específicos sobre contingências ambientais a nível rural: áreas alagadas, proliferação de pragas como resultado de certos hábitos dos produtores rurais.
- Fortalecimento de ações de controle ambiental a nível urbano: contaminação de gases, qualidade do ar, ondas sonoras.
- Promoção de ações de conscientização ambiental descentralizada e de participação da cidadania, ambiente/cultura.
- Educação ambiente/produtiva, coordenando com produtores primários: promoção do uso racional de substâncias agroquímicas na produção da Faixa Verde Hortícola. Gestão de métodos alternativos de produção de cultivos orgânicos.
- Preservação, recuperação e promoção do patrimônio florestal e dos valores paisagísticos da cidade. Participação da cidadania através de suas organizações. Desenvolvimento da Faixa verde.
- Fortalecimento de mudanças nos hábitos da população quanto aos sistemas de coleta, seleção e tratamentos

de resíduos. Programas com setores públicos e privados. Eco-sacos e Contêineres.

- Promoção de oportunidades para a cidade a partir de propostas ambientais.
- Geração de propostas de interação e integração temática turismo/ ambiente/ produção/ educação/ sociedade.
- Lançamento da Via Verde: corredor turístico ambiental que recupera a ferrovia para a circulação não motorizada, de promoção de produtores primários (fortalecimento da produção local, atenuação das migrações internas). Recuperação da identidade ferroviária (museus e sinais, patrimônio arquitetônico). Levantamento e inventário das espécies nativas (valorização e promoção educativa do patrimônio florestal). Aplicação de conhecimentos de ciência e tecnologia provenientes das unidades de pesquisa acadêmica (recursos locais, Universidades).
- Criação da Defesa Ecológica: Para coordenar as tarefas desenvolvidas pelos Guardas Ecológicos, visando a resolução dos problemas de saneamento básico e infra-estrutura de serviços. Participa na implementação de campanhas de educação e conscientização da população para lograr uma cidade limpa e sadia. Atende propostas dos moradores sobre o estado do ambiente, facilitando a intervenção das repartições que corresponderem.

5.9.3 Plano Estratégico de La Plata. 2001- 2010

Em 1996 a Província de Buenos Aires lançou o Projeto Região Capital, com base na diferenciação da cidade de La Plata e a Região Capital. Em 1998, através de um acordo celebrado entre a Prefeitura e a Universidade Nacional de La Plata foi criado o Observatório de Qualidade de Vida, como um sistema permanente de informação, análise e conhecimento minucioso de cada bairro, da realidade ambiental, social e econômica local.

A cidade de La Plata é apresentada perante os organismos internacionais como candidata para receber a categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Em 1999 a Prefeitura iniciou uma nova fase de planejamento com a participação de mais de duzentas organizações e a coordenação da Fundação CEPA. Do trabalho elaborado pelos integrantes das oficinas surgiram cinco Idéias centrais: 1 - La Plata Capital, Cidade Portal do Mercosul. 2 - La Plata, Farol Cultural. 3 - La Plata, Tecnópole. 4 - La Plata, Capital Ambiental do Sul. 5 - La Plata, Municipalidade Participativa para a Promoção do Desenvolvimento. Estas Idéias serão debatidas durante 2002, no contexto da elaboração do Plano.

Em 2001 promovido pela prefeitura e organizado pelo Colégio de Arquitetos foi convocado o concurso “20 Idéias para La Plata”. Participaram nele quarenta e cinco projetos, isto é mais de 150 profissionais da área da Arquitetura, o Urbanismo e as Ciências Ambientais

O Plano Estratégico deve ter uma ligação marcante com a cidade e a sociedade. Surgem, portanto, as Juntas Comunais como os âmbitos de participação e debate para o desenvolvimento do futuro Plano. Os planos de desenvolvimento local das Juntas farão contribuições essenciais à estratégia de participação, debate e implementação do Plano.

5.9.3.1 Estrutura organizativa do Plano Ver Ficha de Informação da Cidade

5.9.3.2 Ações desenvolvidas em 2001: Ver Ficha de Informação da Cidade

As Propostas, que serão analisadas e encaminhadas ao Conselho Geral, máximo órgão do Plano Estratégico, foram classificadas em cinco grupos principais:

- Marginalidade, doenças sociais, pobreza, e desemprego.
- Infância, velhice, saúde e educação.
- Capacitação para o trabalho e profissional, Empresas Pequenas e Médias e infra-estrutura.

- Problemática ambiental, cultura e identidade local.
- Vinculação da cidade e da região com o país e o mundo.

5.9.4 Secretaria Municipal de Gestão Pública

Dentre as principais ações relacionadas com a gestão ambiental urbana desenvolvidas por essa Secretaria merecem destaque:

5.9.4.1 Código de Ordenamento Urbano e Territorial

A Portaria aprovada pelo Conselho Deliberante ao terminar o ano de 2000, controla o uso racional e planejado do solo e a edificação privada e delimita os setores residenciais, industriais e rurais.

5.9.4.2 Plano de Manejo do Patrimônio

É o instrumento de regulação do patrimônio e procura garantir a conservação e o desenvolvimento sustentável do traçado urbanístico fundacional e os elementos históricos da cidade, de acordo com a normativa municipal, provincial e nacional.

O Plano de Manejo insere-se na Portaria N° 9103/99 de acordo com o estabelecido na Criação da Comissão do Local e na Portaria N° 9231/00 de Ordenamento Territorial e Uso do Solo. Estrutura-se com a definição de componentes do patrimônio, e seu diagnóstico. São oito os componentes do patrimônio fundacional articulados em componentes do local: O casco urbano com anel perimetral; A macro-trama de espaços abertos; A trama diagonal; As ruas com logradouros largos e arborizados; Quarteirão Compacto e Equilátero; O eixo cívico e Passeio do Bosque; Palácios rodeados de jardins; Centralidades distribuídas

Após a elaboração de fichas descritivas, o detalhe da situação fundacional e a situação atual, foram estabelecidas as recomendações e escolhidas as questões estratégicas para elaborar os Programas Setoriais e Intersetoriais, conjuntos de ações por afinidade temática que possibilitam a intervenção sistemática da Prefeitura.

Os Programas Setoriais abrangem: transporte, reabilitação urbana e arquitetônica, ordenamento urbano, parques e jardins, infra-estrutura, desenvolvimento socioeconômico.

Os Programas Intersetoriais abrangem: comunicação e cultura, turismo e educação.

São estabelecidos oito projetos prioritários: **1.** Valorização do Eixo monumental; **2.** Plano de trânsito, transporte e infra-estrutura; **3.** Valorização e reabilitação de palácios e jardins; **4.** Valorização do Passeio do Bosque; **5.** Reabilitação de bulevares; **6.** Parque linhar de circunvalação; **7.** Recuperação do arborizado urbano; **8.** Aprimoramento do inventário de bens arquitetônicos a serem preservados.

O Plano de Manejo completa-se com a consideração da modalidade institucional e técnica, que contém o marco legal, orçamentário e funcional da Portaria da Comissão do Local, a base administrativa, institucional, órgãos integrantes, recursos técnicos e humanos previstos. Também elabora-se um cronograma para o primeiro quinquênio do Plano de Manejo, implementação de projetos prioritários e mecanismos de ajuste.

5.9.4.3 Principais Ações do Plano

Plano 2000 Quadras: Este plano foi implementado em 2000 e visa a redução significativa da carência de infra-estrutura em todas as localidades do Partido: pavimento com meio-fio cuneta, obra hidráulica e instalação de colunas de iluminação pública, reflorestamento em jurisdição dos Centros Comuns. O Plano complementa-se com outro de remodelação de ruas e avenidas e um de remodelação de

acessos.

Sinalização de La Plata e da região: Durante 2001, a Municipalidade implementou o projeto com a instalação de uma Central Inteligente de Ordenamento do Trânsito e a instalação de uma rede de sinais no macrocentro e nas principais vias de acesso.

Novo sistema de limpeza e coleta de resíduos: Foi aberta novamente concorrência pública e reorganizou-se para obter um serviço mais eficiente e abrangente. O projeto prevê a destinação final de resíduos para aumentar sua eficácia e a implementação de um plano geral de reciclagem e classificação.

Plano de Iluminação: Procura reduzir as intervenções e diminuir o índice atual de 5% de falta de luzes incluindo parques e praças.

Plano Integral de Florestamento 2001: Para recuperar e aumentar o patrimônio arbóreo da cidade e continuar anteriores Planos, a Prefeitura lançará este Plano que incluirá a plantação de 8.000 árvores de 20 espécies diferentes. O tratamento fitossanitário feito pela Faculdade de Agronomia da Universidade Nacional de La Plata, e os programas a serem desenvolvidos com moradores, escolas e ONGs continuarão em vigor.

Viveiro Municipal no Parque Ecológico: Esse programa tem como objetivo a construção de um viveiro municipal apto para o cultivo de 500.000 novos exemplares, arbustos e mudas para reposição de exemplares em parques e praças e aumentar a quantidade de exemplares semeados.

Parques ecológicos: Com esse projeto, a Direção de Planejamento, Bosque e Higiene Urbana e Áreas Verdes, pretende cumprir com o objetivo de criar parques ecológicos. Isso permitirá aumentar a área verde por habitante e melhorar sua qualidade de vida. Eles são verdadeiros centros de Educação Ambiental e de proteção da fauna e flora nativas, contando com uma série de oficinas de trabalho e participação de moradores e alunos de escolas.

Passeio do Bosque: Visa a valorização do Passeio do Bosque, procura que os cidadãos e as instituições zelem pelo cuidado desse pulmão verde e revitaliza um passeio público ideal para a prática aeróbica e o lazer, aumentando o número de visitantes.

Jardim Zoológico: O Jardim é reestruturado e modernizado de acordo com um critério didático, priorizando a preservação da fauna nativa.

Plano Mestre Hidráulico: Tem o objetivo de evitar futuras inundações e será desenvolvido com o crédito BID para Grandes Conjuntos Urbanos.

Saneamento de arroios: Os programas de saneamento dos arroios da região com o controle de efluentes, serão implementados através de uma parceria entre a Secretaria Provincial de Política Ambiental, a Direção de Obras e Projetos, e o IMMA.

Reciclagem de Prédios Municipais: A Direção de Planejamento desenhou no início de 2000, um programa para a construção do Centro Comunal Manuel B. Gonnert. Procura-se aproximar os serviços à população, através de Centros de Serviços e aumentar as áreas verdes de uso público. O Plano abrange o “Pasaje Dardo Rocha”, o Palácio Francisco López Merino, e a ampliação dos Centros Los Hornos, San Carlos e City Bell.

Plano U.G.E: Com o objetivo de desenvolver novas alternativas para a geração de emprego, o Governo implementou os “Programas Ativos de Trabalho”. Trata-se de uma proposta conjunta das diversas áreas do Estado Provincial e o protagonismo dos municípios, articulando os programas de promoção de emprego e formação para o trabalho. Dentre os programas ativos a serem implementados merece destaque

a “Pavimentação com mão de Obra Intensiva”. Com base nessas idéias fundamentais, a Municipalidade de La Plata pavimentou com concreto simples 400 quadras da cidade, incluindo meios-fios.

5.10 CIDADE DE MAR DEL PLATA, PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES, REPÚBLICA ARGENTINA

5.10.1 Breve descrição da Cidade

Mar del Plata possui 533.000 habitantes que somam 700.000 ao incluirmos os habitantes de todo o Partido de Gral. Pueyrredón. Localiza-se na beira do Mar Argentino na zona Sudeste da Província de Buenos Aires, na República Argentina.

Sua localização com referência às principais cidades do Mercosul, do Chile e da Bolívia permite determinar a priori que potencialmente é uma cidade de negócios e tráfego internacional, por meios terrestres, marítimos e aéreos.

O Partido de General Pueyrredón e sua principal cidade Mar del Plata teve sempre um crescimento populacional superior ao incremento vegetativo. O componente migratório revela-se nas taxas de crescimento entre os censos de população. O fluxo migratório influi na composição por idade e sexo da população, aumentando as percentagens de homens (em 1947 havia 110,2 homens por cada 100 mulheres), distorcendo as pirâmides de idades com alargamentos nos grupos 15 a 64 anos de idade.

5.10.2 Gestão Ambiental no Partido de General Pueyrredón, Subsecretaria de Gestão Ambiental

A política ambiental é coordenada pela Subsecretaria de Gestão Ambiental. Essa Subsecretaria, a Secretaria da Mulher e a de Cooperação Internacional dependem da Secretaria Executiva. Tem a missão e a função de prestar serviços e controlar a normativa ambiental, promover a preservação do ambiente e fiscalizar os contratos de coleta e destinação final de resíduos.

5.10.2.1 O Departamento de Arborização Urbana

O departamento zela pelo respeito do Código de Preservação Florestal (ord. 8794). Tem como missão a preservação da arborização urbana, a fiscalização da normativa de conservação das reservas naturais, da flora e da fauna silvestre, e a coordenação e implementação dos programas de educação ambiental. Implementa e fiscaliza a poda de árvores nas ruas e a produção de árvores para florestar os espaços públicos urbanos. (Ver Código de Preservação Florestal, Controle de Poda, Viveiro Florestal).

Reservas Naturais: dentro do território do partido de Gral. Pueyrredón estão a Reserva Integral da Lagoa dos Padres, a Reserva Turístico Florestal do Paseo Costanero Sul, a Reserva Florestal Parque Camet e a Reserva Natural do Porto. As primeiras três estão localizadas na jurisdição municipal e a última no âmbito provincial. Diversos órgãos municipais participam no Plano de Manejo dessas reservas. O Corpo de Guardaparques, dependente da Subsecretaria de Gestão Ambiental, responde pela vigilância e a fiscalização da normativa ambiental.

No caso do Bosque Peralta Ramos foi assinado um convênio de cooperação com a Associação de Preservação Ecológica do Bosque, que recebeu um lote em regime de comodato para a instalação de seu viveiro florestal.

O Corpo de Guardaparques trabalha também no bairro Sierra dos Padres, pelo convênio de cooperação assinado este ano com a Associação ambientalista Sierra Verde.

5.10.2.2 O Departamento de Avaliação e Controle Ambiental

- Responde pela Avaliação do Impacto Ambiental da atividade industrial do Partido. Com base nesses estudos e no marco da normativa provincial e das Portarias municipais (Lei Prov.11459) age como polícia administrativa ambiental.

- Controle de Pragas e Saneamento: Responde pela aplicação de normas que garantem a conservação dos recursos naturais, a análise da dinâmica do equilíbrio do ecossistema e a implementação de campanhas de controle de espécies que possam ser vetores de doenças. Pragas-Ord.04595/80 Pragas-Res.1/80.

- Controla os efluentes gasosos de veículos diésel de transporte de cargas e passageiros que precisam de autorização municipal. Dec.1850/85 e Ord.06344/85.

5.10.2.3 Gestão Integral de resíduos sólidos

O conceito de Gestão Integral da problemática dos resíduos refere-se a todas as atividades relacionadas com a gestão de resíduos dentro da sociedade, através do desenvolvimento de vias ecologicamente sensatas e sanitariamente benéficas. Os resíduos sólidos urbanos são aqueles produzidos pelas atividades do homem ou dos animais, que são descartados como inúteis embora poderiam ser reutilizados e considerados recursos, num outro contexto.

O ciclo de vida do resíduo, permite abordar a geração, armazenamento transitório, coleta, transporte, tratamento e destinação final, avaliando e implementando práticas adequadas para cada fase. O conceito de Melhoria Contínua, não é novo em engenharia de processos, mas sim em relação ao tema dos resíduos e em operações de engenharia sanitária. Esse conceito envolve considerar transitórias e dinâmicas as alternativas técnicas escolhidas, concebendo a questão como um processo de aperfeiçoamento contínuo.

A esse conceito básico de Gestão Integral de Resíduos dentro da Gestão Ambiental local, somam-se dois aspectos essenciais: a participação cidadã e a educação ambiental.

A Lei classifica e estabelece pautas de manejo de Resíduos Especiais (ou perigosos) e patogênicos, ou propõe programas específicos: pilhas domésticas; baterias de carros ou de telefones; reciclagem de papel e papelão gerado pela atividade comercial, etc.

5.10.2.4 Educação Ambiental

Trata-se de um espaço para o desenvolvimento de atividades de extensão e educação ambiental com base num conceito integrador das questões ambientais, com participação de várias áreas, num enfoque interdisciplinar e com a idéia fundamental da melhoria da qualidade de vida, em função de um relacionamento racional entre os homens (cidadãos) e a natureza (ambiente). Os Programas ou Projetos são implementados em parceria com organizações intermédias, instituições educativas, ONGs, através de convênios formais e/ou cooperação pública-privada.

O projeto Ecovisão é coordenado pela Subcomissão e a Fundação Cultural Cine Arte de Mar del Plata. Através de diversas expressões culturais e experiências de pesquisa científica, crianças, jovens e adultos revelam sua visão do Meio Ambiente. Dentro do projeto existe o Fórum de Crianças e Jovens e o Concurso de Vídeos.

5.10.2. 5 Comissão Permanente de Monitoramento Ambiental

O Estado deve garantir mecanismos de participação, controle e acompanhamento da cidadania no desenvolvimento contínuo do processo de manejo integral de resíduos sólidos urbanos. O Departamento Executivo Municipal através de sua área de Gestão Ambiental, promoveu a criação da Comissão Permanente de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental do Partido de Gral. Pueyrredón (Nro. 13409/00).

O Comitê Técnico da Comissão, integrado por representantes técnicos de ONGs avalia a estação Depuradora de Águas Residuais, a Usina de tratamento de efluentes líquidos transportados por caminhões atmosféricos e a destinação final dos resíduos sólidos. Além disso controla a implementação de sistemas de Audiências Públicas para dar a maior difusão possível ao estado dos trabalhos de monitoramento dos Programas de Saneamento Ambiental.

O espírito do projeto que motivou a criação da comissão, propunha a formação de uma estrutura orientada a uma ampla representação dos interesses dos vizinhos, intencionalmente contrária à representação particularizada.

5.10.3 Políticas sociais, Secretaria de Qualidade de Vida

Seu objetivo principal foi transformar progressivamente a tradicional política de Assistencialismo e afiançar o trabalho de Promoção, através da participação da população na busca de soluções para seus problemas. A Secretaria integra áreas essenciais da política pública como saúde, proteção sanitária, desenvolvimento social, menoridade, juventude, família, terceira idade e portadores de deficiência, enfatizando a promoção e prevenção da saúde. A área tem três subsecretarias: de Saúde, de Promoção Social, e de Menoridade, Terceira Idade e Portadores de Deficiência.

Desemprego: Esse fenômeno é resultado da permanente migração de três famílias por dia que recebe a cidade. Os novos habitantes precisam de mais serviços públicos: educativos, sociais e sanitários, e é a prefeitura que deve atender essas exigências.

Programa Materno Infantil (Promín) O Município possui 3 novos Centros de Saúde em Alto Camet, Praias do Sul e Centenario, e foram ampliados e informatizados os já existentes. Atendimento Primário: Trabalha-se de maneira progressiva, partindo de um sistema assistencial até um atendimento familiar e comunitário, para atender integralmente o ser humano no seu meio ambiente em forma coordenada através de «redes» com uma Equipe Multidisciplinar gratuita.

Refeitórios comunitários: refletem o esforço da prefeitura para promover mudanças profundas. As mães recebem informação sobre o cuidado dos filhos, educação alimentar, saneamento ambiental, etc.

Centros de Desenvolvimento Integral, alguns vão funcionar em Jardins de Infância municipais. Como complemento alimentar, a Secretaria de Qualidade de Vida desenvolve o programa de promoção social Pro Horta que obteve excelentes resultados.

As crianças primeiro: A Secretaria de Qualidade de Vida possui uma sólida estrutura que atende diversas áreas: maltrato, abandono, abuso, estupro, fuga do lar, problemas de comportamento, direitos da criança e do adolescente. Os chamados meninos de rua são atendidos por um programa que lhes oferece atendimento integral com advogados, psicólogos e médicos. A área atende de recém nascidos a jovens de até 21 anos e segue as diretrizes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. A Municipalidade criou a Defensoria do Menor e o Adolescente.

Jardim de outono: Os principais eixos do trabalho com os adultos maiores são o atendimento geriátrico integral e a promoção de experiências vitais que enriqueça sua personalidade. Também procura-se fortalecer vínculos familiares e comunitários através de atividades sociais ligadas ao esporte, à cultura e ao lazer. A internação no Asilo Municipal de Anciãos só acontece depois de esgotar todas as instâncias. Os programas que estimulam experiências vitais relacionadas com a arte e o lazer: oficinas de expressão plástica, canto, jogos, línguas, trabalhos manuais, narração, teatro.

5.10.4 Consulta Popular Mar del Plata 2000

A Primeira Consulta popular municipal da história argentina iniciou a transformação e a modernização da cidade com base em 3 eixos fundamentais: produção, qualidade de vida e turismo.

Com a Consulta Popular Mar del Plata 2000 a cidade estreou uma nova forma de civismo. Perguntou-se à população se queria apoiar um ambicioso projeto de obras para reconverter sua cidade e

criar a mais moderna infra-estrutura urbana do país, assumindo a responsabilidade de contribuir economicamente nesse empreendimento. A cidadania respondeu SÍM. O instrumento financeiro foi a criação do Fundo Solidário que permitiu iniciar as 25 obras propostas pela Prefeitura. O aumento previsto era de \$3 e \$4 resultando num investimento de \$ 65.000.000 em menos de 4 anos. As obras atingiram a infra-estrutura básica e a valorização do espaço público urbano: equipamento, iluminação pública, pavimentos, deságües pluviais, cloacas, logradouros e florestamento de praças, parques e praias iluminadas.

A avaliação da 1ra. Fase do Plano de Obras Mar del Plata 2000 demonstrou que o esforço conjunto público e privado fez com que a cidade recuperasse seu antigo protagonismo. A comuna desenhou a 2ª fase com base em obras e projetos com um marcante conteúdo estratégico para enfrentar o futuro. No centro do Plan - anunciado em 1997 - estão o desenvolvimento econômico, a melhor qualidade de vida e a descentralização administrativa e urbana representada pelos Municentros. Procura-se ornamentar a cidade, aumentar sua infra-estrutura de serviços básicos e reduzir as despesas operativas e de manutenção dos serviços públicos.

Além da modernização municipal evidenciada no projeto dos Municentros, o plano de obras procura completar e afiançar a infra-estrutura sanitária, a estrutura viária e a iluminação pública. Também propõe a criação de ciclovias e logradouros para o trânsito de ciclistas e patinadores; no litoral serão construídas as obras turístico-recreativas, complementadas com os passeios interiores. Haverá ciclovias seguindo os trilhos ferroviários até o Porto.

Municentros: O governo de cada bairro

Durante a 2ª Fase do Plano: foi a vez da descentralização e modernização da cidade. Nasceram assim os Municentros com o objetivo de “aproximar a Municipalidade com os bairros”. “A idéia é que os trâmites que normalmente se fazem na prefeitura, possam ser feitos nos bairros, trabalhando não apenas como uma área administrativa mas também como centro cívico aberto à cultura e ao esporte, fazendo com que o vizinho possa se apropriar dele, achando um espaço de participação” como disse o Arq. José Luis Castorina, Subsecretário de Obras e Ordenamento Territorial.

A Estratégia de Descentralização Municipal divide Mar del Plata em cinco grandes áreas, determinando uma nova organização territorial: Área Porto, Área Sul-oeste, Área Oeste, Área.

Com os Municentros a prefeitura procura um relacionamento mais eficiente com os vizinhos e que as respostas cheguem mais rapidamente e melhor aos seus destinatários. Isso possibilitará um conhecimento mais profundo das particularidades de cada bairro. Pretende-se que os Municentros tenham repartições bancárias, previdenciárias e salões de usos múltiplos, aptos para espetáculos, atividades sociais, educativas, culturais e recreativas. Assim, tornar-se-ão verdadeiros pólos de crescimento comunitário e fortalecimento urbano e promoverão a participação da cidadania, gerando relações de mútuo compromisso para das resposta às diversas necessidades.

5.10.5 Cooperação Internacional

Mar del Plata enfrentou o desenho e a implementação de uma estratégia de vinculação internacional -em sintonia com as diversas agências do Estado Nacional- diante do desafio de se inserir na rede de cidades globais. A estratégia centra-se em dois eixos: de um lado com os organismos multilaterais ou de integração intra e interregional, com especial ênfase no MERCOSUL. E do outro por vinculação bilateral, através de acordos de cooperação com cidades ou países donantes de cooperação.

No plano multilateral, Mar del Plata é integrante plena da Rede de Mercocidades constituída em 1995, cuja importância evidenciou na criação -em 14 de dezembro de 2000- da Reunião Especializada de Municípios e Prefeituras, que foi incorporada na reestruturação dos órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

Também se trabalha no campo multilateral em diversos programas internacionais, como o plano URB-AL, implementado pela União Européia.

No bilateral a cidade de Mar del Plata estabeleceu 16 Acordos com cidades da América Latina e

da Europa, que vêm a se somar aos celebrados com organizações como o Grupo Bolívar e Proasca (Itália).

5.11. CIDADE DE MENDOZA, PROVÍNCIA DE MENDOZA, REPÚBLICA ARGENTINA

5.11.1 Ordenamento ambiental e desenvolvimento urbano

A cidade de Mendoza, foi fundada duas vezes: a primeira quadrícula colonial de cinco quarteirões foi eliminada pelo terremoto de 1861. Na hora de refazer o casco histórico, em 1863, o agrimensor francês (Ballofet) arquivou o modelo espanhol e importou o urbanismo de amplos espaços, bulevares e perspectivas em fuga que serviu de inspiração a Haussman na reconstrução de Paris. Na primeira década do século passado, o paisagista Carlos Thays (desenhista dos bosques de Palermo) escolheu 450 hectares para rearmar o Parque General San Martín, hoje maior fonte de oxigênio da cidade.

O Departamento Capital é o menor da província; ocupa apenas 57,57 Km² e segundo dados de 1991, tinha 91.340 habitantes. Todo dia recebe grande parte das 700.000 pessoas que moram na chamada Grande Mendoza.

Os desequilíbrios territoriais explicam quase todos os problemas ambientais. A Província de Mendoza está localizada numa Região Desértica, com pontos de concentração demográfica e econômica, separados por territórios de escassa população e baixa produtividade.

A Lei 5961 de Proteção do Meio Ambiente e seu Decreto Regulamentar estabelece...”que os ecossistemas e seus elementos devem ser usados de maneira integral, harmônica e equilibrada, considerando a interrelação e interdependência de seus fatores e garantindo um desenvolvimento ótimo e sustentável”. Declara de interesse provincial “o ordenamento territorial e o planejamento dos processos de urbanização, industrialização, exploração de minerais e agropecuária e expansão das fronteiras produtivas, em função dos valores do ambiente.

O Governo Provincial, comprometido nas políticas de ordenamento territorial - ambiental criou a Direção de Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Urbano - DOADU - dependente da Subsecretaria de Meio Ambiente do Ministério de Ambiente e Obras.

O ordenamento territorial está profundamente ligado à promoção de um processo de desenvolvimento sustentável envolvendo o crescimento, a densificação e a consolidação do tecido urbano, a expansão sobre o oásis agrícola, o crescimento do piemonte, a projeção e construção de represas e diques, etc., precisando da intervenção da D.O.A.D.U.

A Direção elabora e promove Anteprojetos de Lei de Ordenamento Territorial e Uso do Solo, participa em programas de descentralização e fortalecimento das estruturas municipais, coordena ações da Administração com o setor científico-tecnológico e orienta os procedimentos de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA). Também formula Projetos de Portarias de Código Urbano Unificado, promove a articulação das políticas de obras públicas, participa na política de áreas verdes e na formulação do Relatório Anual Ambiental.

Na DOADU funciona o Sistema de Informação Ambiental da Província (SIA) que administra a informação usada para o ordenamento territorial e ambiental. Ver Carta Verde. Focaliza-se a atenção na localização espacial de indicadores como instrumento privilegiado para a análise, o diagnóstico, a implementação e a tomada de decisões sobre os processos territoriais articuladores de formas espaciais e processos sociais.

Uma equipe multidisciplinar de profissionais participam nas Áreas e Unidades de Gestão (do território; ambiental; da terra pública; da informação) para cumprir os objetivos estabelecidos pela Direção

de Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Urbano. A seguir algumas das tarefas desenvolvidas: Assessoramentos e implementação de planos municipais e interjurisdicionais; Mediação e acordos com a população; Relatórios setoriais de Avaliação de Impacto Ambiental; Programa de ordenamento ambiental do piemonte ao oeste da grande Mendoza; Gestão de avaliação de impacto ambiental; Suporte cadastral de terras fiscais da província de Mendoza, República Argentina; Área gestão da informação ambiental.

5.11.2 Resíduos Sólidos Urbanos

Situação atual

Na Província de Mendoza, os serviços de saneamento de resíduos urbanos domiciliar e comercial, estão sob a Jurisdição Municipal. Lei N° 1.079 Orgânica de Municipalidades e Lei N° 5.970 de Resíduos Urbanos.

Ao respeito do tratamento, geralmente é usado o sistema de aterro sanitário ou a destinação final a céu aberto, gerando fortes impactos ambientais e sanitários, principalmente por causa da queima indiscriminada de resíduos. Durante a fase de transporte e na destinação final, existe uma importante atividade dos catadores, que produz efeitos marcantes sobre o ambiente devido ao risco para a saúde das pessoas envolvidas, à grave deterioração na paisagem e à alimentação de porcos com lixo orgânico cru. Outras conseqüências são a formação de lixões e micro-lixões clandestinos, por falta de consciência da população e carências no serviço de coleta, principalmente no caso dos resíduos volumosos como os produtos da jardinagem, etc.

O problema e suas causas

Geralmente as causas do problema dos resíduos sólidos urbanos são:

- Deficiências nos sistemas de gestão, por não respeitar normas ambientais e sanitárias.
- Aumento progressivo da população e da concentração em áreas urbanas, somadas ao aumento da produção de resíduos per cápita. Mudanças nos hábitos de consumo e novas formas de comercialização.
- Sistemas de tratamento e/ou destinação final dos resíduos sólidos urbanos inapropriados.
- Insuficientes programas curriculares e extracurriculares de educação ambiental.
- Falta de recursos humanos e econômicos para o controle e a gestão Municipal.
- Carências na implementação da atual legislação.

Situação desejada

O Plano Provincial de Resíduos Sólidos desenvolvido pelo Governo Provincial, através do Ministério de Ambiente e Obras Públicas, procura atender as diversas realidades urbanas da Província. Está prevista nele a integração entre municípios para controlar e administrar o sistema de tratamento dos resíduos gerados nos seus territórios, sempre que possível do ponto de vista geográfico e econômico. O Plano tem base no conceito de implementar legislação, mecanismos de controle e qualidade do serviço uniforme nas regiões, seguindo critérios de sustentabilidade ambiental. Isso possibilitará uma redução significativa nos custos de investimento e operacionais, com vantagens do ponto de vista ambiental.

Plano provincial de resíduos sólidos

O Plano, visando a otimização e sistematização da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na Província, focalizará sua ação num ponto crítico da gestão atual: a falta de usinas de tratamento e/ou destinação final.

Como alternativa está prevista a concessão do serviço público, na procura de reduzir custos e estabelecer preços acessíveis para a população. Serão também adotadas normas técnicas, constituindo um marco regulatório e a definição acordada com os municípios do órgão responsável do acompanhamento e controle dos serviços, para obter prestações a

preços razoáveis e de qualidade equivalente em toda a Província.

Nesse caso, o Ministério de Ambiente e Obras Públicas, financia através da transferência de verbas aos Municípios da Grande Mendoza, para a compra de maquinária e equipamento destinados à eliminação de lixões e micro-lixões clandestinos.

5.11.3 Carta Verde. Biblioteca de Cartografia Digital e Documentação Digital

A Direção de Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Urbano (DOADU) formulou o programa CARTA VERDE, consistente numa Biblioteca de Cartografia Digital e Documentação Ambiental. Ela é destinada a usuários que precisarem de informação para estudos, projetos, assessoramentos, documentos e outras atividades ligadas ao manejo ambiental e à gestão territorial. Tanto os resultados de estudos, gestões e projetos desenvolvidos pelo Estado Provincial; quanto a informação obtida em outras fontes de dados ou documentos, usados para dar resposta aos diversos problemas ambientais identificados na província e a demanda de usuarios, são apresentados em formatos simples e sintéticos. A informação será disponibilizada em diferentes formatos, isto é, em papel de diferentes tamanhos, em diskettes ou CD, de acordo com o volume da informação.

5.11.4 Sistema de avaliação da qualidade do ar

Para acompanhar e controlar a qualidade do ar, a Direção de Saneamento e Controle Ambiental possui recursos tecnológicos e humanos dedicados ao monitoramento e à avaliação da qualidade desse recurso.

O equipamento possui uma Rede de vinte e três Estações Fixas de Monitoramento, distribuídas estrategicamente na área metropolitana da Grande Mendoza e quatro delas no microcentro. Nelas são extraídas amostras de ar analisando fuligem, chumbo, dióxido de enxofre e óxidos de nitrogênio, constituintes indicativos de contaminação tanto de fontes móveis (veículos e meios de transporte) quanto fixas (chaminés de estabelecimentos industriais). As amostras são levadas ao Laboratório da Direção, para fazer as determinações analíticas. Na manutenção das estações colaboram empresas como a Destilería Luján de Cuyo (YPF-Repsol) e a Central Térmica Luján.

Uma moderna Unidade Móvel de Monitoramento de Ar, de origem francesa, permite extrair amostras em lugares estratégicos da Grande Mendoza. A Unidade possui analisadores de material particulado, dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio, monóxido de carbono, ozônio e hidrocarbonetos. Também possui um mástil meteorológico que permite conhecer dados climáticos que ajudam na interpretação certa dos parâmetros de qualidade.

Índice de Qualidade do Ar (ICA)

Para se ter uma idéia quantitativa da qualidade do ar, foram estabelecidas fórmulas empíricas que indicam o grau de aproximação desse ar aos valores standards. A Direção de Saneamento e Controle Ambiental, adotou o ICA, equação que contém as concentrações dos contaminantes avaliados, dando como resultado um número adimensional, que é comparado com uma escala que define sua qualidade. O ICA é interpretado de acordo com a seguinte tabela: 0 - 100 = Muito Bom, 100 - 200 = Bom, 200 - 300 = Regular, 300 - 400 = Mau, 400 - 500 = Crítico.

5.11.5 Unidade de Gestão do Risco

A Direção de Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Urbano (DOADU) e a Direção de Saneamento e Controle Ambiental (DSCA) da Subsecretaria de Meio Ambiente uniram seus recursos para criar uma estrutura conjunta de Gestão do Risco, para apoiar institucionalmente o manejo do risco ambiental, territorial e tecnológico, viabilizar o desenvolvimento sustentável e facilitar a instrumentação de projetos de ordenamento e controle ambiental na Província de Mendoza.

O empreendimento tem base numa reflexão sobre os problemas observados no território provincial: os assentamentos humanos, como as cidades pequenas e médias, grandes metrópoles (Grande Mendoza), áreas rurais exploradas em forma intensiva, avanço de instalações de mineiração, acampamentos de exploração de hidrocarbonetos, urânio e outros minerais, criação extensiva de gado no secano, atividades de transporte e serviços internacionais, são construídos rapidamente e transformam os ecossistemas naturais e os espaços criados pelo homem ao longo da sua história.

O resultado é um novo meio ambiente que combina o aspecto social com o natural sob padrões de alta densidade e centralidade, criando novos pólos de desenvolvimento mas também de risco e possibilidades de desastres.

Estudos realizados permitem observar que o acelerado processo de crescimento, o alto custo da terra e a falta de previsão provocaram o avanço das instalações sobre áreas de alto perigo natural, aumentando o risco para seus moradores e a vulnerabilidade do conjunto. Somam-se a isso as ameaças sócio - naturais geradas pelo processo de assentamentos não planejados, o deflorestamento das bacias altas dos rios, o aumento da escorrentia e as enchentes, o esgotamento de aquíferos, a erosão de terras com água, a desestabilização de ladeiras, os detritos industriais e domésticos na rede de irrigação, a sobreexploração da terra. Um outro tipo de ameaças são as ligadas aos processos tecnológicos que geram situações críticas nos principais assentamentos humanos, particularmente na Grande Mendoza. Merecem destaque os derivados de derrames de petróleo, dispersões ou emissões de substâncias químico - tóxicas no ar, na terra e na água, uso de praguicidas e contaminação nuclear.

A criação dessa UNIDADE DE GESTÃO DO RISCO, é indispensável para atingir os objetivos específicos a seguir:

- dispor de informação atualizada do nível de vulnerabilidade atual da província.
- introduzir o conceito de prevenção e gestão do risco nos programas de desenvolvimento para reduzir os custos do processo de crescimento e minimizar a vulnerabilidade da Província.
- inserir programas para gerar estratégias de redução dos riscos ambientais.

Formou-se uma equipe de trabalho especializada para interagir com organismos do Governo Provincial, Municípios e atores sociais para o desenvolvimento do trabalho. Internacionalmente possui possibilidades de assessoramento da Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (UDSMA) da Organización dos Estados Americanos (OEA), da Oficina de Estratégia Internacional para a Redução de Desastres da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Escritório para América Latina da Organização Panamericana da Saúde (OPS) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Foi formulado um Projeto Integrado para a GESTÃO DO RISCO, com atividades diversas, orientadas a conhecer, avaliar e reduzir o nível de vulnerabilidade do processo de crescimento atual da província.

Está previsto reunir a informação e organizar um banco de dados geo - referenciados que serão integrados ao Sistema de Informação Ambiental (SIA) e facilitarão a produção de cartografia temática digital. O resultado previsto é a elaboração de mapas de perigos múltiplos (MPM), mapas de instalações críticas (MIC) e mapas de zonas de risco (MZR) que permitam introduzir estas novas variáveis nos projetos de desenvolvimento públicos e privados. A informação será difundida através de CARTA VERDE, biblioteca de cartografia digital e documentação ambiental.

Os atores responsáveis do processo de redução de riscos serão capacitados através do desenho de programas educativos formais e não formais. Serão estabelecidos prazos institucionais para definir e avaliar os instrumentos legais e a rede de relações institucionais e sociais necessária para prevenir e minimizar a vulnerabilidade do sistema entre a Direção da Defesa Civil da Província, Direção da Defesa Civil dos Municípios, Secretaria de Segurança da Nação, Instituições de Apoio e Cooperação Internacional e Financiamento, empresas privadas, instituições geradoras de conhecimento, etc.

A idéia central é que com base num conceito de prevenção, planejamento estratégico, participação democrática e responsabilidade dividida entre as instâncias sociais e governamentais, seja possível reduzir a vulnerabilidade e o risco ambiental dentro do processo de crescimento da província, a níveis que possam ser financiados com os orçamentos disponíveis do sistema produtivo de bens e serviços. Assim, a Província

consegue se integrar às regiões capazes de controlar seu desenvolvimento em forma sustentável, cuidando dos seus recursos e da sua população.

5.12 CIDADE DE MONTEVIDÉU, REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Montevidéu possui uma população 1:345.000 habitantes, o que representa 42% da população total do país, com uma densidade de 2.550 hab/km². Fonte Instituto Nacional de Estatística, 1996.

5.12.1 Indicadores: Ver Ficha de Informação da Cidade

5.12.2 O ambiente em Montevidéu

Montevidéu concentra quase a metade da população total do país. Soma-se a isso a concentração das principais instituições políticas (Presidência, Ministérios, Parlamento, Entes Autônomos, Serviços Diplomáticos), culturais, industriais e de serviços, etc. Nesse contexto, a cidade sofre os mesmos problemas ambientais das grandes cidades: poluição do ar e da água, contaminação sonora, dificuldades na gestão de resíduos sólidos, trânsito veicular.

A partir de 1990 a Prefeitura começou a ter um ativo papel no processo de construção da cidade, agindo diretamente, por causa não apenas do papel normativo e regulador da autoridade municipal mas também por um novo protagonismo no campo da concertação de interesses diversos ocasionalmente contraditórios entre o público e o privado.

A implementação de um processo de Descentralização Municipal envolveu a subdivisão administrativa do Departamento em 18 zonas, a criação de serviços desconcentrados municipais - 18 Centros Comunitários Zonais (CCZ)-, com seus órgãos de governo local, descentralizados e instâncias locais de participação social: os Concelhos de Vizinhos.

A política ambiental: princípios e objetivos

Os princípios e objetivos da política ambiental para o departamento foram aprovados pela Junta Departamental de Montevidéu em 30 de Julho de 1992 por Decreto N° 25.657, depois regulamentado pela Resolução N° 13240 de 1993:

Os objetivos básicos da política ambiental departamental serão:

- Uso e aproveitamento sustentável do solo, ar, água, flora, fauna, paisagem, fontes energéticas e demais recursos naturais e culturais. Ordenamento territorial e planejamento do desenvolvimento.
- Proibição e/ou correção de atividades ou fatores que provoquem danos no ambiente, na vida do homem ou dos outros seres vivos ou componentes do ambiente.
- Criação, defesa e preservação de áreas e monumentos naturais e culturais, regidos por um sistema especial de gestão, para sua proteção, conservação ou melhoria.
- Promoção e desenvolvimento de processos educativos e culturais e iniciativas públicas e privadas de participação dos cidadãos. Estímulo a estudos e pesquisas sobre o ambiente.
- Promoção do desenvolvimento de atividades econômicas e sociais ambientalmente responsáveis.
- Coordenação das atividades da administração municipal com as das outras Administrações Públicas e dos

particulares.

- Atenção das emergências ambientais determinando áreas prioritárias de ação da administração departamental.

5.12.3 O Departamento de Desenvolvimento Ambiental

Responde pela gestão ambiental de Montevideú, abrangendo solo, recursos hídricos e atmosfera. Sob sua responsabilidade estão o saneamento, a limpeza, o controle das indústrias, de arroios e praias e a promoção de atividades de Educação Ambiental.

5.12.3.1 Divisão Limpeza

- **Serviço de Coleta de Resíduos:** Atende 350.000 domicílios que têm em média 3,3 habitantes. Responde pela coleta dos resíduos de origem domiciliar, industrial ou hospitalar. A massa total ingressada a usina diariamente é de 2.235 toneladas.

- **Serviço de disposição final de resíduos:** Através de aterro sanitário ou incineração. Responde também pela destinação dos resíduos que particulares e instituições estatais trasladam para sua eliminação. Existe um aterro sanitário que contempla três aspectos bem definidos: **1.** Aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos com impermeabilização do fundo e drenagem de líquidos lixiviados. **2.** Usina de tratamento de líquidos lixiviados. **3.** Aterro sanitário de resíduos especiais.

- **Reciclagem:** Na Usina de Tratamento de Resíduos Orgânicos (TRESOR), são processadas diariamente mais de 80 toneladas para serem transformadas em fertilizante orgânico e compostagem. A tarefa é feita por jovens sob a orientação da ONG IPRU. Paralelamente são feitos cultivos, usando a compostagem, cujos produtos serão destinados a creches, tudo isso sob a supervisão de técnicos municipais.

- **Classificadores:** Estima-se que das 280-300 toneladas de lixo coletadas pelos classificadores diariamente, são recuperadas 100. Existem programas especiais de trabalho com os classificadores

- **Convênios com ONGs:** Com o Movimento TACURU existem convênios para 230 jovens incorporando a varrição das zonas dos Centros Comunitários Zonais (CCZ) 5 e 13. Com IPRU no Bairro Casabó e a preparação da compostagem na Usina de Tratamento TRESOR. Com Organização San Vicente foram ampliados os convênios nos CCZs 9, 10, 11, 13 e 15.

5.12.3.2 Divisão Saneamento

O sistema de saneamento responde pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos líquidos residuais. Os líquidos residuais podem ser classificados em dois tipos: Águas Negras, provenientes das indústrias, do uso doméstico e as produzidas pelo homem; e as Águas Brancas, provenientes da lavagem de ruas, como as chuvas. A IMM responde por 72% do Saneamento do país e possui diversas repartições coordenadas para esse objeto: Serviço de estudos e projetos de saneamento, (Identifica, planeja, desenha e avalia as obras); Serviço de obras de saneamento (Dirige e fiscaliza as obras); Serviço de conservação de saneamento (Gestiona a rede de saneamento); Serviço de operação e manutenção do sistema de saneamento (Opera e mantém os interceptadores do litoral, o emissor subaquático, usinas de tratamento e de bombeio ligadas ao sistema. Unidade executora do plano de saneamento: Dirige e supervisiona os contratos incluídos nos empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Projetos, direção, execução e controle das obras de saneamento previstas.

Foi construído o emissário subaquático e a usina de pre-tratamento. O Plano de Saneamento Urbano III, atualmente em fase de execução, prevê: Ampliação da rede aumentando o atendimento de 80% a 88% da población; do sistema de drenagem de águas pluviais; Construção ou ampliação de coletores, estações de bombeio e usina de pré-tratamento; Programas de controle da contaminação de origem industrial e da qualidade das águas dos corpos receptores; Reabilitação de redes e coletores deteriorados; Aperfeiçoamento institucional dos responsáveis da qualidade ambiental e do controle dos efluentes industriais; reorganização da Divisão de Saneamento da IMM para aumentar a eficiência e qualidade dos serviços; Programa de

educação sanitária e ambiental para a população.

Em 2005 finalizarão as obras do PSU III. Com uma população de mais de 1:400.000 habitantes, o departamento chegará a 13.670 has de área atendida, com 2.400 km de coletores. Apenas 10% da população ficará ainda sem o serviço, aguardando o PSU IV já previsto.

Programa de Monitoramento da qualidade dos corpos d' água. Educação Sanitária e Ambiental

A rede hidrográfica do departamento de Montevidéu condicionou o desenvolvimento do sistema de coletores e a disposição final das águas servidas da cidade. A área urbanizada do departamento ocupa 35 % do território, e nela destacam-se três arroios (Pantanosos, Miguelete e Carrasco), que, com o litoral do Rio da Prata são os principais receptores do saneamento e dos escurrimientos pluviais. No centro dessa faixa litorânea há uma enseada natural de 1180 has de superfície, onde está o Porto de Montevidéu.

5.12.4 Primeiro Relatório Ambiental, Montevidéu XXI (Agenda Ambiental)

O Relatório foi elaborado pela Prefeitura Municipal de Montevidéu para fornecer informação sobre Gestão Ambiental ao Grupo Ambiental de Montevidéu, integrado por organizações governamentais e não governamentais locais e nacionais. Além dos assuntos acima referidos o Relatório aborda:

5.12.4.1 Ar

Montevidéu possui condições geográficas e climáticas favoráveis à dispersão natural das emissões poluidoras. Esses fatores fazem com que não sejam observados problemas gerais de contaminação atmosférica. As fontes poluidoras em Montevidéu estão ligadas ao transporte automotor, responsável pela presença de contaminantes químicos e físicos na atmosfera. A poluição mais localizada é causada por fontes provenientes do setor industrial e outras.

Há pouco mais de 20 anos que a IMM faz estudos sobre a qualidade do ar. O Laboratório de Higiene Ambiental conta com duas estações automáticas de muestreo (dióxido de enxofre, dióxido de nitrogênio, monóxido de carbono, e parâmetros meteorológicos, pó em suspensão e pó sedimentável). O Serviço de Instalações Mecânicas e Elétricas (SIME) possui uma estação de monitoramento de monóxido de carbono e dióxido de enxofre.

Contaminação por Chumbo: A Prefeitura Municipal de Montevidéu, em parceria com outras instituições, está desenvolvendo o diagnóstico, avaliação e mitigação da situação ocorrida no bairro La Teja em fevereiro de 2001 por causa da contaminação por chumbo. As atividades desenvolvidas para o diagnóstico, avaliação ambiental e determinação das medidas a serem implementadas, centraram-se nos seguintes aspectos: Levantamento de dados e vistorias nas indústrias da região; Análises sistemáticas de solos superficiais, material particulado no ar; Visita domiciliar das crianças que apresentam concentrações de chumbo no sangue a partir de 20 ug/dl.; Demarcação e avaliação de aterros com contaminação de metais pesados; Avaliação da influência do vazamento de efluentes de curtiembres na área.

Poluição sonora: O SIME responde pelos estudos sobre poluição sonora. Recentemente, foi elaborado um mapa sonoro da cidade, em parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade da República. O trânsito está no primeiro lugar dentre as principais fontes de ruído. O diagnóstico permitiu tomar decisões concretas.

Marcos normativos. Ver Ficha de Informação da Cidade.

5.12.4.2 Áreas rurais e naturais

37 % da superfície de Montevidéu é solo urbano, 53% solo rural protegido e 10 % solo rural não protegido. A importância da área rural torna-se evidente ao analisar a economia, o emprego ou a relevância ambiental de suas áreas silvestres de significação ecológica ou devido ao valor da paisagem rural.

Ações

- **Solo:** O Serviço de Maquinária Agrícola da Unidade de Montevidéu Rural incorporou ferramentas de lavoura vertical mais adequadas para manejos conservacionistas, organiza palestras sobre manejo de solos para produtores e acompanha os trabalhos pedidos.

- **Água:** A Unidade de Montevidéu Rural e o Laboratório de Higiene estão desenvolvendo um projeto de avaliação participativa de qualidade de água, com produtores, crianças, jovens e educadores de escolas de primeiro e segundo grau das zonas rurais.

- **Poluição de origem agropecuária:** Através de um convênio da Unidade de Montevidéu Rural com o Grupo Interdisciplinar de Estudo e Extensão em Produção Porcina (Faculdades de Agronomia e Veterinária) foi elaborado um diagnóstico da produção porcina no departamento e se trabalha em assistência técnica em criadouros onde foram detectados problemas. Começam serviços mensais de coleta de resíduos especiais (não orgânicos).

- **Gestão ambiental dos terrenos:** Oferece apoio a grupos de produtores ecológicos que não usam agrotóxicos nem fertilizantes químicos e procuram a preservação de agroecossistemas sustentáveis em aspectos sociais, ecológicos e econômicos. Alguns Grupos produtores de alimentos usam métodos não químicos para processar seus produtos e melhorar a qualidade.

A Prefeitura ofereceu benefícios tributários para produtores orgânicos e de produção integrada: descontos de 75% no Imposto Territorial Rural; benefícios nos custos dos registros de alimentos para grupos de pequenas agroindústrias; espaço na Feira do Parque Rodó.

A Comissão Especial Permanente de Montevidéu Rural criada pelo Decreto 26.986/96 e confirmada no Plano de Ordenamento Territorial (Decreto 28.242/98) assessora nas Áreas Ecológicas Significativas, do Litoral Oeste e Agrícola do Solo Rural de Montevidéu. É integrada por delegados de repartições municipais, Junta Departamental, vários Ministérios, a Universidade da República, os vizinhos e produtores rurais.

Marco normativo. Ver Ficha de Informação da Cidade

5.12.4.3 Áreas Ecológicas Significativas

São regiões delimitadas consideradas importantes devido às suas características ecológicas ou à sua biodiversidade. Para isso devem ser objeto de uma gestão e manejo voltados à sua preservação. Cumprem importantes funções ecológicas, como a preservação da biodiversidade e a depuração de águas. São compartilhadas com departamentos vizinhos, existindo 2800 hectares com essas características. Para cada uma das áreas o Plano Montevidéu estabeleceu categorias de preservação, incluindo algumas áreas adjacentes de amortiguação.

Marco Normativo das Areas Naturais: Ver Ficha de Informação da Cidade.

Fonte: Plano Montevidéu. IMM 1998

5.12.4.4 Espaços públicos urbanos

- Montevidéu tem uma extensão de 530 km², somadas a zona rural e a área urbana de 190 km². Inclui: 30 parques com 1.500 has. e 650 praças com 240 parques infantis, com 600 has e uma faixa litorânea de 70 Km, com 10 Km de praias

- O Plano Montevidéu ressalta as medidas implementadas no Litoral: Limpeza e manutenção de áreas verdes, zonas rochosas e praias; Equipamento de áreas esportivas em praias e organização de eventos; Contenção de arenais e fixação de dunas com coberta vegetal; Estudos de dinâmica; Desenvolvimento das

zonas de Punta Carretas e Porto do Buceo; Recuperação da qualidade das águas e reabilitação das praias.

- A Prefeitura de Montevideu deu especial ênfase à melhoria do estado dos espaços públicos de acordo com as seguintes responsabilidades institucionais: (Ver Informe da Cidade).

5.12.4.5 Saúde

- **Serviço de atendimento da saúde:** O Serviço está à disposição dos vizinhos de Montevideu através de uma rede de 20 postos de saúde de gestão municipal e oito que funcionam em parceria com organizações de moradores. Possuem uma equipe multidisciplinar com médico pediatra, ginecologista, medicina geral, psicólogo, enfermeiro, nutricionista e trabalhador social.

- **Plano de Atendimento Zonal da saúde (P.A.Z.):** Prioriza o Atendimento Primário de Saúde, dentro da política de descentralização municipal e participação social. Promove a realização de controles programados de saúde, a avaliação do crescimento e desenvolvimento normal de crianças, da gravidez e da saúde bucal, a vacinação e a prevenção do câncer feminino com controles periódicos de mama e Papanicolau.

5.12.4.6 Educação Ambiental

Diante de um modelo social com base no consumo compulsivo, a idéia de que o natural é infinito e de que a natureza está ao serviço do homem, a implementação de políticas e atividades de Educação Ambiental visa a um modelo de pessoa e sociedade em harmonia com seu ambiente, à formação de cidadãos solidários, conscientes e responsáveis com seu ambiente, e ao desenvolvimento de uma sociedade que viva em forma sustentável com seu meio.

O Grupo de Educação Ambiental (GEA) coordena as atividades a seguir:

Programa Lua Verde: Trabalha em todas as escolas do departamento e Centros Comuns Zonais. Organiza oficinas, o espetáculo musical “Canções para a Lua Verde” e materiais didáticos. Apresenta os diversos ambientes de Montevideu; a gestão municipal na limpeza da cidade; o papel dos cidadãos e cultura das RRs; o saneamento de arroios, praias e enseadas. Promove uma conduta consciente e responsável em relação ao entorno, contribuindo à melhoria da qualidade de vida de todos. Lua Verde nas praias: No verão as atividades chegam nas praias do departamento, adaptando seu conteúdo ao novo contexto. Apresenta-se “a Brinquedoteca da Lua Verde”.

Sala de Educação Ambiental: Funciona na Usina de Prétratamento de Punta Carretas. Os temas abordados são: água, córregos, arroios, praias, enseada e saneamento. O trabalho é feito com ajuda de material de apoio (CD rom e Vídeo) complementando a atividade com uma visita da usina.

Campanha de Coleta e Reciclagem de Embalagens plásticas de Leite: Desenvolvida em parceria Prefeitura-Conaprole-CEP. Participam nela escolas públicas e particulares, cadeias de supermercados, bibliotecas, etc. As embalagens são recebidas nas escolas, que em troca recebem materiais didáticos e de difusão da campanha e sacos de resíduos reciclados.

Programa de Coleta e Reciclagem de Latas de Alumínio: Em parceria com a ONG CUI e ALCAN URUGUAY são desenvolvidas a coleta de latas e atividades educativas de apoio. As latas são compactadas em blocos e enviadas ao Brasil, para sua reciclagem. O resultado econômico vai para um Fundo Social, destinado a bolsas de trabalho para jovens.

Campanha de Coleta de Pilhas: As pilhas usadas são colocadas em “come-pilhas” instalados em bancas, lojas, centros de estudos, etc., e armazenadas num depósito especialmente construído. Em 1997 foi assinado um Convênio entre a Faculdade de Química, através de seu Escritório de Gestão Tecnológica e a I.M.M., com o acompanhamento do Laboratório de Higiene Ambiental.

Encontro de Expressão Plástica: “Feitos de Desfeitos”: Apresenta obras plásticas grupais elaboradas com material de descarte. Destinado a escolares, visa a promoção da criatividade das crianças, trabalhando uma série de conceitos envolvidos na chamada Cultura das Erres.

Atividades educativas na bacia do arroio Miguelete: Em parceria com o Movimento Scout do Uruguai foram desenvolvidas atividades educacionais em 30 escolas da região e de sensibilização dos vizinhos quanto à temática da água e do arroio. Foi melhorado o entorno do arroio (jogos para crianças feitos com troncos de árvores, reinstalação do circuito aeróbico do Prado, etc.).

Programa de Educação Sanitária e Ambiental: O Programa estabelece coordenações com a Divisão Saneamento naquelas regiões onde estão sendo desenvolvidas obras de saneamento e recuperação de áreas verdes. Inclui: trabalho em escolas, oficinas para os vizinhos, entrega de vídeo educativo e folhetos. O material foi especialmente desenhado e pode ser acessado na página Web da Prefeitura.

Jornada “O Patrimônio Natural de Montevidéu é seu...curta ele”: A atividade foi organizada em Santiago Vázquez, Parque Lecocq e Banhados do Santa Lucía. Centenas de vizinhos participaram nesta jornada para celebrar o dia do Patrimônio. A temática ambiental e o patrimônio natural de Montevidéu foram os assuntos principais.

Exposição “Montevidéu Inteiro pelo 1/2 Ambiente”: A Exposição anual visa promover a participação dos atores locais, através das Comissões de Meio Ambiente de cada zona. São exibidos materiais que resumem a visão local dos temas ambientais.

Agenda Ambiental Montevidéu 2000. (Agenda 21): Em 2000 foi desenvolvido um longo processo de elaboração de uma Agenda 21 Local para Montevidéu. Nele participaram mais de 350 pessoas provenientes dos âmbitos mais diversos, encerrando-se no dia 5 de junho, com a Primeira Assembléia Ambiental de Montevidéu. Depois da aprovação da Agenda Ambiental Montevidéu 2000 e para fazer o acompanhamento dos compromissos estabelecidos nela, foi criado o GRUPO AMBIENTAL DE MONTEVIDÉU, com representantes das principais instituições e organizações sociais.

O Primeiro Relatório Ambiental do Departamento, feito pela Prefeitura Municipal é a base dos futuros informes anuais para uma maior clareza e sistematização da informação ambiental. A intenção é que no futuro imediato possam ser estabelecidos indicadores ambientais representativos dos principais assuntos e problemas ambientais que sirvam de fundamento das políticas ambientais municipais. Para esse processo de definição de indicadores serão convocados todos os interessados: as Comissões de Meio Ambiente que em cada zona trabalham para melhorar a qualidade ambiental do seu barrio e sua zona e os integrantes do Grupo Ambiental de Montevidéu.

A clareza na informação é uma ferramenta essencial que deve ser integrada, junto a outras, num Sistema de Gestão Ambiental do departamento. As bases desse moderno instrumento de gestão ambiental são: gestão cíclica; reconhecimento do que é local; ampla participação social e institucional; comunicação e educação ambiental permanente; desenvolvimento de capacidades municipais administrativas e técnicas para a gestão ambiental; atualização da normativa sobre políticas ambientais municipais; coordenação com instituições nacionais e internacionais.

Esses avanços serão avaliados na Segunda Assembléia Ambiental de Montevidéu em 2002. A Agenda Ambiental Montevidéu 2000, possibilitará que os habitantes de Montevidéu façam acordos e elaborem diretrizes de trabalho. Ao mesmo tempo consolidará o Grupo Ambiental de Montevidéu, espaço privilegiado de articulação entre os diversos setores da sociedade e de acompanhamento dos acordos e diretrizes.

É proposta a criação do **Defensor do vizinho**, dependente da Junta Departamental, ampliando

suas competências aos direitos sociais à qualidade ambiental.

5.13 PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Estado do Rio Grande do Sul tem 9:623.201 habitantes, a Região Metropolitana 3:235.925 e a cidade de Porto Alegre: 1:286.251. Densidade: 2.700 hab./km². (Fonte: IBGE/1996).

5.13.1 Indicadores da Cidade Ver Ficha de Informação da Cidade

5.13.2 Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA)

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) faz uma proposta participativa de caráter permanente através de sete grandes estratégias. Parte da premissa de que uma cidade não nasce unicamente por normas e procura articular as dimensões econômica e social com a dimensão territorial para a gestão do solo urbano. Com isso, avança no conceito de gerenciamento das políticas do Município. Propõe tornar Porto Alegre uma cidade viável economicamente e sob determinadas condições, autosustentável. Para isso estabelece uma densidade adequada onde, ao contrário de promover a dispersão da cidade, propõe uma maior concentração em áreas melhor equipadas do ponto de vista da infra-estrutura, mantendo uma ocupação mais ordenada do território que ainda não está consolidado como cidade. Além disso introduz o relacionamento público/privado e os projetos especiais num trabalho conjunto para a construção da cidade.

Ainda coloca introduz a questão do monitoramento, através do Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano, que deverá permitir uma leitura mais rápida da cidade, com vistas a promover as atualizações que a dinâmica urbana exige, estimulando o Município a desempenhar um papel prospectivo, positivo e orientador do ordenamento urbano. O PDDUA modifica o tradicional conceito de urbano e rural, possibilitando que o Poder Público Municipal assumo o papel de gerenciador e responsável de todo o território, respeitando suas diferentes características e vocações. Incorpora a cidade informal à cidade formal e passa a contemplar diretrizes e instrumentos de desenvolvimento urbano para articular as políticas habitacional, fundiária e ambiental, com vistas a dar ao território um uso socialmente justo. A partir de um novo enfoque - o do conservacionismo ao invés do preservacionismo - introduz uma série de inovações no que se refere, tanto ao patrimônio natural, como o cultural da cidade, que passam a ser interpretados dentro da dinâmica urbana. Todos os espaços na cidade terão alguma destinação para a manutenção dos níveis de equilíbrio natural e urbano desejados. O PDDUA propõe, ainda, uma ruptura da dependência histórica com relação ao Centro Histórico, estimulando novas tendências de crescimento da cidade. Cria oportunidades e estimula a convivência dos diferentes tipos de cidade dentro do território municipal.

Etapas do Processo. Lei Complementar Nº 434 Ver Informação na Ficha da Cidade.

Princípios

A promoção do desenvolvimento tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:

- a gestão democrática, participativa e descentralizada;
- a qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;
- a integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação;
- o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;
- o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento dos programas

em condições de máxima eficiência;

- a articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto metropolitano; - a regulação pública sobre o solo urbano com instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra e controle sobre a ocupação do espaço da cidade; - a integração horizontal entre os órgãos e Conselhos Municipais, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do programas e projetos.

Estratégias

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental incorpora o enfoque ambiental de planejamento, enfatizando a participação popular, a sustentabilidade econômica, social e ambiental. O Plano é o instrumento básico de definição do modelo de desenvolvimento do Município e compõe-se de Sete Estratégias, quais sejam:

I- Estratégia de Estruturação Urbana: tem como objetivo promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana, através de: Programas de Espaços Abertos e de Integração Metropolitana.

II- Estratégia de Mobilidade Urbana; tem como objetivo qualificar a circulação e o transporte urbano, atendendo às distintas necessidades da população, através de: Prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas; Redução das distâncias a percorrer; Capacitação da malha viária; Plano Circulação e Transportes; Estímulo à garagens e estacionamentos; Programa de Centros de Transbordo e de Transferência.

III- Estratégia de Uso do Solo Privado; tem como objetivos gerais disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

IV- Estratégia de Qualificação Ambiental; tem como objetivo a valorização do Patrimônio Ambiental. O Patrimônio Ambiental abrange os Patrimônios Cultural e Natural. Os espaços representativos do Patrimônio Ambiental devem ter sua ocupação e utilização disciplinadas de forma a garantir a sua perpetuação de forma a manter as tradições culturais, a sua paisagem e os valores naturais. O termo ambiental, significa a cidade vista e analisada como um conjunto único, onde convivem entre si diferentes tipos de cidade, com características bem específicas.

Programas de valorização do Patrimônio Cultural; de proteção às áreas naturais; de implantação e manutenção de áreas verdes urbanas; de Conservação de Energia; de Gestão Ambiental; de Prevenção e Controle da Poluição.

V- Estratégia de Promoção Econômica; tem como principal objetivo o estabelecimento de políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a qualificação da cidadania, através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos, assim como a articulação com outras esferas de poder.

Programas de Dinamização da Economia; de Qualificação da Cidadania; de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8; de Incentivos a Investimentos.

VI- Estratégia de Produção da Cidade; tem como objetivo a capacitação do Município para a promoção do seu desenvolvimento através del gerenciamento do solo urbano: Promoção de oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano; Estímulo a propostas negociadas para à consolidação do desenvolvimento urbano; Política Habitação de Interesse Social (HIS); Política habitacional para as populações de baixa e média renda.

VII- Estratégia do Sistema de Planejamento: objetiva um processo de planejamento dinâmico e contínuo, que articule as políticas da administração municipal com os diversos interesses da sociedade, promovendo instrumentos para o monitoramento do desenvolvimento urbano.

Compõem a Estratégia do Sistema de Planejamento: Programas de Gerenciamento de Políticas; de Regionalização e Participação da Comunidade; de Comunicação e Educação Ambiental; de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano que descreve os elementos da qualidade de vida urbana, como aplicação das disposições do PDDUA.

5.13.3 Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP)

O SMGP é gerenciado pela Secretaria de Planejamento Municipal, à qual compete: estabelecer as diretrizes do desenvolvimento urbano ambiental, planejar e ordenar o uso e ocupação do solo do Município; consolidar e organizar as informações essenciais ao processo de desenvolvimento do Município; gerenciar a normatização necessária ao planejamento urbano; articular políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais; implementar programas e projetos através da aplicação dos instrumentos de Ordenamento do solo urbano e da promoção de convênios ou acordos públicos e/ou privados; elaborar os planos de distribuição dos estoques construtivos do Solo Criado; definir os valores semestrais do Solo Criado.

5.13.4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA)

O órgão de integração do SMGP é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental - CMDUA -, que tem por finalidade formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, ao qual compete: zelar pela aplicação da legislação municipal de DUA; discutir e deliberar sobre projetos relativos ao DUA; receber e encaminhar para discussão matérias oriundas de setores da sociedade; propor a elaboração de estudos sobre questões relevantes; instalar comissões para assessoramento técnico; zelar pela integração de políticas setoriais com relação com o DUA ; propor a programação de investimentos para implantação de políticas de DUA para o Município; aprovar Projetos Especiais de Empreendimentos de Impacto Urbano, estoques construtivos do Solo Criado, critérios e parâmetros para avaliação de Projetos Especiais Pontuais, metodologia para definição do valor do Solo Criado, valores semestrais do Solo Criado, planos de aplicação dos recursos do Solo Criado destinados para o desenvolvimento urbano, prioritariamente à política habitacional.

O CMDUA compõe-se de 25 (vinte e cinco) membros titulares e seus suplentes, designados pelo Prefeito, com renovação bienal e a seguinte composição: oito representantes de entidades Governamentais: nível federal; nível estadual; nível municipal; oito representantes de entidades não-governamentais, constituídas por entidades de classe e afins ao planejamento urbano, entidades empresariais, preferencialmente da área da construção civil, e entidades ambientais e instituições científicas: IAB, SERGS, SINDUSCON, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, OAB/RS, CIDADE, AREA e Sociedade de Economia; oito representantes das Regiões de Gestão do Planejamento.

O planejamento do desenvolvimento do Município dar-se-á através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) e compreende os seguintes instrumentos básicos: Estratégias de Desenvolvimento Urbano; Programas; Plano Regulador; Modelo Espacial. Além da participação global da comunidade na gestão do planejamento urbano, a qual se dará através do CMDUA, fica assegurada a participação comunitária em nível regional e local, na forma a ser definida em lei.

5.13.5 Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA)

Foi criada em 1976 e é o órgão executivo responsável da proteção do sistema natural e pelo controle da qualidade ambiental do município. Suas responsabilidades envolvem ações diretas de fiscalização e solução de problemas relativos às áreas biologicamente sensíveis. Deu prioridade à ampliação e gestão das áreas verdes urbanas e ao controle dos impactos ambientais. Criou diversos programas para o controle das atividades contaminantes como o monitoramento da qualidade do ar e o controle da poluição industrial, sonora e do solo. Os serviços públicos de meio ambiente, abastecimento de água, esgoto, saneamento, gerenciamento de resíduos sólidos, drenagens pluviais e saúde são de responsabilidade da prefeitura.

5.13.5.1 Foro Permanente do Meio Ambiente e Saneamento

O Foro, criado em 1992, tem a função de definir políticas comuns, resolver conflitos setoriais e garantir que as ações municipais ao serem executadas estejam orientadas pelas mesmas diretrizes. Está formado pelos seguintes órgãos: Secretarias Municipais de Meio Ambiente (SMAM), de Saúde (SMA) de

Planejamento, Departamentos Municipais de Água e Saneamento (DMAE), de Limpeza Urbana (DMLU), de Esgoto Pluvial (DEP), de Habitação (DEMHAB), Secretaria de Governo Municipal (SGM), Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC), Programa Guaíba Vive (PGV).

5.13.5.2 Conselho Municipal de Meio Ambiente

No início da década de 90 foram criados vários Conselhos Municipais para democratizar as decisões e estabelecer o controle das políticas públicas. Dentre os principais conselhos criados estão: Saúde, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Acesso à Terra e Moradia, Transporte Urbano e Desenvolvimento Urbano. O Conselho de Meio Ambiente (COMAM), órgão deliberativo formado essencialmente por entidades não governamentais e instituições da sociedade civil (20 dos 27 integrantes), foi criado em 1996 e orienta as políticas públicas implementadas pela Secretaria de Meio Ambiente. Participam nele ONGs, sindicatos, empresas, universidades, comissões de vizinhos, entre outras.

5.13.5.3 Serviços da SMMA

- **Adoção de praças:** Gerencia o programa de adoção das Áreas Verdes Municipais por parte de empresas ou entidades comunitárias organizadas. Os interessados devem procurar o Programa Adote uma Praça e, em caso de aprovação, firmam um termo de adoção com a SMAM, com competência exclusiva para conservar e manter a praça.

- **Áreas de risco - vistorias, remoções de emergência:** Atende as comunidades em áreas de risco, realiza vistorias, emite pareceres, laudos, mapeamentos, monitoramento, fiscalização e acompanhamento das áreas de risco, executa reassentamentos e/ou remoções de emergência das áreas de risco, elabora projetos e planos especiais para áreas de risco.

- **Autorização para exploração de solo:** Realiza o controle e licenciamento de projetos de movimentação de terra (cortes/aterros) em obras civis; controle e licenciamento de postos de combustíveis e outras atividades que impliquem armazenamento de líquidos em tanques subterrâneos; controle e licenciamento de uso de explosivos em área urbana; controle e licenciamento da exploração de minerais de uso imediato na construção civil (pedreiras, saibreiras, olarias, etc.) e o controle e combate à poluição do solo por resíduos sólidos.

- **Fiscalização ambiental:** Atende as reclamações recebidas de pessoas sobre destruição do meio ambiente: ruído, propaganda irregular, poluição do ar, água e de solo, bem como de áreas de risco. Inicialmente é preciso formalizar a comunicação da ocorrência no Protocolo Central.

- **Educação ambiental:** Atividades de educação ambiental, como palestras e visitas orientadas a parques municipais. As escolas, colégios e creches interessadas devem agendar com antecedência a atividade desejada. Educação especial - sala de integração e recursos. Educação infantil - escolas e creches comunitárias; Educação: matrículas e vagas em escolas públicas; bolsas de ensino; nomeações e recursos humanos, escola cidadã, bolsas e convênios, aspectos legais, coordenação pedagógica. MOVA- movimento de alfabetização de adultos. SEJA - serviço de educação de jovens e adultos. Escolas municipais. Educação para meninos e meninas de rua - escola Porto Alegre.

- **Informações e atendimento:** Atendimento telefônico dos cidadãos com informações sobre autorização para corte ou poda de árvores, colocação de propaganda, poluição sonora, do ar, água e solo; recebimento e encaminhamento de processos, informações e encaminhamento do público aos setores da secretaria.

- **Licenças ambientais:** Coordena o Licenciamento Ambiental no município de Porto Alegre, através da análise integrada com diversos setores da Prefeitura quanto ao impacto das atividades e empreendimentos no ambiente natural, no ambiente social, no desenvolvimento econômico e sócio-cultural, na cultura local e na infra-estrutura urbana. Concede licenças ambientais relativas aos empreendimentos e atividades, considerando o grau potencial de poluição e o porte - Licença Única, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Gerencia a elaboração de Termo de Referência para a execução de Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIA).

- **Parques - administração, fiscalização e autorizações:** Mantém a conservação e melhoria dos parques; fiscaliza, controla a segurança dos parques; orienta a população sobre normas e regimentos dos parques e preservação do meio ambiente; emite as autorizações para instalação de comércio ambulante nos parques; disciplina e fiscaliza o comércio ambulante nos parques; autoriza a liberação de espaços em parques para realização de eventos.

Parques municipais e Urbanização de praças: Equipes da SMAM executam a conservação e melhoria nos parques e praças; controlam a segurança e orientam a população sobre normas do parque e preservação ambiental, recebem e encaminham reivindicações e manifestações dos usuários, definem locais, em conjunto com a DAP, para realização de eventos e instalação de comércio ambulante, fiscalizam as vagas disponíveis para comércio ambulante nos parques.

Preservação ambiental: Analisa projetos de edificações, loteamentos e condomínios verificando os conflitos existentes e compatibilização com os elementos naturais; estuda as áreas de preservação permanente; emite autorizações de supressão, poda e transplante de vegetais com a correspondente aplicação do Termo de Compromisso de Plantio com vegetais nativos.

- **Poluição** Ver Informação na Ficha de informação da Cidade.

- **Assessoria comunitária da SMAM:** Atende e encaminha as reivindicações das comunidades, referentes a preservação das áreas com potencial de Reserva Ecológica e Áreas destinadas a Praças e Parques; incentiva a formação das comissões de obras quando aprovadas no Orçamento Participativo; acompanha os Projetos Linha Verde nos Morros e Ribeirinhas, Preservar os Morros é Preciso e Áreas de Risco, dando apoio e incentivando a participação da população nas atividades; acompanhamento das demandas relacionadas ao Meio Ambiente.

5.13.6 Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU)

A partir do ano de 1989 o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) começou a construção e consolidação de uma nova missão, transformando-se num instrumento gestor das políticas públicas de saneamento na área dos resíduos sólidos. Para tanto, adotou o Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, onde são desenhadas novas diretrizes no manejo dos resíduos, com o objetivo de diminuir o impacto ambiental causado pelos mesmos.

A implantação do Orçamento Participativo traduz este novo modo de gestão pública, que propiciou à comunidade porto-alegrense discutir e apresentar diretamente suas propostas de investimentos à Prefeitura. Os investimentos em saneamento tornaram prioritária a ampliação dos serviços de limpeza, coleta e tratamento de resíduos sólidos.

O Código Municipal de Limpeza Urbana, Lei Complementar nº 234/90, é o instrumento legal para regular a relação da população diante da geração de resíduos e definir as competências da Autarquia.

De acordo com a ONU, Porto Alegre é a metrópole com a melhor qualidade de vida do país, com rede de água para 99% da população, rede de esgoto para 82% e coleta de resíduos sólidos domiciliares, responsabilidade do DMLU, atendendo a 100% dos moradores.

A política de gerenciamento dos resíduos da Administração Municipal projeta a cidade como uma referência, liderando o Grupo de Trabalho de Gestão Integrada e Sustentável dos Resíduos Sólidos em Cidades da América Latina e Caribe do Programa de Gestão Urbana da ONU. Proteção ao meio ambiente e apoio a segmentos sociais excluídos são as diretrizes políticas.

Dentro do Gerenciamento Integrado, destaca-se a coleta seletiva do resíduo sólido reciclável, convencionalmente chamado de lixo seco. O lixo seco separado pela sociedade transforma-se em matéria-prima que provê sustento e resgate social para populações carentes nas Unidades de Triagem de lixo seco recebendo, classificando e comercializando em média 60 toneladas de material entregues diariamente pelo DMLU. Este programa recebeu, em junho de 2000, o prêmio Coleta Seletiva - Categoria Governo, do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) - melhor prática de gestão na área de reciclagem de resíduos sólidos do Brasil.

Desde 1992, sobras alimentares são transformadas em ração animal, dentro do Programa de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos via Suinocultura. Esse trabalho foi agraciado com o Prêmio do Programa de Gestão Pública e Cidadania, atribuído pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford no ano de 1999.

Dando continuidade à sua trajetória de contribuições à melhoria na qualidade de vida da população, em 1995 o DMLU começa a implantação do Aterro Sanitário da Extrema.

Com a diminuição de áreas passíveis de receberem resíduos sólidos para destinação final nos centros urbanos, o DMLU passou a discutir e propor projetos unificados para o conjunto dos municípios da região metropolitana. A soma dos esforços de cada cidade reduziria os custos das soluções dos problemas. Assim nasceu o primeiro convênio intermunicipal do País - gestado pelos municípios envolvidos e pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), para o manejo e tratamento dos resíduos, onde os municípios de Porto Alegre, Gravataí, Esteio e Cachoeirinha passaram a dispor seus resíduos no Aterro Sanitário Santa Tecla, situado no município de Gravataí e operado pelo DMLU.

Coleta Seletiva

Implantada em 1990, a Coleta Seletiva constitui-se como uma frente de trabalho e geração de renda para populações excluídas. Hoje estes recicladores, organizados em associações, vêm num processo crescente de organização. São aproximadamente 450 pessoas e 8 unidades de triagem. Em 1998 foi criada uma federação de recicladores, fortalecendo a categoria na negociação da venda do material às indústrias. Outro projeto é a implantação de uma usina de beneficiamento de plástico, aprovado no Orçamento Participativo, que já está em obras.

Posto de Entrega Voluntária PEV - o que é ?

É um Posto de Entrega Voluntária, um local onde podemos entregar o resíduo (lixo)seco reciclável. Os PEVs estão distribuídos em diversos pontos da cidade, principalmente nos postos de serviço do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU).

Educação Ambiental

Em 1989, novos conceitos começam a ser introduzidos no Modelo de Gestão do DMLU. O lixo começou a ser abordado sob a ótica e princípios da Educação Ambiental, que apontam o cidadão como gerador do problema e como parte da sua solução. Porto Alegre foi se diferenciando e se referenciando para as demais capitais brasileiras, emergiu do quadro de colapso e calamidade pública dos lixões, para um Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. O Departamento adotou a Coleta Seletiva como um importante instrumento de Educação Ambiental nos bairros, vilas, populares, condomínios, empresas, hospitais, órgãos públicos e escolas.

5.13.7 Atlas Ambiental de Porto Alegre

O Atlas Ambiental de Porto Alegre editado em 1998, apresenta a história natural do município desde 800 milhões de anos atrás - idade das rochas mais antigas- até hoje, quando a atmosfera da cidade está formada por uma mistura de gases, resultado das emissões de milhares de veículos que circulam por suas ruas. Com base nas novas teorias científicas e modernas tecnologias, os marcos evolutivos do sistema natural e do sistema construído foram contextualizados em tempo e espaço. A paisagem local analisada sob essa ótica, revela simultaneamente a história da Terra e a dinâmica global e regional dos eventos interrelacionados ocorridos na geosfera, hidrosfera, atmosfera, biosfera e antroposfera. Além disso a dinâmica do planeta é explicada usando exemplos locais.

Os temas são apresentados em 18 capítulos:

O sistema natural (Cáp. 1-8) explica a geologia, geomorfologia, hidrografia, pedologia, vegetação, clima e as unidades de conservação ambiental.

O Sistema construído (Cáp. 9 a 15) reflete a evolução humana, o modelo espacial urbano, a evolução das áreas verdes, a arborização das vias públicas, o clima urbano, as atividades que provocam impacto ambiental e os serviços de saneamento que mitigam os efeitos da ocupação urbana.

A Gestão Ambiental (Cáp. 16 e 18) apresenta os principais conceitos e problemas da gestão ambiental num mundo em processo de urbanização, da gestão ambiental pública e dos dados estatísticos do município.

Contém os seguintes mapas e infografias: geológico, geomorfológico, de solos, físico, de capacidade de solos, hidrográfico, de drenagens e água subterrânea, de vegetação natural e cultivada, de fauna segundo os diversos biotopos e ecossistemas, de ocupação urbana através da história e do modelo espacial da cidade, de áreas verdes na área urbana, de arborização urbana, de clima urbano, das atividades com impacto sobre o sistema urbano, das atividades de risco geológico e de seus correspondentes indicadores, das áreas de vulnerabilidade urbana e de deposição de resíduos sólidos, de potencial de poluição por efluentes e de emissões atmosféricas, de potencial de poluição atmosférica, de impacto do som e do ruído urbano e das medidas de controle e prevenção, ambiental de arroio Dilúvio, dos serviços de sistema de controle de enchentes e drenagem urbana, do Sistema de abastecimento de água potável: população atendida, 99%; domicílios atendidos, 490.000; extensão da rede, 2765 Km.; água produzida/ mês 16:954.000 m³, de qualidade de água do Lago Guaíba, do sistema de esgoto e saneamento de águas negras.

5.13.8 A experiência do orçamento e planejamento (Orçamento participativo)

O Orçamento Participativo (OP) fundamenta-se no reconhecimento da capacidade de decisão da população para determinar Qual Cidade e Qual Sociedade quer construir, onde a população discute permanentemente definindo políticas públicas, projetos e investimentos a serem realizados na cidade.

Conselho do orçamento participativo

Formado por 32 representantes distritais e 10 temáticos, também está integrado por um representante dos funcionários designado pelo Sindicato e um representante da União de Vizinhos de Porto Alegre (UAMPA), designado pelo Diretor. Está integrado também por dois representantes do governo, um da Coordenadora de Relações com a Comunidade (CRC) e um do Gabinete de Planejamento (GAPLAN) sem direito de voto.

O Conselho do Orçamento Participativo (COP) reúne-se duas vezes por semana ou com maior frequência quando for necessário. Suas principais competências são a compatibilização de demandas/recursos, a LDO (Lei das Diretivas Orçamentárias), que antecede o envio do projeto de lei de orçamento ao Conselho e a discussão sobre todos os investimentos, ingresso de pessoal (Comissão Tripartita, integrada pelo governo, o Sindicato dos Municipais e o COP). Define também o calendário, a ordem do dia e todo o processo organizativo do OP (Orçamento Participativo). Todo esse processo está regido democraticamente através do chamado Regimento do OP.

Procedimento

Anualmente cerca de 45 mil pessoas reúnem-se em 16 Plenárias Regionais e seis Plenárias Temáticas e nas reuniões intermediárias, para apresentar demandas e analisá-las, de acordo com os critérios previstos no Regimento Interno do OP.

A população decide, de forma direta, investimentos em obras e serviços que serão executados pela Administração Municipal. Inicia na Primeira Rodada, quando a Prefeitura presta contas do exercício passado, apresenta o Plano de Investimentos para o ano corrente e os critérios e métodos, aprovados pelo Conselho do Orçamento Participativo (COP), para o ano seguinte. Nessas Plenárias (regionais e temáticas), a população também escolhe seus representantes para a composição do Fórum de Delegados. A escolha das prioridades, obras e serviços de cada região ou temática, acontece nas Reuniões Intermediárias, organizadas pelos respectivos Fóruns de Delegados. Os diversos órgãos da Prefeitura acompanham estas reuniões, prestando esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas.

Na Segunda Rodada as comunidades reúnem-se novamente com o Governo para apresentar suas demandas, já hierarquizadas, e elegem os conselheiros. Este ano, além de estar convidado a participar de todo o processo - discutindo na comunidade, podendo votar e ser votado - o cidadão também tem a possibilidade de dar sugestões via a internet, mediante cadastro. Se compatíveis com os critérios do OP, estas sugestões serão encaminhadas para discussão nas regiões, cujo calendário de reuniões será divulgado.

Caso contrário, serão encaminhadas ao fone 156. A “participação via internet” disponibiliza um passo a passo, onde os internautas são orientados sobre como escolher sua região ou temática, enviar sugestões e acompanhá-las.

Através do Orçamento Participativo instituiu-se tanto o processo de co-gestão da cidade (Governo e Sociedade), quanto mecanismos de controle social sobre o Estado. Neste processo, é responsabilidade do Gabinete de Planejamento (GAPLAN): Elaborar as propostas do Plano Plurianual do Município; Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais da Administração Direta e Indireta, a partir das prioridades temáticas, obras e serviços definidas pela população nas 16 regiões; Elaborar e gerenciar a execução do Plano de Investimentos do Município, sendo responsável pela recepção, sistematização e coordenação da análise técnica, financeira e legal das demandas de obras e serviços hierarquizadas pela população nas regiões e plenárias temáticas do OP; Gerenciar a execução dos Orçamentos Anuais do Município; Elaborar o Anuário Estatístico e Relatório de Atividades do Município.

O OP chega ao seu 13º ano, respaldada por diversos instrumentos de participação popular, entre os quais o Conselho e o Fórum de Delegados do Orçamento Participativo, sindicatos, movimento popular, conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Pessoas Portadoras de Deficiências e Conselhos Regionais de Assistência Social.

A experiência chamada “Porto Alegre” Cidade-Mais-Constituinte” foi desenvolvida durante a 2ª gestão 93/96 quando através de grupos temáticos e dos Congressos da cidade, definimos os eixos estratégicos da cidade. Eles são:

- Cidade com gestão democrática; Cidade descentralizada; Cidade que luta contra as desigualdades e a exclusão social; Cidade que promove a qualidade de vida e do ambiente; Cidade culturalmente rica e diversificada; Cidade atrativa e competitiva; Cidade que articula os setores público/privado; Cidade com estratégia para o autofinanciamento; Cidade articulada com a região metropolitana.

O trabalho com base nesses eixos estratégicos vem se cumprindo desde a ampliação do Orçamento Participativo, abrangendo novos públicos ainda não incorporados no processo, como os sindicalistas, ambientalistas, organizações empresariais, etc. e facilitou a criação de outros canais de diálogo como conselhos, foros, plenárias de serviços, garantindo o diálogo entre estes canais com o objetivo de ampliar o controle da sociedade sobre o Estado.

5.13.9 Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos da América Latina e Caribe

O Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos, atuando na América Latina e Caribe, busca o desenvolvimento de ações em gestão ambiental e tratamento de resíduos sólidos urbanos. As cidades envolvidas, através de seus órgãos governamentais, instituições e organizações sociais, trabalham num sistema de parceria com a finalidade de criar uma rede de informações e trazer à tona a discussão e a reflexão sobre o tema. Desta forma, se constroem subsídios para ações integradas que beneficiem a todos os envolvidos no processo.

A questão dos resíduos sólidos, antes uma preocupação constante e crescente de todas as localidades de modo isolado, passa agora a um outro patamar, o de agente mobilizador em torno de um problema que é universal. O ambiente precisa ser preservado e a qualidade de vida deve ser garantida. O gerenciamento dos resíduos sólidos é fundamental para se chegar a esse objetivo e a forma mais eficaz de atingi-lo é com a cooperação. O GT está fazendo a sua parte e convida você a participar também.

A integração como estratégia

Atualmente, o que se busca são sistemas integrados que articulem ao mesmo tempo: A interação dos atores locais no sistema de manejo municipal dos resíduos; de todos os elementos da

cadeia de resíduos, desde a geração, passando pela separação na fonte, pela coleta seletiva, pelo tratamento e pela reciclagem, chegando até a disposição final; de aspectos técnicos, financeiros, ambientais, sociais, institucionais e políticos para garantir a sustentação do sistema, da problemática dos resíduos com outros sistemas urbanos, tais como saúde pública, potabilidade da água, agricultura urbana, entre outros.

Declaração de Porto Alegre

As cidades reunidas em Porto Alegre - Brasil, de 6 a 8 de junho de 2000, por ocasião do Seminário-Oficina Internacional “Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos em Cidades da América Latina e o Caribe” acordam emitir o seguinte:

Reconhecendo que:

- estas experiências mostram que é possível o uso de recursos locais e de tecnologias próprias que equilibram os custos econômicos, ambientais e sociais das economias urbanas e asseguram melhorias nos níveis de qualidade de vida da população.

- as experiências de melhoria dos sistemas de gestão de resíduos nas cidades da América Latina e Caribe podem apresentar limitações, mas não é obstáculo para reconhecer os importantes aportes ao desenvolvimento de cidades com equidade, saúde e em harmonia com o ambiente.

- o desafio de nossas cidades é desenvolver sistemas integrados de gestão de resíduos que permitam articular elementos fundamentais tais como a interação dos agentes (autoridades, vizinhos, organizações comunitárias, ONGs, universidades, empresas privadas, organismos de cooperação e outros), a inter-relação de todos os elementos da cadeia de resíduos (geração, separação na fonte, reaproveitamento, reciclagem, tratamento e disposição final), a integração de aspectos técnicos, econômicos, ambientais, educacionais, sociais, e políticos e a relação com outros sistemas urbanos, tais como saúde pública, água potável, agricultura urbana, etc.

Estimando que:

- governos locais promovam uma gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos.

- governos regionais e nacionais considerem a gestão dos resíduos sólidos dentro de suas políticas contra a pobreza, de desenvolvimento local e de melhorias do ambiente e da saúde.

- os organismos de cooperação técnica e financeira concedam a gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos a importância na promoção do desenvolvimento sustentável.

Reafirmando

- o compromisso com a promoção de experiências de gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos em nossas cidades.

- a vontade de constituir o Grupo de Trabalho “Cidades e Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos na América Latina e Caribe”, para reproduzir as experiências desenvolvidas nas cidades da América Latina e Caribe para enfrentar a pobreza, melhorar a gestão do ambiente e desenvolver uma sociedade participativa e não-excludente.

Convidamos,

- todos os agentes das cidades da América Latina e o Caribe a comprometerem-se com a prática, a promoção e o apoio da gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos.

- todas as cidades da América Latina e o Caribe a integrarem-se ao Grupo de Trabalho sobre Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos e a fazer sua esta Declaração.

Porto Alegre, 08 de junho de 2000.

5.14 RIO CLARO. ESTADO DE SÃO PAULO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

5.14.1 Breve descrição da Cidade

Rio Claro foi fundado em 10 de junho de 1827 e, em 1845, tornou-se município. Possui uma área de 499,9 km², localizada a leste do Estado de São Paulo a 173 km dessa cidade através das rodovias Bandeirantes, Anhangüera e Washington Luiz.

O município está inserido na Bacia do Rio Corumbataí, que deságua no Rio Piracicaba, o qual estará integrado na construção da Hidrovia Tietê-Paraná, que virá a favorecer a cidade nos relacionamentos com o Mercosul. Localizada na região de Campinas (segundo pólo industrial do Estado), faz parte de uma micro-região em constante expansão econômica. Rio Claro encontra-se a 240 km do porto de Santos, a 85 km do Aeroporto Internacional de Viracopos e a 200 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos, na região metropolitana da capital.

O relevo é predominantemente plano e a vegetação natural é composta por cerrado, porém restrita a algumas áreas de proteção ambiental (APA). Próximo a área urbana encontra-se o Horto Florestal, com uma área de 2.314,80 ha, composto por vegetação nativa e áreas reflorestadas com eucalipto. A área rural de Rio Claro está voltada economicamente para o cultivo e colheita da cana-de-açúcar, cítricos e pastagens.

Demografia: Segundo dados do Censo 2000 da FIBGE, Rio Claro tinha uma população de 168.087, com uma densidade demográfica de 336,84 hab/km². Em 1994, a taxa de natalidade correspondia a 19,2%, enquanto a taxa de mortalidade era de 7,52/100 habitantes. O crescimento populacional dos últimos anos esteve vinculado ao fluxo migratório na região de Campinas como um todo.

O programa de triagem dos migrantes e atendimento e apoio ao itinerante, visa, através de assistência social, encaminhar o indivíduo para seu local de destino ou para onde possa viver mais adequadamente, tirando-o da rua. Neste sentido, tem-se procurado as melhores soluções para reduzir o nível de mendicância no município, através de inúmeros programas.

Educação: Rio Claro possui escolas e centros de educação infantis mantidos pela Prefeitura, escolas estaduais e particulares, escolas profissionalizantes. Participam nas Unidades Temáticas de Educação da Rede de Mercocidades, em Cidades Educadoras e no Programa de Escolas Associadas da UNESCO. No nível universitário: Universidade Estadual Paulista (pública) e das Faculdades Claretianas (privada).

Saúde pública: Rio Claro possui uma Rede Municipal de Saúde com todas as especialidades médicas e odontológicas e um Sistema único de Saúde (SUS). Possui 5 hospitais (sendo um deles psiquiátrico), maternidades, 7 unidades básicas de saúde, 2 centros de saúde, pronto-socorros, centro de vigilância sanitária, centro de zoonoses, centro de habilitação infantil e saúde do trabalhador. O Programa Materno Infantil reduziu a mortalidade infantil de 23,32 a 9,4 nos últimos 5 anos. Existem Programas Saúde da Família; Centro de Habilitação Infantil, Grupos de Nutrição (portadores de diabetes, obesos e hipertensos); Programas de investigação de bebê em risco; Programa de Redução de Danos (AIDS); Programas de Saúde Bucal.

Serviços básicos: 100% das residências possui água encanada e 99% conta com rede de esgoto. A coleta de lixo atende 95,3% dos domicílios.

5.14.2 Gestão do Meio Ambiente

5.14.2.1 Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos em Rio Claro

Rio Claro tem buscado aplicar políticas de gestão ambiental aos problemas decorrentes do crescimento urbano e do modelo e padrão de consumo admitido pela sociedade contemporânea. Trata-se da gestão de resíduos sólidos, que reconhece programas que visem a redução, o tratamento, bem como a implementação de projetos adequados de disposição final.

Uma caracterização do Programa de Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos é o empenho para a implementação da política de gestão dos resíduos por parte da Administração, através da Secretaria de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Serviços e Secretaria de Ação Social, a partir dos seguintes itens: - Coleta Seletiva; - Recuperação do Aterro Controlado; - Implantação de um Aterro Sanitário; - Coleta e Tratamento dos Resíduos do Serviço de Saúde; - Controle do Transporte e Disposição de Resíduos da Construção Civil.

Desses, destacam o programa de Coleta Seletiva, que vem sendo desenvolvido em parceria com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e integra uma proposta regional de reciclagem, com participação e incentivo da Secretaria de Bem Estar Social do Estado. Trata-se do programa "RECICLAR 2000", que conta com a participação de 30 municípios da região. As entidades assistenciais participam envolvendo a comunidade na doação de recicláveis, que são processados, vendidos e o recurso revertido para necessidades básicas dos participantes.

O lixo urbano doméstico é coletado por uma empresa contratada pela Prefeitura. A operação do Aterro Sanitário é de responsabilidade do município e segue as normas sanitárias exigidas. Em Rio Claro, a população produz, em média, um total de 110 toneladas de lixo, diariamente.

O lixo urbano hospitalar é coletado, separadamente, por pessoal treinado pela vigilância sanitária; recebe tratamento específico e é depositado em valas especiais no mesmo local onde funciona o aterro do lixo doméstico. Quanto ao lixo industrial, seu manejo e destino final ficam a cargo das próprias empresas produtoras, estando, sob a fiscalização da CETESB. Atualmente, se está viabilizando, em conjunto com empresários locais, a implantação do aterro industrial.

5.14.2.2 Arborização e paisagismo

Considerando o objetivo geral da administração de melhorar a qualidade do ambiente construído, do microclima e da paisagem urbana, procurou-se preservar e ampliar a arborização e o paisagismo de logradouros públicos (ruas, praças, jardins, etc.). Na cidade, cerca de 16.000 mil árvores foram plantadas. O viveiro municipal foi reativado.

A Prefeitura conta também com a Comissão de Praças e Caminhos, que se reúne semanalmente para a definição do planejamento das obras públicas necessárias. O Código de Postura, em tramitação no legislativo, também contribuirá com normas legais e administrativas para preservação da arborização na área urbana. O Município, através do Plano Diretor e da Lei Municipal de Parcelamento do Solo, garante o controle da cobertura vegetal nos projetos de loteamento ou desmembramento, exigindo um percentual de 10% destinados a área verde.

5.14.2.3 Educação Ambiental

No município, os projetos educativos dentro do temário ambiental contemplam associação de moradores, crianças e adolescentes fora do horário escolar. Anualmente todo o corpo docente participa de um programa promovido pelo Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivarí e Jundiá, que visa tratar dos principais impactos aos recursos hídricos causado pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado na bacia. Trata-se do projeto "Semana da Água". O tema água, é tratado em sala de aula e oficinas de trabalho, onde os docentes debatem o assunto e elaboram maquetes para ilustração da geografia da bacia.

Neste contexto além da preservação dos recursos hídricos, aborda-se a necessidade de reter o desperdício. São desenvolvidas oficinas com as crianças, visando internalizar a importância do reflorestamento ciliar, sendo incentivadas atividades lúdicas (teatro).

5.14.2.4 Recursos Hídricos

Com a finalidade de viabilizar o reflorestamento de matas ciliares em áreas consideradas prioritárias para manutenção da qualidade da água destinada ao abastecimento público, está sendo desenvolvido o “Programa de Proteção aos Mananciais de Abastecimento Público - Reflorestamento Ciliar”, com recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Foram plantadas 12.000 mudas de mata ciliar, com a participação de proprietários rurais e moradores dos bairros.

5.14.2.5 Água

O Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE) é o responsável pelo fornecimento de água tratada que abastece 100% da população. A rede de esgoto serve 99% da população. Rio Claro possui, atualmente, duas Estações de Tratamento de Água (ETA). Entretanto, o crescimento populacional e industrial pode chegar a ultrapassar os limites dessas duas estações de tratamento.

5.14.2.6 Tratamento de Esgoto

No Tratamento de Esgoto, Rio Claro possui 650 Km de redes, com uma cobertura de 99%. No aspecto tratamento, o município possui um Plano Diretor de Esgoto, dividido em duas etapas, sendo a primeira de 2000 a 2010 e a Segunda de 2011 a 2020, que atenderá as populações futuras de acordo com a taxa de crescimento do município. O estudo detalha todas as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), num total de 8, as elevatórias, os emissários e interceptadores, sendo que destas, uma está em pleno funcionamento (ETE - Palmeiras) e a segunda em fase de construção (ETE-Flores), atendendo um total de 30%, até meados 2001. O DAAE tem uma capacidade de investimento da ordem de 30%, sendo que dessa porcentagem deverá ser investido 70% em tratamento de esgoto e 30% em ampliação do sistema de Distribuição de Água.

5.14.3 Orçamento Participativo

Chama-se de Orçamento Participativo quando um Orçamento Municipal ou Estadual é elaborado com a participação da população, ou seja, o que será feito dos recursos financeiros arrecadados não é apenas uma deliberação interna da administração pública, ou seja, a decisão não fica restrita ao circuito técnico e político. A participação popular na elaboração do Orçamento tem ajudado muito os setores administrativos, porque indica o que é mais importante, qual a necessidade mais imediata, e auxilia na definição das prioridades a serem encaminhadas para análise da Câmara Municipal (ou Estadual) como prioridades a serem executadas pela Administração Municipal (ou Estadual).

O Art.145, Lei Orgânica do Município de Rio Claro diz que “A democracia participativa, no exercício do poder local, será assegurada pela participação popular nas decisões do Município.”. Uma das tarefas da Administração Municipal é a elaboração de uma Peça Orçamentária que se faz com base numa previsão de arrecadação de impostos e taxas, ou seja, estima-se o que o Município irá receber no ano seguinte e a partir disso o que se irá realizar com o dinheiro (gastos com salários do funcionalismo, pagamentos de dívidas, aquisição de material de consumo, manutenção, novos investimentos, etc.).

As vantagens que apresenta o planejamento dos gastos públicos com a colaboração da população são:

- otimização dos recursos públicos, pois evita o desperdício provocado por investimentos desnecessários, ou que não tem continuidade, ou que utilizam recursos além do necessário.
- emprego dos recursos em demandas consideradas necessárias pela população.
- maior transparência das contas públicas.
- articulação de ações e projetos no município, tornando-os mais eficientes e com menor custo.

- desenvolve a consciência cidadã.
- fortalece a democracia.

5.14.3.1 Orçamento Participativo em Rio Claro

Em 1997, não era possível alterar o orçamento que havia sido aprovado na Câmara de Vereadores em 1996, mas foi possível realizar uma consulta à comunidade e atender às primeiras demandas em 1998. A organização de um Conselho do Orçamento Participativo em Rio Claro teve início, efetivamente, em 1998, quando foi organizada uma Comissão composta por várias Secretarias Municipais com o objetivo de criar as condições para que a população fosse ouvida a respeito do orçamento municipal. Para organizar a participação do Conselho foi elaborado e aprovado um regimento interno, pelo primeiro Conselho do Orçamento Participativo eleito.

Técnica Utilizada

As reuniões com os moradores acontecem, no período de abril a junho, em cada uma das 16 regiões em que o município foi dividido com vistas à realização desse processo. Durante cada reunião são levantadas as necessidades de investimento em cada bairro que compõem a região, e estabelecidas 3 prioridades por bairro. Além disso, nessas reuniões são eleitos dois representantes por bairro, que participarão de uma reunião plenária no mês de Julho, para selecionar 3 prioridades por região e eleger os 16 conselheiros e seus suplentes, que representarão cada região no Conselho Municipal do Orçamento Participativo. Esse Conselho vai deliberar sobre as prioridades eleitas em cada região e definir os investimentos prioritários e passíveis de realização pelo orçamento. Ato contínuo, as solicitações são incorporadas à peça orçamentária que é encaminhada à Câmara de Vereadores. No ano seguinte, o Conselho acompanha a aplicação dos recursos.

Prioridades do Orçamento Participativo

- Paisagismo e construção de passagem para pedestres no canteiro central do Bairro Mãe Preta. Esta obra foi realizada com parceria da Caixa Econômica Federal.
- Implantação da praça Esperança. Moradores do Jardim Arco-íris é Praça Jardim Ipê.
- Centro de Convivência Sol Nascente. Projeto - Acolher.
- Centro do Adolescente do Jardim das Flores. Programas sociais com a parceria da Caixa Econômica Federal.
- Iluminação pública na Estrada dos Costas; do Jardim Progresso; do Jardim Santa Elisa.
- Construção das galerias de águas pluviais no bairro Santa Elisa; Canalização do Córrego Olinda para a recuperação da área que apresentava erosões.
- Asfaltamento; operação tapa-buraco; sinalização de trânsito;

5.14.3.2 I Congresso Paulista de Orçamento Participativo

Nos dias 27 e 28 de maio de 2000, realizou-se em Rio Claro, o I Congresso Paulista de Orçamento Participativo, sob a coordenação do Fórum Paulista de Participação Popular, CEPAM - Fundação Prefeito Faria Lima, Instituto Polis, UNESP e Prefeitura Municipal de Rio Claro. Inscreveram-se cerca de 400 pessoas. O objetivo do Congresso foi o de avaliar e ampliar o conhecimento sobre as experiências com orçamentos participativos, contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho que já vem sendo desenvolvido, criar canais de comunicação e de troca de experiências e divulgar os resultados para outros municípios interessados. No encerramento do evento foi elaborada e aprovada a Carta de Rio Claro, (Ver Ficha de Informação da Cidade) onde foram estabelecidos princípios e propostas algumas atividades para dar prosseguimento e apoio a experiências de orçamentos participativos, além da realização de um II Congresso Paulista em 2002.

5.15 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

5.15.1 Dados gerais

A cidade do Rio de Janeiro está localizada no município do mesmo nome: é a capital do Estado do Rio de Janeiro, um dos componentes da Região Sudeste do Brasil. É banhada pelo oceano Atlântico ao sul, pela Baía de Guanabara a leste e pela Baía de Sepetiba a oeste. A área do município do Rio de Janeiro é de 1.255,3 Km², incluindo as ilhas e as águas continentais. Mede de leste a oeste 70 km e de norte a sul 44km. O município está dividido em 32 Regiões Administrativas com 159 bairros. O Estado do Rio de Janeiro possui 14:391.262 habitantes e o Município do Rio de Janeiro: 5:857.904. (Censo 2000). A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta por outros 17 municípios que constituem o chamado Grande Rio, com uma área de 5.384 km.

5.15.1.1 Ambiente natural

A cidade do Rio de Janeiro, constituída por paisagens de excepcional beleza cênica, tem na água e na montanha os regentes de sua geografia exuberante. A diversidade topográfica do Rio de Janeiro se estende à cobertura vegetal.

Embora a cidade tenha se tornado uma das maiores áreas urbanas do mundo, cresceu em volta de uma grande mancha verde, que responde pelo nome de Floresta da Tijuca, a maior floresta urbana do mundo, que continua mantendo valiosos remanescentes de seus ecossistemas originais, mesmo tendo sido replantada no século XIX. A interferência do homem trouxe ainda mais natureza para a cidade com a construção de parques, praças e jardins. Aos poucos os ecossistemas foram sendo protegidos pela legislação ambiental: reservas e área de proteção ambiental foram sendo criados para garantir sua conservação.

Dentre as Unidades de Conservação Ambiental cadastradas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente destacam-se: Parque Nacional da Tijuca, Jardim Botânico, Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (Aterro do Flamengo), Quinta da Boa Vista, Campo de Santana, Pão de Açúcar, Morro da Urca, Morro do Leme, Parque Municipal do Penhasco Dois Irmãos, Parque da Catacumba, Parque da Cidade, Bosque da Barra, Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Ecológico do Mendanha.

O Parque Nacional da Tijuca, após a gestão compartilhada entre a Prefeitura e IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, passou por uma melhora de seus atrativos: limpeza, segurança e fiscalização; sinalização viária, a abertura de trilhas na floresta, faixa exclusiva para ciclistas e pedestres, a reabertura de Mirantes.

Com tal patrimônio, a cidade do Rio de Janeiro credenciou-se como influente núcleo de debates para assuntos de meio ambiente. Foi sede da Conferência Mundial do Meio Ambiente da ONU, a ECO 92 e conquistou prestígio internacional com os programas de reflorestamento, monitoramento da água, controle da poluição atmosférica e educação ambiental.

Nos 1.255 km² de área urbana, em meio à topografia acidentada, com uma orla marítima de 86 km de extensão, duas baías, 72 praias, formações rochosas, três maciços importantes, a cidade é irrigada por centenas de rios, canais, lagoas, monitoradas por um moderno conceito de gestão descentralizada de bacias.

A Fundação Rio Águas, órgão do município faz o gerenciamento específico, coordena os trabalhos a respeito de corpos hídricos: lagoas, rios, bacias e lençol freático; drenagem e canalização de rios, o desenvolvimento do sistema de esgotamento sanitário.

5.15.1.3 Economia Ver Informação na Ficha de Informação da Cidade

5.15.1.4 Infra-estrutura

A população do Rio de Janeiro é, de acordo com o censo de 2000, 100% urbana. Essa característica faz com que a infra-estrutura urbana seja bastante razoável em alguns aspectos: na rede de água canalizada, na iluminação pública, no escoamento sanitário. Além disso, a cidade dispõe de gás canalizado, especialmente em sua região central. De um total de cerca 1.710.000 domicílios mais 300.000 em favelas, 95% tem água canalizada e 69% é atendido com rede de esgoto.

O serviço de limpeza pública e remoção de lixo é realizado pela COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana e a coleta atende 96% das unidades habitacionais e comerciais.

5.15.1.5 Transporte

Na área de transportes, a cidade é bem servida em suas ligações externas. Vias expressas, largas avenidas, túneis, pontes, viadutos servem ao tráfego de veículos sempre intenso. Automóveis, ônibus, táxis, metrô, trens, barcas e até bondes garantem a locomoção da população.

O fluxo do trânsito nas cerca de 19.400 ruas da cidade é assegurado pela Companhia de Engenharia de Tráfego que trabalha com o apoio da Guarda Municipal e da Polícia Militar do Estado. A circulação de veículos é monitorada, nas principais vias, por câmaras de vídeo, ligadas à Central de Controle de Tráfego por Área, capacitada a realizar alterações, em tempo real, na sinalização dos semáforos. Rio de Janeiro possui vias expressas: Linha Vermelha, a Via Light e a Linha Amarela.

O ônibus é o meio de transporte utilizado por 77% da população do Rio. O metrô é pequeno e opera apenas com duas linhas para transportar diariamente, em média, 400 mil passageiros. Automóveis e táxis são responsáveis por 14% do transporte da cidade. Os trens suburbanos, importante meio de transporte dos moradores da zona norte e região metropolitana, com um movimento diário médio de 240 mil passageiros.

5.15.1.6. Saúde

Rio de Janeiro conta com hospitais públicos e unidades para-hospitalares. O SUS - Sistema Unificado de Saúde, opera com uma rede pública de 89 unidades hospitalares, entre municipais, federais, estaduais e privados, com um total de aproximadamente 15.000 leitos.

5.15.1.7 Educação

O índice de alfabetização é o mais alto do país e superior a 95%.

5.15.2 Estrutura institucional Ver Ficha de Informação por Cidade

5.15.3 Secretaria Municipal de Meio Ambiente

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), é o órgão central do Sistema Municipal de Gestão Ambiental (SMGA). Fazem parte deste sistema o Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro - CONSEMAC e o Fundo de Conservação Ambiental (FCA). Além disso, estão vinculadas à Secretaria, as Fundações RIO ZOO e Parques e Jardins.

São atribuições da SMMA: planejar, coordenar, fiscalizar e executar a Política Municipal de Meio Ambiente com os demais órgãos do Município. Dispõe de cinco Escritórios Técnicos Regionais para descentralizar a administração e para favorecer a proximidade com a população.

Programas

5.15.3.1 Ar Limpo

A Iniciativa de Ar Limpo na Bacia Área III do Rio de Janeiro é um projeto vinculado à “Iniciativa de Ar Limpo em Cidades da América Latina”, lançado pelo Banco Mundial. Busca apoiar as cidades latino-americanas na busca de propostas e ações para melhoria da qualidade do ar nas áreas metropolitanas. Além da Cidade do Rio de Janeiro, participam Lima, México, Buenos Aires, Santiago do Chile e São Paulo. A Iniciativa foi estendida aos Municípios que compõem com a zona norte da Cidade do Rio de Janeiro considerada a região onde há maior concentração de poluentes atmosféricos em virtude da sua grande ocupação urbano-industrial e baixa capacidade de dispersão. A iniciativa local está estruturada a partir das Câmaras Técnicas para tratamento dos diversos aspectos relacionados à qualidade do ar: Gestão da Qualidade do Ar; - Transportes; Tecnologias Veiculares, Industriais e Combustíveis; Saúde; - Educação, Capacitação e Treinamento à Distância.

A sustentação da Iniciativa em cada Cidade tem como base os esforços das autoridades competentes locais, apoiados por outros níveis e setores de governo, iniciativa privada, ONGs, instituições acadêmicas e de pesquisa, além de instituições estrangeiras. O estímulo ao intercâmbio de conhecimentos e experiências técnico-científicas se constitui no elemento-chave para a implementação e/ou aperfeiçoamento de Planos de Ação Local.

Campanha Limpando o Ar

Esta campanha prevê a fiscalização de 3000 mil ônibus e caminhões diésel por ano pelas equipes da Secretaria com apoio da UFRJ. De acordo com o resultado da medição, realizada com os modernos opacímetros (aparelhos que medem a opacidade da fumaça) e com a escala de Ringelmann.

Ciclovias Cariocas

O projeto tem como principal objetivo viabilizar o uso da bicicleta para deslocamentos de pequenas e médias distâncias na cidade. Existam no Rio de Janeiro cerca de 3,0 milhões de bicicletas. O conceito adotado na implantação das rotas cicloviárias é a implantação nos principais eixos de circulação viária permitindo assim a ligação entre os centros de bairro e a conexão com os meios de transporte de massa. A implantação dos sistemas cicloviários compreendem a implantação das ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas, bicicletários, sinalização adequada e a elaboração de normas, regras e campanha educativas.

Combate à Poluição Sonora

No Rio de Janeiro, nada menos do que 60% das reclamações recebidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem a ver com a poluição sonora. A Ecologia Acústica é, por extensão, o estudo da relação entre os organismos vivos e seu ambiente sonoro. A Constituição Federal diz que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo. Um ambiente com boa qualidade de vida é uma riqueza social.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente vistoria: Bares e restaurantes, agremiações de samba; Templos religiosos; Clubes; oficinas e academias; Casas de espetáculo; Criadouros de animais; Obras e indústrias; Equipamentos mecânicos.

5.15.3 2 Controle da Poluição Hídrica

O Programa de Monitoramento da Poluição Hídrica no Município vem desenvolvendo o levantamento das atividades potencialmente poluidoras instaladas no Município, por bacias hidrográficas. Os recursos são oriundos do Fundo de Conservação Ambiental (FCAm).

Todos os dados coletados pelo Programa de Monitoramento da Poluição Hídrica são utilizados na atualização do Cadastro das Atividades Potencialmente Poluidoras, permitindo um maior controle das atividades com potencial poluidor instaladas no Município.

5.15.3.3 Educação Ambiental

Centro de Educação Ambiental (CEA):

É responsável pelo planejamento, coordenação e execução de ações de educação ambiental, em articulação com os demais setores da Secretaria em parceria com órgãos municipais e ONGs. Tem também como objetivos: promover debates, trocar experiências, disseminar informações e divulgar eventos de educação ambiental.

Programas:

- **Mutirão Reflorestamento:** esclarece a importância do reflorestamento e da proteção da cobertura vegetal para sua segurança e qualidade de vida, bem como promove a busca de soluções para as questões sócioambientais locais e para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades. O Programa está implantado em 63 comunidades com a participação de agentes ambientais remuneradas (moradoras das comunidades), responsáveis da educação ambiental. São desenvolvidas atividades junto a 40 escolas da rede pública municipal de ensino.

- **Educação Cicloviária:** Auxilia o gerenciamento das ciclovias e orienta a população.

- **Educação Sonora:** Propicia uma reflexão acerca da complexidade da questão sonora.

- **Capacitação para a defesa do Meio Ambiente:**

Grupo de Defesa Ambiental da Guarda Municipal - GDA: Desenvolve a formação de guardas municipais para a defesa ambiental, após um processo de seleção e capacitação.

Agente Jovem de Meio Ambiente: Formação e capacitação de jovens de baixa renda, utilizando como instrumento a educação ambiental, numa parceria com o governo federal. O processo de sensibilização ambiental e busca da cidadania.

5.15.4 Gestão Energética

A implantação da Gestão Energética Municipal no Rio de Janeiro, tem como objetivos reduzir os gastos da administração municipal com energia elétrica e simultaneamente reduzir os impactos ao meio ambiente causado pelo setor elétrico. O programa teve início a partir da assinatura do protocolo de Cooperação Técnica entre PROCEL/ ELETROBRÁS, LIGHT e Prefeitura, no âmbito do programa ALURE da comunidade européia.

Os compromissos assumidos pelo Município: - criação da Unidade de Gestão Energética (UGEM); - implantação do Sistema de informações Energéticas Municipais (SIEM); - elaboração de um plano de Gestão de Energia Elétrica Municipal; - implantação e acompanhamento de ações voltadas para o combate ao desperdício de energia elétrica.

O desenvolvimento das atividades do programa deverão proporcionar à Prefeitura as vantagens como a uniformidade nos procedimentos para uso de energia elétrica e conseqüentemente economia, difusão de conhecimentos sobre o tema, possibilidades de obtenção de financiamentos de projetos além do controle do consumo energético.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é o órgão coordenador do programa juntamente com a Secretaria Municipal de Fazenda e a RIOLUZ.

A Unidade de Gestão Energética Municipal - UGEM conta com representantes de todos os órgãos municipais. As principais atribuições são: - elaborar diretrizes e planos de ação para racionalizar o uso de energia em prédios públicos, - organizar dados de consumo energético dos prédios públicos e sugerir normas e padrões para o uso racional da energia em prédios Públicos,

Atividades em Desenvolvimento

- **Cálculo de indicadores:** O levantamento de dados físicos e de consumo e gastos com energia. - Diagnósticos Energéticos: Foram realizados diagnósticos em 2 prédios administrativos, 1 escola e 3 Centros de Assistência Social. O resultado destes diagnósticos fornecem a economia que pode ser obtida com a efficientização dos prédios públicos.

- **Projetos de prédios municipais eficientes:** Incentivo à inserção no projeto arquitetônico de princípios bioclimáticos visando economia de energia.

- **Planejamento urbano e legislação:** Inserção no planejamento urbano dos princípios bioclimáticos, visando proteção ao clima urbano, conforto humano e economia energia, compreendendo elaboração de uma carta bioclimática da cidade, elaboração de diretrizes. Inserção na legislação edilícia de exigências quanto à garantia de conforto humano.

- **Incentivo à utilização de fontes renováveis de energia:** Consta no Plano Diretor da Cidade e no Plano de Governo atual. A primeira ação é a construção da sede do Parque Ecológico Municipal da Prainha, totalmente abastecido por fontes alternativas de energia (solar e eólica).

Potencial de Economia: Com os programas abrangentes de redução do consumo. Estima-se um potencial de redução de: 40% no setor de Iluminação Pública; 20% no setor de prédios públicos

5.15.5 Monitoramento

Monitoramento da Cobertura Vegetal da Cidade

O trabalho Caracterização da Cobertura Vegetal da Cidade teve como principal objetivo gerar dados acerca do comportamento da cobertura vegetal e do uso das terras no Município, tendo em vista seu acelerado crescimento urbano nos últimos anos. A cobertura vegetal foi dividida em 11 classes de mapeamento: floresta e floresta alterada, restinga, manguezais e apicuns, área urbana e área urbana não consolidada, campo antrópico, área úmida, solo exposto e mineração, culturas e pastagens, afloramento rochoso, praia e areal, vegetação em parques públicos.

Monitoramento da Qualidade das Águas de Praias e Lagoas

O Programa de Monitoramento dos Ecossistemas Costeiros foi criado para informar a população o estado da água das praias e lagoas da cidade através de prognósticos, ou seja a previsão da condições de banho.

Monitoramento da Qualidade do Ar

A Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, está preocupada com a qualidade de vida da população, e em particular com o ar que você respira.

Para tal, foram realizados estudos como as avaliações das concentrações atmosféricas de bióxido de enxofre, bióxido de nitrogênio e ozônio por tubos passivos.

As estações estão aptas a medir as concentrações de monóxido de carbono, bióxido de enxofre e partículas inaláveis, em tempo real. Além destas estações fixas, uma Estação Móvel vai circular por toda a Cidade, e medirá as concentrações de monóxido de carbono, bióxido de enxofre, partículas inaláveis, óxidos de nitrogênio, ozônio e hidrocarbonetos totais, além de parâmetros meteorológicos. Com a implantação da rede será possível conhecer os componentes da poluição do ar na cidade e estudar, as melhores medidas para combatê-la.

5.15.6 Mudanças Climáticas

Esta campanha envolve as cidades interessadas em preparar e executar planos que reduzam o consumo de energia e a emissão de gases do efeito estufa. O Inventário das Emissões de Gases do Efeito Estufa Gerados pelas Atividades Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro tem como objetivo inicial atender à primeira etapa da campanha de proteção ao clima. Sua elaboração foi confiada a uma equipe de especialistas do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais e do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ. A base teórica empregada para o desenvolvimento do inventário foi a metodologia do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC adotada pela Convenção do Clima. Foram feitas adaptações com o modelo da “Comunicação Nacional para o “Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoção por Sumidouros de Gases do Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal”, elaborada por o Ministério da Ciência e Tecnologia.

5.15.7 Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB

A COMLURB é uma sociedade anônima que tem a Prefeitura da cidade como acionista majoritária. Sua missão é a limpeza urbana no município tendo como principais atribuições os serviços de coleta domiciliar, limpeza dos logradouros públicos, das areias, das praias, de parques públicos, do mobiliário urbano, do espelho de água das lagoas, túneis, viadutos, e, em especial a limpeza dos hospitais. Coleta e a destinação adequada de todos os resíduos produzidos em unidades de saúde localizadas no município. Transferência, tratamento e disposição final do lixo. A empresa também é responsável pelo combate e controle da proliferação de ratos e mosquitos e conta com um Centro de Pesquisas Aplicadas.

A COMLURB tem a missão de conservar a cidade limpa com a manutenção de padrões de qualidade e custos otimizados, com foco na saúde, na educação e preservação ambiental. Uma organização ágil flexível, criativa, inovadora e tecnologicamente desenvolvida; Superar as expectativas do cliente-cidadão;

ter os empregados capacitados, motivados, fiéis; atingir a excelência da cidade; buscar a redução permanente da geração de resíduos na fonte.

5.16 CIDADE DE ROSARIO, PROVÍNCIA DE SANTA FE, REPÚBLICA ARGENTINA

5.16.1 Localização da Cidade

A cidade de Rosario está localizada ao sul da Província de Santa Fe, na beira do rio Paraná (Um dos mais extensos e caudalosos do mundo) e a 300 Km ao noroeste da capital, Buenos Aires. Segundo o Censo de 1998 contava com 987.845 habitantes.

5.16.2. Plano Estratégico da Cidade de Rosario (PER)

A base do Plano Estratégico de Rosario (PER), tem sido construir uma plataforma de consenso, a partir de um horizonte abrangente, que ofereça orientações sobre o caminho escolhido pela cidade e possua uma série de projetos de mudança. O Plano deve articular o tradicional da cidade, sua vocação e sua história, o moderno, como forma de se ajustar à época e o inovador, o que seus atores mais visionários imaginam para o futuro.

O desenvolvimento territorial exige atender simultaneamente três objetivos centrais: a competitividade do sistema econômico territorial; a equidade social e a sustentabilidade que crie as bases de um desenvolvimento equilibrado territorialmente e ambientalmente. O Plano globalmente, considera Rosario como uma Cidade de Oportunidades, apoiada no trabalho e na criação, com oportunidades de vida e progresso para todos os seus habitantes, que recupera o rio e se torna um elo de integração e de encontro no Mercosul.

5.16.2.1 As Linhas Estratégicas do Plano Estratégico de Rosario

(Ver Ficha de Informação da Cidade)

- Programas da Linha Estratégica I: “Reconversão do Porto de Rosario e Zona de Atividades Logísticas (ZAL)”; “Rosario no corredor bioceânico”; “Hidrovia Paraná - Paraguai”, “Reativação do Aeroporto Internacional Rosario”; “Aperfeiçoamento do sistema viário, ferroviário e de acessos da “Grande Rosario”, “Pequenas e Médias Empresas em marcha”, “Centro da produção de alimentos”, “Gerando oportunidades de trabalho e competências para o emprego”

- Programas da Linha Estratégica II: “Qualidade urbana: Plano Reitor Ambiental”, “Construindo cidadania”, “Autonomia local, modernização e descentralização Municipal”, “Modelo de saúde pública”, “Rosario cidade educadora”.

- Programas da Linha Estratégica III: “Rosario Metropolitana”, “Uma Mercocidade por excelência”, “Lugar de encontro”: Sistema de gestão turística e imagem da cidade.

- Programas da Linha Estratégica IV: “Abrir a cidade ao rio”, “Articular a área portuária com a cidade”, “Curtir e cuidar do rio”.

- **Programas da Linha Estratégica V:** “Rosario na geografia da criatividade “; “Impulsionando a indústria cultural”, “Pólo de tecnologia e inovação”.

5.16.3 Prioridades da Municipalidade ligadas à Gestão Ambiental Urbana.

5.16.3.1 Área Serviços

Gestão de resíduos

Em 1 de fevereiro de 2001 começou a funcionar o novo sistema de coleta de resíduos com duas empresas privadas adjudicatárias da zona norte e da zona sul, escolhidas através de concorrência pública. As empresas respondem pelo novo serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares, a varrição e a limpeza das ruas e o transporte de material em toda a cidade. Progressivamente são incorporados contêineres, eliminando o sistema de sacos. A coleta é feita com novos caminhões de 10 e 12 toneladas de capacidade (normas Euro-2), para melhorar o controle da emissão de gases e ruídos. É definido o Grande Produtor (supermercados, restaurantes, grandes lojas, etc.) que precisará de serviços especiais e diferenciais de retirada do lixo.

Outras novidades são os serviços diferenciados de coleta de resíduos recicláveis (resíduos verdes), de resíduos hospitalares e de repartições públicas através de contêineres. Outra das tarefas requeridas é a erradicação de lixões. Também foi implementado um programa de manutenção de sumidouros ou desaguidouros e se estabeleceu a obrigatoriedade da instalação de 5.500 lixeiros para papéis nas duas zonas. Determinou-se um Programa de Relacionamento com a Comunidade de Educação Ambiental.

Separação domiciliar de resíduos

Em adesão à campanha ambientalista internacional “Limpemos o mundo”, em setembro a Municipalidade lançou o programa SEPARE: “Separe para reciclar, Separe para reduzir”, junto a instituições educativas, intermédias e comerciais da zona.

SEPARE é coordenado pela Direção Geral de Política Ambiental e consiste na separação da porção reciclável dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e institucionais, e a coleta seletiva, com o objetivo de minimizar a geração de lixo e tornar mais durável o aterro sanitário.

Aterro sanitário

Rosario implementou o Aterro Sanitário Puente Gallego II, moderno sistema de destinação final de resíduos. Trata-se de uma obra de engenharia construída para minimizar os possíveis efeitos negativos da deposição dos detritos no meio ambiente. Usa o método de ÁREAS, consistente em escavações e terraplenagens numa superfície de mais de 7 hectares, dividida em setores de operação onde serão depositados os resíduos. Toda a superfície é impermeabilizada com uma membrana de polietileno de alta densidade de 1,5 mm, e com um geo-têxtil de 400g/m². Sobre ela é colocado um manto de solo selecionado de 30 cm de espessor, acima do que será implementado o sistema de drenagem para melhorar a circulação do líquido lixiviado.

Hoje é depositada no aterro a média de 23.000 toneladas de resíduos mensais, o equivalente a 800 toneladas por dia. Os resíduos são introduzidos no setor de trabalho e distribuídos na área em camadas de no máximo 50 cm de grossura. Um equipamento de compactação de 25 toneladas de peso compacta as camadas, reduz o volume, despedaça os sacos e os desmancha. São depositadas sucessivas camadas até atingir as cotas do projeto e o aterro é fechado.

O aterro possui 8 poços de monitoramento de lençóis freáticos, que permitem retirar amostras para fazer análises de avaliação de qualidade. Também são feitos controles de qualidade dos líquidos lixiviados e dos gases, para avaliar o processo de degradação dos resíduos e monitorar a produção e qualidade desses efluentes.

Plano de florestamento

Parques e Passeios é a Direção responsável pelo cuidado de um dos tesouros mais valiosos da cidade: as árvores. Em 1995 a arborização da cidade caracterizava-se pela grande quantidade de exemplares mal-estruturados, com folhagem alta e problemas sanitários. Foi organizado o arquivo do Departamento de Arborização. As árvores foram examinadas por profissionais da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Nacional de Rosario.

Vizinhos e técnicos estabeleceram os critérios para a gestão da arborização. Os rosarinos aprenderam junto à Direção que as árvores “não se retiram”. Foi lançada uma campanha de difusão “as árvores não se podam”. Através de um cuidado planejamento, Parques e Passeios plantou mais de 180 mil exemplares novos no período 1996-2000. Os moradores foram convidados a participar em forma ativa, levando o florestamento a bairros afastados e entregando 10.000 árvores gratuitamente. O programa complementa-se com a plantação de 10.000 exemplares no Bosque de Los Constituyentes para cobrir áreas que até essa época eram pastios, junto ao grupo juvenil de Scouts que implementam no local o projeto “Pulmões para a cidade”. Através do programa Educar Florestando foram entregues plântulas às escolas.

Oficina de Jardinagem

Esta é a única experiência pública e gratuita que prepara adolescentes e adultos portadores de deficiência, oferecendo o título de Idôneo em Jardinagem, para se desenvolver no âmbito do emprego, privado, estatal ou de autogestão. O curso oferece uma formação teórico - prática durante três anos. A oficina de jardinagem oferece aos alunos atividades simultâneas, organizadas por áreas: Arborização, Jardinagem, Manutenção, Produção, Grupos operativos, Trabalhos comunitários. Depende da Direção de Inclusão para Pessoas Portadoras de Deficiência, da Secretaria da Saúde Pública e da Direção Geral de Parques e Passeios da Secretaria de Serviços Públicos. Ao terminar o ano de 2000, foi lançado o Projeto “Melhoria da qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência”, gestionado por um convênio entre a Municipalidade e a Comunidade Econômica Européia.

5.16.3.2 Obras Públicas para o lazer

- Passeio do caminhante e cais - Um espaço público à beira do Paraná

Costa Alta é um espaço de lazer ao norte do balneário La Florida, que permite descobrir um lugar do rio Paraná oculto durante anos para os habitantes da cidade. Possui um passeio público e um cais para pescadores, barcos e lanchas.

- O Jardim das Crianças: É um projeto que permite recuperar um passeio público tradicional no Parque Independencia, que oferece jogos, aventuras e fantasia, além de uma proposta educativa não formal para as crianças, suas famílias e as escolas. Terá três setores: o Território dos mitos; o Território da invenção; o Território do século XX.

- Parque Sul “Sylvestre Begnis”: Área junto ao leito do arroio Saladillo, perto da confluência com o Paraná. Foram construídos circuitos para pedestres e ciclovários e sistemas de segurança sobre barrancos e se reorganizaram as áreas de quadras esportivas e circulação veicular. Também foram implementadas obras hidráulicas, saneamento, iluminação, parquizado e florestamento.

5.16.3.3 Obras Públicas de Infra-estrutura

Desaguadouros:

Através de uma Portaria municipal que teve o apoio das diversas forças políticas e da sociedade toda, foi implementado o Fundo de Desaguadouros que impulsionou um renovador plano de obras. Hoje 80% da população de Rosario conta com serviços de esgoto pluvial, e há projetos de crescimento significativo para os próximos anos.

Obras de redes de gás natural: As obras visam ampliar a rede de gás domiciliar para um setor da

população, cumprindo o compromisso de atender as demandas de uma melhor qualidade de vida nos bairros, não apenas pela segurança e o conforto do serviço, mas também pela importante redução das despesas na economia familiar.

5.16.4 Descentralização

A descentralização é um processo administrativo, político e social, onde são repassadas funções, competências e recursos de uma administração central para órgãos de menor jurisdição territorial, com base na idéia de que tudo o que possa ser gerenciado a um nível inferior não deve ser repassado a um nível superior. Significa impulsionar um novo estilo de gestão com base na ação coordenada das diversas repartições municipais nos distintos âmbitos territoriais definidos e na participação ativa da cidadania no planejamento e controle das ações de governo.

Centros Municipais: A descentralização é plasmada administrativamente nos Centros Municipais. Neles são feitas a maioria das tramitações municipais e possuem representações de empresas de serviços públicos (Águas Provinciais, Litoral Gás, EPE, etc.), uma filial do Banco Municipal de Rosário, além de repartições provinciais (cartório de Registro Civil, Administração Provincial de Impostos, Defensoria do Povo), auditório - salão de exposições.

O Distrito: é a área de influência de cada Centro Municipal para as seguintes ações:

- organização de tarefas ligadas à desconcentração funcional e operativa de serviços.
- coordenar ações de diversos órgãos municipais que agem num mesmo território
- coordenação das atividades a serem desenvolvidas (Saúde, Promoção Social, Cultura, etc.);
- organização das estruturas comunitárias, no contexto do novo modelo de gestão;
- redefinição das políticas públicas a serem impulsionadas pela administração.
- melhorar o atendimento das demandas concretas dos vizinhos, promovendo sua participação.
- aumentar e melhorar os serviços, agilizando sua prestação.
- otimizar a assinação de verbas, tornando-a mais transparente e controlável.

5.16.5 Planejamento Urbano

Estuda, propõe e promove a regulação da atividade privada em relação ao Estado local através dos instrumentos relacionados com:

- Elaboração, orientação e implementação do Plano Diretor: diretrizes de desenvolvimento da cidade, estratégias de intervenção urbana e proposta de normativa.
- Elaboração de Projetos Urbanos: Obra Pública e orientação dos investimentos privadas.
- Controle da atividade privada através de Regimentações Urbanas, outorgamento de Licenças de Edificação e acompanhamento das construções de particulares.
- Implementação de políticas de conscientização e participação público-privada para a recuperação e o fortalecimento da identidade urbana através do Programa Municipal de Preservação do Patrimônio Urbano e Arquitetônico

Programa de Preservação do Patrimônio Urbano e Arquitetônico

Criado pelo Decreto N° 0573/96 e ratificado pela Portaria N° 6171 do Conselho Municipal. Para orientar as intervenções quanto à ampliação, renovação e/ou demolição de prédios na cidade construídos antes de 1 de janeiro de 1953, foi formada a Comissão de Preservação (multi-institucional), de caráter consultivo.

Desde sua criação, o Programa veio participando, através da supervisão de obras e a entrega de subsídios segundo o caso, na recuperação de prédios significativos da cidade (Clube Español, Residência Fracassi, Villa Hortensia, etc), igrejas (Paróquia San José, Igreja Catedral Nossa Senhora do Rosário), estações ferroviárias (Estação Embarcaderos, Estação Antártida Argentina), e também na recuperação de elementos escultóricos e edifícios significativos da paisagem urbana de Rosario, Monumento ao Gral. Belgrano no Parque Independencia, Monumento à Independência na Praça 25 de Maio, relógios antigos, fontes, cúpulas, etc.

Campanha de patrocínio e apadrinhamento

A Campanha de Patrocínio e Apadrinhamento foi criada devido à necessidade de conscientizar a comunidade quanto à importância do projeto e pensando numa estratégia para chamar a atenção das empresas para elas assumirem sua função social. O patrocínio revela o compromisso da empresa através de uma “ação exemplar”. Através da Portaria 5492/92 cria-se o “Apadrinhamento”. Assim foi regimentada a assinatura de convênios de colaboração entre pessoas físicas ou jurídicas para a intervenção naqueles bens considerados de interesse, bem por seu valor arquitetônico, histórico, cultural ou artístico. São estabelecidas os princípios gerais que regerão os compromissos e prestações tanto da empresa que patrocina quanto da Municipalidade. Esta característica facilita o bom destino do empreendimento, porque todos os locais escolhidos são excelentes espaços publicitários na via pública, principalmente, pelas dimensões e localização.

5.16.6 Relacionamento Internacional da Municipalidade de Rosario

A cidade de Rosario sempre se caracterizou por valorizar e promover contatos e relações com países e cidades do mundo inteiro. A Rede de Cidades do Mercosul (Mercocidades), os projetos de cooperação com áreas de gestão local (Ver lista na Ficha de Informação da Cidade), a assinatura de pactos de Associação e o movimento de Cidades Educadoras são alguns dos empreendimentos liderados por Rosario. A articulação e cooperação das relações institucionais dessas e outras atividades estão sob a responsabilidade da Direção de Relações Internacionais da Municipalidade.

Outros Projetos

- “Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão Local Descentralizada”
- “ Políticas de desenvolvimento Local ligadas a Microempreendimentos e promoção do Emprego”
- “Gestão Municipal de Resíduos Sólidos”.
- “ Estratégias de Planejamento para o Desenvolvimento local”.
- “Projeto Rosario de construção de casas por mutirão, capacitação e desenvolvimento integral”
- “Projeto- A Autonomia Municipal: instrumento indispensável para uma resposta eficaz dos governos locais diante dos novos desafios das cidades”
- “Fortalecimento das capacidades de Planejamento participativo no Município de Rosario”
- “Políticas Ativas de Emprego: Alfabetização e Capacitação para jovens carentes.
- “Campanha de Conscientização da população rosarina quanto ao seu compromisso com o reordenamento e sistematização da coleta de resíduos domiciliares”
- Estratégias de Planejamento para o Desenvolvimento Local- II Parte “Fortalecimento do Plano Estratégico Rosario”
- “Melhoria da qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência na cidade de Rosario”

5.17 CIDADE DE SALTO, DEPARTAMENTO DE SALTO, REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

5.17.1 Descrição da Cidade:

O departamento de Salto está localizado no Litoral Norte do Uruguai, abrangendo uma área de 14.360 Km². Tem uma população de 117.600 habitantes segundo o Recenseamento de 1996. Limita ao norte com o departamento de Artigas, ao este com os departamentos de Rivera e Tacuarembó, ao sul com o departamento de Paysandú e ao oeste o rio Uruguai que o separa da República Argentina.

O Departamento de Salto foi criado em 1837; e a cidade em 1756. Foi construída num dos locais mais bonitos do Litoral do rio Uruguai, a pouca distância dos saltos que forma esse rio chamados Salto Grande e Salto Chico; daí seu nome.

Sua capital (SALTO), está a 495 Km de Montevidéu pela rodovia 3 “Gral. José Artigas”. Sua população, segundo dados do Censo de População e Habitação de 1996, é de 98.000 habitantes.

Salto possui 132 escolas de primeiro grau que atendem 23.500 alunos; 14 escolas de segundo grau que atendem 13.500 estudantes e 8.500 alunos de ensino superior distribuídos entre cursos da Universidade da República, Institutos de Formação Docente e de Formação Técnica.

O setor primário veio se diversificando na procura de novos mercados. A tradicional produção pecuária tornou-se mais eficiente e a hortifruticultura está em processo de expansão e diversificação. Existe uma área hortifrutícola de 4.400 hectares, sendo 196 deles sob cobertura. Na região hortícola moram perto de 5.800 pessoas. A produção é vendida principalmente em Montevidéu e há um projeto de criação do Mercado Hortícola Regional.

Tradicional produto saltenho, os cultivos citrícos cobrem uma área de 9.000 hás na região. As principais variedades são: Valência, Tangerina comum, Umbigo, Satzuma, Ellendale, Nova e Malvasio. Fornece emprego para cerca de 1.500 pessoas e, incluindo os trabalhadores de chácara, totalizam 10.000 trabalhadores. Existem firmas nacionais e estrangeiras dedicadas à exploração de citrus. Exporta-se ao Oriente Médio, à Europa, etc.-

Nos últimos anos, Salto apresenta um importante desenvolvimento no setor turístico. Demonstrando as vantagens de uma equilibrada participação estatal e privada, a oferta turística departamental, fundamentalmente impulsionada pelo desenvolvimento das termas, hoje oferece uma proposta diversificada e moderna. Milhares de pessoas, principalmente provenientes do cone sul, chegam durante o ano todo nas nossas Termas na procura dos benefícios de suas águas mornas e mineralizadas, descanso e de um belo entorno natural. No turismo termal o ano inteiro é alta temporada e por isso o setor de serviços derivados resulta beneficiado com investimentos de grande rentabilidade. Hotelaria, restaurantes e transportes são áreas muito dinâmicas.

5.17.2. Direção Municipal de Higiene Ambiental

Atividades diárias

A coleta de resíduos domiciliares, a varrição de ruas, o serviço de barométrica (coleta de águas negras em caminhão) e de aguateiro (repartidor de água) para bairros sem abastecimento de água potável.

- Serviço de Barométrica: Ao todo são 970 serviços mensais.

- Coleta de resíduos: É feita em três turnos, coletando ao todo 60-80 toneladas de lixo por dia.
- Varredores: 14 zonas fixas para varrer todos os dias. Foi implementada a varrição nos Bairros San Martín, Parque, Progreso, Cerro, Palomar. Ao todo são varridas 510 quadras diariamente.
- Serviço de Caminhões: recebem pedidos de podas em toda a cidade (cerca de 720 mensais), recolhem-se embalagens plásticas que depois são entregues à Empresa Piastri.
- Retroescavadora: Recolhe podas grandes, limpeza de lixões, limpeza de arrastes e cunetas, recolhe animais mortos (bóis, cavalos, etc.).
- Bulldoser: Trabalhos no lixão Municipal, cavas e aterros de lixo.
- Aguateiros: O serviço possui 2 unidades que distribuem água a 320 famílias carentes (50.000 litros mensais).
- Serviço de Fumigação: Feito especificamente nos Entes Públicos e Emergências domiciliares.
- Veneno para ratos: São preparadas 2.000 doses mensais e se distribuem pacotes a pedido da população e Comissões de Moradores.

5.17.3 Departamento de Obras

Plano de reassentamento de famílias desabrigadas pelas inundações

Procedimento

A família constrói uma casa simples de 25 m² e o poço impermeável definitivo. Ao se instalar na habitação precária, constrói sua casa definitiva com a mão-de-obra de toda a família e cuidando dos materiais. Por cada grupo de vivendas é construído um obrador (Banco de materiais) onde o ferro é dobrado e são preparadas as vigas e pilares.

O prazo para a construção da casa é de um ano.

Ao habitar a casa definitiva deve ser demolida a habitação precária.

Custo por vivenda: \$\$ 10.600,00

O preço inclui: Materiais da casa precária, materiais da habitação definitiva de 2 quartos, Ferramentas, Pessoal de obrador e supervisores (Capataz e operários), Custos da criação de loteamentos com serviços.

5.17.4 Serviços Assistenciais e Sociais de Salto (SAYSS)

Em 24 de fevereiro de 1974 foi criada em Salto uma organização especializada conhecida pela sigla SAYSS. A Direção e Administração da Associação estão sob a responsabilidade de um Comitê Executivo integrado pelo Prefeito; o Inspetor Departamental de Educação Primária; o Diretor do Centro de Saúde Departamental, o Chefe da Polícia, o Chefe do Comando do Exército No.7 Ituzaingó de Salto.

Cada Posto de Saúde Rural tem uma Comissão de Apoio que reponde pela administração e

coordenação. Desde sua fundação em 24 de fevereiro de 1974 veio se desenvolvendo um processo de contínua melhoria do serviço. Em 1974 existiam 4 postos de saúde e em 2002 passaram para 29.

5.18 PREFEITURA DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

5.18.1 Apresentação

São Paulo é a quarta cidade mais populosa do mundo. O Estado de São Paulo: 36.969.000 habitantes. Região Metropolitana: 17.835.000. Município de São Paulo: 10.406.000. Densidade Demográfica: Região Metropolitana, 2.215 habitantes/km²; Município 6.896 habitantes/km². Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000.

5.18.2 Indicadores da Cidade Ver Ficha de Informação da Cidade

5.18.3 Secretaria de Meio Ambiente (SMAM)

A Secretaria de Meio Ambiente é dividida em quatro Unidades: Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE), Departamento de Educação Ambiental e Planejamento (DEAPLA), Departamento de Controle de Qualidade Ambiental (DECONT) e Supervisão General de Administração (SGA). Podem ser conhecidas mais seis partes na área do DEPAVE, quatro no DEAPLA, duas no DECONT e duas no SGA. Entre as principais atividades da Secretaria:

5.18.3.1 Coleta de lixo

A coleta do lixo e a varrição é responsabilidade da Secretaria de Limpeza Urbana (Limpurb). Por dia são varridos 5.500 quilômetros de vias e recolhidas 15 mil toneladas de lixo e enviado a dois aterros sanitários, o São João e o Bandeirantes. O Programa Participação Popular na Limpeza Urbana tem como objetivo de socializar as informações sobre serviços prestados, receber sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços via palestras e reuniões com a comunidade.

Coleta seletiva

A frase “Aprenda a gostar do lixo” pode parecer estranha, mas é o primeiro passo para aprender a valorizar a coleta seletiva. O programa Coleta Seletiva Solidária tem como proposta desenvolver a gestão compartilhada, com mobilização e participação popular entre os grupos de catadores de materiais recicláveis, organizados em cooperativas. Por esse sistema é possível transformar o lixo urbano numa importante fonte de emprego, renda, inclusão social, é ajudar a aumentar a vida útil dos aterros sanitários e reduzir os gastos do município com a limpeza da cidade. Para colaborar com esse trabalho de reciclagem basta procurar um catador que recolha material reciclável, um dos Postos de Entrega Voluntária (PEVs), mantidos pelo Limpurb, recicladores e/ou sucateiros do município, ou Instituições Sociais. Estima-se uma coleta anual de cerca de 4% do lixo considerado reciclável do Município.

5.18.3.2 Planejamento e Educação Ambiental. Centros de Educação Ambiental.

Educação Ambiental é o processo de construção do papel social de cada indivíduo, dentro de suas comunidades, visando melhorar a qualidade de vida e a estrutura da sociedade, buscando a integração do homem com o meio ambiente.

Os Centros de Educação Ambiental (CEAs) são Unidades descentralizadas da Divisão Técnica de Educação Ambiental (DEA). Sediados em Parques Municipais, desenvolvem projetos levando em consideração as realidades socioambientais onde estão inseridos. Objetivam sensibilizar a comunidade quanto ao seu papel na busca pela melhoria da qualidade de vida e ambiental, propondo ações locais e que considerem a sustentabilidade da cidade.

Os principais serviços na área de Educação Ambiental oferecidos à população são:

- Monitoria nos Museus de Meio Ambiente nos Parques Previdência e do Carmo;
- Palestras sobre Meio Ambiente para munícipes, funcionários públicos e população;
- Trabalhos de sensibilização e profissionalização com população de baixa renda;
- Desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental em parcerias públicas e privadas;
- Subsídios à comunidades para resolução ou redução dos problemas sócioambientais;
- Assessoria em Educação Ambiental em escolas, comunidades, creches, postos de Saúde.

- Cursos e treinamentos de multiplicadores em Educação Ambiental é nas temáticas: desenvolvimento sustentável, poluição, observação de aves, preservação ambiental, valorização do patrimônio histórico e natural, cultivo de hortas e jardins, saúde e meio ambiente.

- Oficinas: São atividades lúdicas e variadas que buscam questionar e resgatar a percepção e a concepção do contato do indivíduo com o meio ambiente, favorecendo ações que melhorem a qualidade de vida. Exemplos de oficinas: papel reciclado, plantas medicinais, plantio, teatro de bonecos, jardinagem, história oral, animais peçonhentos, como evitar desperdício de alimentos.

- Projetos de Capacitação, Sensibilização e Intervenção: Oferecendo subsídios em Educação Ambiental (EA) e estímulo à implementação de projetos comunitários e institucionais. Exemplos: Projeto de Revitalização do Parque da Luz; EA com a Associação dos Amigos e Moradores de Higienópolis; Combate ao Ruído em Escolas; Criação e Gestão das Áreas de Proteção Ambiental (APA); Conselho Consultivo das APA, Projeto Flora Fanerogâmica do Estado; Hortas em Escolas e Comunidades; Lendas, Fábulas e Meio Ambiente.

- Parcerias: Procura-se a integração com outros órgãos afins à EA.

- Agenda 21 Local , Município de São Paulo: Sob a coordenação da Secretaria municipal do Verde e do Meio Ambiente elaborou sua Agenda 21 em setembro/96. Agenda 21 Local faz um diagnóstico dos principais problemas do município, propondo diversas ações para enfrentá-los.

- Semana da Gestão Ambiental: É comemorada anualmente na 2ª semana de junho e foi instituída pela Lei Municipal nº 12.469 de 16/09/97. Tem como principais objetivos: divulgar aos servidores municipais e à população as práticas de gestão ambiental urbana, visando a atuação integrada com a Administração Municipal; promover atividades que visem conscientizar o significado da questão ambiental no seu cotidiano; buscar parcerias entre os participantes do evento. O Tema da Semana de 2001, é “Cidadania, Ética e Meio Ambiente”.

5.18.3.3 Fiscalização e controle da poluição

É responsável pela fiscalização e pelo controle da poluição do ar, água e solo no âmbito do Município de São Paulo, assim como pelas áreas suspeitas de contaminação e áreas ambientalmente degradadas. Suas ações são norteadas principalmente pela Lei Municipal nº 11.426/93 e pela Lei Federal 9.605/98. Possui três Seções Técnicas:

Seção de Controle de Fontes de Poluição: É de sua competência a fiscalização, atendimento de denúncias e desenvolvimento de projetos na área de resíduos, destacando-se os resíduos de serviços de

saúde - RSS; monitoramento da qualidade das águas; cadastramento de indústrias.

Seção de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico: Responsável pelo acervo técnico da Divisão e sua divulgação, além de dar assistência sob o aspecto social nas atividades da Divisão.

Seção de Recuperação Ambiental: Cadastramento de áreas degradadas para realização de diagnóstico e priorização das áreas mais críticas para intervenção. Implantação do Sistema de Informações de Áreas Degradadas (SIADÉ). Programas de recuperação de favelas e loteamentos clandestinos, de áreas municipais e particulares degradadas.

5.18.3.4 Licenciamento ambiental na SMMA

As atividades da Divisão Técnica de Registro e Licenciamento, estão voltadas para a análise dos Estudos de Impactos Ambientais e para o licenciamento ambiental de atividades a serem desenvolvidas no Município que apresentem um potencial de degradação ambiental. Também faz parte das atribuições desta Divisão o acompanhamento “in loco” das ações implementadas pelo empreendedor, avaliando a compatibilidade destas com o estabelecido nas licenças ambientais e em legislações e normas praticadas na administração pública.

Tem como principal objetivo oferecer informações e apoio técnico às atividades desenvolvidas pelo Departamento. Visando assegurar a efetividade do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A Lei Municipal nº 11.426/93 criou:

- Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, órgão local do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e o

- Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, órgão consultivo e deliberativo em questões de meio ambiente no Município de São Paulo.

Cabe à SVMA, na esfera de suas competências e na área de sua jurisdição, a elaboração de normas supletivas e complementares e de padrões relacionados ao meio ambiente, observadas as normas e padrões federais e estaduais, assim como a responsabilidade pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental. Ao instituir os procedimentos de licenciamento ambiental no âmbito da SVMA, as Portarias 038/SVMA.G/95, 039/SVMA.G/96 e 104/SVMA.G/96, estabelecem ao Departamento de Controle da Qualidade Ambiental através da Divisão Técnica de Registro e Licenciamento a coordenação dos processos de Avaliação de Impacto Ambiental e de Licenciamento Ambiental. Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, o Licenciamento Ambiental. Para tanto, foram instituídas através do Decreto Federal nº 99.274/90, as figuras da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

5.18.4 Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES)

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), instituído nos termos da Lei Nº 11.426/93, é um órgão consultivo e deliberativo em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, em todo o território do Município de São Paulo.

O CADES, deverá observar as seguintes diretrizes básicas: Interdisciplinariedade no tratamento das questões ambientais; Integração da política municipal em nível nacional e estadual; Introdução do componente ambiental nas políticas setoriais do Município; Predominância do interesse local e participação da comunidade; Informação e divulgação permanentes de dados, condições e ações ambientais; Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Atribuições: Colaborar na formulação da Política Municipal de proteção ao meio ambiente;

Colaborar na elaboração de planos, programas e projetos intersetoriais, regionais, locais, e específicos de desenvolvimento do Município; Apreciar e pronunciar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); Propor projetos de lei e decretos, normas, visando a conservação ambiental é desenvolvimento dos recursos do Município; Opinar sobre os projetos de lei e decretos referentes à proteção no Município; Propor a definição e implantação de espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos; Propor e colaborar na execução de atividades com vistas à educação ambiental é a conscientização dos problemas ambientais; Manter intercâmbio com entidades voltadas à defesa do meio ambiente.

Composição: O Conselho será presidido pelo Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente integrado pelos seguintes membros: 12 representantes das Secretarias Municipais, os Diretores dos Departamentos da SMVMA; Ministério do MA; Secretaria de Estado do MA; Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB; das Universidades; Ministério Público do Estado; Câmara Municipal; setor industrial; setor comercial; Centrais Sindicais; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; 3 representantes das ONGs; dos Advogados do Brasil; Instituto dos Arquitetos; Instituto de Engenharia, e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES. Observadores: Guarda Civil Metropolitana, Polícia Florestal e de Mananciais.

São órgãos do CADES: Plenário; Presidência; Coordenação Geral; Câmaras Técnicas: a) Permanentes (Desenvolvimento Industrial; Obras Viárias, Transporte, Habitação e Complexos Urbanos; Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; Saneamento Ambiental; Julgamento de Recursos - Programa do Silêncio Urbano - PSIU). b) Temporárias criadas pelo Presidente do CADES a requerimento de qualquer Conselheiro.

5.18.5 Atlas Ambiental do Município de São Paulo

O “Atlas Ambiental do Município de São Paulo” é um projeto conjunto da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA - e da Secretaria Municipal do Planejamento Urbano - SEMPLA. Trata-se de um projeto interdisciplinar, que tem como objetivos a criação e a manutenção de um Sistema Municipal de Informações Ambientais, item previsto na própria Lei Orgânica do Município de São Paulo (L.O.M.).

Os trabalhos têm como meta as áreas verdes, no chamado “Diagnóstico e Bases para a Definição de Políticas para as Áreas Verdes no Município de São Paulo”. Alimentará com suas informações o Projeto Biota da FAPESP, que está estudando a biodiversidade do Estado.

A elaboração do perfil socioeconômico da população residente na cidade teve por base a experiência já acumulada por técnicos de Departamento de Informação da Secretaria Municipal do Planejamento no trato com indicadores dessa natureza poderiam vir a ser utilizadas na formulação dos indicadores desejados. O estudo de indicadores de mensuração das condições de vida produzidos por diferentes países e para regiões do Brasil - Índice de Desenvolvimento Humano/IDH da ONU, Índice de Qualidade de Vida Urbana/IQVU de Belo Horizonte, Mapa de Exclusão Social, da PUC de São Paulo, entre muitos - bem como a produção de indicadores para diferentes trabalhos no âmbito municipal possibilitou o conhecimento necessário para a seleção daquelas informações que melhor representassem os fenômenos a serem pesquisados.

Para se proceder à caracterização socioeconômica da população foi considerada relevante a análise das seguintes variáveis: distribuição territorial, perfil etário, nível de renda, escolaridade, condições de saúde, condições de habitação e segurança.

5.18.6 Secretaria Municipal da Infra-Estrutura Urbana SIURB e Secretaria do Planejamento Urbano/ SEMPLA Ver Ficha de Informação da Cidade

5.18.7 Programas Sociais de Inclusão Social, Secretaria de Assistência Social (SAS)

Com os programas Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Começar de Novo e Oportunidade Solidária, a Prefeitura investe para romper com o ciclo estrutural da pobreza.

O investimento na área social resulta em mais qualidade de vida, redução da violência e ampliação do mercado de trabalho. O indivíduo quando recebe ajuda para resgatar auto-estima e um trabalho de

ganhar a vida sente que seu problema está sendo compartilhado e agrega forças para enfrentar melhor as dificuldades do dia-a-dia. Já foram implantados os Programas Renda Mínima (renda para famílias com filhos), o Bolsa Trabalho (bolsa e capacitação para jovens de 16 a 20 anos), o Começar de Novo (bolsa e capacitação para desempregados com mais de 40 anos), o Oportunidade Solidária (capacitação para cooperativas e autogestão) e São Paulo Confia (central de crédito popular).

Os três primeiros programas atendem a necessidade imediata de dar recursos financeiros para pessoas desprovidas de trabalho. Enquanto o Oportunidade Solidária é um leque de opções para os participantes poderem abrir um negócio próprio e sair da condição de excluídos. Também abrem-se, com o Oportunidade, perspectivas para trabalhadores de empresas em risco de continuidade operacional e para estudantes universitários da área de tecnologia.

- **Programa Bolsa Trabalho:** É um recurso em dinheiro destinado aos jovens desempregados com idade entre 16 e 20 anos, pertencente a família de baixa renda. O valor do benefício corresponde a 45% do salário mínimo. A inscrição no Programa não garante o recebimento do pagamento, que será autorizado apenas aos que atenderem às exigências do Programa.

- **Programa Renda Mínima:** É um recurso em dinheiro pago pela Prefeitura às famílias de baixa renda com crianças de até 14 anos. As crianças de 7 a 14 anos devem freqüentar a escola.

- **Programa Está na hora de Começar de Novo:** É um recurso em dinheiro pago pela Prefeitura aos desempregados com mais de 40 anos de idade, pertencentes às famílias de baixa renda. O valor do benefício corresponde a dois terços do salário mínimo.

- **Operação Trabalho:** Vai criar empregos temporários, em órgãos e Secretarias da Prefeitura, para desempregados de longa duração pertencentes a famílias de baixa renda e moradores de rua da cidade. Cada trabalhador selecionado vai receber um vencimento total de R\$ 300 mensais, sendo R\$ 180 de salário, mais auxílio alimentação, auxílio transporte e um seguro de vida - medida inédita que não existia nos coletivos de trabalho criados pela prefeitura em outras administrações. Os contratos terão duração de três a nove meses, e o secretário Pochmann estima contratar, ainda neste ano, 6.000 trabalhadores.

5.18.8 Orçamento participativo

Amparado na Constituição e na Lei Orgânica do Município a Prefeitura começa a implantar o processo de participação na elaboração, montagem e posterior execução do Orçamento Municipal. Numa primeira etapa, o processo participativo envolve as áreas de Saúde e Educação. Podem participar do OP todos os cidadãos e cidadãs de São Paulo e a Prefeitura vai facilitar as informações e os meios para que essa participação possa se efetivar através de todos os meios de comunicação disponíveis. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração, execução e fiscalização do orçamento, por meio de Assembléias Distritais, convocadas pelo governo municipal. O processo de decisão sobre as prioridades que nortearão os dispêndios com atividades e projetos vinculados a programas, será objeto de regulamentação. O Conselho de Orçamento Participativo, constituído por representantes eleitos nas Plenárias de Delegados Distritais do Orçamento Participativo, eleitos estes últimos pela população presente às Assembléias Distritais.

5.18.9 Secretaria Municipal de Relações Internacionais - SMRI

Ver Ficha de Informação da Cidade

Foi criada no dia 5 de julho de 2001 com a aprovação da Lei 13.165, tendo como atribuições reinserir São Paulo no contexto internacional, estabelecendo contatos com organismos internacionais os mais variados possíveis.

Objetivos

- Reinsere São Paulo no cenário internacional, através das relações com cidades e organizações de cidades, ONGs internacionais, organismos internacionais multilaterais, governos nacionais estrangeiros e empresas transnacionais.

- Favorecer o desenvolvimento econômico e a superação das atuais limitações financeiras, buscando financiamentos a fundo perdido, acordos de cooperação e intercâmbio e o estímulo ao investimento privado internacional e de parcerias destas empresas com projetos sociais locais.

Secretaria define quatro principais eixos de intervenção

- Participar ativamente de redes internacionais de cidades: MERCOCIDADES, Cúpula das Grandes Cidades do Cone Sul, FMCU - Federação Mundial das Cidades Unidas, União das Cidades Capitais Ibero-Americanas - UCCI - e outras.

- Estabelecer contatos, acompanhar a elaboração e encaminhar projetos para organizações multilaterais (BIRD, BID, FAO, OIT, UNESCO, OMS, Habitat, etc.).

- Desenvolver intercâmbio de políticas públicas e acordos de cooperação técnica entre São Paulo e outras cidades.

- Captar, estimular e induzir investimentos de empresas multinacionais na cidade e ampliar sua

parceria com projetos da Prefeitura, atuando juntamente com outras secretarias; estimular a responsabilidade social e aumentar a qualidade do investimento via investimentos em capacitação tecnológica e de pessoal.

5.19 ILUSTRE MUNICIPALIDADE DE SANTIAGO DE CHILE, REPÚBLICA DO CHILE

5.19.1 Breve descrição da Cidade:

Na comuna de Santiago moram 230 mil habitantes, isto é 4,86% da população da Área Metropolitana (cidade de Santiago) e 4,39% da população da Região Metropolitana; e recebe diariamente uma população usuária de 1,8 milhões de pessoas. Fonte: INE. XV Censo nacional de população e IV de habitação 1992. INE. Resultados gerais. Censo de população e habitação. Chile 1992.

A comuna está localizada estrategicamente no centro da Área Metropolitana e é atravessada pelos principais eixos conectores norte-sul e oriente-ocidente da cidade. Tem uma superfície aproximada de 22,5 km², isto é 3,22% da superfície da área da Grande Santiago.

Do ponto de vista de sua organização espacial, apresenta um triângulo central onde estão localizadas as funções de governo, negócios e serviços, e um sistema de bairros mistos com identidade própria, nos quais a área residencial coexiste com atividades econômicas.

Centro de governo Político e Administrativo: Tradicionalmente foi sede do Poder Executivo, o Poder Judicial, os Ministérios, os Serviços Públicos, as sedes nacionais dos partidos políticos, associações gremiais e sindicais e a maioria das organizações ou instituições de relevância nacional.

Centro Financeiro, Empresarial e Comercial e Centro Cultural e Educacional, Centro de Saúde, Centro de Lazer e Turismo: Ver Ficha de Informação da Cidade.

5.19.2 Política Ambiental da Municipalidade de Santiago

5.19.2.1 Fundamentos da Política Comunal

- Melhorar a qualidade de vida e ambiental dos habitantes e usuários de Santiago.
- Atingir o desenvolvimento Sustentável local e oferecer âmbitos de Participação da Cidadania.

Objetivo Geral

Estabelecer os princípios gerais do trabalho ambiental comunal, visando o desenvolvimento local sustentável, que harmonize o crescimento da comuna, a proteção ambiental e a saúde dos habitantes, trabalhadores e usuários.

Linhas de Ação

- Recuperar e Melhorar a Qualidade Ambiental da Comuna. Estabelecer Portarias, programas, planos e convênios institucionais que visem a diminuir os impactos gerados pelas atividades desenvolvidas na comuna.
- Recuperar a Qualidade dos Espaços Urbanos. Recuperar a infra-estrutura urbana comunal construída, patrimônio cultural, espaços públicos de interação e lazer, mantendo a harmonia e características próprias da comuna.
- Melhorar a Gestão e o Planejamento Ambiental do Município. Acrescentar variáveis ambientais no processo de planejamento territorial e comunal, num enfoque integral do desenvolvimento de Santiago.

- Fortalecer a Participação dos Cidadãos na Gestão Ambiental. Orientar um trabalho coordenado entre os diversos atores locais, públicos ou privados, com o objetivo de gerar projetos que visem à melhoria da qualidade ambiental de Santiago.

5.19.2.2 Gerência do Meio Ambiente

A temática ambiental veio ganhando maior importância a nível nacional, local e comunal, por causa da deterioração progressiva da qualidade de vida da população e da qualidade ambiental do entorno. Nesse contexto, a Ilustre Municipalidade de Santiago, cria a Gerência do Meio Ambiente, como ente coordenador e integrador das diversas atividades desenvolvidas pela municipalidade em matéria ambiental.

Principais Funções:

- Incorporar a temática ambiental na gestão municipal através da coordenação e assessoria a unidades municipais, focalizando o assunto de maneira transversal e integrada.
- Desenvolver programas de sensibilização e educação ambiental, voltados aos diversos atores sociais da comuna.
- Coordenar com órgãos públicos e privados, a implementação de programas e ações de proteção ambiental a nível comunal e regional.
- Assessorar a Prefeitura e definir a opinião do município quanto às diversas matérias relacionadas com a temática ambiental, no âmbito regional e local.
- Coordenar e estabelecer as linhas de ação do Conselho Comunal de Meio Ambiente, órgão integrado pelas unidades municipais com competência no assunto.

5.19. 3 Programa de Gestão Ambiental

- Capacitar funcionários municipais para a inclusão de critérios ambientais no seu trabalho.
- Participar no desenho e implementação de iniciativas e/ou projetos municipais, incluindo a dimensão ambiental.
- Coordenar e avaliar projetos privados e municipais que são analisados pelo Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental do âmbito comunal.
- Manter e atualizar o Diagnóstico Ambiental Comunal.
- Coordenar com autoridades regionais a implementação a nível local de normas, políticas, planos e programas ambientais.

5.19.4 Programa de Educação Ambiental

- Assessorar, avaliar e acompanhar projetos financiados pela prefeitura através de Fundos Concursáveis de Meio Ambiente.
- Desenvolver programas e ações de Educação Ambiental com estudantes da comuna.
- Elaborar material de educação e difusão ambiental.
- Desenvolver atividades para a melhoria ambiental em bairros da comuna.
- Implementar campanhas de educação, sensibilização e informação ambiental

5.19.5 Direção da Área Urbana

Esta Direção responde pela coordenação, planeamento, estudo, gestão e implementação de todos os projetos desenvolvidos no espaço público, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores, ao descongestionamento do tráfego e a apresentar uma opção válida onde morar, trabalhar e se desenvolver. Assessora o Prefeito nesta gestão, estabelece contatos com órgãos não municipais, como os Ministérios de Habitação, Obras Públicas e Transporte, tratando os assuntos comuns da Comuna e da Região. Coordena e trabalha com órgãos municipais: Corporação de Desenvolvimento para Santiago e Corporação Santiago Inova. Para poder implementar essas tarefas a Direção de Área Urbana coordena com as Direções de: Obras, Trânsito, Ornato, Parques e Jardins; SubDireção de Pavimentação

A Direção de Obras deve:

- Zelar pelo cumprimento das disposições da Lei Geral de Urbanismo e Construções, do Plano Regulador Comunal e das Portarias. Para isso terá as seguintes atribuições específicas:
- Aprovar as subdivisões de terrenos urbanos e urbano-rurais; projetos de urbanização e de construção;
- Outorgar as autorizações de edificação, fiscalizar as construções e receber as referidas obras e autorizar seu uso;
- Aplicar normas ambientais relacionadas com obras de construção e urbanização;
- Elaborar e manter atualizado o cadastro das obras de urbanização e edificação realizadas na comuna;
- Aplicar medidas relacionadas com a viabilidade urbana e rural;
- Dirigir as construções de responsabilidade municipal;
- Em geral, aplicar as normas legais sobre construção e urbanização na comuna

5.19.6 Área Social

Objetivos

- Incorporar e apoiar legalmente e nos aspectos técnicos às organizações e promover a participação da comunidade no desenvolvimento comunal e dos bairros;
- Facilitar o relacionamento entre a Prefeitura e as organizações comunitárias em geral;
- Promover a participação da população em programas que visem à melhoria da qualidade de vida;
- Administrar, manter e melhorar as instalações esportivas municipais;
- Formular e implementar cursos e/ou oficinas de capacitação para dirigentes de organizações de moradores para melhorar a gestão de participação da comunidade em projetos e programas comunitários;
- Orientar, educar, informar e cuidar dos interesses dos consumidores.

Projetos Unidade:

Fundo Concursável: um fundo comunal e cinco específicos.

- **Fundo comunal:** Orientado a resolver inquietudes surgidas na comunidade, a promoção do

desenvolvimento comunitário para gerar melhores e maiores instâncias de participação local.

- Fundos Específicos:

- Fundo Prevenção do Uso de Drogas: destinado a promover uma vida livre de dependência química na nossa comunidade e uma cidadania bem informada sobre o tema.

- Fundo Jovens: destinado a desenvolver e fortalecer a participação das organizações de jovens na comuna para garantir seu envolvimento no processo de desenvolvimento comunal.

- Fundo Meio Ambiente: destinado a implementar iniciativas comunitárias locais de aperfeiçoamento ambiental, para gerar consciência do impacto das ações domésticas e locais sobre o meio ambiente.

- Fundo Iniciativas Esportivas: destinado a receber propostas das diversas organizações sociais orientadas à promoção do esporte recreativo e competitivo na comuna.

- Fundo Segurança Cidadã: destinado a promover formas comunitárias de proteção e convívio cidadão, especialmente em espaços públicos, articulando redes comunitárias para sua implementação.

Objetivos:

- Apoiar a autogestão dos moradores, institucionalizando instâncias facilitadoras do desenvolvimento de idéias que possam virar projetos apresentados pelos próprios vizinhos.

- Fortalecer as organizações comunitárias da comuna

- Potencializar o orçamento municipal destinado ao financiamento de instâncias de desenvolvimento local.

- Co-financiar iniciativas de desenvolvimento local apresentadas pelas organizações ou iniciativas de particulares, destinadas ao desenvolvimento de unidades produtivas.

5.20 SANTO ANDRÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

5.20.1 Serviço Municipal de Saneamento Ambiental (SEMASA) de Santo André

As atribuições da Autarquia Serviço Municipal de Saneamento Ambiental (SEMASA) são planejar, projetar e executar os serviços relacionados ao sistema de abastecimento de água, coleta de esgoto e drenagem das águas pluviais. Também é responsabilidade da autarquia fiscalizar o cumprimento das leis ambientais, proteger os mananciais, agir no licenciamento de empresas que queiram se instalar na cidade e promover a educação ambiental. A seguir descrevem-se as principais ações do SEMASA:

Gestão Ambiental: Desde a criação em 1998 do Departamento de Gestão Ambiental, foi ampliada a fiscalização das leis ambientais municipais e contra os crimes ambientais, tanto no meio urbano quanto na área de mananciais. No caso dos mananciais, o objetivo é evitar o despejo inadequado de lixo, desmatamento, construções irregulares, etc. No meio urbano, a fiscalização tem atuado sobretudo no controle da poluição do ar pelos veículos e no controle da poluição sonora. Em convênio com a Universidade British Columbia, do Canadá, vem desenvolvendo um modelo de gerenciamento participativo nas áreas de mananciais.

Defesa Civil: O objetivo foi centralizar sob um único comando todas as ações relativas aos riscos ambientais urbanos (enchentes, poluição, etc.). Através de uma política de saneamento baseada nas necessidades do município, o Semasa tem ampliado suas redes de água e coleta de esgoto, realizado obras de combate às enchentes e de urbanização de favelas.

Água: Santo André localiza-se numa região excepcionalmente rica em água. Mais da metade de seus 179 km² situa-se em áreas de proteção de mananciais e seus limites abrigam parte das bacias do Rio Grande e Pequeno (formadores da represa Billings) e parte da bacia do Rio Tamandateí. As águas consumidas no município têm as seguintes origens: 64% do Sistema Cantareira, 32% do sistema do Rio Grande e 4% captadas pelo próprio Semasa. Essa água é tratada na Estação de Tratamento de Água (ETA) Guarará e vem do manancial do Pedroso, na bacia da Billings. Em 1991, o Semasa coordenou a elaboração do Plano Diretor de Abastecimento de Água (PDAA) do município, com vigência até o ano de 2010.

Esgoto: A estratégia da administração municipal e atender à população urbana ainda não beneficiada pelos investimentos em água e esgoto que vive predominantemente em áreas de ocupação precária como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, seu atendimento tem que se dar de forma integrada - água, esgoto, drenagem, gestão ambiental e resíduos sólidos - para que a introdução de um ou outro serviço não cause ainda mais danos a uma situação ambiental já crítica.

Resíduos sólidos: Em 1999, a autarquia assumiu os serviços de coleta dos resíduos sólidos, passando a ser a primeira instituição do Brasil a gerir todas as áreas referentes ao saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, meio ambiente e resíduos sólidos). O Semasa assumiu a gestão dos resíduos sólidos, com a proposta de reduzir a geração de lixo e incentivar a reciclagem. Atualmente 100% das 60 mil residências sendo coletadas seletivamente por mês uma média de 700 toneladas de material reciclável. Santo André é a terceira cidade, depois de Porto Alegre e Curitiba, a fazer a coleta seletiva em toda a sua extensão e de porta em porta.

Outras duas novidades do programa: utilização de um caminhão movido a gás natural e as áreas de mananciais também foi atendidas. O dinheiro arrecadado com a venda do material reciclável será destinado ao Programa de Incubadoras de Cooperativas de Santo André.

Urbanização da favela: Preocupado em universalizar o acesso aos serviços de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem), o Semasa fez, em conjunto com a Prefeitura, a urbanização da favela Cata Preta. Foram beneficiadas 650 famílias da favela e outras 120 remanescentes da desocupação do

terreno do Alzira Franco, que viviam precariamente em áreas públicas. O Semasa começou a levar saneamento para outras quatro favelas. Todo esse esforço faz parte do Programa Integrado de Combate à Exclusão Social da Prefeitura envolve: Semasa, as secretarias de Inclusão Social e Habitação; de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Participação Social e Cidadania; de Educação e Formação Profissional e de Saúde.

Educação ambiental: O Semasa desenvolve programas de Educação Ambiental, com o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE. Informações e problemas sócio-ambientais como: enchentes, poluição dos rios e dos córregos, ocupação desordenada do espaço urbano e das regiões de proteção de mananciais, são levados e discutidos com a comunidade. Além disso, a autarquia promove visitas monitoradas ao Parque das águas, Aterro Sanitário, Parque Duque de Caxias, Recanto Arco-Íris, Estação de Tratamento de Água (ETA Guarará).

ISO 9002: O Semasa conquistou o Certificado ISO 9002. A certificação é a prova de que a autarquia mantém um sistema de qualidade que cumpre as normas internacionais de organização do trabalho administrativo e operacional nas áreas de fornecimento de água e coleta de esgoto.

O Semasa continua aperfeiçoando suas outras áreas de atuação, tanto que, em 1999 os serviços relativos à drenagem, ao planejamento e à fiscalização de obras, bem como ao cadastramento de redes também foram certificados com a ISO 9002. E em 2000, foram certificadas as áreas de meio ambiente e resíduos sólidos.

5.20.2 Projeto Cidade Futuro, o Futuro Desejado

Um projeto de futuro para Santo André deve assumir como princípio assegurar a equidade social e a sustentação ambiental garantindo o direito à cidade e ao trabalho, numa visão de sociedade cuja dinâmica cede lugar ao tempo livre para o lazer, a cultura e outras atividades humanizadoras, adotando por decorrência os objetivos da inclusão urbana e social. Também deve ser pressuposto desse projeto a busca de autonomia local, gerando propostas de um desenvolvimento dinâmico e sustentável, que tenha a comunidade como protagonista, favorecendo a cooperação entre os atores sociais da cidade e investindo na relação de complementaridade regional com os demais municípios do ABC, bem como nas esferas metropolitanas nas políticas de interesse comum. Trazer o âmbito das decisões fundamentais para a comunidade local exige a constituição de espaços de co-gestão pública.

Projetos

Desenvolvimento urbano:

- Consolidar a cidade como local de encontro, cidade policêntrica e sustentável em seu desenvolvimento.
- Estruturar novos centros locais qualificados. Implantar equipamentos públicos urbanos e ações de urbanismo e paisagismo que recuperem e valorizem os recursos naturais, e funcionem como elementos dinamizadores da participação cidadã, da qualidade de vida, etc.
- Ampliação e aprofundamento das políticas de inclusão social.
- Implementar ações destinadas à segurança urbana e de estímulo à cooperação entre as diferentes esferas de governo.
- Programas de recuperação ambiental: regularização fundiária das áreas ocupadas.
- Investir em processos de urbanização em áreas de favelas.
- Incentivar a Política Urbana com interações entre o Poder Público, iniciativa privada e ONGs.
- Criar condições políticas, democratização do acesso à terra urbana.
- Criar instrumentos de apropriação pelo Município, dos benefícios financeiros auferidos por particulares, decorrentes da execução de obras públicas.
- Assegurar as condições estruturais de prevenção de enchentes e escorregamentos.

- Desenvolver o transporte coletivo com qualidade, socialmente inclusivo e não poluente.
- Controle social sobre a gestão do sistema de circulação e transporte. Ações educativas. Priorizar na organização da estrutura viária do município. Priorizar a circulação de pedestres nas áreas e logradouros públicos.
- Ampliar e qualificar as áreas verdes. Desenvolver programas de arborização e paisagismo Imposto predial e territorial urbano.
- Viabilizar programas integrados de contenção de ocupações irregulares.

Qualidade ambiental

Abastecimento de água e esgotamento sanitário. Universalização dos serviços.

- Melhorar a qualidade dos corpos d'água, com destaque à Represa Billings.
- Eliminar o lançamento de esgotos no sistema de drenagem e vice-versa.
- Adequar os hábitos da população. Medidas de diminuição do consumo de água.
- Controle de enchentes. Melhoria das condições de vida de moradores próximos a rios e córregos da cidade. Monitorar e estimular a permeabilidade do solo através de legislação regulamentadora. Revegetar as cabeceiras de bacias e margens de corpos d'água.
- Educação ambiental. Implantar um plano de contingência, em caso de enchentes.
- Coleta e disposição de resíduos sólidos. Universalizar e equalizar a prestação dos serviços. Incentivar as práticas de redução, triagem, reciclagem e qualificação ambiental dos sistemas de coleta e tratamento por parte dos geradores e produtores industriais. Dinamizar o mercado formal e informal de resíduos. Estímulo às cooperativas e unidades autônomas de tratamento, reciclagem e destinação final. Fomentar o uso de tecnologias adequadas.
- Controle de poluição: Diminuir a poluição e contaminação com base em indicadores de qualidade ambiental. Educação ambiental e discussão com a sociedade. Processo de desenvolvimento tecnológico é planejamento estratégico urbano ambiental. Estimular a pesquisa e implementação de novas formas de transporte, bem como de combustíveis alternativos. Criar um Centro de Excelência em qualidade ambientais.

Áreas verdes e recuperação de espaços degradados: Diversificar e recuperar a vegetação urbana, tornando-a um elemento estruturador da cidade.

- Identificar os custos do passivo ambiental, e uso de tais valores. Plano Diretor Paisagístico.
- Estimular parcerias entre poder público, privados e ONGs na recuperação ambiental.

Área de proteção e recuperação de mananciais: Garantir a área de mananciais como fonte de água para abastecimento público. Compatibilizar os demais usos com o prioritário.

- Mecanismos efetivos de controle de uso e ocupação do solo a partir do planejamento socioambiental, de instrumentos econômicos e gestão compartilhada com a sociedade. civil.
- Afastar os efluentes gerados, exportando-os para fora da área de mananciais é tratamento.
- Controlar e fiscalizar a ocupação da Área. Fortalecer a co-gestão entre poder público e sociedade civil, visando eficácia das ações de desenvolvimento descentralizado municipal.
- Desenvolver o turismo e o lazer como atividades de desenvolvimento econômico e geração de empregos. Incentivar indústrias com base de tecnologia avançada, iniciativas ligadas ao ensino superior e pesquisa em tecnologia e meio ambiente e assentamentos habitacionais.
- Garantir a incorporação dos atuais moradores nas atividades econômicas. Recuperar, valorizar e conservar

o patrimônio cultural e ambiental da região, criando condições para que ali sejam realizadas atividades econômicas sustentáveis.

- Aumentar o efetivo da polícia florestal. Treinar a guarda municipal para auxiliar nessa tarefa.

Uso do solo em área urbana: Fazer da qualidade ambiental o elemento condutor das políticas de ordenamento do território, criando novas centralidades e democratizando o acesso à terra urbana.

- Adotar instrumentos legais, econômicos e fiscais que assegurem a qualidade ambiental, através da gestão com a sociedade civil.

- Monitorar e controlar a ocupação dos espaços públicos/privados.

Educação ambiental e controle social: A qualidade ambiental será garantida com a intervenção de políticas e ações educativas pelo poder público, viabilizando a participação, é co-responsabilidade entre este poder público e a sociedade civil.

- Incrementar parcerias com a sociedade civil para realização de ações. Elaborar Plano Ambiental Municipal, com participação da comunidade.

- Fortalecer canais de participação da sociedade no COMUGESAM (Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental).

- Garantir o controle social sobre os serviços prestados e nos direitos dos consumidores.

5.20.3 Inclusão social

- Qualificar Santo André como Cidade Inclusiva: Políticas de acesso universal aos serviços básicos. Garantia da cidade como local de encontro e do direito ao trabalho.

- A Cidade Inclusiva demanda forte estímulo à participação cidadã na co-gestão das políticas públicas. Fortalecimento das organizações civis. Parcerias entre o setor público e privado e a elevação dos índices de desenvolvimento humano na cidade. Sugere-se o estímulo à capacitação e ao trabalho voluntário. Programa Integrado de Inclusão Social e Programa de Renda Mínima.

- Propor a revisão e adequação dos modelos de ensino, sob a ótica da Inclusão Social, na perspectiva da formação do cidadão ativo. Sugere-se capacitação de agentes multiplicadores da cidadania e programas de atendimento com atividades sócio-educativas, sobretudo para crianças, jovens e deficientes.

- Consolidar Santo André como referência de Cidade Saudável: Atendimento Integral à Saúde. Humanização do atendimento. Ampliação do acesso a medicamentos, tecnologia e informação. Alterar positivamente os indicadores de saúde (esperança de vida, mortalidade infantil, razão de mortalidade proporcional, etc.). Racionalização dos serviços preventivos.

- Ampliação e aprimoramento dos mecanismos de geração de trabalho, emprego e renda, Formação de cooperativas. Valorização de saberes anteriormente adquiridos. Atendimento por micro-crédito. Reconhecimento aos geradores de novos postos de trabalho e renda.

- Garantir o direito à diversidade e à acessibilidade: combate a todas as formas de discriminação como a racial, de gênero, de origem, aos portadores de deficiência. Garantir o estabelecimento de vínculos de identidade dos cidadãos com a cidade, especialmente sobre o significado das áreas de mananciais e dos núcleos de favela.

- Articulação da rede pública e privada de assistência social: garantindo padrões de qualidade e dignidade no atendimento às situações de vulnerabilidade social, descentralizando os serviços, otimizando os espaços, sobretudo para os programas alternativos nas áreas de cultura e lazer.

- Enfrentar a questão da violência urbana: atuando na prevenção ao uso de drogas, armas, e agindo sobre as várias manifestações da violência doméstica. Programas de capacitação de voluntários para atuar na orientação e tratamento da população vitimizada.

- Desenvolver políticas e ações que alterem as situações de desigualdades, preconceitos e discriminação vividos na cidade.

5.20.4 Relações internacionais Ver Ficha de Informação de Cidade

PROJETOS

- Título: “Integração de áreas degradadas à cidade - uma proposta de desenvolvimento para o Jardim Santo André”. Saiba mais GTZ; BANCO DO POVO

- Título: “Gerenciamento participativo das áreas de mananciais em Santo André”. Saiba mais: projeto GEPAM; UBC-CHS; CIDA

- Título: “Programa de Apoio às populações desfavorecidas (particularmente crianças e adolescentes) nas regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e de São Paulo”. Saiba mais: Gruppo Cerfe; APD

- Título: Programa “Cidades Irmãs” - Sesto San Giovanni. Saiba mais: ASNM

- Título: “Programa de Intercâmbio Ambiental Pentilateral” - Programa “Cidades Irmãs”. Saiba mais: City of Takasaki.

- Título: “Projeto Agenda 21 Transnacional”. Saiba mais: AGENDA 21 MMA

- Título: “Planejamento Participativo Intermunicipal e Intersetorial para um desenvolvimento econômico sustentável do Grande ABC” (ATN/SF-5291-BR)

- Título: “Consulta Urbana- PGU-ALC/HABITAT”/ “Inclusão Social como um elemento intrínseco de uma estratégia emancipadora de combate à pobreza. Estudo de uma abordagem integrada em Santo André”. Saiba mais: PIIS; HABITAT

- Título: “Rede MERCOCIDADES”. Saiba mais: MERCOCIDADES

5.20.5 Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Criado em 19 de dezembro de 1990 está formado por 7 Prefeituras: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Mauá, Rio Grande da Serra

5.20.5.1 Objetivos e finalidades

- Representar o conjunto dos Municípios que o integram, em matéria de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais;

- Planejar, adotar e executar, sempre que cabível em cooperação técnica e financeira com os Governos da União e do Estado, projetos, obras e outras ações destinadas a: abastecimento de água; saneamento básico e ambiental e a qualidade das águas; coleta, o tratamento e a disposição dos resíduos sólidos; drenagem das águas pluviais, prevenção das enchentes e o controle da erosão; ações relativas à elevação da qualidade do meio ambiente na área das bacias hidrográficas do Alto Tamanduateí e Billings.

- Promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos

para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram, na área compreendida no território dos municípios consorciados, entre outras, respeitadas as prioridades do item II, nas questões referentes a: integração do sistema viário e de transportes; desenvolvimento urbano e controle de uso do solo; caracterização socioeconômica e dinâmica demográfica; desenvolvimento econômico e social e da qualidade de vida da população; planejamento e desenvolvimento de serviços, obras e outras medidas nas áreas limítrofes entre municípios consorciados.

5.20.5.2 Exemplos de trabalhos realizados

- Política tributaria Regional; Lei de Incentivos Seletivos, Atração de novos investimentos; Aumento de arrecadação; Evitar a guerra fiscal.

- Preservação do meio ambiente; Resíduos Sólidos Urbanos (Busca de solução regional integrada). Propostas: Santo André (ampliação do aterro existente). São Bernardo do Campo (implementação de aterro). Mauá (ampliação do aterro existente)

- Premissas: não desapropriação de áreas, diminuição de custos, descentralização

5.20.5.3 Grupos de Trabalhos do consórcio em andamento

GT Resíduos Sólidos,
GT Meio Ambiente (Código Ambiental Regional).
GT Censo Econômico,
GT Transportes,

5.21 PREFEITURA DE VITÓRIA, ESTADO DE ESPÍRITO SANTO, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

5.21.1 Apresentação

O município de Vitória está constituído por 34 ilhas e uma região continental, totalizando uma área de 104,3 km². Localiza-se na Latitude Sul 20°10' e longitude Oeste 40° 20'. A 526 km. ao leste de Belo Horizonte, a 525 km. ao nordeste do Rio de Janeiro. No município moram 292.304 pessoas (2000). E na Grande Vitória, 1:182.500.

Vitória concentra a maior parte das atividades econômicas, da arrecadação tributária, da produção e difusão cultural e de prestação de serviços concentrando cerca de 24% do PIB e 33% da mão de obra empregada no Estado de Espírito Santo. Além disso, sua localização é estratégica na medida que num rádio de 1.000 km concentra-se 80% do PIB nacional., representando um mercado de 60 milhões de pessoas. Das 150 maiores empresas estaduais, 52 operam em Vitória, gerando 61% da receita do total das empresas. O setor de prestação de serviços é o maior destaque no setor de trabalho, representando 73% dos empregos. O Porto de Vitória tem papel fundamental na economia da cidade. Ele está situado no extremo interior da Baía de Vitória e engloba o Cais de Vitória.

Qualidade de vida:

Vitória é 4ª Capital do Brasil em Qualidade de Vida, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) de 1998. Em 2000 foi declarada pela UNICEF a melhor Capital do país para o crescimento de crianças com menos de seis anos, levando em conta: grau de escolaridade dos pais, taxa de vacinação, matriculados em creches e jardins de infância.

A taxa de nascimentos em Vitória é de 20,10. A taxa de mortalidade infantil é de 12,2 óbitos por 1.000 nascidos vivos. A taxa média nacional é de 50 óbitos por 1.000. (Fonte PMV/SEMUS)

A Prefeitura de Vitória responde pela educação básica na cidade, cerca de 30% dos investimentos entre 1997 e 2000 foram para a educação. 184 estabelecimentos fazem parte da estrutura do ensino regular suplementar e especial, onde foram registradas 113 mil matrículas em 1999. Vitória possui também 14 estabelecimentos de ensino superior.

A Taxa de Alfabetização era de 87,7% em 1999. (Fonte SEDU, MEC).

Vitória tem 17% da sua população sobrevivendo com menos de um salário mínimo, e cerca de 25% dos moradores têm habitações precárias em morros ou regiões de manguezal.

Vitória apresenta um índice de 95,5 m² de áreas verdes por habitante, superando o valor recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 16 m². No meio ambiente, Vitória está conservando 23% do seu território. Esta grande área é composta de floresta atlântica, mangues e restinga. Possui cerca de 2400 hás. de unidades de conservação (parques, reservas, estações). Possui, ainda, cerca de 45,5 ha. de áreas reflorestadas nas encostas, com 220 mil árvores de várias espécies.

O Índice de Desenvolvimento Urbano de Vitória é de 0,83, considerado um dos mais altos do país. O saneamento do Município é administrado pela Companhia Espírito-Santense de Saneamento CESAN. O serviço de água potável atende aproximadamente 98% das casas e 30,4% tem serviço de esgoto. Com investimentos previstos de R\$ 50 milhões estima-se que nos próximos anos o serviço de esgoto atenderá 57% das casas.

5.21.2 Plano estratégico até 2010: Projeto Vitória do Futuro - Agenda 21 Local

O Projeto Vitória do Futuro representa um passo fundamental para a implementação da Agenda 21 Local de Vitória, pelo desenvolvimento e participação no seu planejamento, pelo estabelecimento de parcerias com a sociedade e pela integração das políticas públicas, visando o desenvolvimento com justiça social e melhor qualidade de vida no presente e no futuro.

O Projeto Vitória do Futuro - Agenda 21 Local, envolveu 350 moradores, representando todos os segmentos da sociedade, além de especialistas, reunidos num Conselho Municipal. O documento contém um diagnóstico da cidade; dois cenários que são “retratos” do futuro elaborados a partir de pesquisas de planejamento; e os projetos da cidade desejável.

Os principais capítulos são:

- Para Onde Vai Vitória?: Apresenta as principais mudanças que vêm ocorrendo no ambiente político, econômico e tecnológico que afetam o futuro de Vitória.
- Vitória no contexto internacional e nacional.
- Para alcançar o Salto do Marlin Azul: Identifica os pontos críticos em todos os setores econômicos e sociais da cidade, além de oferecer alternativas para se chegar ao cenário futuro.
- Diagnóstico: Fez um “retrato” da situação do município nos seguintes contextos: Metropolitano e Estadual, Estadual, Nacional e Internacional.
- Projetos: São 130 projetos considerados prioritários para a construção da cidade desejável “Vitória do Futuro”, a partir da definição de estratégias. Destacam-se os projetos relacionados com a melhoria do meio ambiente e a integração social.

Região Metropolitana:

- Institucionalizar o Conselho Municipal como instância maior de acompanhamento e revisão do Plano Estratégico, através de Planos de Ação anuais.
- Implantar um Sistema Metropolitano de Planejamento constituído por equipe técnica composta de órgãos setoriais das três esferas de governo e ONGs.
- Articular a criação de um consórcio entre Prefeituras da Grande Vitória e a iniciativa privada para a implantação de uma nova Usina de Lixo eficiente e competitiva.
- Articular a criação de uma Agência para o setor de Transporte e Trânsito metropolitano.
- Uso e ocupação do solo urbano: Identificar os espaços vazios e imóveis subaproveitados e as utilizações possíveis de acordo com os objetivos estratégicos.

Revitalização do Centro:

- Retirar o trânsito das principais vias do Centro, estimular a construção de edifícios-garagem.
- Transformar parte do Cais de Vitória em áreas urbanizadas para uso público. Centro de vivência com instalações para convenções, museu portuário e serviços de apoio ao turismo.
- Melhorar as instalações de força, iluminação, telefonia, linha microônibus para Cidade Alta.

Meio ambiente:

- Promover a remoção de famílias e implantar reflorestamento nas áreas de risco.
- Implantar a coleta seletiva de lixo com adequada disposição do resíduo final.

- Aperfeiçoar o Sistema de Gestão Ambiental de forma partilhada com a sociedade.
- Garantir, na Lei Orgânica do Município, as áreas de preservação paisagística da orla e dos morros, mantendo a qualidade da paisagem nos projetos de urbanização.
- Desenvolver educação ambiental nas comunidades limítrofes ao manguezal.

Transporte e Trânsito:

- Adotar tratamento especial para os pontos de ônibus com design, abrigos, informação e segurança. Implantar serviços alternativos destinados a captar usuários de automóvel. Implantar um novo eixo viário como solução mais favorável do ponto de vista ambiental.

Educação:

- Ampliação da rede física. Municipalização gradativa da educação infantil e do ensino fundamental. Combate ao analfabetismo. Informática na educação. Criação do Centro de Formação Profissional.

Saúde:

- Implantar Sistemas Locais de Saúde para a população. Criação de um consórcio com os municípios da Grande Vitória e o governo estadual no atendimento das emergências.

Ação Social:

- Fortalecer programas de promoção individual, familiar e comunitária do idoso.
- Expandir programas de formação de empresas associativas e assistência técnica.
- Articular a criação de um fundo de crédito popular.
- Criar um Centro de Referência da Pessoa Portadora de Deficiência.

Administração Pública Municipal:

- Implementar conselhos populares com vistas ao acompanhamento e controle dos serviços nos bairros. Informatizar a disseminação de informações do setor público municipal.

5.21.3 Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam)

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM) faz parte do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA) e age conjuntamente com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), órgão colegiado autônomo de caráter deliberativo, consultivo e normativo. Sua missão é promover a proteção, conservação e recuperação da qualidade ambiental no município. Código Municipal de Meio Ambiente (Lei Nº 4.438/97).

A Política de Meio Ambiente de Vitória segue os seguintes princípios: promoção do desenvolvimento integral do ser humano; função social e ambiental da propriedade; direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e obrigação de preservá-lo para as presentes e futuras gerações; racionalização do uso dos recursos ambientais; preservação e conservação dos ecossistemas naturais e áreas ameaçadas de degradação; a obrigação de recuperar áreas degradadas e indenizar pelos danos causados ao meio ambiente; garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente.

5.21.3.1 Programa Parques e Áreas Verdes

Objetivo: incrementar os espaços verdes de uso público, a arborização urbana e o paisagismo com a oferta de equipamentos de infra-estrutura visando a melhoria da paisagem e do conforto ambiental urbano.

Ações: implantar infra-estrutura e equipamentos nos Parques da Cidade; ampliar e melhorar a arborização e paisagismo da Cidade; manter e conservar as áreas verdes e equipamentos públicos da Cidade.

5.21.3.2 Áreas Protegidas

Vitória possuía, originalmente, uma rica variedade de ecossistemas característicos de zonas tropicais e subtropicais, das quais recebe influência. Entre as formações vegetacionais remanescentes, podemos encontrar fragmentos florestais de Mata Atlântica, como a Floresta Ombrófila Densa, encontrada sobretudo no Maciço Central da Ilha de Vitória. Pela importância biológica, ecológica, econômica, social e cultural, essas formações florísticas estão protegidas sob a forma de Unidades de Conservação.

A proposta é: Revisar os Códigos de Meio Ambiente e seus instrumentos; fiscalização dos espaços territorialmente protegidos e dos recursos ambientais existentes; elaborar planos de uso e proteção para as Áreas de Interesse Ambiental; criação de novas Unidades de Conservação - bairro Conquista; implantação do Parque São Benedito, ampliação da área da reserva de restinga de Camburi e zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Maciço Central; Revisar o Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes;

5.21.3.3 Programa Gestão Ambiental

O objetivo é implementar a gestão das políticas municipais de meio ambiente e saneamento: operacionalizar o Sistema Municipal de Licenciamento Municipal; Exigir a realização de Auditorias Ambientais de empresas licenciadas e de grande impacto poluidor e degradador dos recursos naturais; garantir a manutenção do monitoramento atmosférico, hídrico e de resíduos; monitorar a balneabilidade das praias; revisar os Códigos Municipais de Meio Ambiente e Limpeza e implementar seus instrumentos; fiscalizar e monitorar as áreas protegidas; revisar e implementar o Plano Diretor de Áreas Verdes; Elaborar e implantar o Cadastro Ambiental.

5.21.3.4 Programa Educação Ambiental

O plano de ação em educação ambiental, concebido pelo Departamento de Educação Ambiental - DEA, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMAM. Suas Diretrizes são: Contribuir para a preservação dos patrimônios histórico, cultural e ambiental, promovendo a democratização de seu uso pela sociedade; estimular a integração do cidadão com o seu ecossistema; desenvolver projetos e ações de integração Escola-Parque; estabelecimento de uma política de turismo ecológico centrada no trinômio lazer x consciência ecológica x exercício da cidadania; participar da oferta de atividades artísticas, de educação e interpretação ambiental; fornecendo suportes técnico-científico e pedagógicos.

Programas:

- Educação Ambiental - Escola: atuar, processos educativos que consolidem a prática ambientalista e a formação técnico-científica do escolar, integrando as escolas do entorno dos parques municipais. Projeto “Escolas do Entorno dos Parques”. Projeto “Escolas Avulsas”: Visa o desenvolvimento de atividades educativas e ambientais de escolas de quaisquer regiões.

- Educação Ambiental - Comunidade: Estabelecer ações de suporte às atividades dos parques municipais sintonizadas com a vocação natural de cada um deles, oferecendo aos grupos organizados de visitantes o acesso monitorado às informações disponíveis.

- Educação Ambiental - Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SISMUC). Disponibilizar a instrumental de educação ambiental como agente fomentador do intercâmbio entre os parques municipais, que contribua como elemento estimulador da criação do SISMUC.

- Feira do Verde: Anualmente a Feira do Verde, instituída pela Lei Nº 3.664, de 17/07/90 difunde os trabalhos de diferentes segmentos da comunidade desenvolvidos na área ambiental e educacional para melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania. Os temas abordados nas Feiras refletiram as preocupações quanto ao presente e futuro ambiental do Município: Arborização e áreas verdes; Unidades de conservação; Saneamento básico; Paisagens do ambiente; Educação é qualidade de vida; Manguezal, Agenda 21: Vitória das cidades e habitação, urbanismo e meio Ambiente.

5.21.3.5 Campanha Praia Limpa

A campanha tem o objetivo de orientar os banhistas a acondicionarem, de maneira correta, o lixo gerado, evitando o acúmulo de detritos na areia. Além do reforço da limpeza diária das praias, é realizado um trabalho de educação ambiental. Os barraqueiros que trabalham na orla e os garis que fazem a limpeza das praias participam da campanha, repassando as orientações aos banhistas. A Semmam distribui para os quiosques os relatórios semanais de balneabilidade com informações sobre os pontos próprios e impróprios para o banho de mar.

5.21.3.6 Serviços On Line

- Disque-Fiscalização: A Secretaria de Meio Ambiente montou um sistema de fiscalização para o complexo industrial de Tubarão, envolvendo as Companhias Vale do Rio Doce (CVRD) e Siderúrgica de Tubarão (CST). São as duas maiores indústrias instaladas no Município.

- Disque-Silêncio: A Secretaria de Meio Ambiente controla ruídos da cidade.

- SOS Verde: Atende solicitações para plantio, poda, tratamento de doenças de árvores.

- Centro de Documentação e Informações Técnicas (CDIT) abre seu acervo para consultas além das bases de dados da Rede Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Renima).

5.21.4 Secretaria de Desenvolvimento Urbano

De projetos urbanísticos e paisagísticos, passando pela liberação de licenças de obras, até a fiscalização de comércio ambulante, o campo de ação da Secretaria é muito vasto. O Conselho do Plano Diretor Urbano (PDU), está vinculado a esta Secretaria. Também compõe o Comitê de Intervenções Urbanas da Prefeitura de Vitória.

- **Projeto Terra:** Em contraste com uma cidade desenvolvida à beira mar, os morros e áreas de palafitas remanescentes de Vitória tem convivido com padrões de qualidade de vida abaixo dos da cidade formal. Para oferecer iguais oportunidades aos moradores e combater a pobreza através da promoção humana e qualidade de vida, nasce o Projeto. Desenvolve-se a partir da compreensão integrada da realidade, abrangendo os aspectos da vida humana representados na comunidade (socioeconômicos, urbanos, ambientais e fundiário). Tem como público alvo uma população de 78.000 habitantes em 15 (quinze) áreas denominadas Poligonais, abrangendo 38 comunidades do município em processo de negociação, distribuídos em obras de urbanização e de habitação, ações sociais, geração de ocupação e de renda, ambientais e fundiárias.

- **Geoprocessamento:** Seu objetivo é implantar um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos com funções de armazenamento, edição, busca, visualização, impressão e plotagem dos projetos das edificações aprovados.

- **Macrorenagem:** Seu objetivo é promover a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados na cidade, aperfeiçoando o sistema de varrição, coleta, tratamento e destinação final do lixo, priorizando a reciclagem.

- **Coleta Seletiva:** Em Postos para Entrega Voluntária e Coleta Seletiva Integração Comunidade e Catadores: Galpão de beneficiamento de materiais recicláveis.

Coleta Seletiva nas Escolas da Rede Municipal: Em 1998 a Secretaria Municipal de Educação assumiu a

coordenação do projeto, estendendo-o para todas as escolas da rede no ano de 1999.

- **Semurb recolhe 110t/mês de RSS:** A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Semurb), recolhe mensalmente cerca de 110 toneladas de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Nos serviços e na coleta, executados por profissionais capacitados, são utilizados equipamentos especiais, conforme determinam o Código de Limpeza Pública (Lei Municipal nº 5.086/00), os decretos municipais nº 8.531/91 e 8.611/91 e a Resolução Conama 05/93.

- **Água e Esgoto: municipalização:** Com o objetivo de assunção pelo município da responsabilidade constitucional de poder concedente dos serviços de água e esgotos, foi criado no dia 4 de janeiro de 1999 o Departamento de Saneamento da Cidade.

- **Qualifeira:** Seis das 13 feiras livres cumpriram importantes etapas do Projeto Qualifeira, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Semurb), cujo objetivo é fazer com que as barracas instaladas em diversos bairros sigam padrões de qualidade e higiene.

5.21.5 Legislação Ver Ficha de informação da Cidade

5.21.6 Assessoria de relações comunitárias (ARC).

A ARC foi criada com o objetivo de estreitar o relacionamento da Prefeitura com a sociedade civil organizada: associações de moradores, sindicatos, igrejas, ONGs. Dessa forma, proporciona às lideranças comunitárias um acesso democrático junto aos diversos setores da PMV, agilizando o atendimento das solicitações formuladas pelas comunidades. A ARC tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento de diversos serviços e atividades:

- Interlocutora entre a Prefeitura Municipal e a sociedade civil organizada;
- Informações dos diversos projetos e serviços desenvolvidos pela PMV;
- Encaminhamento das solicitações comunitárias às diversas secretarias municipais ;
- Emissão de parecer, quando invocada, as solicitações das comunidades;

- Colaboração, através da Comissão de Eventos, com os eventos organizados pelas comunidades.
- Visitas periódicas às obras e projetos desenvolvidos pela PMV;
- Coordenação do carro de som que, por vez, é solicitado pelas secretarias municipais para divulgação de suas atividades e projetos.

6. DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO

A seguir é apresentada a discussão da informação coletada para sistematizar diferenças e semelhanças entre os casos estudados para estabelecer áreas temáticas ligadas que permitam determinar linhas de trabalho futuras para o fortalecimento da Rede de Mercocidades. A informação completa de cada cidade está nas Fichas de Informação preparadas para este trabalho e a síntese, no capítulo anterior. A versão integral dessas Fichas está num documento adjunto.

6.1 Problemas ambientais

Na maioria das cidades são percebidas as seguintes causas da deterioração social e ambiental:

- as conseqüências das reformas que os estados e economias nacionais desenvolveram para se adaptar aos processos de globalização dos mercados.
- os crescentes níveis de pobreza e exclusão de setores da sociedade que exigem ações e políticas locais de contenção;
- as mudanças nos hábitos de consumo e de habitação dos setores de alto padrão de vida;

Dentre os principais efeitos desses problemas merecem destaque:

- a ocupação de áreas de interesse para a conservação, a deterioração do patrimônio natural e cultural e a perda de identidade;
- o uso irracional dos recursos naturais e culturais;
- o aumento da poluição do ar, água e solo e dos resíduos sólidos gerados por mudanças nos hábitos de consumo
- problemas de trânsito e transporte e usos de fontes energéticas poluidoras.
- A perda de indústrias e outras fontes de geração de emprego, a emigração para a periferia e desde as áreas rurais e o despovoamento dos centros tradicionais das cidades.

A ocupação de novos territórios se produz através de uma espécie de especialização dos bairros da cidade. De um lado a ocupação visa o desenvolvimento de bairros, muitas vezes fechados, orientados a setores de alto padrão de vida, geralmente localizados nos terrenos altos das cidades e aumentando a demanda de serviços (esgoto, abastecimento de luz, água, coleta de lixo, etc.). Do outro lado, os setores que foram expulsos do centro da cidade e do meio rural que ocupam as regiões baixas das cidades nas margens de rios e arroios com o previsível risco de grandes chuvas e enchentes e com o dano ambiental causado pelo vazamento de águas residuais diretamente nos cursos d'água.

Esses setores com Necessidades Básicas Insatisfeitas são fortes demandantes de serviços sociais que muitas vezes estão localizados em lugares afastados da demanda, contribuindo novamente ao desenvolvimento da cidade dispersa.

Esses setores devem se deslocar para seus empregos (formais e não formais) muitas vezes

localizados longe da sua casa, com o conseqüente uso ineficiente de energia e meios de transporte e o aumento dos problemas de poluição, trânsito e violência cidadã.

A produção de resíduos sólidos e a busca de soluções para esse problema foi o principal motor das iniciativas e políticas visando a geração de emprego como estratégia de resolução conjunta a ambos problemas.

6.2 Desenvolvimento Institucional e Planejamento da Gestão Ambiental

As competências municipais em matéria ambiental flutuam desde praticamente a ausência de ações relacionadas com a gestão ambiental da cidade até a supervisão de tudo o que a natureza oferece no território sob sua jurisdição. Isso provoca muitas vezes a superposição de competências entre o governo local e o central. Soma-se a isso a falta de recursos específicos (econômicos, humanos e técnicos), falta de experiências ou cópia de experiências aplicadas em outras realidades, ausência ou mal uso de sistemas de informação, superposição de normativas e responsabilidades institucionais com outros órgãos públicos incluindo também outras repartições dependentes da mesma prefeitura, falta de cooperação intermunicipal, problemas de organização e escassez de recursos para o controle da gestão ambiental.

As Prefeituras e Municipalidades desenvolveram diversas estratégias de abordagem dos problemas ambientais, que se refletem nas suas estruturas municipais e no organograma.

A maioria das cidades estudadas criaram repartições especiais dentro da estrutura administrativa representada pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente ou semelhantes, com marcante influência na gestão geral das políticas municipais. Embora o desenvolvimento dessas estruturas não seja homogêneo nas cidades analisadas, nas mais consolidadas observa-se que suas funções são:

- Planejar e coordenar as políticas ambientais da cidade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;
- estabelecer normas ambientais e fiscalizá-las; monitorar os indicadores de qualidade ambiental (ver monitoramento);
- promover a participação e a educação ambiental dos cidadãos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais (áreas verdes, áreas protegidas, bacias, rios e arroios, flora e fauna) e culturais (prédios, monumentos);
- atender e fiscalizar os serviços e infra-estrutura de higiene urbana (resíduos, águas brancas e negras);
- promover ações conjuntas com órgãos nacionais públicos e com atores privados visando uma gestão ambiental eficiente.

Dentre os casos estudados estão: a Secretaria de Política Urbano Ambiental de Bahía Blanca com suas Direções de Saneamento Ambiental e Direção do Plano Estratégico; a Secretaria Municipal de Meio ambiente (SMMA) de Belo Horizonte com o Departamento de Parques e Jardins, a Comissão de Áreas Verdes e a Fundação Zoobotânica; a Secretaria de Planejamento Comunal de Concepción; as Subsecretarias de Córdoba e Mar del Plata (do Ambiente e Higiene Urbana e de Gestão Ambiental respectivamente); a de Montevideu (Departamento de Desenvolvimento Ambiental responsável da gestão ambiental de solo, água e ar); as SMMA de Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória; a Secretaria do Verde e Meio ambiente de São Paulo; o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental (SEMASA) de Santo André e a Gerência de Meio ambiente de Santiago de Chile.

Uma outra característica freqüente na busca da co-responsabilidade quanto ao desenvolvimento ambiental das cidades e à melhoria da qualidade de vida dos habitantes, é a criação de Conselhos Consultivos como órgãos consultivos com participação de setores públicos e privados.

Muitas dessas novas estruturas possuem categoria legal, geralmente são coordenadas pela Secretaria Municipal de Meio ambiente, com participação de outras secretarias executivas dos órgãos legislativos municipais e de representantes dos empresários, dos trabalhadores, de organizações não governamentais e setores universitários, etc.

Alguns exemplos desses Conselhos são: os Conselhos Municipais de Meio ambiente (CMMA) de Belo Horizonte (Conselho da Cidade), Juiz de Fora, Vitória, Santiago de Chile e São Paulo que acrescenta a dimensão do Desenvolvimento Sustentável da cidade (CADES); o Conselho do Plano Ambiental Urbano de Buenos Aires que se relaciona com o Comitê Federal do Meio ambiente COFEMA de caráter nacional; os Centros de Participação Comunal (fóruns descentralizados) de Córdoba; o Fórum Permanente do Meio ambiente e Saneamento de Porto Alegre integrado por diversas Secretarias Municipais que somadas a outros atores públicos e privados formam os Conselhos Municipais do Meio ambiente; o Grupo Ambiental de Montevideu (GAM) responsável junto à Prefeitura da elaboração do Relatório Ambiental Anual; o CMMA do Rio de Janeiro que também administra um Fundo de Conservação Ambiental

Geralmente as Secretarias do Meio ambiente junto com os Conselhos formam os Sistemas Municipais do Meio ambiente que têm como uma de suas missões estabelecer os Códigos Municipais de Meio ambiente.

Dessa interação dos setores públicos e privados surgiu a necessidade de desenvolver instâncias formais de planejamento com base no diagnóstico das fraquezas e fortalezas da cidade e da necessidade de desenvolver suas oportunidades e mitigar os potenciais riscos. Tudo isso foi plasmado nos Planos Estratégicos gerais da cidade e em Planos particulares de desenvolvimento ambiental.

Alguns exemplos de planejamento são o Plano Urbano Ambiental da Cidade Autônoma de Buenos Aires que se relaciona com o Plano Estratégico; os Planos Estratégicos de Bahía Blanca, de Rosario (PER, associado ao Plano Reitor Ambiental), os de Juiz de Fora, La Plata, Mar del Plata 2000, Vitória (Plano Estratégico 2010), Montevideu com seu Plano de Ordenamento Territorial, os Planos de Desenvolvimento Comunal “Cidade Desejada” (Concepción), “Cidade Ecológica” (Curitiba), “Cidade Futura” (Santo André), o Plano Ambiental incluído no Plano Estratégico La Plata 2001 -2010. Em Rosario existe também o Programa de Preservação do Patrimônio Urbano, Natural e Arquitetônico. Geralmente os Planos Estratégicos são a base do desenvolvimento das Agendas Locais 21.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) focalizou do ponto de vista ambiental o planejamento da cidade, a partir de um Sistema Municipal de Gestão do Planejamento, tendo como objetivo a criação de oportunidades de participação da sociedade na gestão municipal cotidiana. Procura garantir o gerenciamento ambiental voltado a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e apoiado num processo fortemente participativo, que visa a densificação da cidade. Implementou um Sistema de Avaliação do Desenvolvimento Urbano (monitoramento) que mantém o Plano permanentemente atualizado e recebe o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental

Em várias cidades do Brasil mas também em Montevideu e em algumas cidades argentinas, foi aplicada a experiência do Orçamento Participativo. Através dele, o Planejamento passa a incluir a questão da assinação de verbas, segundo prioridades discutidas ou propostas pela população local. Essas experiências desenvolveram-se de forma diferente em cada cidade. As mais bem-sucedidas estão tentando ligar os Indicadores de Qualidade de Vida Urbana (Ver Monitoramento) com o planejamento estratégico e o orçamento participativo.

Em muitas cidades o apoio técnico e metodológico para o desenvolvimento dos Planos é fornecido pelos governos locais, as universidades e inclusive os organismos internacionais. Buenos Aires possui uma Secretaria de Planejamento Urbano; Concepción, a Secretaria de Planejamento Comunal; Curitiba, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e o Instituto Curitiba de Informática; Montevideu, a Unidade Central de Planejamento e a contribuição nos aspectos metodológicos do Grupo de Educação Ambiental (GEA); La Plata tem uma Área de Planejamento Municipal.

Os planos de gestão ambiental são coordenados e apoiados tecnicamente pela Subsecretaria de Gestão Ambiental em Mar del Plata, pelo Departamento de Desenvolvimento Ambiental em Montevideu, pelo Sistema de Gestão Ambiental da SMMA no Rio de Janeiro e pela Gerência do Meio ambiente em Santiago de Chile.

Em Córdoba o governo provincial criou a Direção de Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento

Urbano, dependente da Subsecretaria do Meio ambiente do Ministério do Meio ambiente e Obras Públicas, com o objetivo de ordenar o território, densificar o tecido urbano e definir o Código Urbano Ambiental.

A subdivisão do território urbano e a descentralização da gestão viraram elementos essenciais no planejamento e na procura da melhoria da eficiência nos serviços de gestão ambiental, disponibilizando-os para os cidadãos e visando a densificação da cidade. São exemplos desses processos de descentralização os Municípios de Mar del Plata, os Centros Comunitários Zonais de Montevideo, os Distritos de Rosario.

Curitiba implementou uma estratégia de criação de Ruas, grandes vias que atravessam a cidade e possuem as características necessárias para o desenvolvimento de determinadas atividades. Assim as Ruas do Trabalho têm locais industriais, oficinas e depósitos onde funcionam microempresas, as Ruas da Cidadania oferecem serviços e os Faróis do Saber disponibilizam computadores para o uso de toda a população.

Porto Alegre pretende densificar a cidade promovendo a estruturação urbana, o assentamento de nova população em áreas com infra-estrutura adequada, a melhoria do transporte urbano promovendo o uso eficiente da energia.

6.3 Educação Ambiental

Dentre as principais ações desenvolvidas pelas Prefeituras e Municípios através das Secretarias do Meio ambiente, a Educação Ambiental é usada na grande maioria dos casos estudados como instância de sensibilização da cidadania e fomento da participação em atividades de gestão ambiental.

O Grupo de Educação Ambiental GEA da Prefeitura Municipal de Montevideo afirma que sua proposta visa promover um modelo de homem e de sociedade em harmonia com seu entorno e formar cidadãos solidários, conscientes e responsáveis com seu ambiente e com os seus concidadãos.

Trabalha-se coordenando com o sistema educativo formal, com comissões de moradores, grupos infantis e de jovens, setores empresariais e grupos ambientalistas, nos assuntos que foram priorizados: mudança de hábitos de consumo, tratamento dos resíduos sólidos, cuidado da flora, fauna, água, ar e solo e respeito dos aspectos culturais das cidades.

Dentre as diversas práticas positivas e modalidades adotadas por cada cidade merece destaque que: Bahía Blanca promove os Ecoclubes onde interagem o governo local e as Ongs. e especialmente as crianças e adolescentes que trabalham nos chamados “pontos limpos”, lugares interativos de comunicação sobre assuntos ambientais.

Belo Horizonte está desenvolvendo a Agenda Local 21 como instrumento de Educação Ambiental (EA) e criou uma Comissão de EA de integração mista - público-privada - para apoiar ao Comitê de Qualidade de Vida. Organiza Cursos de Capacitação, integra a Rede Mineira de EA e desenvolve programas como Jovem Jardineiro que capacita meninos de rua e os Centros de Vivência Agroecológica para o desenvolvimento de experiências de desenvolvimento sustentável.

Buenos Aires dá prioridade à capacitação em temas de qualidade do ar, biodiversidade e reciclagem de resíduos. Córdoba desenvolveu sua Agenda Local 21 e a experiência da Universidade Livre do Ambiente, oferecendo atividades de educação não formal mas também cursos de pós-graduação e especialização em Universidades. Também foi criado o Corpo de Guardas Ambientais que fiscalizam e informam aos cidadãos quanto às boas práticas e organizou-se a Oficina Córdoba Nossa Casa dentro do Programa Limpemos o Mundo.

La Plata implementou uma experiência de Bibliotecas Ambientais Descentralizadas, chegando a todos os bairros com atividades de sensibilização e estímulo à mudança de hábitos. Lançou também o Programa Consuma Verde fomentando a produção hortícola no entorno da cidade e o consumo de produtos naturais. Criou a Defensoria Ecológica e a Guarda Ambiental.

Através da EA, Porto Alegre procura sensibilizar a todos os setores da população, trabalhando

inclusive com o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA).

Rio Claro definiu a Semana da Água como uma de suas principais atividades. Nela são propostas experiências de sensibilização quanto à importância do cuidado da água e da conservação da Bacia dos rios Piracicaba, Capivarí e Jundiá, principais abastecedores de água da cidade.

Montevideu impulsiona o programa Lua Verde harmonizando atividades artísticas e lúdicas envolvendo a temática do saneamento de rios, arroios e praias, mudanças nos hábitos de consumo e a responsabilidade ambiental dos cidadãos. Foram organizadas várias atividades relacionadas com a reciclagem de resíduos: Encontro “Feito de desfeitos”; Coleta de pilhas, latas de alumínio (em parceria com Ongs e empresas locais), de embalagens plásticas de leite (em parceria com uma Cooperativa Láctea e Educação Primária). Promoveu o Grupo Ambiental de Montevideu (GAM) com participação de diversos atores públicos e privados, que elabora um Relatório Ambiental Anual (Agenda Ambiental Local).

Rio de Janeiro criou os Centros de Educação Ambiental (CEA) junto a Ongs locais, desenvolvendo atividades de EA em áreas reflorestadas e em ciclovias, campanhas contra a poluição sonora e capacitação de jovens para a defesa do ambiente.

São Paulo usa a mesma modalidade de CEA para a conscientização da população e a mudança de valores através de experiências práticas sintetizadas posteriormente numa Semana da Gestão Ambiental onde foram apresentados os resultados das diversas experiências implementadas.

Vitória e Santo André reuniram o Plano de Ação Social e de Educação Ambiental procurando melhorar a inclusão social dos setores desfavorecidos e a interação público - privada para melhorar os padrões de qualidade de vida de todos os cidadãos.

6.4 Monitoramento e Gestão Ambiental

As Secretarias do Meio ambiente deram prioridade ao monitoramento de indicadores de qualidade ambiental das cidades e à Avaliação do Impacto Ambiental de atividades nelas desenvolvidas.

A grande maioria das cidades usa o Sistema de Informação Geo-referenciada SIG para a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental, mesmo que seu desenvolvimento seja diverso nas cidades.

Um dos casos mais avançados e inovadores é Belo Horizonte. Lá, a Secretaria de Planejamento desenvolveu o chamado Índice de Qualidade de Vida Urbana (ICVU). O sistema considera 75 indicadores de oferta de serviços urbanos e o acesso dos vizinhos a esses serviços, obtendo um resultado numérico que dá um perfil da qualidade de vida numa determinada região, bairro ou conjunto de bairros num certo momento. Os indicadores são calculados em 81 unidades espaciais denominadas Unidades de Planejamento (UP) ordenando hierarquicamente as variáveis, sendo as principais: habitação, infra-estrutura urbana, saúde, educação, serviços urbanos, abastecimento, meio ambiente, cultura, esportes e assistência social.

O ICVU serve não apenas como instrumento de medição das condições de vida intra urbana, mas também para comparar situações entre regiões e potencialmente entre cidades, permite desenvolver mapas temáticos e reorientar a assinação de verbas municipais, fornecendo um instrumento objetivo que torna mais eficientes o Planejamento e o Orçamento Participativo. Belo Horizonte também criou a chamada Operação Oxigênio de controle da poluição.

No seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, Porto Alegre propõe o monitoramento através do Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano, que permite ler rapidamente os principais indicadores da cidade, apoiando a Prefeitura na sua função administradora e ordenadora das intervenções sobre o território. Controla e supervisiona a poluição hídrica, atmosférica, visual. Porto Alegre desenhou um Atlas Ambiental que reúne toda a informação ambiental, tornando-se instrumento essencial do planejamento e da educação ambiental.

O Rio de Janeiro, São Paulo e Santo André também possuem Sistemas Municipais de Gestão Ambiental e implementaram o monitoramento da poluição do ar (opalímetros com Escala Riegelman), sonora, hídrica nos rios e praias, industrial. Mediante o uso do SIG criaram Sistemas de Recuperação

Ambiental de áreas degradadas e mapeamento de áreas de risco ambiental.

Juiz de Fora aplica uma experiência de monitoramento de qualidade de água “Rio Paraibuna, te quero vivo” e a campanha Água Para Todos.

Buenos Aires aplica um programa de Ar Limpo que fomenta dentre outras medidas, a mudança tecnológica visando o uso de fontes de energia menos contaminantes e a transformação do sistema viário e dos meios de transporte. Conta com uma rede de monitoramento e programas de EIA.

O Comitê de Emergência Municipal de Córdoba criou um Sistema de Emergência Ambiental que usa o SIG para o desenvolvimento de Mapas de Risco da cidade, possibilitando a organização dos programas de Defesa Civil. Criou também o Observatório Ambiental como ente de diagnóstico e controle ambiental, implementou um Sistema de Monitoramento do Ar e um Laboratório Químico Ambiental. Possui um Corpo de Guardas Ambientais para o controle dos crimes ambientais.

La Plata desenvolveu um Observatório de Gestão Local Integrada Ambiental (OLGIA) - em parceria com a Universidade de La Plata - que faz o monitoramento de indicadores de segurança, educação, saúde, uso do solo, habitação e infra-estrutura. A Municipalidade criou também a Defensoria Ecológica e a Guarda Ambiental.

Em Mendoza a Direção de Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Urbano (DOAMU) instituiu o Sistema de Informação Ambiental (SIAM) da província, elaborando a Carta Verde que inclui toda a cartografia digital e as atividades de gestão territorial. Também implementou estações de monitoramento para desenvolver o Índice de Qualidade do Ar (ICA). A DOAMU e a Direção de Saneamento e Controle Ambiental (DSCA) criaram uma estrutura de Gestão do Risco que permite medir o nível de vulnerabilidade no caso de enchentes, poluição, desflorestamento, ocupação de terras e emissões gasosas, gerando mapas de perigos e instalações críticas. Essa estrutura foi criada com o apoio de atores locais, da Organização dos Estados Americanos OEA, do Departamento de Estratégia para Reduzir Desastres das Nações Unidas, a Organização Panamericana da Saúde.

Em Mar del Plata o Departamento Executivo Municipal através da área de Gestão Ambiental, criou a Comissão Permanente de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental, destinada ao acompanhamento da gestão integral dos resíduos sólidos.

Montevideu desenvolve programas de monitoramento de ar, água, solo e gestão do território. Foram criados Grupos de Monitoramento Ambiental com participação de representantes de organizações de moradores e ambientalistas, dos setores acadêmicos, empresariais e de trabalhadores, coordenados pelo Grupo Ambiental de Montevideu (GAM) com o apoio do Departamento de Desenvolvimento Ambiental e do Grupo de Educação Ambiental GEA. Os resultados foram plasmados nos Relatórios Ambientais de Montevideu.

6.5 Resíduos Sólidos

Um dos problemas ambientais de maior impacto nas cidades e de mais difícil tratamento é a questão dos resíduos sólidos urbanos. Mas as iniciativas na procura da resolução dessa problemática são numerosas.

A origem do problema pode ser encontrada na combinação de vários fatores: as mudanças nos hábitos de consumo, a proliferação de produtos com maior percentagem de constituintes descartáveis (embalagens, etiquetas), o consequente aumento da quantidade de resíduos, a falta de consciência ambiental dos consumidores, o surgimento de novos tipos de resíduos (patogênicos, químicos, radiativos), as carências nos equipamentos de coleta e tratamento e saturação dos destinos finais dos resíduos com a consequente poluição do ar, água e solo.

São diversas as estratégias promovidas pelos governos locais e geralmente procuram coordenar com outros atores públicos e privados tanto poluidores quanto consumidores finais.

A Educação Ambiental da população em geral e especialmente de setores específicos como as crianças, os jovens, os grandes geradores, os vizinhos e as pessoas que trabalham diretamente com os resíduos (catadores, recicladores), foi a estratégia comum para melhorar a consciência ambiental e promover a participação ativa dos habitantes das cidades na resolução do problema.

Curitiba criou a Unidade de Valorização de Rejeitos. Depois de diagnosticar o problema na cidade (lixo depositado a céu aberto, nas ruas e baldios, doenças provocadas por moscas e outros vetores, falta de saneamento básico), estabeleceu uma estratégia combinada de Educação Ambiental e acordos com organizações da sociedade civil dentro de uma campanha chamada “Lixo que não é lixo”. Em parceria com a Associação de Moradores troca sacos de lixo por vales-transporte. Em parceria com os produtores rurais (Federação Paranaense de Associações de Produtores Rurais) implementou o programa Câmbio Verde que promove a troca de materiais recicláveis por produtos hortícolas. Finalmente desenvolveu o programa Câmbio Verde Especial, para crianças onde sacos de lixo são trocados por material escolar, brinquedos e guloseimas.

Em Bahía Blanca foi feita uma combinação de coleta seletiva com uma usina de reciclagem na localidade vizinha de General Cerri.

Juiz de Fora criou o Departamento Municipal de Limpeza urbana (DEMLURB) como autarquia com autonomia técnica e financeira responsável da implementação das políticas de limpeza urbana da cidade, para a melhoria ambiental e da qualidade de vida dos cidadãos. Organiza campanhas de educação ambiental, coleta tradicional e seletiva (43%), desenvolvimento de aterros sanitários, fiscalização da limpeza das encostas do Rio Paraibuna, programa de intercâmbio de lixo por litros de leite com a população carente, etc.

Porto Alegre possui um Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) que adotou um marco institucional de autarquia semelhante ao anterior, implementou um Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos que se combina com o Orçamento Participativo e a Educação Ambiental. Criou um Código Municipal de Limpeza Urbana com direitos e deveres dos cidadãos. A política municipal combina a promoção da redução e o reaproveitamento dos resíduos com a coleta seletiva domiciliar, a reciclagem e a destinação final em usinas especialmente preparadas.

Para reduzir custos foi criado o primeiro convênio intermunicipal do país, por iniciativa da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Nele participam: Porto Alegre, Gravataí, Esteio, Cachoeirinha centralizando os resíduos num só Aterro Sanitário. Porto Alegre integra também o Grupo de Trabalho de Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Sólidos nas Cidades da América Latina e o Caribe, criado com o apoio do Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas. O objetivo do Grupo é criar uma Rede para refletir sobre o assunto e planejar ações integradas agindo como Agente Mobilizador quanto a esse problema universal. Pretende-se coordenar com atores públicos e privados para trabalhar em todas as etapas de geração, separação, coleta seletiva, tratamento e disposição final através da integração de aspectos técnicos, financeiros, ambientais, sociais, institucionais e políticos para sustentar o sistema. O Grupo gerou o Projeto de Gestão Integrada e Sustentável de Resíduos Urbanos em fase de instalação.

Rio Claro desenvolveu políticas muito semelhantes às aplicadas nas cidades brasileiras acima referidas, mas teve a singularidade de propor um trabalho coordenado com a Associação de Pais de crianças e jovens Especiais através do programa Reciclar 2000 que reúne associações de 30 municípios para a reciclagem dos resíduos sólidos.

Mar del Plata lançou a campanha “Não sujemos Mar del Plata” coordenadamente com a campanha “A limpar o mundo” originada em Austrália.

Montevideu aplicou uma experiência de coleta de resíduos combinando áreas nas que a coleta é feita com caminhões municipais, com outras onde o trabalho é feito por empresas privadas (Empresa SUR) e áreas onde foram assinados convênios com ONGs que trabalham com jovens desempregados (Movimento

Tacurú). Trabalha-se em planos de médio prazo para a disposição final de acordo com a sua origem: aterro sanitário para resíduos urbanos e aterro de segurança para resíduos industriais. São implementadas experiências de reciclagem na Usina de Tratamento de Resíduos Orgânicos (TRESOR) com mão de obra de jovens produtores de adubo orgânico e alimentos destinados às creches municipais. São recicladas latas de alumínio e caixas de ovos, em parceria com uma indústria e uma Ong. Trabalha-se com catadores que recuperam cerca de 100 toneladas diárias.

6.6 Relacionamento entre atores públicos e privados para a gestão ambiental e a inclusão social

São diversas as experiências e ações de interação público-privada dos governos locais com empresas, Ongs e comissões de moradores, para a resolução de problemas ambientais e a gestão de recursos. Isso é por causa do relacionamento direto que é estabelecido no âmbito das cidades entre o governo municipal, os cidadãos agrupados ou independentes e as empresas, ao tratarem problemas e propostas concretas da cidade.

Talvez o exemplo mais avançado de institucionalização dessa relação sejam os Conselhos Municipais acima referidos, o desenvolvimento dos Planos Estratégicos e as experiências de orçamentos participativos aplicadas em diversas cidades.

Um outro exemplo é desenvolvido em várias cidades e é relacionado com a gestão de algumas áreas verdes e prédios públicos fora de uso. Foram aplicadas experiências de cessão de uso e programas do tipo “adote” ou “apadrinhamentos” de praças, parques e prédios de interesse patrimonial. Assim é facilitada a sua conservação como áreas públicas e o desenvolvimento de programas de participação social e geração de emprego.

Belo Horizonte participa na Comissão Municipal de Áreas Verdes (COMAV) integrando Ongs, empresas, associações universitárias e direções municipais. Casos semelhantes são Rosario e Montevideú. Em Montevideú foram desenvolvidas experiências de concessão de serviços nas principais praças e praias da cidade com empresas privadas e Ongs que, como contrapartida, cuidam do espaço público.

Existem programas de Apadrinhamento e Adote Verde em Buenos Aires e Porto Alegre. São estabelecidos convênios com empresas e organizações que colaboram na manutenção de hospitais, bibliotecas, praças e áreas verdes apoiando programas de inclusão social mediante a capacitação e geração de emprego para desempregados.

Em algumas cidades como Rosario, La Plata, Curitiba, Córdoba e Vitória, os planos de florestamento da cidade e a educação ambiental são organizados conjuntamente com Ongs e empresas locais. Em algumas dessas cidades é incluída a limpeza das praias e a criação de Escolas de Jardinagem.

Em alguns casos são aplicados programas de Inclusão Social destinados a crianças e jovens “de rua”, mulheres chefes de família, desempregados, pessoas da terceira idade, pacientes de doenças crônicas, etc. Os programas incluem o atendimento primário da saúde, educação, habitação e principalmente capacitação para a autogeração de emprego. O objetivo é dignificar aos beneficiários e reintegrá-los à sociedade como cidadãos com direitos e obrigações.

A cidade de La Plata canaliza esse tipo de programas através da Secretaria de Qualidade de Vida e Salto através da Direção de Bem-estar Social. Concepción e Buenos Aires aplicam programas de melhoria das condições de habitabilidade de setores de baixa renda, equidade, reinserção no mercado de trabalho e acessibilidade à saúde pública.

Juiz de Fora e Belo Horizonte implementam a experiência chamada Jovem Jardineiro que capacita jovens desempregados num programa inspirado pelo escritor de histórias infantis Ziraldo.

Curitiba desenvolve os seguintes programas de inclusão: Lixo que não é Lixo, acima referido, os programas Ruas da Cidadania onde estão todas as instituições de serviços, Ruas do Emprego com benefícios para a instalação de empresas, os Faróis do Saber e Digitando o Futuro que oferecem serviços de informática

em bairros carentes. A Fundação de Ação Social (FAS) desenvolve uma Rede de Armazéns da Família, o programa Mãe Curitibana, os programas SOS: Crianças, Mulher, Emergência, Idoso, e os programas de inserção social Liceus de Ofícios, Apoio ao empreendedor e Construção de casas por mutirão.

Juiz de Fora desenvolve o Plano Municipal de Assistência Social que abrange dentre outras iniciativas, o Banco de leite materno, Creches cooperativas, atendimento a vítimas de emergências, Casa do pequeno jardineiro e Casa da menina artesã, Bolsa Criança Cidadã (bolsas para a erradicação do trabalho infantil), Associação de catadores de papel e Programas de educação para o trabalho.

Em São Paulo estão se aplicando quatro grandes programas de inclusão social: Bolsa Trabalho destinado a jovens desempregados; Renda Mínima destinado às famílias de desempregados com crianças de até 14 anos; Começar de Novo orientado a desempregados com mais de 40 anos e Operação Trabalho para desempregados de longa duração.

Uma experiência avançada de controle de famílias em situação de risco é desenvolvida em Mendoza onde foi criada a Unidade de Gestão do Risco que acompanha a situação de determinados setores da população. O grupo de trabalho integrado por organismos públicos e privados tem como objetivo o ordenamento do território e do uso dos recursos, além de abordar institucionalmente as situações de risco para mitigar seus potenciais impactos sobre a população local.

Finalmente existem casos de interação público-privada para a geração de conhecimento, onde interagem técnicos do governo local com setores acadêmicos. É o caso dos Institutos de Pesquisa e Planejamento) de Santo André, Curitiba e Juiz de Fora, o Observatório Ambiental de Córdoba, as Estações de monitoramento ambiental de Santiago, Montevideu, Mendoza, Rio de Janeiro e São Paulo), a elaboração de Atlas Ambientais como os de Porto Alegre ou São Paulo.

6.7 Relacionamento Internacional e Intermunicipal

Os Estados Partes consideram que a integração no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um instrumento que facilita a circulação de bens, serviços e fatores de produção; permite estabelecer uma tarifa externa comum e políticas comerciais, macroeconômicas e comerciais comuns, além de favorecer a harmonização das legislações nacionais nas áreas envolvidas.

O tema ambiental e a necessidade de propor recomendações necessárias para a conservação ambiental, fizeram com que o Mercosul criasse a Reunião Especializada de Meio ambiente (REMA) que gerou as Diretrizes Básicas de Política Ambiental, e, tempo depois o Sub Grupo de Trabalho N° 6 Meio ambiente (SGT6), com o objetivo de formular e propor estratégias e diretrizes que garantissem a integridade do meio ambiente dos Estados Partes.

O SGT6 trabalhou essencialmente nos temas de: Restrições Não Tarifárias; Competitividade e Meio ambiente; Certificação Ambiental; Emergências Ambientais; e Sistema de Informação Ambiental (SIAM), além de acompanhar as principais conferências desenvolvidas a nível mundial sobre os temas ambientais globais.

Desde seu nascimento em novembro de 1995, a Rede de Mercocidades afirmou no Compromisso de Porto Alegre, “a necessidade da participação integrada e integradora dos municípios para desenvolver um intercâmbio social e cultural entre os povos”. Seu objetivo não é simplesmente a integração dos mercados, pretendendo também integrar as comunidades para imprimir uma nova qualidade e fortaleza ao processo de integração dos países do MERCOSUL.

Dentre os desafios enfrentados pela Rede de cidades estão: a modernização das bases produtivas das cidades; a geração e conservação da infra-estrutura; a garantia de níveis adequados de qualidade de vida e de integração social e a obtenção da governabilidade necessária para administrar os processos urbanos.

Acompanhando o que aconteceu no Mercosul com a criação dos Sub Grupos de Trabalho, a Rede de Mercocidades gerou Unidades Temáticas para a abordagem das diversas problemáticas específicas das

idades.

Nas cidades se percebe maior interesse em melhorar o relacionamento com outras cidades tanto a nível nacional quanto internacional, para aproveitar as oportunidades fornecidas pelos processos de integração.

Esse interesse pode se revelar de diversas maneiras. De um lado são estabelecidas relações bilaterais cidade - cidade nas chamadas Irmandades de Cidades. Além da assinatura de uma Carta Intenção de bom relacionamento, em geral as cidades de países desenvolvidos fazem contribuições econômicas, sob a forma de transferências de verbas para a realização de diagnósticos, desenvolvimento de propostas, capacitação de recursos humanos, transferência de experiências e tecnologia.

Do outro lado, existem redes de cidades reunidas para tratar assuntos comuns. É o caso da Associação Nacional de Municípios e Meio ambiente ou a Associação Chilena de Municipalidades e, de certa forma o Congresso de Prefeitos do Uruguai, recentemente institucionalizado.

Um outro caso são os consórcios de cidades ou corredores de cidades localizadas geograficamente em regiões de características semelhantes ou próximas. Buenos Aires está desenvolvendo uma experiência de gestão metropolitana de resíduos sólidos e criou o Ente Coordenador do Transporte Metropolitano (ECOTAM) embora ainda não tenha conseguido obter resultados eficazes na gestão de bacias hídricas, tratamento de poluentes e manejo de redes de serviços que atendem toda a área metropolitana.

Em Mendoza foi desenvolvido um convênio entre os municípios da chamada Grande Mendoza para fazer estudos e projetos para achar soluções consensuais para a gestão de resíduos.

Porto Alegre concretizou o primeiro convênio intermunicipal para a gestão e tratamento dos resíduos com a participação de Porto Alegre, Gravataí, Esteio e Cachoeirinha, passando a colocar seus resíduos no aterro sanitário de Santa Tecla. Porto Alegre também preside a Associação Nacional de Municípios e Meio ambiente e promove o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos em Cidades da América Latina e o Caribe, integrado por mais de 30 cidades.

A cidade de Rio Claro integra o programa Reciclar 2000 junto com outros 30 municípios do Estado de São Paulo com o objetivo de receber materiais recicláveis para seu processamento, venda e aplicação da arrecadação em programas de atendimento das necessidades básicas dos setores participantes. Em maio de 2000 em Rio Claro foi celebrado também o primeiro Congresso Paulista de Orçamento Participativo. Participaram na ocasião prefeitos municipais, representantes de governo locais, de instituições universitárias e de pesquisa, de movimentos sociais e parlamentares.

O Rio de Janeiro desenvolve o projeto Iniciativa de Ar Limpo em Cidades da América Latina para melhorar a qualidade do ar em áreas metropolitanas, conjuntamente com Lima, México, Buenos Aires, Santiago de Chile e São Paulo.

Nesses casos a união reforça as reclamações e propostas das cidades com relação ao governo central, possibilitando também o desenvolvimento de ações concretas para a resolução conjunta de problemas como a gestão dos resíduos sólidos, a qualidade do ar e da água, a gestão de áreas de interesse para a conservação, a promoção conjunta como destino turístico, a racionalização das vias e meios de transporte, dentre outros.

Existem também redes de Cidades como as de Cidades Educadoras, URB-al e a Rede de Mercocidades.

A Rede de Mercocidades envolve um novo tipo de relacionamento com base em assuntos de interesse comum das cidades localizadas num território determinado definido por um acordo entre os países aos que pertencem. A rede de cidades nasce com a vocação de integrar povos num sentido amplo, mas também com o objetivo de incidir politicamente nas decisões tomadas pelos órgãos centrais de coordenação entre os países, no caso o MERCOSUL.

A experiência de participação na Rede de Mercocidades tem sido, para muitas cidades, a primeira experiência de relacionamento com outras cidades, principalmente a nível internacional. Isso foi

extremamente importante pois possibilitou melhorar a perspectiva dos governos locais sobre seus próprios problemas e potencialidades, através do conhecimento de outras experiências e da troca de informações.

E também promoveu a conscientização quanto à importância de adotar posições conjuntas como Rede de Cidades e incidir no MERCOSUL - motivo original da criação da Rede - perante seus próprios governos e os organismos internacionais. A recente criação da Reunião Especializada de Municípios e Prefeituras (REMI) como âmbito de participação direta dos representantes dos governos locais, revela a importância política da Rede. Isso permitirá coordenar as Agendas dos Governos Nacionais e Locais nos temas gerais e nos particulares por área temática, abordados pelos Subgrupos de Trabalho do MERCOSUL e as Unidades Temáticas da Rede de Mercocidades.

O grande aumento do intercâmbio de informações gerado nos diversos âmbitos da Rede é transmitido, embora com dificuldades, através da página Web, a Revista Diálogo, os Boletins específicos elaborados pelas cidades coordenadoras das Unidades Temáticas e a Secretaria Técnica Permanente.

As Unidades Temáticas da Rede de Mercocidades reúnem cidades para a abordagem de assuntos específicos, porém a excessiva subdivisão temática faz com que muitas vezes sejam tratados assuntos semelhantes ou ligados a diversas Unidades Temáticas, não resultando eficientes no uso dos recursos e do tempo. As Unidades Temáticas têm uma dinâmica pouco regrada pelas iniciativas centrais da Rede. Levam em conta a dimensão local dos problemas e não sua ligação com os processos de integração. Esse é um quesito básico para a geração de iniciativas a serem promovidas pelos órgãos centrais da Rede.

A Unidade Temática de Meio ambiente, nas suas diversas reuniões, deu prioridade aos seguintes assuntos: Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos; Desenvolvimento, Meio ambiente e Sustentabilidade Social; Qualidade do Ar nas Mercocidades; Risco Ambiental das atividades urbanas; Agenda Local 21 e participação na Reunião do Rio + 10.

A temática que teve maior continuidade foi o Tratamento de Resíduos Sólidos. Foi organizada uma Oficina em Concepción, no Chile, em 1997, formou-se um Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos da América Latina e o Caribe em junho de 2000 e o Projeto “Gestão de Resíduos Sólidos no Mercosul” está prestes a ser lançado, com a cooperação francesa e sob a coordenação da Unidade Temática de Meio ambiente.

Uma outra temática destacada durante 2001 e 2002 foi a Agenda 21 e a elaboração de um documento representativo das Mercocidades para a próxima Cimeira Rio + 10. O documento está em fase de elaboração e o consenso obtido permite conceber a Agenda 21 como o instrumento metodológico de trabalho nas futuras atividades da Unidade Temática.

Quanto a outras Unidades de Trabalho como Ciência e Tecnologia e Planejamento Estratégico, os assuntos abordados estão em geral ligados aos temas de gestão ambiental urbana, o que evidencia a necessidade de coordenar ações.

Quanto à fortaleza da Rede, as carências econômico - financeiras e as dificuldades para participar nas reuniões, faz com que esteja bastante diminuída, sendo desigual e cambiante a participação das cidades. Isso afeta a continuidade e celeridade necessária no tratamento dos temas. A função dos órgãos centrais de

coordenação e os novos meios de informação tornam-se essenciais para favorecer esse instrumento de integração.

O relacionamento formal com os órgãos do Mercosul é muito recente e ocorreu através da Reunião Especializada de Municípios e Prefeituras (REMI). Existem outros órgãos como os Sub Grupos de Trabalho - principalmente o número 6 de Meio ambiente- onde são tratados temas ambientais mas sem a participação direta de representantes das cidades.

7. CONCLUSÕES

A partir da análise dos casos revela-se o crescente impacto dos problemas ambientais de origem global mas de visibilidade local, traduzidos na deterioração da qualidade ambiental da cidade, dispersão de serviços e exclusão de grandes setores da sociedade.

Em função disso e diante da inércia dos governos centrais, os governos locais assumiram a responsabilidade de administrar seus recursos para contrabalançar esses problemas, dar respostas às demandas dos setores excluídos, melhorar a habitabilidade das cidades para todos seus habitantes e torná-las mais atraentes para novos investimentos.

Essa busca reflete-se em novas estruturas criadas dentro da estrutura municipal: as Secretarias Municipais de Meio ambiente, que ganharam grande responsabilidade no tocante às atividades de conservação dos recursos naturais e culturais e o uso do solo. Mas as Secretarias de Assuntos Sociais também têm um papel importante, com seus programas de inclusão social, e as de Desenvolvimento Urbano apresentando estratégias de densificação das cidades.

O número e a diversidade de atores com iniciativas referidas a assuntos ambientais e ao desenvolvimento sustentável aumenta a cada dia. No entanto, a dissipação de esforços públicos e privados faz com que muito freqüentemente se perca a eficiência no uso dos - em geral - poucos recursos econômicos e técnicos.

Com o propósito de melhorar a capacidade das administrações locais para planejar o desenvolvimento urbano ambiental foram desenvolvidos os Planos Estratégicos e Planos de Desenvolvimento Ambiental.

Na tentativa de promover a participação da cidadania foram criados os Conselhos Municipais de Meio ambiente para articular com outros atores públicos (municipais, ministeriais e acadêmicos) e privados (empresariais, sindicais e de moradores) a gestão ambiental urbana e a elaboração dos orçamentos municipais (Orçamentos Participativos).

Para melhorar o planejamento e o uso eficiente dos recursos foram desenvolvidos em algumas cidades Indicadores de Qualidade Ambiental, Sistemas de Informação Ambiental e processos de Avaliação de Impacto Ambiental das obras e intervenções no território urbano.

A Educação Ambiental e principalmente o tratamento de problemas de impacto marcante como os resíduos sólidos, foram usados para sensibilizar a população, motivar uma mudança nos hábitos de consumo e promover a participação ativa dos cidadãos e das empresas locais na gestão da cidade.

A estratégia de criação de alianças entre cidades da mesma região, dentro do país e com cidades de outros países vem sendo uma prática muito difundida, para trocar experiências sobre problemas e propostas comuns e para fortalecer posições nos processos de integração regional.

É o caso da Rede de Mercocidades criada para fortalecer as posições comuns das cidades participantes nos órgãos do Mercosul. Mas, principalmente para consolidar uma efetiva integração entre os

povos e promover a participação dos cidadãos no âmbito político, econômico, social e cultural, potencializando o governo municipal no seu papel de representante dos interesses dos habitantes e na procura de alternativas para resolver rapidamente os problemas das cidades.

No entanto, esse processo de crescente protagonismo das cidades e suas instituições públicas e privadas no tratamento da gestão ambiental urbana deverá ser promovido no contexto do processo de integração representado pela Rede de Mercocidades e pelo próprio Mercosul.

8. RECOMENDAÇÕES

A partir da valiosa experiência desenvolvida pelas cidades da Rede de Mercocidades recomenda-se potencializar seu papel de coordenadora de políticas de gestão ambiental e inclusão social no contexto do processo de integração regional do Mercosul.

Uma das prioridades é o fortalecimento do papel das cidades de cenário central de aplicação da Agenda Local 21, usando-a como instrumento metodológico para sistematizar as ações e políticas de gestão ambiental e inclusão social. Isso permitirá comparar processos, trocar informações e difundir experiências concretas geradas nas cidades.

Recomenda-se melhorar a coordenação de atividades entre as Secretarias Municipais de Meio ambiente das cidades da Rede e facilitar a comunicação dos Conselhos Municipais de Meio ambiente nos que participam representantes das instituições públicas e privadas.

Recomenda-se melhorar o intercâmbio de informações internas entre as Unidades Temáticas da Rede, tentando coordenar suas Agendas para tornar mais eficiente o uso dos recursos e o impacto sobre a estrutura da Rede e nas próprias cidades. Recomenda-se também ligar essas Agendas temáticas com as dos Sub Grupos de Trabalho afins do Mercosul.

Visando a melhoria no funcionamento geral dos mecanismos de gestão cotidiana da Rede, recomenda-se fortalecer e equipar os órgãos de coordenação e planejamento da Rede como a Secretaria Executiva e a Secretaria Técnica Permanente, além de seus veículos de comunicação (Página Web, Revista Diálogo, Fóruns Temáticos e redes de e-mails).

Também recomenda-se implementar uma experiência piloto chamada “Cidades para a Gestão Ambiental Concertada” com participação dos governos locais, os cidadãos organizados, os setores acadêmicos e empresariais e os organismos de financiamento, no processo de planejamento, desenvolvimento e sistematização de experiências de gestão ambiental urbana.

Nessa experiência piloto - que no início é proposta para um grupo pequeno de cidades representativas para depois ser difundida em toda a Rede -,

- o governo municipal seria o responsável institucional da gestão local;
- os cidadãos organizados contribuiriam com seus conhecimentos empíricos sobre os problemas ambientais e sociais, sua ativa participação na busca de soluções e no planejamento para a implementação dessas soluções;
- os setores acadêmicos forneceriam o conhecimento científico para a análise dos problemas e apresentariam soluções a partir de diretrizes de pesquisa aplicada;
- os setores empresariais contribuiriam com sua lógica de desenvolvimento econômico, no contexto de um enfoque de desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade ambiental do território;
- os organismos de financiamento forneceriam os recursos essenciais para o desenvolvimento dessa Gestão Ambiental Concertada.

No contexto dessa experiência recomenda-se gerar Indicadores e Padrões de Qualidade Ambiental acordados pelos integrantes da Rede de Mercocidades e coordenar os Sistemas de Informação Ambiental e de Gestão do Risco das cidades participantes.

Isso permitirá comparar processos de gestão ambiental e inclusão social entre diversas cidades, trocar informações e desenvolver políticas coordenadas de gestão.

Em concordância com isso, recomenda-se difundir e disponibilizar para os atores locais, as Tecnologias da Informação e a Comunicação (TICs) para acessar de forma rápida e eficiente a informação necessária para a gestão ambiental local e também para permitir o intercâmbio permanente de informações. Recomenda-se a criação de um programa de Monitoramento das experiências de Gestão Ambiental Concertada.

Enquanto os Sub Grupos de Trabalho (SGT) do Mercosul como o SGT6 de Meio ambiente está desenvolvendo projetos de Competitividade e Meio ambiente e o Sistema de Informação Ambiental do Mercosul, recomenda-se aprofundar o relacionamento com ele através da participação em instâncias como

a Reunião Especializada de Municípios e Prefeituras (REMI) e nos próprios Sub Grupos de Trabalho.

Para finalizar recomenda-se aprofundar os acordos quanto a políticas e ações concretas de combate à pobreza e promoção da inclusão e participação social entre as cidades da Rede, na certeza de que qualidade de vida e sustentabilidade estão diretamente ligadas no meio ambiente urbano.

9. BIBLIOGRAFIA

Almeida G. e R. Menegat. 2002. Sustentabilidade e Democracia: Elementos para uma Estratégia de Gestão Urbana no Brasil. ANAMMA. Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Prefeitura de Porto Alegre. Porto Alegre, Brasil

Ambiente y Desarrollo. 1999. Mejor Calidad de Vida: Desarrollo Sustentable desde la Perspectiva Ciudadana. Anales del 6to. Encuentro científico sobre medio ambiente. Centro de Investigación y Planificación del Medio Ambiente CIPMA. Vol. XV N° 1 e 2. Santiago, Chile.

Arias Goytre F., L. Betandur Salazar, J.P. Hannequart. 2001. Documento Base. Red 6 URB-AL “Medio Ambiente Urbano”. Ayuntamiento de Málaga. Oficina de Coordinación Red 6 Medio Ambiente Urbano URB-AL. Disponível em www.urbalmalaga.com. Fundação CIEDES. Málaga, Espanha.

Asociación Chilena de Municipalidades. 1995. Manual N° 5: Gestión Ambiental Municipal. Serie Manuales Didácticos para la Gestión Municipal. Asociación Chilena de Municipalidades, Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional, Fundación Fredrich Ebert. Santiago, Chile.

Burone F. y R. Savio. 2001. Iniciando el diálogo. Gestión del Desarrollo Urbano Sostenible en América Latina y el Caribe. El Aporte de las Redes de Conocimiento. SEMA. Secretariado de Manejo del Medio Ambiente para América Latina y el Caribe. Montevideo, Uruguai

Câmara do Grande ABC. A região encontra soluções. Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e da Câmara do Grande ABC. São Paulo Brasil.

Comisión Económica para América Latina (CEPAL). 1993. Ciudades medianas y gestión urbana en América Latina. Nações Unidas. Documento LC/ 747.

Córdoba, A. 1984. Democracia y participación ciudadana en la vida municipal. Economía Informa, N° 121, Facultad de Economía, UNAM, México.

Di Pace, M. e H. Caride. 1997. Guía Metodológica de capacitación en Gestión Ambiental Urbana. Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD). Oficina de Servicios para Proyectos de las Naciones Unidas (UNOPS). Proyecto Regional de Capacitación en Gestión Ambiental Urbana. Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo, IIED - América Latina. Buenos Aires, Argentina.

Intendencia Municipal de Montevideo. 2000. Agenda Ambiental. Montevideo 2000. Grupo de Educación Ambiental (GEA) de la Intendencia Municipal de Montevideo. Disponível em www.montevideo.gub.uy. Montevideo, Uruguai.

Intendencia Municipal de Montevideo. 2001. Primer Informe Ambiental de Montevideo XXI. Montevideo, Uruguai.

MERCOCIUDADES. 1998. Boletín Anual do Meio Ambiente. Boletín de la Unidad Técnica de Medio Ambiente. Red de Mercociudades. Concepción, Chile.

MERCOCIUDADES 2000. Mercociudades y la Agenda Social del MERCOSUL. Unidad Temática de

Desarrollo Social de Mercociudades. Intendencia Municipal de Montevideo. Montevideú, Uruguay.

MERCOCIUDADES. Diálogo. Boletín de la Secretaría Ejecutiva de la Red de Mercociudades.

MERCOSUL: Actas de Sub Grupo de Trabajo 6 Medio Ambiente de MERCOSUL. Mercado Común del Sur: www.mercosul.org.uy, www.mercosul-comisec.gub.uy www.medioambiente.gov.ar/home.htm

MERCOCIUDADES: Actas de la Red de Mercociudades: Consejo y Cumbres: www.redmercociudades.org, www.montevideo.gub.uy

MERCOCIUDADES: Actas de Unidades Temáticas de Mercociudades: redmercociudades.org
Ciência e Tecnologia: www.redetec.org.br/redmercociudades
Desarrollo Urbano: www.mercourbano.gov.ar

Passalacqua, E. 1994. Municipio y medio ambiente: algunos problemas conceptuales. Función Pública, N° 78. Buenos Aires, Argentina.

Prefeitura de Vitória. Vitória, Una Isla de Oportunidades a su Espera. Núcleo de Desarrollo Económico y de Ciencia y Tecnología. Prefeitura de Vitória. Disponível em www.vitoria.es.gov.br. Vitória. Brasil.

Prefeitura de Porto Alegre. 2002. Porto Alegre da Inclusão Social. Publicação do Fórum de Políticas Sociais. Secretaria do Governo Municipal. Porto Alegre, Brasil.

Prefeitura de São Paulo. 2002. Compromisso com a Reconstrução. Prefeitura de São Paulo.

Municipalidad de Buenos Aires. Plan Estratégico Buenos Aires: www.buenosaires2010.org.ar. CD

Municipalidad de Rosario. Plan Estratégico de Rosario. PER. CD.

Páginas WEB

ARGENTINA

Bahía Blanca: www.bb.gba.ar, www.bahiaablanca.gov.ar

Buenos Aires: www.buenosaires.gov.ar

Córdoba: www.cordoba.gov.ar (no funciona), www.cba.gov.ar, www.nt.com.ar/cordoba

La Plata: www.laplata.gov.ar

La Rioja: www.larioja.gov.ar, www.municipiolarioja.gov.ar

Mar del Plata: www.mardelplata.gov.ar

Mendoza: www.mendoza.gov.ar

Malvinas Argentinas: www.malvinasargentinas.gov.ar

Pergamino: www.pergamino.gov.ar

Quilmes: www.quilmesvirtual.gov.ar

Rafaela: www.rafaela.gov.ar

Rosario: www.rosario.gov.ar

Santa Fe: www.santafeciudad.gov.ar

Ushuaia: www.tierradelfuego.org.ar

BRASIL

Belo Horizonte: www.belo Horizonte.mg.gov.br, www.pbh.gov.br

Belém: www.belem.pa.gov.br

Brasília: www.brasilia.gov.br

Curitiba: www.curitiba.pr.gov.br

Caxias do Sul: www.caxias.rs.gov.br

Florianópolis: www.pmf.sc.gov.br

Fortaleza: www.fortaleza.ce.gov.br

Guarulhos: www.guarulhos.sp.gov.br

Juiz de Fora: www.pjf.mg.gov.br

Londrina: www.londrina.pr.gov.br

Macaé: www.macaetur.com.br

Piracicaba: www.piracicaba.gov.br

Porto Alegre: www.portoalegre.rs.gov.br

Recife: www.recife.pe.gov.br

Rio Claro: www.rioclaro.sp.gov.br

Rio de Janeiro: www.rio.rj.gov.br

Ribeirão Preto: www.sp.gov.br
São Paulo: www.prefeitura.sp.gov.br
Santa Maria: www.conex.com.br/prefsm
Salvador: www.salvador.pms.ba.gov.br
Vitória: www.vitoria.es.gov.br

CHILE

Concepción: www.concepcion.cl
Santiago: www.santiago.ciudad.cl
Valparaíso: www.chileweb.net/valparaiso/ciudad.html

PARAGUAI

Asunción: www.mca.com.py
Fernando de la Mora
Limpio

URUGUAI

Montevideo: www.montevideo.gub.uy
Salto: www.salto.gub.uy
Paysandú: www.paysandu.com

1 Isch López, Edgar e Eugenia Rodríguez Rojas (coord.). 1996. Guía Metodológica de Capacitación en Gestión Ambiental Urbana. Programa das Naciones Unidas (PNUD), Oficina de serviços para proyectos das Naciones Unidas (UNOPS), Proyecto Regional de capacitación en Gestión Ambiental Urbana, Municipio del distrito metropolitano de Quito, Instituto de Capacitación Municipal, Santiago de los Caballeros.

2 Goytre, F.A., Betancur, L y Hannequart, J. P. 2001. Documento Base Red 6 URB-AL “Medio Ambiente Urbano”. Oficina de Coordinación, Fundación CIEDES, Málaga.

3 Córdoba, A. 1984. Democracia y participación cívica en la vida municipal. Economía Informa, N° 121, Facultad de Economía, UNAM, México. En: Isch López, Edgar y Eugenia Rodríguez Rojas (coord.). Op. cit.

4 Passalacqua, E. 1994. Municipio y medio ambiente: algunos problemas conceptuales. Función Pública, N° 78. Buenos Aires, Argentina.

5 Comisión Económica para América Latina (CEPAL). 1993. Ciudades medianas y gestión urbana en América Latina. Naciones Unidas. Documento LC/ 747.

6 Comisión das Comunidades Europeas. 1996. Ciudades Europeas Sostenibles. Grupo de expertos en medio ambiente urbano. En: Goytre, F.A., Betancur, L y Hannequart, J. P. Op. cit.

7 Resolução N°20/95.

8 Da página oficial do MERCOSUL: <http://www.mercosur.org.uy/espanol/sinf/varios/introduccion.htm>.

9 Resolução N°5/93.

10 Recomendação N°20/93.

11 Resolução N°10/94.

12 Resolução 38/95.

13 Decreto N°2/01.

14 Acordado como recomendação N°1/01 de 13 de março de 2001 (Acordo de Florianópolis).

15 Boletim Unidade Técnica de Meio ambiente. Rede de Mercocidades. Ano 1- N° 1 - Setembro de 1998 - Concepción - Chile.

16 N da T: Divisão distrital